Consumo
Unilever entra na disputa do mercado de dermocosméticos, diz a executiva Mariana Martins **B5**

Pantanal
Governo federal vai liberar R$ 100 milhões para ações do Ibama e do ICMBio de combate a incêndios **A7**

Especial
Negócios sustentáveis
Círculo virtuoso

Negócios sustentáveis
O Brasil dá os primeiros passos na regulamentação da economia circular **Especial**

Quarta-feira, 26 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6030 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Com alta de preços, receita do varejo aumenta mais que volume vendido

Consumo Inflação de alimentos e impacto da tragédia no Sul elevam cotações; valor de vendas por supermercados, farmácias e atacarejos supera quantidades

Adriana Mattos
De São Paulo

A receita de supermercados, farmácias e atacarejos cresceu mais no começo de junho do que a quantidade vendida no país no período. Esse descolamento entre o valor vendido e o volume comercializado reflete a alta de preços. Enquanto o volume em unidades subiu 10,8%, a receita acelerou 14,4%, segundo o levantamento "NIQ Total Store", da NielsenIQ, feito semanalmente em cerca de 1 milhão de pontos de vendas. As cotações de alimentos têm subido com mais força, em parte devido ao efeito da tragédia no Rio Grande do Sul. Além disso, o dólar está em alta há semanas.

"[O gap] nada mais é que aumento de preços", diz Jonathas Rosa, executivo de varejo da NielsenIQ. "Pode ter influência do 'mix' de produtos vendidos mais caro, e da retirada de produtos de promoções, mas, pelo nosso conhecimento na área, em 90% dos casos isso é variação de preços."

O economista Fábio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), chama a atenção para a perspectiva de impacto da alta do dólar sobre os preços para o consumidor, num momento de aumento das cotações da moeda americana. Em 2024, o dólar, que ontem fechou a R$ 5,4534, sobe 12,38%.

O mercado acompanha essas informações de perto, depois que os efeitos na safra com a tragédia no Sul e a recente alta do dólar, além da piora fiscal, levaram economistas a elevar a previsão para a inflação do ano. Em meados de abril, o consenso para o IPCA de 2024 era de 3,71%; o mais recente, divulgado na segunda-feira, é de 3,98%.

O desastre no Rio Grande do Sul embaralhou o abastecimento e a logística na região. A crise num único Estado pode parecer pouco relevante, mas trata-se da segunda região em termos de consumo no país, à frente do Nordeste. No começo de junho, a quantidade vendida no Rio Grande do Sul recuou 0,8%, mas a receita avançou quase 5%, segundo a NielsenIQ. A alta de alimentos, que também afetou o país, pegou o Estado num momento de desastre ambiental, diz Manoel de Araújo, da consultoria Martinez de Araújo, de Porto Alegre. Água, papel higiênico e embutidos também foram afetados por essa escalada de preços. **Página B1**

Após reunião com Galípolo, Lula define meta contínua de 3%

Jéssica Sant'Ana, Renan Truffi, Fabio Murakawa e Sérgio Tauhata
De Brasília e São Paulo

O governo decidiu publicar hoje, após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), decreto que estabelece a meta contínua de inflação em 3% a partir de 2025. A decisão foi tomada em reunião entre o presidente Lula e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Miriam Belchior (Casa Civil, substituta). Gabriel Galípolo, diretor de política monetária do Banco Central, também participou. Ele é cotado para ser indicado por Lula como presidente do BC. O mandato de Roberto Campos Neto acaba em dezembro. O **Valor** apurou que Campos Neto não foi convidado para a reunião. Procurado, o BC não respondeu. A ministra Simone Tebet (Planejamento) estava no STF, mas já havia tratado do assunto com Haddad. **Página C1**

Para STF, porte de maconha para uso pessoal não é crime

De Brasília

Ministros do Supremo Tribunal Federal, por maioria, descriminalizaram o porte de maconha para uso pessoal. Na prática, quem portar certa quantidade da substância não responderá mais por crime de posse e porte de drogas para uso próprio e será submetido a medidas educativas e advertência. Há maioria também formada para a necessidade de se fixar critérios para diferenciar usuário de traficante. A proclamação final ocorre hoje. Para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a descriminalização só pode se dar por projeto legislativo. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reagiu e formalizou a criação de comissão especial da PEC das Drogas. **Página A11**

'Nanoinsumos' para a agricultura

GABRIEL REIS/VALOR

Caron, da Nanofert, Kumar, da IFFCO, e Lakshmanan, da NVPL: parceria entre maior cooperativa da Índia e startup brasileira vai trazer para a agricultura do país os 'nanoinsumos'. Tecnologia disruptiva de fertilizantes e defensivos promete um uso muito menor dos produtos com efeito maior. Página B7

Copom mostra unidade e defende sintonia fiscal

Alex Ribeiro, Victor Rezende, Gabriel Roca e Gabriel Shinohara
De São Paulo e Brasília

A ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que manteve a Selic em 10,5% ao ano, buscou mostrar coesão entre os integrantes do colegiado, após a divisão no encontro de maio. A unidade em torno de uma interrupção no ciclo de queda da taxa aparece tanto na decisão em si quanto no diagnóstico dos motivos que levaram a ela. Na ata da reunião da semana passada, o colegiado procurou reforçar a expectativa de que a política monetária seguirá contracionista por "tempo suficiente", ao avaliar que a economia opera sem ociosidade e com juros de equilíbrio (que permitem o crescimento sem pressões inflacionárias) mais altos. O desarranjo fiscal aparece várias vezes na ata e explica boa parte da piora dos fatores que levaram à manutenção da Selic. **Páginas C1 e C2**

O grande sustentáculo da estabilidade foi a mágica da URV
Maria Clara R. M. do Prado A2

Disputa pela Sabesp entra na reta final

Taís Hirata e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Aegea e Equatorial entraram na reta final de preparação para a privatização da Sabesp, a principal operação do ano para o mercado de capitais brasileiro. O prazo para a entrega de propostas se encerra hoje, mas ainda não está certo se haverá competição entre os grupos. A posição de acionista de referência levará a um desembolso de cerca de R$ 7 bilhões, de um total de mais de R$ 15 bilhões que a oferta vai girar.

Do lado da Aegea, algumas questões podem influenciar a sua proposta, segundo fontes. Uma é a nova regra de concorrência adicionada pelo governo, o "right to match", que na visão de pessoas a par do tema amplia as chances da Equatorial. Além disso, o principal empecilho parece ser a "poison pill", regra criada para impedir que um sócio se torne majoritário por meio de oferta hostil. Procuradas, Aegea e Equatorial não quiseram comentar. **Página B2**

Destaque

Prazo para créditos tributários
A Receita Federal não tem permitido a compensação de créditos tributários oriundos de decisão judicial final com prazo superior a cinco anos, segundo advogados ouvidos pelo **Valor**. O Fisco estaria se valendo do entendimento, publicado em uma solução de consulta, de que esses valores precisam ser utilizados completamente nesse período. **E1**

Indicadores

Ibovespa	25/jun/24	-0,25 %	R$ 15,9 bi
Selic (meta)	25/jun/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	25/jun/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	25/jun/24		5,4283/5,4290
Dólar comercial (mercado)	25/jun/24		5,4528/5,4534
Dólar turismo (mercado)	25/jun/24		5,4740/5,6540
Euro comercial (BC)	25/jun/24		5,8099/5,8117
Euro comercial (mercado)	25/jun/24		5,8428/5,8434
Euro turismo (mercado)	25/jun/24		5,8926/6,0726

Expansão

LEO PINHEIRO/VALOR

O multifamily office Alocc se prepara para acelerar o crescimento disseminando seus serviços pelo país. "Estamos prontos para expandir e buscar associados", diz Sigrid Guimarães à repórter Liane Thedim. Pág. C6

Sodiê é eleita a Franquia do Ano

PEGN, de São Paulo

Os vencedores do 21º prêmio As Melhores Franquias do Brasil, realizado por "Pequenas Empresas & Grandes Negócios (PEGN)", foram revelados ontem, em evento em São Paulo. A Sodiê Doces foi eleita a Franquia do Ano, e a rede de limpeza Maria Brasileira ganhou troféu de Melhor Microfranquia. Foram premiadas, ainda, 105 marcas com cotação cinco estrelas. O prêmio é fruto de pesquisa da Serasa Experian. Foram 405 franquias avaliadas sob critérios de satisfação do franqueado, desempenho e qualidade da rede. Ceopag, Emagrecentro e Alphagraphics, respectivamente, obtiveram as maiores notas. **Página B6**

Tripé macro sob pressão alimenta turbulências

Lu Aiko Otta

Colocar água na fervura foi a opção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao comentar a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada ontem. O documento fala em "eventuais ajustes futuros" na taxa de juros, mas o ministro preferiu enfatizar a mensagem que os cortes na taxa Selic foram "interrompidos" para melhor avaliação dos cenários externo e interno.

Fez bem o ministro, ao empurrar o debate para o campo da normalidade institucional. As bases da política econômica brasileira estão hoje sob pressão, e isso tem sido ruim.

Gera nervosismo a incerteza quanto à manutenção do tripé que organizou a macroeconomia brasileira nos últimos 30 anos: geração de superávits primários para manter o endividamento sob controle, inflação domada pelo regime de metas e câmbio flutuante.

O atual governo flerta com alternativas que, num passado recente, provocaram recessão. As exceções são Haddad e a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Nas celebrações dos 30 anos do Real, alguns de seus "pais" avaliaram a consolidação do plano nos dias de hoje.

O tripé está um pouco manco, disse Persio Arida. Referia-se os déficits primários registrados nos anos recentes.

É preciso retornar aos fundamentos do plano de estabilização, acrescentou Edmar Bacha, ao relembrar a flexibilização do Orçamento proporcionada pela antiga Desvinculação de Receitas da União (DRU). Como no passado, a trajetória explosiva das despesas obrigatórias está hoje na ordem do dia.

Pedro Malan sugeriu a releitura do Programa de Ação Imediata (PAI), de 1993. É um precursor do Real que enfatiza a importância de contas organizadas como condição para a estabilidade de preços.

Assim, na visão dos três, ainda há velhos desafios a serem superados, para se concretizar o projeto de desenvolvimento econômico, social e político-institucional do país que é o Real.

Eles afirmam, por outro lado, que inflação elevada não volta, porque os eleitores punem nas urnas os aventureiros que colocam a estabilidade em risco. Daí a importância da democracia.

Olhando para os 30 anos do Real, é possível ver que, há dez anos, o país passou por um momento de incerteza parecido com o atual. A então presidente Dilma Rousseff colocava em operação um modelo alternativo ao tripé, a Nova Matriz Macroeconômica.

Os dois anos seguintes foram de crise e retração da economia.

Toda vez que, no atual mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstra simpatia pelas ideias que orientaram aquele experimento, a turbulência toma conta dos mercados.

Hoje, por exemplo, há dúvidas quanto ao futuro da perna fiscal do tripé. E receio de interferência política na perna monetária.

No fiscal, Haddad e Tebet preparam propostas para atacar renúncias fiscais e gastos obrigatórios. São temas impopulares. É pouco provável que Lula dê um sinal mais assertivo de apoio à dupla.

Até agora, o máximo que ele fez foi não interditar o debate, quando foi apresentado às dificuldades para se fechar a proposta de Orçamento de 2025. Pelo contrário, deu sinal verde às discussões.

As próximas decisões sobre gastos públicos dirão qual é o espaço disponível para o ajuste fiscal. No próximo dia 22, pode ser anunciado um contingenciamento de despesas, de forma a assegurar o cumprimento da meta de déficit zero de 2024. Se ocorrer, é certa a chiadeira da ala política do governo. No dia 31 de agosto, será apresentado o projeto de Orçamento para 2025, com possíveis medidas de contenção de despesas. Mais chiadeira.

Na política monetária, está em curso a reconstrução da imagem de independência técnica do Banco Central. O voto unânime pela manutenção da taxa Selic em 10,5% foi um primeiro passo.

Deve sair hoje o decreto que regula a meta contínua de inflação. Há um ano, Haddad anunciou que seria de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto, para valer a partir do ano que vem.

Aos trancos e barrancos, o tripé vai resistindo.

Dinheiro, tem

Voltou ontem à Terra a sonda espacial que os chineses enviaram para coletar material no lado escuro da Lua. Aquele país é uma potência científica e chegou a esse ponto gastando proporcionalmente menos do que o Brasil em educação, ressaltou o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega.

Os números são do Banco Mundial. Em 2020, o Brasil gastou 5,8% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em educação. A China, 3,3% de seu PIB. Com alguns períodos sem informação, a série histórica mostra o gasto brasileiro acima do chinês desde 1998.

Mas, notou o ex-ministro, os estudantes brasileiros estão na rabeira do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Na sua visão, falta qualidade no ensino.

Chamou a atenção de Mailson o olhar proposto por Tebet para os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Ela destacou que o país aportará R$ 72,4 bilhões no ensino básico em 2028 (ante R$ 2 bilhões em 2007), num momento em que o número de matrículas está em queda e os resultados no Pisa não são bons.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

O grande sustentáculo da estabilidade foi a mágica da URV. Por **Maria Clara R. M. do Prado**, de São Paulo

Polêmica do câmbio tomou conta do Real

Eram 4h30 da madrugada do dia 30 de junho de 1994. A equipe econômica, concentrada desde a véspera na sala de reuniões do quarto andar do prédio do Ministério da Fazenda, em Brasília, pôs finalmente um ponto final na redação da medida provisória que introduziria o real na vida dos brasileiros. As discussões se intensificaram naquelas horas derradeiras. Os temas mais polêmicos giravam em torno da definição das metas monetárias, da taxa de juros e do câmbio.

Após longo debate, concordou-se que a taxa de juros precisava ser alta, mas era impossível acertar o nível ideal sem saber como se comportariam os primeiros índices de preços do real. Foi arbitrada em 8%, em termos nominais. Sobre a política cambial, decidiu-se que a nova moeda começaria com taxa valorizada face ao dólar americano. Edmar Bacha, com toda a experiência que tinha da época do Plano Cruzado, chamou a atenção na reunião para a importância dos juros e do câmbio no reequilíbrio dos preços relativos, crucial para a estabilidade.

Não se conhecia àquela altura os efeitos que a polêmica política de valorização do câmbio causaria, para o bem e para o mal, nos anos à frente. O tema mais discutido na reunião foi a definição das metas monetárias, apoiadas pela maioria com vistas a sinalizar firmeza na condução do plano. A dúvida tinha a ver com algo que era impossível mensurar nos primeiros meses da estabilização. Ou seja, a quantidade de moeda demandada pela população. Havia ali um paradoxo intrínseco, pois quanto mais bem-sucedido o plano, maior a vontade do povo de carregar a moeda nova no bolso. Hoje, isso não teria a menor importância, tendo em vista a preferência generalizada pelas transações digitais. A rigor, já não tinha naquela época, mas causou muito barulho na mídia.

A Medida Provisória do Real, que tomaria o nº 542, foi publicada no "Diário Oficial" daquele 30 de junho — as máquinas da Imprensa Oficial ficaram ligadas toda a noite, à espera do texto — com vigência a partir do dia 1º de julho de 1994. Dela constavam as tais metas monetárias, além de outros dispositivos que não tiveram a menor relevância para a pretendida estabilidade da moeda. Muitos, nunca saíram do papel.

Um deles, o artigo 3º da MP, vinculava a emissão do real às reservas internacionais, em valor equivalente. Desde os tempos em que André Lara Resende se desligara da equipe econômica, em dezembro de 1993, a questão do lastro cambial nos moldes argentinos desaparecera do foco da equipe, mas optou-se por deixar inscrito aquele vínculo para fins de garantir credibilidade à nova moeda.

Um parágrafo daquele artigo mencionava a paridade de um para um entre o real e o dólar, sem entrar em detalhes. A rigor, estava longe de indicar a política cambial que seria implementada pela autoridade monetária, pela qual a paridade funcionaria como um limite para a taxa de venda do BC, enquanto que na ponta da compra de dólares a taxa flutuaria, sempre para baixo, uma espécie de banda informal assimétrica orquestrada por Gustavo Franco, então diretor da área internacional do Banco Central.

Pelo fato de ser o maior vendedor e comprador de divisas do país, o BC manobrou o nível do câmbio de modo a manter o real apreciado por muito tempo. A valorização cambial era consenso na equipe às vésperas do lançamento da nova moeda na suposição de que duraria semanas, talvez alguns meses, nunca anos. Nos primeiros dias de julho, o dólar foi cotado a R$ 0,93. Em 14 de outubro, chegou a R$ 0,827, maior valor do real, para desespero dos exportadores.

Outro ponto da MP que nunca saiu do papel foi o Fundo de Amortização da Dívida. Saudado pelo efeito que teria na redução da dívida pública federal — esta seria trocada em parte por quotas do fundo lastreadas em ações de empresas estatais — acabou por ser abandonado. Não por culpa do presidente Itamar Franco, que sempre se opôs à privatização, mas por desinteresse da própria equipe.

E assim, plena de balangandãs, a MP do Real entrou em vigor. Seria modificada várias vezes antes de virar lei, mas revelou-se uma peça secundária no processo de implementação do plano. O caminho já havia sido definido quatro meses antes, com a criação da URV (Unidade Real de Valor).

O grande sustentáculo da estabilidade foi, de fato, a mágica da URV, baseada na moeda indexada de André Lara Resende, algo que ele havia colocado em texto assinado com Pérsio Arida em 1984. Ao invés de duas moedas em circulação simultânea — a boa e a má —, optou-se por uma moeda virtual que funcionaria apenas como unidade de conta, uma ideia de Bacha, segundo Lara Resende. As pessoas não andavam com URV no bolso, mas todos os preços praticados em cruzeiro real passaram aos poucos a ser referenciados àquela unidade, cujo valor (em cruzeiro real) era fixado diariamente pelo Banco Central com base na evolução da média de três índices de preços.

Se uma URV valesse, por exemplo, CR$ 100,00 hoje, o preço de um saco de arroz de CR$ 250,00 teria o valor equivalente fixado em 2,5 URV. No dia seguinte, para uma URV valendo, por exemplo, CR$ 115, o saco de arroz que tivesse subido para CR$ 288,00 teria preço correspondente de 2,5 URV. Assim, foi introduzida a noção da estabilidade.

A mágica da URV demorou a ser entendida, até mesmo pelo staff do FMI, que nunca acreditou no Plano Real. Muitos não entendem até hoje. A ideia da moeda indexada era justamente a de manter estável a moeda boa, descontaminada da inflação, de modo que as pessoas abandonassem a moeda má e, com isso, a memória inflacionária. No dia 1º de julho de 1994, o cruzeiro real deixou de existir. O processo de distribuição das cédulas e moedas denominadas em real junto aos bancos começara muito antes, em grande operação logística copiada depois pelos europeus na introdução do euro.

Não há dúvida de que a valorização cambial também foi fundamental para dar sustentação ao plano. Em rápidas palavras, a intenção era atacar várias frentes: baratear os preços internos através da importação, de um lado, e com o desestímulo à exportação, de outro, e impulsionar o aumento da produtividade das empresas, além de estabilizar os preços cobrados pelos prestadores de serviço, uma vez que o dólar deixaria de ser atraente. O real, agora, valia mais do que a moeda americana. Tudo isso facilitava a recomposição dos preços relativos, além de segurar a inflação. Mas o prolongamento do câmbio apreciado criou profunda cizânia entre Gustavo Franco e Persio Arida, com custos a vários setores da economia.

Como tudo o mais na vida, o Real resultou de uma série de fatos que conspiraram a favor e que ocorreram muitas vezes de forma imprevisível. O impeachment de Fernando Collor colocou um presidente acidental no Palácio do Planalto, que deixou a equipe econômica fazer o que quisesse. Houve sugestões inapropriadas da parte de Itamar Franco, a maioria relacionada a aumentos dos servidores públicos, mas o medo de comprometer o sucesso do Plano falava mais alto. Sem ele, Fernando Henrique Cardoso talvez não tivesse usufruído de total liberdade para compor a sua equipe e para ser o grande mentor da estabilidade. Sem Itamar, dificilmente Rubens Ricupero teria sido ministro da Fazenda em sucessão a FHC, quando este desincompatibilizou-se para disputar a Presidência da Republica. Sem o envolvimento de Ricupero na divulgação das vantagens do Plano, em linguagem simples e direta, o Real não teria sido tão rapidamente acolhido pela população.

Todo o processo de comunicação do plano foi montado a partir da premissa de que a transparência da informação, dada a complexidade do programa, era peça fundamental para o sucesso da estabilidade. Ricupero falava para o povo, e os economistas do Real falavam para o mercado financeiro e para os empresários através dos formadores de opinião especializados. Cada etapa precisava ser bem explicada, sob pena de não se conseguir avançar com as decisões posteriores. Boa parte da credibilidade na nova moeda foi pavimentada pela estratégia de comunicação.

Obviamente, nem tudo foram flores. Em março de 1995, ocorreu a primeira grande crise causada pela política cambial. Persio Arida, então à frente do BC, já na presidência de Fernando Henrique, saiu do governo. Foi substituído por Gustavo Loyola. Dois anos depois, Gustavo Franco virou presidente do BC. A polêmica em torno do câmbio se arrastou durante todo o primeiro mandato de FHC. Em janeiro de 1999, um colapso definitivo levou ao abandono da política de administração cambial. O real passou a flutuar, sem bandas. Também as crises externas de 1997 e de 1998 colocaram em risco a estabilidade da nova moeda, sem falar nos percalços de ordem pessoal como foi o caso das conversas de Ricupero, captadas por antenas parabólicas, dois meses após o lançamento da nova moeda.

O fato é que o Real não apenas resistiu a tudo, mas fortaleceu-se ao longo do tempo. Ainda bem que aconteceu há 30 anos. Com a deterioração das condições políticas e a disfuncionalidade atual dos Poderes, a estabilização, nos moldes concebidos pelos formuladores do Real, teria sido praticamente impossível nos dias de hoje.

DIVULGAÇÃO

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, formada pela PUC-Rio, é autora do livro "A Real História do Plano Real", em versão impressa e digital.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

DM9

AUXÍLIO RESIDÊNCIA FISCAL

FASANO
Las Piedras
PUNTA DEL ESTE - URUGUAY

FACHADA DA POLO HOUSE BY NACHO FIGUERAS, COM 600 M²

RESIDÊNCIAS COM PROJETOS
TÃO EXTRAORDINÁRIOS
COMO O CENÁRIO LÁ FORA.

- OPÇÕES DE 440 M² COM 3 SUÍTES E 600 M² COM 5 SUÍTES
- RESIDÊNCIAS, LOTES E ESTÂNCIAS
- CAMPO DE GOLFE COM 18 BURACOS, CAMPO DE POLO E AEROPORTO PRIVADO
- HOTEL FASANO PUNTA DEL ESTE E FASANO SPA
- QUADRAS DE TÊNIS, BEACH TENNIS E MUITO MAIS

Para mais informações, entre em contato: +55 11 96713-8130 ou +598 92 204 937 • www.laspiedrasfasano.com laspiedras

Empreendimento localizado na Sexta Seção de Registradores do Departamento de Maldonado, Uruguai, Área Suburbana, em “Rincón de la Bolsa”, individualizado na matrícula sob o nº 9201.

Desigualdade Proposta pela presidência brasileira no G20, ideia é cobrar alíquota de 2% sobre estoque de riqueza de grupo de menos de 3 mil pessoas

Taxação a super-ricos pode render US$ 250 bi por ano, diz Zucman

Marcelo Osakabe
De São Paulo

O economista francês Gabriel Zucman revelou nesta terça-feira a proposta para um mecanismo de coordenação global que permita a taxação dos bilionários globais. Em seus cálculos, o imposto poderia levantar entre US$ 200 bilhões e US$ 250 bilhões por ano em tributos.

A ideia é assegurar uma taxação mínima de 2% sobre o estoque de riqueza deste grupo — ativos financeiros e reais, como imóveis e participações em companhias. Nas contas de Zucman, a alíquota média efetiva paga atualmente por este seleto grupo — cerca de 2,8 mil indivíduos em todo o mundo — gira em torno de 0,3%. Já a riqueza que concentram, em estimativa tirada da revista "Forbes", gira perto de US$ 1,42 trilhão.

"A tributação progressiva é um pilar-chave das sociedades democráticas. Graças à pesquisas recentes, ficou claro que os sistemas atuais não conseguem taxar os indivíduos mais ricos de forma efetiva", afirma o documento.

A proposta de Zucman foi encomendada pela presidência do Brasil no G20. Em fevereiro, ele esteve em São Paulo para defender a ideia a ministros de Finanças do G20 a convite do Brasil, país que preside o grupo neste ano. O francês também deve apresentá-la no próximo encontro de ministros de Finanças que acontecerá no Rio de Janeiro, entre os dias 25 e 26 de julho.

O modelo traz semelhanças com o imposto mínimo de 15% sobre lucros de multinacionais, iniciativa capitaneada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) com apoio G20 e que teve adesão de 130 países signatários — o Brasil é um deles, mas ainda precisa regulamentar o tema.

O mecanismo não substitui as regras tributárias locais, mas foi desenhado para fazer com que bilionários cujo pagamento de impostos não chegue a 2% de sua riqueza alcancem esse patamar.

"Por construção, o imposto seria aplicado sobre indivíduos que são, ao mesmo tempo, super-ricos e pouco tributados. Aqueles que já pagam mais de 2% não teriam carga extra", diz o relatório. Nas estimativas apresentadas, caso a taxação também alcance aqueles cujo patrimônio ultrapassou os US$ 100 milhões, ela traria uma arrecadação adicional de US$ 100 bilhões a US$ 140 bilhões por ano.

Em termos práticos, o documento prevê que governos nacionais signatários adotem mecanismos já aplicados ou que existem na forma de proposta, como o imposto sobre renda presumida, o imposto sobre renda em sentido amplo ou imposto sobre riqueza. O primeiro presume que a renda anual dos bilionários é uma fração de sua riqueza e foi aplicado na Colômbia entre 1974 e 2021. O segundo tem sido defendido pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e amplia a noção de renda incluindo, por exemplo, ganhos de capital não realizados (ativos que se valorizaram mas ainda não foram vendidos).

> Bilionários que pagam menos de 2% de tributo sobre fortuna teriam de pagar esse mínimo

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Zucman: desafio de melhorar a identificação dos beneficiários dos ativos e transparência na troca de informações

Segundo Zucman, são dois os principais desafios para a implementação do acordo. O primeiro é a necessidade de melhorar identificação dos beneficiários dos ativos, assim como a transparência e a troca de informações entre autoridades nacionais. Mudanças em formulários de declaração tributária já existentes, como o Common Reporting Standard (CRS) precisariam ser feitos para incluir informações sobre riqueza e renda. Uma vez que o grosso da riqueza dos bilionários existe na forma de ações de companhias multinacionais, apenas a identificação no balanço daqueles que detêm participação superior a 1% em cada companhia aberta seria um grande avanço neste sentido, defende.

O segundo é a resistência de setores e fatores geopolíticos que podem dificultar uma participação "verdadeiramente global". Neste caso, o relatório discute algumas formas de contornar a questão, como a criação de um "cobrador de impostos de última instância", semelhante ao que foi adotado no projeto que criou o imposto mínimo sobre multinacionais. Sob este mecanismo, países que aderiram ao acordo coletariam se responsabilizariam por coletar os tributos destinados a países não signatários.

Aos críticos que argumentam que um imposto do tipo pode ser ruim para a economia mundial por agir como um desincentivo ao empreendedorismo e à acumulação de riqueza, o documento ressalta que a taxa média de retorno sobre o capital destes indivíduos ficou em 7,2% nas últimas quatro décadas. "Uma alíquota bem aplicada de 2% reduziria a taxa líquida de retorno de 7,2% para 5,5%. Também não haveria preocupações sobre taxação dupla, uma vez que o tributo foi pensado para garantir apenas o mínimo de 2%", argumenta.

Já a coordenação global para aplicar um nível comum de tarifa — inicialmente proposto em 2% — seria necessária para enfrentar outra crítica que costuma surgir em discussões do tipo, o de que esses bilionários se mudem de país para evitar as novas regras. Outros mecanismos também seriam fortalecidos, como o de aplicar uma "taxa de saída" para cidadãos que queiram mover suas fortunas para outros países.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01	-0,55
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Inflação

Variação no período (em %)

	jun/24	mai/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice jun/24	Número índice mai/24	Número índice dez/23	Número índice jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	-	0,44	2,12	4,72	3,70	-	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	-	0,89	0,28	-3,18	-0,34	-	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	-	1,06	-0,42	-5,60	-1,73	-	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	-	0,44	2,17	3,40	2,96	-	732,02	716,46	709,20
INCC-M	-	0,59	1,69	3,32	3,68	-	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	-	0,09	1,61	3,15	2,66	-	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jun/24 0,40%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/24		-	Campo 7
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			+
4ª	30/08/24	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			+
7ª	29/11/24			Campo 9
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mar/24 Valor	mar/24 Var. %	abr/23 Valor	abr/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Conjuntura Economistas veem alta de preços do setor se estabilizando longe da meta geral de 3% do Banco Central

Alívio na inflação de serviços ruma para o fim e preocupa

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A desinflação de serviços no Brasil dá sinais de que, se já não acabou, está bem perto disso, porque dificilmente poderá contar com fatores que vinham ajudando nesse processo até então. O problema, dizem economistas, é que essa inflação de serviços, acompanhada de perto pelo Banco Central, deve se estabilizar em um patamar ao redor de 5%, muito distante do centro da meta de 3% perseguida pela autoridade monetária.

A partir de um exercício do próprio BC em um Relatório de Inflação (RI), a MCM Consultores separou a inflação de serviços acumulada em 12 meses por quatro fatores determinantes: o hiato do produto (nível de ociosidade da economia); a inércia (quanto a inflação de hoje é influenciada pela de ontem); as expectativas para a inflação futura e o "resíduo" (aquilo imprevisível, como choques).

"A principal conclusão é que essa desinflação pode estar perto do limite", diz Alexandre Teixeira, economista da MCM.

De janeiro a abril deste ano, a inflação de serviços tinha desacelerado um ponto percentual no acumulado em 12 meses, de 5,6% para 4,6%. Todos os fatores vinham jogando a favor, especialmente as expectativas e a inércia, segundo a MCM. Em maio, no entanto, a inflação de serviços voltou a acelerar para 5,1% em 12 meses.

A contribuição do hiato tem sido praticamente neutra há alguns trimestres. "Se ele não está zerado, está muito perto. Dá para ver isso também pelo mercado de trabalho, que está muito aquecido, o que pressiona salários e tende a contribuir para manter a inflação de serviços persistente", diz Teixeira.

Além disso, as expectativas de inflação estão em processo de desancoragem adicional, o que implica que sua contribuição para a desinflação daqui para frente

CLAUDIO BELLI/VALOR

Alexandre Teixeira: inflação corrente de serviços alta também incomoda BC

tende a ser progressivamente menor, segundo a MCM.

"Por ora, vemos que as expectativas também têm ajudado na desaceleração da inflação de serviços, mas não sabemos até quando. Na pesquisa Focus, a expectativa para 2025 está cada vez mais desancorada", diz Teixeira. A mediana das projeções coletadas pelo BC para a inflação do próximo ano saiu de 3,5% no início de 2024 para 3,85% nesta semana.

Sobra a inércia para continuar ajudando a desinflação de serviços, aponta Teixeira. Isso ainda pode acontecer, principalmente devido à importante desaceleração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) total no último ano — de 5,8% ao fim de 2022 para 4,6% em 2023 —, mas também há dúvidas sobre a sua intensidade, segundo a MCM.

Para uma análise mais detalhada, o Santander divide a inflação de serviços entre aqueles ligados à inércia (aluguel e cursos, por exemplo), à atividade (serviços gerais como bancário, cabeleireiro, manicure, hospedagem), a salários (como empregado doméstico) e outros (alimentação fora do domicílio e passagem aérea).

Em maio, os serviços ligados à atividade e os inerciais desaceleraram ante abril, de 5,9% para 5,5% e de 6,1% para 5,4%, pela ordem, na média móvel de três meses anualizada e dessazonalizada, uma forma de suavizar movimentos mensais, mas ainda captar a tendência "na ponta" de modo mais dinâmico do que em 12 meses.

> "Inflação de serviços inerciais deve andar de lado até o fim do ano"
> *Adriano Valladão*

"Essas aberturas subiram bastante uns quatro meses atrás, principalmente em fevereiro e, agora em maio, começaram a desacelerar", diz Adriano Valladão, economista do Santander. Os serviços ligados a salários, por outro lado, aceleraram de 5,9% em abril para 6,3% em maio, na média móvel.

A MCM também decompõe, a partir de metodologia do BC, a inflação de serviços em itens sensíveis à ociosidade — como estacionamento, mudança e conserto de veículo — e aqueles mais sensíveis à inércia — condomínio, transporte escolar e cursos, por exemplo.

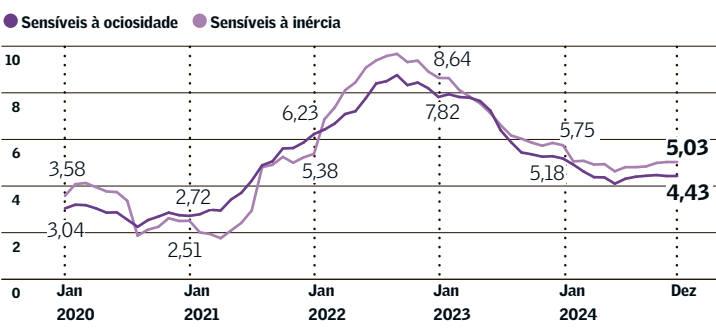
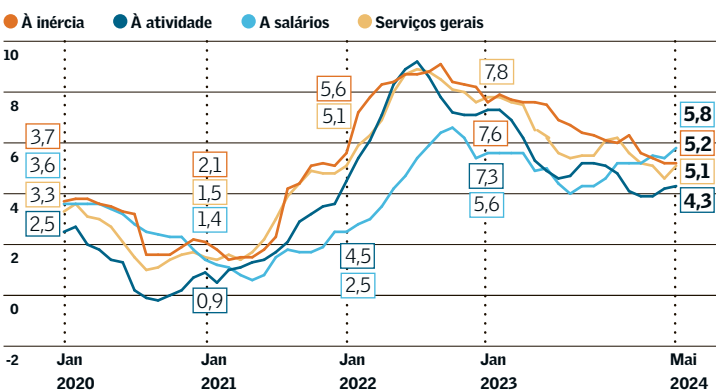
A inflação acumulada em 12 meses dos serviços sensíveis à ociosidade vinha desacelerando de janeiro a abril deste ano, de 5,18% para 4,38%. Em maio, no entanto, ficou praticamente estagnada, em 4,37%. Já a inflação dos serviços sensíveis à inércia até acelerou ligeiramente, de 4,92% em abril para 4,94% em maio.

Na média móvel de três meses anualizada e dessazonalizada, até abril, os indicadores mostravam oscilação ao redor de 4% no caso dos serviços sensíveis à ociosidade e ao redor de 5% entre os sensíveis à inércia. Em maio, porém, a inflação de serviços sensíveis à ociosidade acelerou para 4,3% e a dos itens sensíveis à inércia não cedeu de 5,1%, pela mesma média móvel.

"Ainda não dá para considerar que o dado de maio é formador de tendência, mas dá para afirmar com mais segurança que os fatores que contribuíram para a desaceleração da inflação de serviços desde o pico observado em 2022 vêm perdendo força", diz Teixeira.

Tanto que, ao considerar sua projeção para cada item do IPCA, a expectativa da MCM é que a inflação de serviços sensíveis à ociosidade chegue a 4,4% no acumulado em 12 meses até dezembro de 2024 (ou 5,2% na média móvel trimestral), enquanto a inflação dos serviços sensíveis à inércia iria para 5% em 12 meses (ou 5,4% na média móvel).

Sem alívio

Medidas detalhadas mostram esgotamento da desinflação de serviços

Fontes: MCM Consultores e Santander. *Projeções MCM Consultores

"A inflação de serviços está com um 'jeitão' de parar de cair, se estabilizar e até, provavelmente, voltar a subir um pouco até o fim do ano. O que pode levar à conclusão de que estamos próximos do fim desse processo de desinflação de serviços em um patamar muito distante da meta", afirma Teixeira.

Valladão, do Santander, diz ver uma inflação de serviços inerciais "andando de lado" até o fim do ano, podendo desacelerar levemente de 5,17% nos 12 meses até maio para 5,10% em dezembro.

"Para a inflação de serviços ligados à atividade temos uma projeção mais clara de desaceleração, de 4,28% em 12 meses até maio para 3,69% no fim do ano", diz. Algo similar vale para a inflação dos serviços ligados a salários, que deve ir de 5,76% para 5,10%, estima.

Todos os exercícios sugerem, segundo Teixeira, que o BC tem razão em ser mais cauteloso. Na semana passada, o seu Comitê de Política Monetária (Copom) interrompeu o ciclo de cortes de juros iniciado no ano passado.

"A desaceleração da inflação geral vinha sendo beneficiada pela desaceleração em alimentação e nos bens industriais. Até onde poderemos contar com preços de alimentos confortáveis e industriais arrefecendo? Quais serão os vetores daqui para frente? Porque o único grupo que o BC controla, que é o de serviços subjacentes, está rodando com alta de 4,8% em 12 meses", diz Marcela Rocha, economista-chefe da Principal Claritas.

A inflação de serviços é um "termômetro", segundo Rocha, para avaliar os impactos da atividade nos preços e também para as expectativas gerais de inflação.

Em um exercício em que investigam a relação entre as expectativas para inflação mensal e em 12 meses, Valladão e Henrique Danyi, também economista do Santander, concluem que leva de um mês e meio a três meses para essas métricas convergirem. Além disso, eles apontam que a inflação acumulada em 12 meses, provavelmente, desacelerará à frente, mas reconhecem que a recente depreciação do real, por exemplo, é um fator de risco altista.

"A inflação corrente de serviços alta incomoda e, no horizonte relevante da política monetária [2025, atualmente], a desancoragem das expectativas incomoda ainda mais. Mas, com a inflação de serviços parando de cair em 12 meses e se estabilizando em um patamar bem mais alto do que a meta, isso também tende a ser um fator de preocupação para o BC", diz Teixeira.

Cenário da economia derruba confiança de varejista

Alessandra Saraiva
Do Rio

A confiança do varejo mostrou segundo recuo consecutivo, na leitura da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que anunciou ontem o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec). Após queda de 0,2% em maio ante mês anterior, o indicador recuou 0,5% em junho em relação a maio, para 106,1 pontos. Na comparação com junho do ano passado, o recuo foi de 0,3%.

Uma maior cautela com as condições macroeconômicas do país, em especial juros e inflação, levou ao resultado negativo, de acordo com a entidade. O impacto da crise no varejo do Rio Grande do Sul, devido à fortes enchentes, também ajudou a derrubar a confiança do setor no mês.

Dos três tópicos usados para cálculo do indicador, dois mostraram recuo em junho ante maio. É o caso das retrações observadas em condições atuais (-0,4%) e expectativas (-1,2%). Por outro lado, foi observada expansão em intenção de investimentos (0,4%).

Já na comparação com junho do ano passado, dois dos três tópicos também mostraram queda: condições atuais (-2,6%); expectativas (-0,4%). Intenções de investimento, por sua vez, mostrou elevação, de 1,8%.

Em comunicado, o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, detalhou que o resultado foi influenciado por expectativas, do setor, em relação à decisões macroeconômicas, nos próximos meses. "Com o freio na queda da taxa Selic, imposto pelo Banco Central, e a incerteza em relação à inflação, o varejo deve adotar movimentos cautelosos no futuro próximo."

Felipe Tavares, economista chefe da CNC concorda e vai além. Ele comentou que as expectativas de longo prazo do comércio foram influenciadas por inflação acima do esperado, no mês passado; e por preocupações com quadro fiscal. No entendimento do especialista, essas questões elevam cautela do varejista e afetam humor do empresariado do setor.

O desempenho do Icec de junho também foi afetado pela crise no varejo gaúcho, No Icec do Rio Grande do Sul, houve queda de 2,1% em maio ante abril; e recuo de 8,6% em junho ante maio — o mais forte desde abril de 2021 (-10%). O Estado atualmente passa por forte crise, causada por enchentes desde fim de abril.

A CNC detalhou que o desastre ambiental no Estado também levou os comerciantes a repensar seus investimentos. O subindicador intenção de investimentos caiu 10,4% em junho ante maio, na região. Na mesma comparação, no Rio Grande do Sul, a intenção de contratação de funcionários caiu 13,7% e a de investimento em estoques retroagiu 6,9%. Já a percepção das condições atuais caiu 8,2% em junho ante maio, no Estado.

As expectativas dos comerciantes gaúchos também caíram, com recuo de 7,4%, em junho ante maio. Mas a CNC informou que, no caso desse tópico, mesmo com recuo, o indicador permaneceu acima do nível de satisfação (100 pontos), com 115,8 pontos. Para a organização, isso indica que os empresários gaúchos do setor estão confiantes em relação aos próximos meses, por causa das medidas já anunciadas de suporte ao Estado.

Lei de incentivo à reciclagem deve sair esta semana

Alex Jorge Braga
De São Paulo

O secretário nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, Adalberto Maluf, afirmou nesta terça-feira, 25, que a Lei de Incentivo à Reciclagem será regulada pelo presidente Lula na próxima quinta-feira, 27, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o chamado "Conselhão". A informação foi dada durante a live "Desafio da reciclagem de plástico e nova legislação", que foi promovida pelo **Valor** em parceria com o Valor Social, área de responsabilidade social da Globo.

Caso ainda não seja possível a regulação nesta data, Adalberto disse que poderá ocorrer no máximo em meados do mês que vem, quando haverá o encontro do Conselho Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadores e Catadoras de Material Reutilizável e Reciclável (CIISC). Além disso, ele afirma que juntamente haverá a publicação do decreto de Estratégia Nacional de Economia Circular, que já foi assinado pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) e pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede).

Chamada de "Lei Rouanet da Reciclagem", a legislação prevê um mecanismo de apoio ao setor via renúncia fiscal, que é semelhante ao da área cultural. Aprovado em 2021 pelo Congresso Nacional e promulgado em 2022 pelo então presidente Jair Bolsonaro, o texto possibilita a dedução de até 6% do Imposto de Renda de pessoas físicas e até 1% de pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real (até 1%) em troca de investimento em projetos de reciclagem.

Para 2024, de acordo com Adalberto, o orçamento provisionou R$ 316 milhões para esse gasto. Na conversa, o secretário ainda informou que podem ser beneficiadas ações de cooperativas de catadores, empreendimentos sociais solidários, organização de redes de comercialização, capacitação, formação, assessoria técnica, e pesquisas na área.

Para o presidente da Associação Nacional dos Catadores (Ancat), Roberto Laureano, esta legislação é um reconhecimento do que a categoria proporciona à sociedade. Além de um fortalecimento a todos que trabalham nesta função. "Temos a expectativa de que este recurso vai, de fato, para os catadores, e não para intermediários, que falam muito dos catadores, mas ficam com a maior fatia dos valores destinados à reciclagem", afirmou.

Sobre a reciclagem de plástico especificamente, Laureano afirma que é necessária uma valorização do material nos meios de reciclagem.

"Queremos que o plástico tenha o mesmo incentivo que o alumínio tem atualmente. Muitas vezes, concorremos com os próprios moradores para a coleta das latinhas", partilha.

Desde 2019, o Grupo Globo tem uma política interna de plástico zero nas suas dependências, segundo a analista da área de Gestão Ambiental Erica Cardoso.

Ela ainda salienta que são destinados para a reciclagem 80% das 12 mil toneladas de resíduos produzidos anualmente pela empresa. Segundo a profissional, a meta é reciclar 100% dos resíduos até 2030. O destino da maioria dos resíduos da instituição vai para cooperativas locais.

LEO PINHEIRO/VALOR

Adalberto Maluf, Erica Cardoso e Roberto Laureano: incentivo à reciclagem

Contas públicas Medida estimada em R$ 55,6 bilhões para cumprimento do arcabouço fiscal não atrai contribuintes e coloca execução da meta em xeque

Receita empaca sem adesões a condições especiais do Carf

Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira
De Brasília

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, revelou nesta terça-feira, 25, que ainda não houve adesão de contribuintes às condições especiais de pagamentos introduzidas em 2023 na Lei do Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf).

Até então, havia silêncio na equipe econômica sobre o desempenho dessa medida, estimada em R$ 55,6 bilhões e a maior em termos arrecadatórios tomada no primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para elevar receitas e atingir o déficit zero este ano. A falta de informações já havia feito com que agentes financeiros desconfiassem sobre o potencial arrecadatório a partir de julgamentos no órgão. A adesão zero, informada ontem, confirmou a tese, segundo especialistas.

De acordo com Malaquias, a Receita ainda está consolidando dados de arrecadação a partir de julgamentos do conselho recursal da administração tributária e, mais uma vez, não houve apresentação de números, ao contrário de outras medidas para elevar as receitas. "Ainda estamos vivendo o processo de adesão. A gente acredita que esse processo vai desenrolar até o fim do ano", alegou.

Na apresentação do último Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, em maio, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, havia dito que o fisco estava trabalhando em um processo de etiquetagem para apresentar os dados com a arrecadação do Carf, o que não ocorreu ontem.

A nova lei do Carf, sancionada em 20 de setembro do ano passado, prevê que, caso o contribuinte seja condenado por voto de qualidade (quando o desempate é pró-União), há exclusão de juros de mora em caso de manifestação para pagamento pelo contribuinte no prazo de 90 dias, que poderá ser parcelado em até 12 prestações mensais. Além disso, há exclusão de multas e cancelamento de representação fiscal para fins penais.

As novas condições eram tidas pela equipe econômica como fundamentais para que a Fazenda consiga arrecadar com os julgamentos, já que tradicionalmente os contribuintes, quando condenados, recorrem ao Poder Judiciário antes de realizar o pagamento.

Recentemente, o fisco negou um pedido do **Valor** via Lei de Acesso à Informação (LAI) sobre quantos contribuintes aderiram às regras especiais de pagamento previstas na lei do Carf, bem como quanto havia ingressado nos cofres públicos até o momento. Após o Ministério da Fazenda não fornecer os dados solicitados e a Receita descumprir o prazo de recursos em segundo grau, o fisco alegou que os dados não estavam consolidados.

Questionado sobre se será factível manter a previsão de arrecadação de R$ 55,6 bilhões a partir de julgamentos no órgão com a adesão zero até junho, Malaquias se limitou a dizer que uma nova estimativa será realizada e atualizada na apresentação do relatório de receitas e despesas do 3º bimestre, a ser divulgado no dia 22 de julho. Uma eventual revisão para baixo da previsão de arrecadação pode levar, por exemplo, o governo a realizar um contingenciamento de recursos para não descumprir a meta fiscal.

O Carf vem batendo recorde de julgamentos. Em abril, conforme mostrou o **Valor**, foram cerca de R$ 110 bilhões em processos analisados, a melhor marca desde dezembro de 2019, mas isso não significa que todo o valor entrará nos cofres, já que os contribuintes costumam recorrer das decisões ao Judiciário quando condenados.

> "Havia uma grande expectativa em torno da arrecadação que seria gerada"
> *Breno Vasconcelos*

"É, de fato, uma informação preocupante [adesão zero], já que, do lado do governo, havia uma grande expectativa em torno da arrecadação que seria gerada após a mudança das regras de julgamento no Carf", afirmou o advogado tributarista Breno Vasconcelos, professor do Insper e sócio do Mannrich e Vasconcelos. "Era esperado que a lei [do retorno do voto de qualidade] reduzisse a litigiosidade, porque criou um incentivo, antes inexistente, para a quitação dos débitos discutidos no Carf, ao permitir a exclusão de multas e juros de mora nos processos resolvidos pelo voto de qualidade. Esses casos deixariam de desaguar no Judiciário", considerou.

A diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) Vilma Pinto alertou que a previsão de arrecadação com o Carf sempre foi sensível, já que, mesmo com as condições especiais de pagamento, sempre há a possibilidade de recurso ao Judiciário. "Frustrações adicionais [de receita] adicionam risco ao novo regime fiscal e aumentam a probabilidade de ampliação do endividamento público para níveis ainda mais elevados", disse.

Daniela Silveira Lara, sócia do Rolim, Goulart, Cardoso Advogados, contou que, mesmo com as condições especiais de pagamento, os contribuintes, quando condenados no Carf, ainda têm analisado com bastante cuidado a opção de manter a discussão no Judiciário. "Entende-se que, se é voto de qualidade, tem argumento para os dois lados e prefere continuar a discussão no Judiciário, já que a discussão é boa [juridicamente]. Assim, prefere arriscar do que pagar mesmo sem multa", explicou.

WASHINGTON COSTA/MF

Claudemir Malaquias: "A gente acredita que esse processo vai desenrolar até o fim do ano"

Arrecadação federal cresce 10,5% reais em maio com fundos offshore

De Brasília

A arrecadação federal de impostos alcançou R$ 202,9 bilhões em maio e registrou alta real (descontada a inflação) de 10,46% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No acumulado deste ano, a arrecadação atingiu R$ 1,1 trilhão, com aumento real de 8,72%. Nos números atualizados pelo IPCA, o resultado de maio foi o melhor para o mês em toda a série histórica, com início em 1995. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o resultado também foi recorde.

O recorde no mês de maio foi influenciado principalmente por dois fatores, um positivo e um negativo: de um lado, a União arrecadou R$ 7,2 bilhões com a atualização dos recursos nos fundos offshore, que ocorreu no último mês. Já o destaque negativo foi uma perda estimada em R$ 4,4 bilhões decorrente da calamidade pública no Rio Grande do Sul.

Os dados foram divulgados ontem pela Receita Federal. Considerando somente as receitas administradas pela Receita, houve alta real de 10,4% em maio, somando R$ 196,6 bilhões. No ano, as administradas somaram R$ 1,034 trilhão, alta real de 8,74%. Já a receita própria de outros órgãos federais (dados de royalties de petróleo, por exemplo) foi de R$ 6,3 bilhões no mês passado, alta real de 12,6. No ano, a arrecadação de outros órgãos alcançou R$ 54,8 bilhões, alta real de 8,41%.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, explicou que a tragédia no Rio Grande do Sul tem reflexos na arrecadação federal em algumas frentes. Ao mesmo tempo em que os contribuintes das cidades afetadas poderão ficar dois meses sem recolher impostos federais (maio e junho), há ainda o diferimento do Simples Nacional e o próprio impacto da calamidade na atividade econômica, o que reduz a arrecadação de forma automática.

Assim, segundo ele, parte do que não foi arrecadado com o Estado gaúcho poderá ser recuperada. No entanto, outra parte não será recuperada em razão da perda de receitas da atividade econômica. O coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal, Marcelo Gomide, explicou que parte considerável da perda gaúcha é nas receitas previdenciárias, que soma cerca de R$ 1,4 bilhão.

Do ponto de vista da arrecadação diretamente administrada pela Receita, o Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) foi um dos principais fatores positivos em maio, apresentando arrecadação de R$ 23 bilhões, com crescimento real de 44,82%.

O disco também cita o desempenho do PIS/Pasep e a Cofins, que totalizaram uma arrecadação de R$ 40,522 bilhões no último mês, representando crescimento real de 11,74%, explicado, segundo a receita, pelo aumento real das vendas, do volume de serviços e do setor de combustíveis. Na mesma linha está o IRRF – Trabalho, que apresentou uma arrecadação de R$ 16,8 bilhões, crescimento real de 12,58%, dado o crescimento da massa salarial.

Todos os principais indicadores macroeconômicos desempenharam bem em abril, segundo a Receita, o que explicou também a alta dos impostos no mês de maio. "Há um crescimento médio de 8% em termos reais. Isso tudo é explicado pela ativação da atividade econômica, já que, com uma tração maior no consumo, há um desempenho nos tributos atrelados às empresas", afirmou Malaquias. *(GP e GP)*

Combate ao fogo no Pantanal terá R$ 100 milhões

Agência Brasil, de Brasília

O governo federal vai liberar R$ 100 milhões para ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de combate aos incêndios no Pantanal, bioma que está em situação de emergência.

Diante do aumento dos focos de incêndio no Pantanal, o governo acionou na segunda-feira (24) a sala de situação para definir medidas urgentes para controle do fogo na região. Além da liberação de recursos, foi definido o envio de brigadistas e de agentes da Força Nacional para as ações de combate e a visita de uma comitiva ministerial.

Na sexta-feira (28), os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, do Planejamento, Simone Tebet, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, devem ir a Corumbá (MS), cidade com maior concentração dos incêndios.

Conforme nota divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a visita dos ministros servirá para conhecer a realidade local, entregar equipamentos, aeronaves e conduzir equipes de brigadistas que atuarão no território. Os ministros ainda devem se reunir com autoridades e representantes da sociedade.

O combate aos incêndios no Pantanal terá o reforço de mais 50 brigadistas do Ibama e 60 agentes da Força Nacional.

Atualmente, a operação no território conta com a atuação de 175 brigadistas do Ibama, 40 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e 53 combatentes da Marinha. Eles agem em conjunto com polícias e bombeiros locais.

O Ministério da Defesa disponibilizará seis helicópteros, duas aeronaves e também embarcações necessárias ao transporte dos militares e brigadistas pelos rios. Uma das aeronaves militares de grande porte é o KC-390 Millennium, da Força Aérea Brasileira (FAB), com capacidade de carregar até 10 mil litros de água em cada voo para combater os incêndios.

O governo federal estuda ainda a implantação de base avançada, na estrada Transpantaneira, para que os brigadistas e combatentes do incêndio fiquem mais próximos aos focos de fogo e, desta forma, acelere a logística do trabalho.

Neste momento, as Forças Armadas já mantêm outras duas bases avançadas no bioma.

Entre 1º de janeiro e 23 de junho de 2024, a área queimada no bioma alcançou 627 mil hectares, ultrapassando em 142,9% os 258 mil hectares queimados em 2020, de acordo com a nota técnica do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lasa-UFRJ), sobre a evolução das áreas afetadas pelo fogo e das condições climáticas no Pantanal.

A Lasa-UFRJ explica que as altas temperaturas e a seca extrema e persistente dos últimos 12 meses levaram ao elevado acúmulo de material combustível em toda a região do Pantanal. A instituição confirmou ainda que os incêndios de 2024 foram originados a partir de ação humana.

A ministra do Meio Ambiente afirma que, neste momento, existam 27 grandes incêndios, sendo que 85% estão em propriedades particulares em Mato Grosso do Sul. "Os municípios que mais desmatam são também os mais atingidos pelos incêndios", disse Marina Silva.

Em desafio contra incêndios, bioma lidera perda de água

Victoria Netto
Do Rio

O Pantanal foi o bioma que mais perdeu superfície de água entre 1985 e 2023, de acordo com levantamento do MapBiomas Água divulgado nesta quarta-feira (26). A área hídrica do bioma ficou 61% abaixo da média histórica, totalizando 382 mil hectares, o que corresponde a 2% da superfície de água total do Brasil.

"O Pantanal em extrema seca já enfrenta incêndios de difícil controle", observa o especialista do MapBiomas Eduardo Rosa. O bioma registrou recorde de focos de fogo neste mês de junho, superando o mesmo período de 2020, pior ano em incêndios para a região. Como resposta, o governo federal anunciou que irá liberar R$ 100 milhões para ações do Ibama e do ICMBio para combater os focos de fogo.

De acordo com o coordenador do MapBiomas Água, Carlos Souza Jr, a tragédia no Pantanal também reflete o cenário de redução da umidade na Amazônia, que tem "extrema importância" para regular o ciclo hidrológico do Brasil e da América do Sul. Considerando a extensão territorial, a Amazônia foi o bioma que mais secou em 2023: a superfície de água da região foi cerca de 5,4% menor em relação a 2022, chegando a 12 milhões de hectares da região que concentra mais da metade da superfície de água do país (62%).

De julho a dezembro, os índices de chuva na Amazônia ficaram abaixo da média histórica, com o período de outubro a dezembro com as menores superfícies de água da série inteira. Souza Jr. avalia que as secas estão relacionadas às mudanças climáticas e ao desmatamento.

"Temos cada vez mais eventos extremos na Amazônia. As secas são alertas de que o bioma já está passando por transformações", diz. O coordenador explica ainda que existe uma interdependência entre floresta e água e que o desmatamento interfere diretamente nesse ciclo. "A Amazônia produz muita umidade e cerca de 50% do vapor d'água que a floresta emite para a atmosfera volta como chuva para a própria Amazônia, e o resto é transportado para outros biomas", afirma.

Já o Pampa sofreu com extremos de secas e inundações em 2023, com a superfície de água ficando 2% abaixo da média histórica. Os quatro primeiros meses de 2023 estiveram entre os cinco meses mais secos da série histórica do bioma, enquanto as cheias no Rio Grande do Sul entre setembro e novembro recuperaram parte da água.

Por outro lado, o Cerrado teve a maior superfície de água desde 1985: 1,6 milhão de hectares, 11% acima da média histórica no bioma. Caatinga e Mata Atlântica também estiveram acima da média de superfície de água em 6% e 3%, respectivamente.

A pesquisa mostra ainda que, em 2023, o Brasil teve queda de 1,5% da superfície de água em relação à média histórica. Houve baixa em todos os meses em relação a 2022, incluindo a estação chuvosa. A água cobriu 18,3 milhões de hectares do país, ou 2% do território nacional. Quando comparados ao início da série em 1985, os corpos hídricos naturais, como rios, lagos e lagoas, registraram um recuo de 30,8% em 2023 no país inteiro. Já os antrópicos — reservatórios, hidrelétricas, aquicultura e mineração — cresceram 26% na mesma base.

INÊS 249

MILTON MALUHY
CEO DO ITAÚ UNIBANCO E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

Contas públicas Estado terá revisão da dívida, e governo federal promete adiantar precatórios para injetar dinheiro na economia local

União antecipa compensação de ICMS em acordo com o RS

Flávia Maia
De Brasília

A União e o Rio Grande do Sul fecharam na terça-feira (25) um acordo parcial sobre a dívida do Estado durante audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF). Em um primeiro momento, a União se comprometeu a antecipar cerca de R$ 680 milhões relativos à compensação das perdas da arrecadação de ICMS dos combustíveis. O Executivo federal também deve antecipar cerca de R$ 5 bilhões no pagamento de precatórios para credores gaúchos, como empresas e pessoas físicas, injetando, assim, mais dinheiro na economia.

O acordo foi costurado durante a primeira audiência de conciliação entre União, Rio Grande do Sul e a Ordem dos Advogados do Brasil do Estado (OAB-RS) promovida pelo gabinete de Luiz Fux, do STF — o ministro é o relator da ação que discute a dívida do Estado. Uma segunda audiência de conciliação está marcada para o dia 13 de agosto.

"Concretamente, nós oferecemos ao Estado do Rio Grande do Sul, nesta primeira iniciativa, a primeira rodada de negociação é a antecipação do valor de R$ 680 milhões que ele teria direito a abater a dívida no ano de 2025", explicou Jorge Messias, advogado-geral da União, que participou das tratativas.

Paulo Pimenta, ministro-chefe da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, informou que, dos R$ 680 milhões antecipados, R$ 510 milhões vão para o Estado, e R$ 170 milhões, para os municípios. "Além disso, uma antecipação do pagamento de precatórios de quase R$ 5 bilhões vai irrigar a economia gaúcha, ajudando na atividade econômica do Estado, na manutenção dos empregos, tão importantes para nós neste momento", complementou Pimenta, que é gaúcho.

O governador do Estado, Eduardo Leite, afirmou que é preciso "solidariedade federativa" e afirmou que o orçamento do Estado é "comprimido" pelo pagamento da dívida. "Em situação ordinária, em uma situação de normalidade, fora dessa calamidade, o Estado já tinha dificuldades [em pagar a dívida com União]. Na calamidade, se não houver mudança dessas regras, o Rio Grande do Sul vai ter muita dificuldade de se reerguer. É muito importante que a gente tenha essa compreensão", afirmou.

A conciliação ocorre na Ação Cível Originária 2059 ajuizada pela OAB-RS, em 2012, que requer a revisão de cláusulas do contrato da dívida do Rio Grande do Sul com a União. Entre os pedidos, estão a alteração do sistema de amortização da dívida, a substituição do índice de atualização monetária e o recálculo da dívida.

No pedido mais recente, a OAB-RS defende a extinção total da dívida do Rio Grande do Sul. Alternativamente, a ordem requer o fim do pagamento de pelo menos 36 meses da dívida. Para a entidade, a dívida é "inconstitucional e ilegítima", e rompe com o pacto federativo e com o princípio da salvaguarda das gerações futuras. "A permanência de uma dívida, ainda que provisoriamente suspensa, inviabiliza o presente de reconstrução e tolhe um novo horizonte de esperança característicos da resiliência e da força deste povo", diz a peça anexada aos autos da ação no Supremo.

A OAB-RS também argumenta que a extinção da dívida do Estado não implicará precedente para que outro ente peça também o fim dos pagamentos, uma vez que a situação decorrente das enchentes é única.

Já a União defende que a extinção da dívida não é possível e já flexibilizou regras fiscais para o Rio Grande do Sul, além de adotar medidas contra a crise ambiental, com ações conjuntas dos Poderes Legislativo e Executivo. Segundo a AGU, foi determinada a suspensão da dívida pelo prazo de 36 meses, sem incidência de juros, a partir de 1º de junho de 2024.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Eduardo Leite: "Fora dessa calamidade o Estado já tinha dificuldades"

> "Precatórios de quase R$ 5 bilhões vai irrigar a economia gaúcha"
> *Paulo Pimenta*

Estados terão redução de juro para investir em segurança, diz Pacheco

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, nesta terça-feira (25), que chegou a um acordo com o Ministério da Fazenda sobre a renegociação da dívida dos Estados, que envolve a possibilidade da federalização de ativos e a redução dos juros em troca de investimentos na área da segurança pública. A conclusão das tratativas, segundo ele, depende do aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e dos governadores.

Em meio a embates com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Pacheco reclamou da demora do governo em resolver o impasse com os Estados, mas, ao mesmo tempo, reconheceu o "esforço" do Executivo em chegar a um entendimento.

Como mostrou o **Valor**, o presidente do Senado ameaçou travar a agenda do governo caso as suas demandas sobre a renegociação da dívida dos Estados não avançassem, mas a equipe econômica resistia a ceder.

O principal pleito do presidente do Senado envolvia justamente federalização de ativos, que, no caso de Minas Gerais, com dívida estimada em cerca de R$ 160 bilhões, pode significar a venda de empresas como a Codemig, a Copasa e a Cemig.

Pacheco falou sobre o tema à imprensa após se reunir com o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Haddad não participou, apesar de estar em Brasília.

"O tema da renegociação da dívida dos Estados vem se arrastando ao longo do tempo e é preciso reconhecer certo atraso na solução dessa questão, mas avalio que tivemos uma reunião positiva e até definidora", disse Pacheco inicialmente.

Ele afirmou que a Fazenda concordou, por exemplo, com a possibilidade da entrega de ativos dos Estados para amortização e pagamento da dívida com a União. "Diferentemente do que foi veiculado em algum momento de que isso não seria possível, muito ao contrário, o Ministério da Fazenda e o governo federal anunciam agora a possibilidade da entrega desses ativos como parte do pagamento", frisou.

Pacheco citou, ainda, que houve acordo sobre a redução do indexador de juros da dívida, de IPCA + 4%, com a possibilidade de haver como contrapartida investimentos dos Estados na área da segurança pública. A Fazenda já havia feito proposta semelhante, mas voltada somente ao ensino profissionalizante.

Além disso, Pacheco disse que a Fazenda aceitou que os Estados que venderem os seus ativos "terão como prêmio uma redução do indexador dos juros [do restante da dívida]". "De qualquer forma, essa proposta que foi aceita pela Fazenda me parece justa e razoável. Obviamente que vamos ouvir os governadores. Estamos próximos de chegar a uma solução", acrescentou.

Antes de o projeto começar a tramitar no Congresso a equipe econômica ainda tratará do tema com o presidente Lula, de acordo com o presidente do Senado. Em paralelo, Pacheco vai se reunir com o governador Romeu Zema (MG) nesta quarta (26). Ele também pretende falar com outros governadores.

Procurado, o Ministério da Fazenda não se manifestou oficialmente até o momento.

Leite prevê perda de até R$ 10 bi

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), estimou que a perda de arrecadação de ICMS do Estado devido às enchentes deve ficar entre R$ 5 bilhões a R$ 10 bilhões até o fim do ano. Até semana passada, a perda acumulada desde maio somava R$ 1,6 bilhão. Ele pediu ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que a União recomponha integralmente essas receitas.

"Só a União tem capacidade e ferramentas para emitir dívida", disse Leite, após reunião com os ministros Haddad e Paulo Pimenta (Secretaria de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul).

O pedido do governador é para que a União apure a cada bimestre a perda de arrecadação, comparando com o mesmo período do ano anterior, e faça a recomposição integral das receitas perdidas. "Estados não têm como suportar essas perdas", disse.

Questionado se o governo do Estado não poderia absorver essas perdas com os recursos arrecadados com privatizações, por exemplo, Leite negou. "Receitas extraordinárias devem voltar em investimento [para o Estado], não para cobrir déficit."

Ele também disse que, no momento, a perda de arrecadação está sendo suportada pelos recursos em caixa do Estado, mas que esse dinheiro é finito. "Se o dinheiro não for recomposto, haverá recursos para reconstruir [o Estado], mas serviços à população terão perdas."

Ainda de acordo com Leite, caso não haja ajuda federal, o governo do Estado terá de "puxar o freio de mão" nos gastos, prejudicando a população do Estado. "Vamos trabalhar para que não haja atraso de salários, mas teremos que atender menos a população em várias frentes."

Após a fala de Leite, Paulo Pimenta disse que a União vai acompanhar a execução orçamentária do Estado para construir "medidas compensatórias", caso a perda de arrecadação se confirme.

"Assim como antecipamos FPE e FPM [fundos de participação dos Estados e municípios], outras medidas podem ser adotadas [para o Rio Grande do Sul]. Não haverá óbice para encontrar mecanismos de compensação. Agora, o importante é acompanhar a execução orçamentária até junho e ver a diferença. Vamos trabalhar em cima desses números", comentou o ministro.

Contudo, ele afirmou "torcer" para que o Estado retome a atividade econômica, e que a projeção de perda de arrecadação feita pelo governador não se realize. "Há um grande volume de recursos sendo injetados na economia do Rio Grande do Sul pelo governo federal, são R$ 90 bilhões", citou Pimenta. O ministro Fernando Haddad não falou após o encontro.

Ainda durante a reunião, o governador do Rio Grande do Sul pediu ao governo federal que o dinheiro economizado com a suspensão da dívida do Estado possa ser usado para pagar despesas de custeio, hipótese que foi negada por Pimenta.

Segundo o ministro, a legislação estabelece que os recursos precisam ser utilizados para investimento, não custeio, e esse será o critério a ser adotado na regulamentação, que ainda será publicada pelo governo federal. "Não cabe ao governo fazer regulamentação em desacordo com lei federal", disse o ministro.

Ele reforçou que o Estado poderá usar o dinheiro para contratar máquinas, adquirir diques, entre outras demandas, mas, em relação a usar os recursos para pagar auxílio à população do Estado, Pimenta disse entender que a legislação não permite. "Talvez tenha que ser feita uma consulta ao TCU [Tribunal de Contas da União]."

Leite pediu que a regulamentação não seja restritiva, para que o Estado possa aplicar os recursos economizados com os juros da dívida em várias frentes.

Já Pimenta frisou que o governo federal vem apoiando o Estado em várias frentes e citou o valor de R$ 680 milhões que será repassado ao Estado gaúcho em virtude das perdas de ICMS causadas pela legislação federal que reduziu a tributação sobre combustíveis. O valor será creditado em dinheiro. Antes, o repasse seria abatido da dívida pública.

Poderes Pacheco discorda de decisão e Lira cria comissão para analisar PEC das drogas

STF libera porte de maconha; Congresso reage

MARIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 18/6/2024

Lira: presidente da Câmara formalizou a criação da comissão especial da PEC das Drogas, que criminaliza o porte ou a posse independentemente da quantidade

Flávia Maia, Julia Lindner, Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Em uma decisão que acirrou atritos com o Congresso, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) descriminalizaram na terça-feira (25) o porte de maconha para uso pessoal. Por maioria de votos, a Corte deliberou que o usuário que estiver portando certa quantidade de maconha — ainda a ser definida — não responderá mais pelo crime de posse e porte de drogas para uso próprio e poderá ser submetido a sanções administrativas, como medidas educativas e advertência. O julgamento será retomado nesta quarta-feira, quando os magistrados devem fixar uma tese que determinará, entre outros pontos, critérios para diferenciar usuários de traficantes de drogas.

A reação do Legislativo, onde o tema também é tratado, veio logo após a sessão. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), formalizou a criação da comissão especial da proposta de emenda à Constituição (PEC) das Drogas — que criminaliza o porte ou a posse de qualquer quantidade de drogas.

Este era o passo formal que faltava para o andamento da proposta. No dia 12 de junho, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, por 47 votos a 17, o parecer do deputado Ricardo Salles (PL-SP) a favor da admissibilidade da PEC.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que discorda da decisão. "Considero que uma descriminalização só pode se dar através do projeto legislativo, não por uma decisão judicial", declarou a jornalistas.

Pacheco é autor da PEC, já aprovada pelo Senado e que agora tem a criação da comissão especial formalizada na Câmara, para criminalizar a posse ou o porte de qualquer quantidade de droga.

Segundo o presidente do Senado, o STF invade a competência do Legislativo e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ao tomar a decisão destacando um determinado tipo de entorpecente.

Lira evitou se posicionar publicamente sobre o resultado do julgamento da Corte, mas admitiu a interlocutores que concorda com a opinião dada por Pacheco.

Além da descriminalização, os ministros do STF formaram maioria quanto à necessidade de definição de critérios objetivos para diferenciar usuários de traficantes. Os valores propostos pelos ministros são 25, 40 e 60 gramas ou seis plantas fêmeas de cannabis. A possibilidade de 40 gramas foi inserida pelo presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, na sessão de terça.

A definição sobre a gramatura deve constar da tese a ser discutida na sessão desta quarta. Os ministros também vão deliberar se fixam ou não um prazo para o Congresso ou o Executivo definirem as quantidades.

Mesmo sem a definição de uma gramatura específica, a maioria dos ministros adere à corrente da presunção relativa, ou seja, além da quantidade apreendida outros elementos são levados em consideração pelas autoridades policiais e judiciais como a forma e local onde ocorreu a apreensão, circunstâncias sociais e pessoais do autuado, conduta e antecedentes criminais.

Os ministros definiram ainda que é preciso descontingenciar o Fundo Nacional Antidrogas (Funad) para campanha de esclarecimento contra o uso de drogas e reafirmaram que não é legítimo o consumo de maconha em local público.

Durante a sessão, Barroso, frisou que a Corte não estava deliberando sobre a legalização das drogas. "Em nenhum momento, nós estamos legalizando as drogas. Estamos deliberando a melhor forma de enfrentar essa epidemia do Brasil. Droga é ruim e estado deve evitar o consumo", afirmou o magistrado.

> "Descriminalização só pode se dar através do projeto legislativo"
> *Rodrigo Pacheco*

Votaram pela descriminalização com algumas diferenças: Gilmar Mendes, Edson Fachin, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes. Os ministros Dias Toffoli e Luiz Fux entendem que a lei é constitucional e deve ser mantida porque desde a sua concepção ela não criminaliza o usuário. Votaram contra os ministros André Mendonça, Nunes Marques e Cristiano Zanin.

A sessão começou com um esclarecimento sobre o voto de Dias Toffoli. Na semana passada, o magistrado havia manifestado entendimento de que a lei deve ser mantida, mas ela não criminaliza o usuário. Na terça, ele esclareceu que é a favor da descriminalização. No seu voto, o ministro também fez um apelo ao Legislativo e Executivo para que, no prazo de 18 meses, formulem e efetivem uma política pública de drogas e que fixem critérios objetivos de diferenciação entre usuário e traficante de maconha.

O ministro Luiz Fux, que também votou na terça, foi em uma linha similar à de Toffoli. Cármen, a última a votar, foi favorável à descriminalização, porque, em sua visão, é um ilícito administrativo e não penal.

"Aquele menino, aquele rapaz, aquela pessoa que fosse pega em determinada localidade, com determinadas características pessoais, era considerado traficante, com uma quantidade de droga muito menor do que outro, em outra situação, em outro local, com outras características pessoais, passava a ser considerado apenas usuário", disse a ministra.

A discussão chegou ao STF por meio de um recurso ajuizado pela Defensoria Pública de São Paulo questionando uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que manteve a condenação de um homem à pena de dois meses de prestação de serviços comunitários por ter sido pego com três gramas de maconha no presídio.

A partir deste recurso, os ministros passaram a analisar a aplicação do artigo 28 da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), que prevê sanções alternativas para quem compra, porta, transporta ou guarda drogas para consumo pessoal. A norma abrange também quem semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de produtos ou substâncias capazes de causar dependência.

O tema começou a ser julgado no Supremo em 2015, com o voto do relator, ministro Gilmar Mendes. Inicialmente, Mendes votou pela descriminalização do porte de todo e qualquer tipo de droga. No seu voto, ele defendeu que as sanções previstas na Lei Antidrogas fossem mantidas como sanções administrativas, afastando os efeitos penais.

O julgamento chegou a ser suspenso em 2017, por um pedido de vista do ministro Teori Zavascki, morto em janeiro de 2017. O tema só voltou para a pauta do STF cinco anos mais tarde, em 2023, quando Alexandre de Moraes — que substituiu Teori — votou pela descriminalização e propôs a quantidade de 60 gramas para diferenciar usuários de traficantes.

Após o voto de Moraes, o relator Gilmar Mendes reajustou o voto e limitou a descriminalização do porte de drogas à maconha. A ministra Rosa Weber também votou pela descriminalização do porte de maconha e pelo parâmetro de 60 gramas para diferenciar usuário e traficante.

A primeira divergência partiu de Cristiano Zanin, que entendeu pela manutenção da criminalização. Zanin foi favorável à ideia de que a Corte fixe critérios para diferenciar usuários de traficantes, sugerindo a quantidade de 25 ou 40 gramas ou seis plantas fêmeas como parâmetro. Os ministros André Mendonça e Nunes Marques também divergiram do relator e votaram pela constitucionalidade da Lei Antidrogas.

O ministro André Mendonça seguiu o voto de Zanin e, em acréscimo, seguindo Dias Toffoli, estabeleceu um prazo de 18 meses para que o Congresso defina sobre quantidade mínima de drogas para diferenciar consumo e tráfico.

Pergunte aos dados

César Felício

Maconha no Brasil é tabu, como era nos EUA

A maioria já formada no Supremo Tribunal Federal (STF) a favor da descriminalização do porte da maconha em pequenas quantidades bate de frente contra a opinião média do brasileiro. Esta bandeira, no Brasil, é uma causa de elite. Segundo pesquisas Datafolha realizadas entre setembro de 2023 e março de 2024, o percentual da população que se declara contra a descriminalização subiu de 61% para 67% e a parcela favorável caiu de 36% para 31%. Não há diferença significativa nessa maioria em relação a gênero. Jovens são um pouco menos taxativos, mas ainda assim 55% dos pesquisados entre 16 e 24 anos eram contra. Nem mesmo entre lulistas e bolsonaristas há muita divisão. 61% dos que apontavam o PT como partido favorito são contra a descriminalização e 81% dos que preferiam o PL manifestavam seu rechaço. O único segmento em que o resultado vira é na faixa mais alta de renda. Acima de 10 salários mínimos, 51% são a favor da posição manifestada pelo STF.

Uma pesquisa mais antiga, de 2018, dentro do projeto World Values Survey (WVS), que realiza levantamentos comparativos de opinião em diversos países, apontou que 67% dos pesquisados brasileiros não gostariam de ser vizinhos de consumidores de drogas ilícitos, mas apenas 30% se sentiriam incomodados se morassem próximos de um alcoólatra. A pesquisa WVS mostrava que essa era uma realidade com a qual os brasileiros precisavam conviver. Perguntados se observavam venda de drogas nas ruas, 35% disseram que "muito frequentemente" e 23,4% afirmaram que "frequentemente". Não há cruzamento de renda na pesquisa WVS, mas é de se supor que essa é uma realidade presente nos bairros mais pobres, não naqueles onde estão os que ganham acima de 10 salários mínimos.

É um quadro diferente da americana, onde a opinião pública faz clara distinção entre drogas leves e pesadas. De acordo com levantamento da Gallup, nada menos que 70,4% dos americanos eram a favor da maconha em 2023. Não obstante, 45% dos americanos disseram que o problema de drogas no País era "extremamente sério" e 23% disseram ser "muito sério".

Nem sempre foi assim, contudo. No ano 2000, ocasião em que as eleições presidenciais terminaram quase que rigorosamente empatadas entre o republicano George W. Bush e o democrata Al Gore, apenas 31% dos pesquisados pelo Gallup nos Estados Unidos se diziam a favor da liberação, exatamente o mesmo percentual registrado hoje no Brasil. A maconha ainda era um estigma capaz de provocar desgaste na imagem do então presidente Bill Clinton, ridicularizado alguns anos antes por dizer que havia fumado um baseado, mas não tragado. Também caiu a soma dos que, maconha à parte, diziam que o consumo de drogas era um problema extremamente sério ou muito sério. Foi de 83% em 2000 para 68% agora.

O brasileiro de hoje está próximo do americano de 2000, mas não em um indicador. Segundo o levantamento do Datafolha de setembro último, somente 22% dos brasileiros admitiam que usaram maconha alguma vez. Nos Estados Unidos há 24 anos eram 34% os que respondiam que fizeram uso da substância. É possível inferir que o consumo de maconha era maior nos EUA naquela época do que no Brasil hoje, mas talvez haja aqui uma questão de sinceridade. Ao analisar esse dado, é preciso ter em mente que admitir usar maconha no Brasil hoje ou nos EUA em 2000 significa ou significava assumir que se fez algo ilegal. É provável que muitos pesquisados se sintam constrangidos em fazê-lo. Atualmente nos EUA o uso da maconha é livre em diversos Estados.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Empreiteiras aceitam, com ressalvas, revisão da leniência

Isadora Peron e Guilherme Pimenta
De Brasília

As empreiteiras que negociam a revisão dos acordos de leniência fechados na esteira da Operação Lava-Jato decidiram aceitar a proposta do governo federal, mas apresentaram uma série de ressalvas, que ainda serão analisadas pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Como nem todas as empresas concordaram expressamente com os termos propostos, interlocutores do governo afirmam que ainda haverá uma avaliação sobre quais novos acordos vão prosperar.

O governo cobrou que as empreiteiras dessem uma resposta até segunda-feira, porque termina nesta quarta-feira (26) o prazo concedido pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), para que as partes chegassem a um entendimento.

A última oferta do governo foi uma redução de 50% no valor da multa das empresas. Esse "desconto" será dado a partir de um mecanismo chamado "prejuízo fiscal", que é previsto em lei e funciona como uma espécie de moeda de troca. Tratam-se de créditos que a empresa tem direito por ter antecipado o pagamento de tributos sobre um lucro que, no fim, não se concretizou.

Desde o início das negociações, essa possibilidade estava no horizonte, mas havia impasse em relação aos valores: as empresas queriam chegar ao montante máximo que prevê a legislação de 70%, e o governo havia estipulado o patamar de 30%.

O uso desses créditos para renegociação de dívidas, no entanto, é visto internamente pelo governo como uma medida excepcional, ou seja, que não deve ser adotada em qualquer caso.

Participam das negociações a Novonor (antiga Odebrecht), Andrade Gutierrez, Braskem, Camargo Corrêa, Nova Participações (antiga Engevix), Metha (antiga OAS) e UTC Engenharia. Hoje, os valores devidos pelas empresas ultrapassam os R$ 8 bilhões.

O principal ponto de divergência é que o desconto será calculado com base no saldo restante dos acordos. O parâmetro é considerado injusto por empresas que já pagaram uma parcela maior dos valores devidos, pois vai beneficiar o "mau pagador".

"A gente reconhece que foi feito o esforço máximo, de todas as partes. E o acordo que se chegou é o possível, apesar de não ser o ideal, para ambos os lados. Mas conciliação é isso", avaliou o advogado Marco Aurélio de Carvalho, que representa a Camargo Corrêa.

Segundo o **Valor** apurou, o governo tem sinalizado para as empreiteiras que essa é a última "janela de oportunidade" para revisar os acordos da Lava-Jato. Relatos apontam que a negociação foi tensa desde o início e enfrentou resistência da equipe econômica.

A possibilidade de os acordos serem repactuados foi aberta em fevereiro, por Mendonça. Ele é o relator de uma ação que questiona a validade dos pactos celebrados durante as investigações sobre os desvios na Petrobras, que atingiram não só a classe empresarial, mas os principais nomes da política nacional.

O primeiro prazo concedido pelo ministro encerrou em 26 de abril, mas como não foi possível chegar a um consenso, o governo pediu mais um tempo para que as discussões continuassem.

Cenários para a articulação política e um ajuste fiscal

Fernando Exman

Em uma de suas célebres frases, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães dava a receita para um político se relacionar com jornalistas. "Há três tipos de repórteres: o que quer dinheiro, o que quer notícia e o que quer emprego. O correto é não dar dinheiro a quem quer notícia, notícia a quem quer emprego e emprego a quem quer dinheiro", dizia o baiano do extinto PFL, morto em julho de 2007. Transpondo para a política, esse é o desafio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na articulação com o Congresso.

Existe uma fórmula para os articuladores de qualquer governo. É um tripé composto pela liberação de emendas parlamentares ao Orçamento, acesso a aliados às estruturas de poder e coparticipação na formulação de políticas públicas.

Nunca foi suficiente, por exemplo, somente liberar emendas para o senador que tem como prioridade indicar afilhados políticos para cargos. Ou, então, apenas consultar determinado deputado sobre uma medida em gestação sem que ele possa ter instrumentos para influenciar os rumos da política em seu berço eleitoral. Quase todos querem a atenção do presidente.

Um dos desafetos de ACM durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro Eliseu Padilha ficou famoso por saber o "mix" que atenderia cada senador ou deputado. Com suas planilhas, mapeava os votos do Congresso como poucos. Ex-ministro dos governos FHC, Dilma Rousseff e Michel Temer, falecido há pouco mais de um ano, tem sido lembrado por aqueles que tentam analisar as atuais turbulências políticas.

Conta-se que começou anotando em cadernos os pedidos que deputados faziam a Temer, quando este ainda era líder do MDB na Câmara, após perceber que o atendimento das demandas se refletia no painel de votações. Após ser indicado para o Ministério dos Transportes, pasta com robusta capacidade de realizar entregas, passou a entender melhor como a troca de favores poderia facilitar a articulação política. Após deixar o governo, percorreu o país para ajudar a consolidar o comando de Temer no partido, momento em que compreendeu como as bases eleitorais podem influenciar os votos no Congresso.

Sempre trabalhou com uma margem de 10% de traição. Outra regra de ouro era conhecer, individualmente, cada deputado e senador. Mas também saber quais lideranças tinham que ser procuradas para mobilizar grupos suprapartidários de parlamentares.

Em outra frente, monitorava a força de grandes empresas entre os congressistas e o apelo de setores econômicos no Legislativo. Essa dinâmica ainda existe, como é possível perceber em meio à tramitação da reforma tributária e aos obstáculos enfrentados por alguns projetos da agenda econômica.

A palavra só era empenhada após um acordo prévio com o presidente da República e os ministros da área econômica. Às vezes, um telefonema do chefe ou um cafezinho no gabinete presidencial mudavam o rumo de uma sessão: prestigiar determinados interlocutores sempre foi fundamental. No entanto, nunca o presidente entrava em campo sem ter todas as informações necessárias em mãos. O sucesso era compartilhado com líderes e ministros políticos, que se credenciavam cada vez mais junto às bancadas.

Errar na aplicação dessa fórmula pode resultar em profundas crises políticas. O mensalão é um exemplo. Pivô do escândalo, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) abordou o assunto durante entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, em junho de 2005: "É mais fácil você pagar aluguel a um deputado do que discutir um projeto político com ele, do que partilhar poder com um partido que o apoia".

É preciso reconhecer que o atual articulador político hoje precisa lidar com fatores que inexistiam nos primeiros mandatos de Lula. As redes sociais mudaram o comportamento dos parlamentares durante as votações, fenômeno já percebido por Eliseu Padilha durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e que só se intensificou desde então. Há menos previsibilidade, diante das cobranças em tempo real do mundo virtual.

Há ainda a crescente impositividade das emendas parlamentares. O Palácio do Planalto até consegue influenciar o ritmo de liberação dos recursos, mas a relação entre os Poderes mudou. Uma das bases do tripé da articulação política está prejudicada.

Restam as outras. Porém, sem assegurar que os parlamentares se sintam parte do processo de formulação de políticas públicas, aumenta o risco de paralisa da agenda legislativa do governo ou de Lula assistir ao Congresso aprovar temas que se chocam com a sua plataforma de governo, como o projeto antiaborto e a taxação de compras internacionais acima de US$ 50. O diálogo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre as dívidas dos Estados pode ser lido neste contexto.

Um mapeamento do sentimento do Congresso sobre a situação fiscal pode aferir que existem aliados interessados em promover um ajuste. Porém, estes querem ouvir do próprio presidente se há real disposição do Planalto em empreender um esforço nesse sentido. Não irão assumir inteiramente a responsabilidade e o ônus político, sobretudo quando o PT é o primeiro a contestar qualquer proposta colocada sobre a mesa.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Letra de Crédito de Desenvolvimento será utilizado por bancos públicos de fomento para captação de recursos com isenção de IR

CAE aprova projeto que cria o LCD, novo título de renda fixa

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

Omar Aziz: relator da matéria manteve o texto aprovado na Câmara e fez apenas ajustes de redação em seu parecer

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, em votação simbólica na terça-feira (25), o projeto de lei (PL) que cria a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), novo título de renda fixa que será utilizado por bancos públicos de fomento para captação de recursos com isenção de Imposto de Renda (IR) para os investidores. A proposta seguiu para análise do plenário da Casa.

Relator da matéria, o senador Omar Aziz (PSD-AM) manteve o texto aprovado na Câmara dos Deputados e fez apenas ajustes redacionais em seu parecer.

A criação da LCD foi proposta pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com o objetivo de expandir as fontes de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mas o instrumento poderá ser utilizado também pelos bancos estaduais de desenvolvimento, como o BDMG (de Minas Gerais), o Bandes (Espírito Santo) e o BRDE (da região Sul do país).

O novo título de renda fixa terá isenção similar à da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e das Letras de Crédito Imobiliários (LCI), ou seja, o investidor não pagará Imposto de Renda e não terá incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O governo estima renúncia de receita de R$ 312,5 milhões para 2024, R$ 937,4 milhões para 2025 e R$ 1,2 bilhão em 2026.

O projeto flexibiliza a emissão de LCA, permitindo que as operações de repasse interfinanceiro envolvendo a agropecuária (como compra de equipamentos) possam ser usadas como lastro para emissão desses títulos.

Os ministros do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e da Fazenda, Fernando Haddad, defendem que a LCD captará recursos para ajudar a transição energética e combate às mudanças climáticas.

A estimativa do governo é que as LCDs não concorram com as LCAs e LCIs. A expectativa do Executivo é que o novo papel corresponda, nos anos iniciais, a menos de 5% do estoque de instrumentos incentivados atualmente existentes, por causa da limitação no número de emissores. Há uma trava a emissão de R$ 10 bilhões por ano por instituição financeira.

Estudo divulgado pelo BNDES aponta que os instrumentos incentivados de captação de recursos do mercado de capitais cresceram de um estoque de R$ 500 bilhões em 2019 para R$ 1,4 trilhão ao fim de 2023, mas que a maior parte desses valores "foi destinada a refinanciamento de passivos e capital de giro das empresas".

O projeto também permite ao BNDES adotar outras taxas de juros para remunerar o FAT e o Fundo da Marinha Mercante (FMM), hoje suas principais fontes de financiamento. O banco poderá usar a taxa Selic e uma taxa prefixada para as micro e pequenas empresas (MPME) no lugar da Taxa de Longo Prazo (TLP), criada no governo Michel Temer (MDB) para reverter os empréstimos subsidiados que vigoraram nos governos anteriores do PT.

A proposta também prevê a autorização para que Estados e municípios com excedente de arrecadação possam instituir "fundos soberanos subnacionais". Eles serão regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com regras de governança, sistemática para aportes e retiradas e mecanismos de avaliação, monitoramento e transparência.

Também na terça, a CAE aprovou projeto que flexibiliza a área de atuação das Empresas Simples de Crédito (ESC). A proposta também segue para o plenário da Casa.

O texto permite que as ESCs atuem em todo o território nacional, em vez de estarem limitadas ao município de registro e municípios vizinhos, possibilitando o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas em diversas regiões do país.

Paes busca chapa 'pura' para tentar reeleição no Rio

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL — 20/3/2024

Paes: cotado para disputa estadual em 2026, prefeito do Rio quer alguém de seu núcleo político para vaga de vice

Camila Zarur
Do Rio

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD) busca alternativas para garantir uma chapa "pura" na disputa à reeleição este ano. O PT tenta emplacar no posto de vice o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado (Alerj) André Ceciliano, mas Paes reluta em ter ao seu lado qualquer um que não seja do seu núcleo político mais próximo. Diante das investidas petistas, o entorno do prefeito pensa em alternativas para não ter que abrir mão de uma chapa pura na eleição deste ano.

As duas opções colocadas à mesa, segundo aliados do prefeito, miram as eleições de 2026. Existe a possibilidade, já bastante ventilada, de que Paes se candidate ao governo do Estado — sendo esse um dos motivos para que ele queira um aliado próximo como vice agora. Neste sentido, uma das alternativas para não ter o PT em sua chapa, mas também não deixá-lo de mãos abanando, é oferecer a vice na disputa estadual.

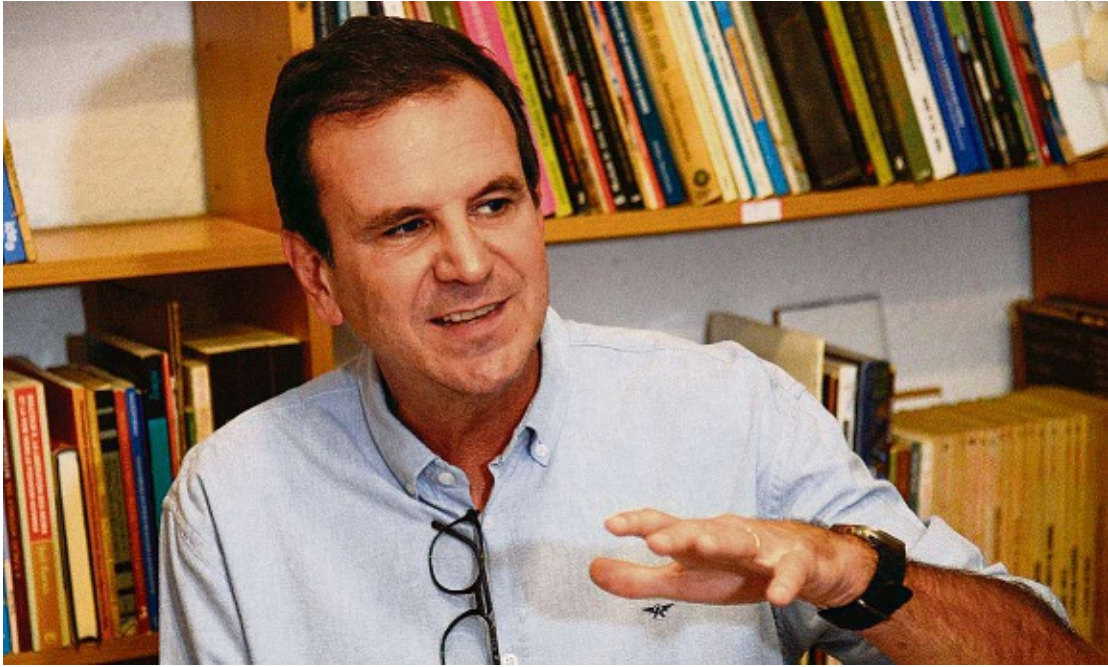
O argumento usado para defender essa possibilidade é que André Ceciliano não é um nome forte na capital do Rio, mas tem muito a agregar quando se trata de Estado. O ex-presidente da Alerj, que recentemente deixou o cargo de secretário no Ministério das Relações Institucionais, fez sua carreira política na Baixada Fluminense, onde se concentra uma parcela relevante do eleitorado estadual.

Outra alternativa é Paes e seu grupo se comprometerem em apoiar Ceciliano como candidato ao Senado, sob o mesmo argumento da força do ex-presidente da Alerj fora da capital. Há, contudo, um obstáculo a esse cenário.

Ceciliano foi candidato ao Senado na eleição passada e terminou a disputa em quarto lugar. Depois desse resultado, ele tem dito a interlocutores que não pensa, por ora, em concorrer a senador novamente.

A ideia do entorno de Paes, afirmam fontes próximas ao prefeito, é tentar oferecer um palanque ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2026 em troca de não precisar compor com o partido de esquerda no pleito de agora. Os petistas, porém, não estão dispostos a aceitar a contraproposta.

A avaliação dentro do PT é que a disputa federal ainda está longe e que a política é "muito dinâmica". Tudo pode acontecer até lá, inclusive o próprio Paes desembarcar do palanque de Lula. Um exemplo dado pelos petistas é que o prefeito anunciou o apoio à campanha do presidente em 2022 em julho daquele ano. Mas, antes, fez críticas públicas ao líder petista e defendeu outros candidatos ao Planalto. Paes preferia postulantes da terceira via, como Eduardo Leite (PSDB), Ciro Gomes (PDT) e Rodrigo Pacheco (PSD). Além disso, chegou a criticar o que chamou de "salto alto" de Lula, por acreditar que a eleição estava ganha, e disse que o presidente "não era relevante" no pleito do Rio.

Por conta dessa conduta do prefeito é que alas do PT não confiam numa promessa para 2026. Dentro do partido, há quem diga que, mesmo sendo aliado de Lula agora, Paes pode mudar de lado.

"2026 está muito longe ainda. A gente nem sabe se o [governador de São Paulo] Tarcísio de Freitas é candidato ou não", afirma Ceciliano, fazendo menção ao aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) apontado como possível postulante à Presidência.

Tarcísio tem o apoio do PSD e do presidente nacional da legenda, Gilberto Kassab, de quem Paes é próximo. Na avaliação de petistas, o prefeito poderia decidir por seguir uma possível orientação da legenda em favor do governador paulista, ou até mesmo tentar um voo mais alto e se lançar ao Planalto. Dentro desta lógica, o PT prefere ater-se às negociações para o pleito deste ano.

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, procurou Paes esta semana para que ele converse com ela e os demais dirigentes dos partidos que compõem atualmente o arco de alianças do pré-candidato à reeleição.

Na semana passada, líderes do PT, PDT, PSB e de outras legendas que apoiam Paes reuniram-se para discutir uma sugestão conjunta de composição para o prefeito. Além de Ceciliano, outros nomes oferecidos para vice são o de Adilson Pires (PT), ex-secretário municipal de assistência social, e de Martha Rocha (PDT), deputada estadual que disputou o Executivo municipal contra Paes em 2020.

Cenário Discurso de Li Qiang no Fórum de Dalian ocorre em meio a anúncios de sobretaxas a bens chineses pela Europa e Canadá

Premiê da China alerta Ocidente para o risco de ‘espiral destrutiva’

Bloomberg

O primeiro-ministro da China, Li Quiang, alertou para as consequências negativas que o mundo sofreria se os países se afastarem economicamente e também procurou rebater as críticas de que a política industrial chinesa causou um excesso de produção.

As “ações regressivas de dissociação” apenas serviriam para “arrastar o mundo a uma espiral destrutiva na qual a competição ferrenha por uma fatia maior acabaria em um bolo cada vez menor”, disse Li ontem, durante o Fórum Econômico Mundial, na cidade de Dalian, no nordeste do país. “Isso é algo que não queremos ver.”

Li também defendeu seu país contra acusações de que estaria fazendo despejando produtos baratos no mercado global e exaltou a capacidade da China em ciência e tecnologia para construir “um amplo cenário para as empresas buscarem inovação e aprimorarem seus produtos”.

“A exploração não deve ser vista como um jogo de soma zero”, acrescentou.

As declarações chegam depois de o Canadá ter decidido restringir as importações de veículos elétricos (VEs) fabricados na China, alinhando-se à abordagem dos EUA para o comércio exterior. A União Europeia também anunciou a elevação de tarifas sobre VEs.

A China sinalizou que a Alemanha poderia ser favorecida se a UE recuar em seu plano, levantando a possibilidade de reduzir a tarifas cobradas pelos chineses sobre carros com motores grandes em troca da suspensão do plano europeu de elevar o imposto de importação dos VEs, segundo fontes.

Os comentários de Li foram feitos um dia após o presidente da China, Xi Jinping, ter conclamado o país a intensificar a inovação, porque outros países dominam certas tecnologias essenciais, declarações que colocam em evidência a escalada da confrontação de seu país com os EUA no campo dos semicondutores.

Falando em uma conferência nacional de ciência, Xi citou “gargalos e restrições na área de circuitos integrados, máquinas-ferramentas industriais, softwares básicos, materiais avançados” e mais.

Li também mostrou um tom otimista em relação à economia da China, apesar da longa crise no setor imobiliário, da fraca confiança do consumidor e do aumento da dívida dos governos locais.

“Estamos confiantes e capacitados para atingir a meta de crescimento de cerca de 5% para este ano”, disse Li, referindo-se às meta oficial do governo. A China pretende adotar uma combinação de medidas, incluindo políticas fiscais e meios financeiros, para impulsionar sua economia, acrescentou Li.

Em um encontro bilateral com o presidente da Coreia do Sul, Yong Suk-yeol — antes do evento em Dalian —, Li já havia alertado Seul para o risco da “politização de questões comerciais”, em referência à pressão dos EUA para evitar que seus aliados deem à China condições de desenvolver microprocessadores de última geração.

A reunião do Fórum Econômico Mundial, conhecida como “Davos de Verão”, atraiu executivos e líderes mundiais, como o presidente da Polônia, Andrzej Duda, e o premiê do Vietnã, Pham Minh Chinh, que também falaram no evento.

A reunião ocorre antes de um importante encontro do Partido Comunista marcado para julho, no qual podem ser anunciadas várias reformas para impulsionar a debilitada economia chinesa. Reforçando seu ponto de vista de que a tecnologia é fundamental para o futuro da China, Xi disse em um encontro de estudos do Politburo, prévio à sessão plenária do partido, que os cursos de ensino superior deveriam ser ajustados para atender às necessidades dos novos setores empresariais.

Impasse no Mar do Sul da China se aprofunda

Análise

Financial Times

Durante anos, a China tem reivindicado com insistência direitos territoriais sobre o Mar do Sul da China — uma cruzada por controle que é uma afronta à segurança dos países vizinhos, ao comércio mundial e, de acordo com um tribunal em Haia, ao direito internacional. Contudo, Pequim tem sido hábil: usa táticas de “dividir sua ofensiva em pequenas ações separadas” para expandir sua influência, ao construir instalações militares de maneira paulatina, e nunca a um ritmo que obrigue os EUA a responder com ações militares.

Mas disputas recentes com as Filipinas sugerem que a oposição a Pequim está crescendo. O presidente Ferdinand Marcos Jr. instruiu sua Marinha a proteger melhor o banco de areia Second Thomas, um recife em disputa que está muito mais perto das Filipinas do que da China. A Marinha seguiu a ordem e reforçou o Sierra Madre, um navio encalhado e dilapidado que funciona como instalação militar filipina — que a China esperava que fosse devolvido ao mar.

Pequim, por sua vez, tornou-se mais agressiva. Seus navios paramilitares abalroaram embarcações filipinas e dispararam canhões de água contra elas. Sua guarda costeira ameaçou barcos de Manila com facas e machadinhas. Marcos tem tentado chamar a atenção da comunidade internacional para a questão. Ele também insinuou a adoção de uma linha limite, ao dizer que qualquer ação chinesa que mate um soldado filipino seria vista como “muito próxima... de um ato de guerra”.

O recife fica no meio da zona econômica exclusiva das Filipinas e é o centro de uma indústria pesqueira vibrante. Perder o controle sobre ele ameaçaria o comércio e a segurança das Filipinas e prejudicaria os muitos pescadores filipinos que dependem dessa área. Embora seja perigoso confrontar a superpotência, as Filipinas esgotaram suas opções diplomáticas.

Manila processou Pequim com sucesso em uma arbitragem baseada na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O tribunal de 2016 concluiu que a China violava a soberania territorial de seus vizinhos e assegurou o controle das Filipinas sobre o banco de areia Second Thomas. Mas Pequim, que é signatária da convenção, ignorou a decisão.

> EUA estão certos em apoiar as Filipinas na luta conta a intrusão chinesa

Os apelos das Filipinas à Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) para que adotasse uma posição firme contra a China também foram infrutíferos. Nem mesmo os anos de abertura a Pequim por parte do antecessor de Marcos, Rodrigo Duterte, desaceleraram a expansão chinesa.

Isto deixa os EUA — e o resto do mundo — em uma situação difícil. As Filipinas proporcionam aos EUA acesso a bases militares e ambos têm um acordo de defesa mútua. Uma escalada na região implica o risco de levar as duas superpotências a um conflito.

O presidente dos EUA, Joe Biden, assumiu, e com razão, uma atitude firme. Ele esclareceu que o pacto de defesa mútua dos dois países seria extensivo a um ataque contra o navio Sierra Madre. A posição dos EUA seria mais forte, obviamente, se o país fosse signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Biden procurou fortalecer a zona de proteção do Indo-Pacífico contra a China ao reforçar seus compromissos com as Filipinas e o Japão. O presidente também poderia fazer mais para explorar a tentativa excessiva de expansão da China. O Vietnã, a Malásia e a Indonésia, países que tradicionalmente cooperam com a China, manifestaram suas preocupações particulares sobre as ações de Pequim. Os EUA deveriam intensificar os esforços para envolvê-los na arena diplomática e poderiam estudar a possibilidade de treinar e fornecer equipamentos para suas marinhas.

Como a situação vai se desdobrar daqui para a frente é algo imprevisível. Os métodos “não letais” de Pequim destinam-se a reduzir o risco de um confronto. Mas a situação pode se agravar facilmente — no fim das contas, um canhão de água pode causar mortes. Todas as partes envolvidas devem ter cautela e é positivo que Pequim e Washington tenham, segundo consta, ampliado as comunicações durante a semana passada. Pequim deveria parar com seu comportamento temerário e os EUA deveriam continuar a impedir a agressão chinesa sem cruzar para o terreno da provocação.

Protesto contra imposto deixa 5 mortos no Quênia

Gabriele Steinhauser e Nicholas Bariyo
Dow Jones

A polícia do Quênia abriu fogo contra manifestantes, ontem, depois que uma multidão invadiu o Parlamento do país, onde legisladores debatiam uma série de aumentos de impostos para conter uma grave crise de dívida.

Grupos locais de ativistas e defensores dos direitos humanos disseram que ao menos cinco manifestantes e socorristas foram mortos e muitos ficaram feridos na capital, Nairóbi, que se tornou o centro de manifestações nacionais em grande parte pacíficas contra as medidas fiscais.

BRIAN INGANGA/AP

Manifestantes buscam proteção contra jatos d’água e gás lacrimogêneo lançados por policiais no centro de Nairóbi

Imagens transmitidas pela Citizen TV do Quênia mostraram fumaça subindo de uma parte do Parlamento, onde a polícia com equipamento de choque patrulhava diante de janelas quebradas, e de outras partes do centro da capital. Mais tarde, A TV mostrou dezenas de legisladores saindo do Parlamento por um túnel, com alguns jogando água no rosto para aliviar os efeitos do gás lacrimogêneo. O ministro da Defesa do Quênia disse que os militares foram chamados em resposta a uma “emergência de segurança causada por protestos violentos”.

Os protestos começaram uma semana atrás em Nairóbi e desde então se espalharam pelo país de 54 milhões de habitantes. Elas são lideradas em sua maioria por jovens quenianos e muitas delas vêm sendo organizadas pelas redes sociais e manifestações transmitidas ao vivo pelo TikTok, Instagram e outras plataformas.

Os manifestantes exigem que o presidente William Ruto retire o projeto de lei que aumentaria impostos, argumentando que as medidas prejudicariam os quenianos que já sofrem com a alta de preços de bens essenciais do dia-a-dia.

Djae Aroni, que tem sido um crítico ferrenho do projeto de lei fiscal e participou dos protestos, disse que viu três manifestantes mortos e muitos feridos no distrito comercial de Nairóbi. “Eles tinham ferimentos de balas”, afirmou.

Aroni disse que nos últimos dias vários críticos do projeto foram sequestrados de suas casas e outros estão agora em busca de locais seguros para escapar de represálias das autoridades quenianas.

Embaixadores países ocidentais como EUA, Reino Unido e Alemanha, manifestaram preocupação com a violência, a repressão e relatos de sequestros de ativistas. “Observamos que a constituição do Quênia prevê direito de manifestações”, disseram, em nota conjunta.

Empresários argentinos mantêm apoio às políticas duras de Milei

Marina Guimarães
De Buenos Aires, para o **Valor**

Apesar da economia em recessão — o PIB se contraiu 1,6% e 5,1% no quarto e no primeiro trimestre, respectivamente — empresários argentinos mantêm a convicção de que não há alternativas ao caminho traçado pelo presidente de extrema direita Javier Milei.

“Os números são ruins, a recessão é forte, mas Milei está fazendo tudo que o país necessita para equilibrar sua economia e preparar as bases para o crescimento”, disse ao **Valor** um dos empresários mais influentes e poderoso da Argentina que prefere manter o anonimato. Presidente de companhias imobiliárias, agronegócios, banco, entre outras atividades, ele afirmou que o apoio a Milei “é mais forte do que muitos imaginam”.

Para o empresário, não há outra maneira para estabilizar, sanear e recuperar a economia argentina. “Já tentamos outros caminhos e não funcionou, agora temos que apoiar e esperar com paciência, pois tudo vai se normalizando aos poucos e a aprovação da Lei de Bases e o Rigi [Regime de Incentivos a Grandes Investimentos] vai atrair investimentos”, afirmou, referindo-se as primeiras medidas legislativas propostas pelo governo Milei que passaram pelo Senado e devem ter a aprovação final da Câmara dos Deputados nesta semana.

O setor de obras públicas foi um dos mais atingidos pela política de austeridade de Milei. Em seis meses o setor perdeu cerca de 100 mil empregos diretos com a paralisação de 3.500 obras públicas, com algumas sem receber nenhum recurso desde novembro, segundo Gustavo Weiss, presidente da Câmara Argentina de Construção (Camarco), que ontem realizou seu evento anual em Buenos Aires. A dívida do Estado com o setor, citada por Weiss, equivaleria a cerca de US$ 300 milhões, pela cotação do dólar usada em transações financeiras. Em abril, o setor sofreu um colapso de 37,2% e acumula perda de 32%, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censo (Indec). Em relação a março, houve uma leve melhora de 1,7%.

Mas o secretário de Obras Públicas, Luis Giovine, antecipou no evento que serão retomadas apenas 15% das obras paralisadas. Cerca de 2.000 obras permanecerão paradas — serão suspensas permanentemente ou transferidas para as províncias.

“A crise e a decisão de frear as obras foi um duro golpe e a situação ainda não mudou”, disse Weiss na presença do ministro da Economia, Luis Caputo — que faria o discurso de encerramento do evento.

“A falta de clareza das medidas econômicas e a alta inflação condenou o setor a paralisar as obras, desde o governo anterior. O golpe mais forte foi a paralisação total das obras inclusive as que contam com investimentos multilaterais”, prosseguiu. “Obra pública não é gasto, mas investimento. É parte da solução”, afirmou.

Apesar de considerar que a Argentina está no único caminho possível, o presidente da Camarco fez críticas à falta de medidas que gerem crescimento. “Tudo indica que a aprovação da lei de bases e outras leis são parte da segunda etapa do plano econômico. Até agora, há só um plano de ajuste.”

O ministro Caputo fechou a convenção acenando aos empresários uma drástica redução de impostos no futuro, quando o país tiver as contas ajustadas. “Claro que gostaríamos de baixar impostos, mas se fizermos isso agora teríamos déficit. Por isso pedimos que vocês também apostem no modelo e confiem que vamos equilibrar a economia e, quando estivermos crescendo, vamos devolver essa arrecadação com redução de 90% da carga tributaria”, anunciou. Para isso, Caputo pediu aos empresários que aproveitem o perdão fiscal para repatriar capitais argentinos que se encontram fora do país.

A expectativa é de que a lei de bases seja aprovada nos próximos dias. Mas analistas presentes no evento não se mostraram tão otimistas com os potenciais efeitos das propostas do governo Milei.

O cientista político e pesquisador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Andrés Malamud, por exemplo, disse que nenhuma lei mágica fará a transição do ajuste para o crescimento. “A lei de bases é mais importante pelo que evitou do que pelo que possa impulsionar. Evitou a ingovernabilidade, mostrou aos mercados que Milei pode aprovar leis. Agora, o desenvolvimento não depende de uma lei, depende de investimentos”, disse.

A esperança de Milei é o Rigi, avalia Malamud, um mecanismo de incentivo para grandes investimentos externos. Mas o objetivo não é só atrair investimentos a setores específicos, mas a estabilização da macroeconomia, diz ele. “Se houver entrada de dólares, haverá recursos para concessão de crédito. Então, o Rigi tem, primeiro, o objetivo de atrair investimentos e, segundo, de promover a estabilização macroeconômica.”

> “Desenvolvimento não depende de uma lei, mas de investimentos” *Andrés Malamud*

A Argentina precisa de uma taxa de investimento de 26% por ano, do qual, um terço seria de investimento estrangeiro direto e o restante com a repatriação de recursos dos argentinos por meio de uma nova lei de incentivo fiscal, nas contas do analista.

O economista Emmanuel Álvarez Agis, ex-vice-ministro de Economia do atual governo, observa que Milei pede ao setor privado que financie suas próprias obras de infraestrutura necessárias para sua atividade. Ele lembra que embora a inflação tenha baixado nos últimos meses, ela se mantém em níveis elevados, de 4,2% no mês em maio. Agis diz que com essa inflação, o sistema bancário não tem como financiar o setor privado.

Tanto Agis quanto Malamud descartam uma recuperação econômica em forma de um “V”, talvez um “U” ou algo parecido com o símbolo da Nike com uma recuperação lenta e gradual. Ambos também consideram um erro quem especula que a falta de crescimento ou os efeitos do forte ajuste coloque o mandato de Milei em risco. Eles lembram que a interrupção do mandato tem custos, pode gerar violência e alimenta incertezas.

Homens ultraortodoxos terão de servir o Exército, diz Corte

Dow Jones, de Tel Aviv

A Suprema Corte de Israel decidiu de forma unânime que homens ultraortodoxos devem servir ao Exército. A decisão aumenta a pressão sobre a frágil coalizão de governo do premiê Benjamin Netanyahu, que inclui dois partidos políticos ultraortodoxos.

Um painel de nove juízes decidiu por unanimidade que não há base legal para isentar estudiosos religiosos ultraortodoxos do serviço militar, obrigatório para homens e mulheres israelenses que não sejam religiosos. “No meio de uma guerra difícil, o peso da desigualdade é sentido mais intensamente do que nunca — e isso exige o avanço de uma solução sustentável para esta questão”, disseram os juízes na decisão.

De um total de 80 mil homens ultraortodoxos em idade de recrutamento, apenas 1,2 mil estão servindo no exército, segundo o Instituto Israelense de Democracia.

Valor ECONÔMICO

Ata do Copom traça cenário desfavorável para a inflação

A decisão do Comitê de Política Monetária de pôr fim ao ciclo de queda de juros se baseia em motivos mais amplos do que a leniência fiscal do governo Lula, embora estejam estreitamente ligados a ela. Para o Banco Central (BC), a economia já cresce marginalmente acima do seu potencial, o que faz com que a inflação resista a convergir para a meta, apesar de um juro real muito alto, de 6%. As incertezas externas, que estão levando à desvalorização do real, e as domésticas, entre as quais se encontram pressões possíveis de preços decorrentes da tragédia no Rio Grande do Sul, desenharam um quadro que deu ao diagnóstico atual do Copom um tom muito mais duro sobre o futuro da política monetária do que os documentos anteriores recentes.

As projeções para a inflação futura pioraram com o avanço da desvalorização do real, constatação nova em relação à ata de maio. O câmbio considerado no cenário de referência do BC entre as duas reuniões evoluiu de R$ 5,15 para R$ 5,30, enquanto a previsão sobre o comportamento dos preços administrados melhorou para este ano e o próximo. No prognóstico anterior, situavam-se respectivamente em 4,8% e 4%, e agora em 4,4% e 4%. Como apontou ontem o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, o Copom se reuniu em 7 e 8 de maio com o dólar valendo R$ 5,03 e fez o encontro seguinte em 18 e 19 de junho com ele a R$ 5,47.

O avanço do dólar diante do real é a interface entre dois cenários que prejudicam o combate à inflação. O cenário externo, que o BC qualifica como muito adverso, em função da "incerteza elevada e persistente sobre a flexibilização da política monetária nos EUA", modificou os preços dos ativos, desfavorecendo os de maior risco, como os brasileiros. Com isso, os investidores estrangeiros retiraram R$ 43 bilhões da bolsa até segunda-feira, pressionando o real. As apostas contra a moeda brasileira também subiram no mercado de derivativos, com as posições compradas em dólar atingindo US$ 78,3 bilhões (**Valor**, ontem).

A outra parte dessa história tem a ver com a deterioração das perspectivas fiscais domésticas. Ela implica gastos maiores da União, que estimularam uma economia já ao redor do pleno emprego. O resultado é que as atividades econômicas estão "mais fortes" no ano, em um ritmo que não auxilia a queda da inflação. Esta é outra mudança do comunicado relevante. No Relatório de Inflação de março, o BC apontava um crescimento da economia cerca de 0,6% abaixo de seu potencial. Isso mudou. "O Comitê avalia que o hiato do produto, que se encontrava levemente negativo na última avaliação divulgada, está agora em torno da neutralidade", registra a ata.

O Copom avaliou que as surpresas pelo lado da maior atividade foram a formação bruta de capital fixo (investimentos) e o consumo das famílias, além de um mercado de trabalho apertado. Com isso, apesar de a inflação cheia apresentar arrefecimento, as medidas de inflação subjacente permanecem acima da meta de inflação (3%). Aumento da renda e emprego fizeram com que o componente mais instável da inflação, a evolução do nível de preços dos serviços, que tem maior inércia, assumisse "papel preponderante na dinâmica desinflacionária no estágio atual".

O Copom modificou outra variável importante em sua estratégia, a taxa neutra de juros, que tem causado debate recorrente nas últimas reuniões. Como a situação fiscal só piorou, havia a suspeita de que essa taxa, a partir da qual se calibra se a política monetária está sendo suficientemente contracionista ou relaxada, poderia ser maior do que aquela com a qual o BC trabalhava. Os economistas do Itaú, por exemplo, calcularam o juro neutro de seis formas diferentes e concluíram que ele varia de 4% a 5%. O Copom, por outro lado, o elevou "marginalmente" de 4,5% para 4,75% depois de sublinhar que ela "não é uma variável que deve ser atualizada em frequência alta e que tampouco deveria ter movimentos abruptos". Um significado da mudança é que os juros são menos inibidores do que pareciam ser, embora a taxa real seja bastante alta sob qualquer medida.

Tudo somado, foi a vez de o Copom discutir se o balanço de riscos, que pesa as possibilidades de a inflação subir ou cair, não havia se deslocado do nível equilibrado para o altista, uma discussão também feita na reunião anterior. Um argumento utilizado foi que o hiato do produto havia se fechado, e a inflação de alimentos, se mostrado persistente. A conclusão foi que parte desses fatores já havia sido incorporada e não alteraria a avaliação.

Dessa forma, o cenário prospectivo para a inflação piorou, tanto pelo aumento da atividade, desancoragem das expectativas, fechamento do hiato do produto, maior resistência inflacionária, pressão da valorização do dólar e piora da situação fiscal. Há sinais puramente sazonais de deterioração. Junho e julho de 2023 tiveram um IPCA muito baixo, o que não deve ocorrer agora. Com isso, o índice em 12 meses pode ultrapassar provisoriamente a meta de 4,5%, alerta a consultoria Macrométrica. Mas o cenário alternativo elaborado pelo BC, outra novidade da ata, indica que a manutenção da Selic em 10,5% é capaz de levar o IPCA a atingir praticamente a meta — 3,1% em 2025.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Órgão é crucial para redução de perdas humanas e materiais em desastres. Por **Carlos Nobre e Juan Castilla-Rubio**

Cemaden, uma joia do setor público pouco conhecida

Nos últimos anos, o regime climático global está experimentando anomalias extremas que estão muito acima do padrão do registro histórico. Considerando o papel central que o oceano desempenha no controle e na regulação do clima mundial, é extremamente preocupante que os oceanos do mundo tenham atingido uma anomalia de temperatura muito alta de um pouco acima de 1º C. Provavelmente ultrapassamos algum limite e agora estamos vivendo alguns dos cenários climáticos descritos pelo aclamado escritor de ficção científica Kim Stanley Robinson em seu livro "The Ministry for the Future".

Dada a alta taxa de fatalidade na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, no início de 2011, devido a deslizamentos de terra e enchentes de grandes proporções, a importância da prevenção de desastres de forma abrangente e em âmbito nacional tornou-se uma das principais iniciativas do governo federal para conceber, projetar e implementar o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) quase imediatamente.

Divulgamos um white paper pedindo a fundação de uma instituição nacional de monitoramento e sistema de alertas de desastres climáticos, antecipando em aproximadamente seis meses antes daquela tragédia.

Baseado em outras implementações de sistemas de alertas de desastres climáticos em todo o mundo, o governo federal formulou um "balcão único" com abordagens multidisciplinares para poder endereçar múltiplos riscos e múltiplas tipologias de vulnerabilidades — isso permitiu dar um salto de modo que, após sua inauguração no final de 2011, o Cemaden foi considerado pela comunidade mundial especializada em risco de desastres como um dos melhores exemplos, fornecendo um modelo para vários outros países em desenvolvimento.

Nesse contexto, em julho de 2011, o Cemaden foi formalmente criado no âmbito do MCTI. Em dezembro daquele ano, a Fase 1 do Cemaden estava operacional 24 horas por dia, sete dias por semana. Foi quase um recorde mundial para o setor público, levando 11 meses desde a ideia, passando pelo projeto conceitual, o desenvolvimento e a integração de todos os componentes tecnológicos necessários, a contratação e o treinamento de uma equipe semente multidisciplinar, o desenvolvimento de todos os protocolos e o processos-chave necessários para o lançamento do primeiro site 24x7 em dezembro 201, situado no campus do Inpe em Cachoeira Paulista (SP).

Hoje, 13 anos depois, o Cemaden tem uma equipe multidisciplinar de 92 servidores públicos, a maioria doutores especializados em todos os tipos de desastres naturais, mas conta com um modesto orçamento anual de R$ 20 milhões a R$ 25 milhões. O retorno de valor público de um investimento tão pequeno para um país do tamanho e da complexidade do Brasil tem sido realmente muito grande.

Embora não haja um registro exato do número e severidade dos desastres prevenidos ou vidas salvas desde sua fundação, o Cemaden tem sido fundamental para a redução significativa de perdas humanas e materiais, mais recentemente e tragicamente com os eventos de megainundação no estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Em 29 de abril 2024, estava claro para o centro que haveria um evento de inundação de grandes proporções que poderia impactar Porto Alegre e várias regiões do RS — esses alertas precisos foram emitidos e comunicados para a Defesa Civil Federal e a Estadual do RS (a contraparte do Cemaden por lei).

CBMMS/FOTOS PÚBLICAS

A cadeia de valor de risco de desastres é longa e complexa, com vários elos, em que diferentes decisões compatíveis ou não são tomadas por diferentes participantes de forma autônoma em cada elo da cadeia, sem o conhecimento de outras decisões na cadeia de valor de risco, sejam elas de governos e instituições federais, estaduais e municipais, sejam elas de grandes, médias e pequenas empresas ou de cidadãos expostos a vulnerabilidades variadas. Essa natureza fragmentada da cadeia de valor que opera em diferentes domínios espaciais e temporais é provavelmente um dos principais motivos pelos quais o enfrentamento da emergência climática em que nos encontramos é tão complexo e avassalador.

O Atlas de Desastres Naturais no Brasil registra perdas de R$ 485 bilhões nos últimos 11 anos. O Cemaden, em parceria com o IBGE, estimou em 2018, analisando 825 municípios com históricos de desastres causados por excessos de chuvas, que existam mais de 8 milhões de brasileiros vivendo em áreas de risco alto de deslizamentos e inundações e, dentre estes, cerca de 2 milhões em áreas de altíssimo risco. Essas populações devem ser movidas para locais 100% seguros. Os desastres que vêm ocorrendo, como agora no RS, mostram que os números são muito maiores.

Então, o que aprendemos após 13 anos de fundação do Cemaden? A lista é longa e complexa. Sabemos que hoje não há sinais de preço ajustados ao risco com credibilidade que impulsionem um comportamento preventivo; não há um plano nacional abrangente de gestão de riscos climáticos e de transferência de riscos regionais ou setoriais; temos várias barreiras de políticas públicas em termos de baixa priorização de prevenção em relação à recuperação e reconstrução de desastres; há várias falhas de comunicação na cadeia de valor de risco de ponta a ponta; e há várias lacunas científicas e tecnológicas que precisam ser fechadas com os rápidos avanços em IA e robótica, entre muitas outras.

Não temos dúvida que o Cemaden é uma das joias do setor público do Brasil e um dos "segredos abertos" mais bem guardados do governo, pois o brasileiro médio ou até mesmo a elite ainda não tem ideia plena de sua existência ou do valor público incomensurável que ele já proporcionou à sociedade brasileira. Precisamos ter muito orgulho disso e saudar o trabalho silencioso dos heróis do Cemaden desde a sua fundação em 2011.

Uma revolução no gerenciamento de riscos climáticos e na transferência de riscos em todos os setores da sociedade e da economia é urgentemente necessária agora. Temos uma boa fundação inicial no Cemaden, mas precisamos urgentemente de novas e inovadoras parcerias públicas privadas para, mais uma vez, nos levar de ideias e conceitos a planos executáveis com alto impacto muito rapidamente. Especialmente, necessitamos aperfeiçoar os sistemas de alertas de desastres climáticos para todo o país e desenvolver e implementar rapidamente sistemas de adaptação que aumentem a resiliência de todo sociedade e de nossa rica natureza à emergência climática que atinge o planeta Terra.

Carlos Nobre é pesquisador do Instituto de Estudos Climáticos da USP e copresidente do Painel Científico para a Amazônia.

Juan Carlos Castilla-Rubio é presidente da empresa brasileira SpaceTime Labs e fundador de startups de IA e robótica para desafios climáticos.

Novos avanços na comunicação do BC

Nilson Teixeira

O Banco Central (BC) melhorou muito sua comunicação nas duas gestões dos últimos oito anos. Apesar dos avanços, a comunicação pode ser aperfeiçoada ainda mais, com aprimoramento da relação com os demais entes públicos, maior transparência das mensagens da instituição, bem como com cuidados extras para conter a propagação de informações falsas ou viesadas. Avanços na comunicação sobre a gestão monetária incluem, por exemplo:

Maior detalhamento do comunicado do Copom: desde julho de 2016, o documento é detalhado — ao invés do formato anterior com uma ou duas frases obscuras. O comunicado contém previsões de inflação, fatores de risco em ambas as direções, votação de todos os membros e explicações sobre as decisões. Os ruídos gerados após o comunicado da reunião de maio de 2024, sem justificativas sobre a votação a favor do corte da taxa Selic de 50 pontos-base pelos quatro diretores indicados no atual governo e contra a decisão de redução de 25 pontos-base pelos cinco diretores escolhidos na gestão anterior, confirmam que é necessário maior aprofundamento sobre visões e votações divergentes. A postergação dessas explicações para a ata, publicada na terça seguinte à reunião, é equivocada. Informações mais precisas e tempestivas trazem benefícios óbvios, apesar dos custos da ocupação de uma maior parte do 2º dia de reunião com a discussão sobre o teor do comunicado.

Fim de reuniões privadas sobre conjuntura econômica: encontros exclusivos geram ruídos desnecessários ao funcionamento do mercado, apesar do provável esforço de membros do Copom para só transmitirem mensagens publicadas em documentos da instituição ou divulgadas em apresentações públicas — BC disponibiliza apresentações de seus membros e transmite ao vivo a maior parte das suas participações em seminários e eventos fechados. Mesmo assim, as reuniões privadas permitem a disseminação de especulações sobre o teor desses encontros, sem que a maioria dos agentes de mercado possa interpretá-las adequadamente. Discordo do argumento de que essas reuniões são úteis para obtenção de informações relevantes que não seriam partilhadas no caso de encontros abertos, pois a maioria das instituições beneficiadas não é capaz de gerar informação primária não disponível ao BC por outros meios. Encontros privados deveriam se limitar, portanto, a temas específicos, como assuntos institucionais, regulação e supervisão bancária.

Forte limitação de participações em eventos de instituições reguladas pelo BC: mesmo que as apresentações de membros do Copom nesses encontros venham sendo transmitidas ao vivo nos últimos anos, os benefícios para a propagação da visão e das políticas da autoridade monetária não são significativos. Não faz muito sentido que os representantes do BC participem de eventos restritos voltados, notadamente, para ampliação de networking e marketing dos organizadores.

Encontros exclusivos geram ruídos ao funcionamento do mercado e deveriam ser limitados

Maior regularidade nas reuniões com o Executivo: o BC poderia tornar mais frequente suas reuniões com o governo, até para evitar comentários como os do ministro da Fazenda de que os encontros com o BC para tratar de conjuntura são esparsos frente ao número desses compromissos com instituições financeiras. A ampliação de reuniões com as diversas instâncias do governo disseminaria melhor a leitura da autoridade monetária, reforçaria a compreensão de efeitos de políticas públicas na área bancária e monetária, bem como reduziria atritos do governo com o BC.

Aumento de encontros nas duas casas legislativas: a maior influência dos congressistas na definição de políticas públicas e do orçamento requer a ampliação do relacionamento do BC com o Congresso. Esse intercâmbio poderia ocorrer por meio de um maior número de apresentações em comissões parlamentares do Senado — e.g., Assuntos Econômicos (CAE) — e da Câmara dos Deputados — e.g., Comissão de Finanças e Tributação. A confirmação de mais reuniões regulares do presidente e de diretores do BC nessas comissões tornaria o relacionamento mais fluido e melhoraria o monitoramento pelos representantes da sociedade.

Realização de reuniões regulares com indústria, serviços e agropecuária: além dos compromissos esporádicos com empresas e representantes setoriais, bem como dos relatos dos bancos sobre o estado da economia, encontros periódicos com federações desses segmentos, bem como com grandes empresas — em particular aquelas com sólidas áreas de planejamento e análise econômica, melhorariam a avaliação do desempenho da economia e aprofundariam a comunicação do BC.

Publicação periódica de relatório sobre atividade econômica: além da leitura presente no Relatório de Inflação trimestral, o BC poderia elaborar documento periódico com discussões setoriais mais detalhadas e com informações qualitativas mais precisas — Beige Book do banco central americano seria um possível modelo. Reuniões trimestrais nas representações regionais do BC com diversos setores contribuiriam para a captação desses dados. Em outra frente, o BC poderia estimular a incorporação nas pesquisas do Focus de projeções de empresas e órgãos representativos com estruturas mais robustas de análise econômica.

Maior detalhamento dos modelos de projeção: um avanço marcante da atual gestão do BC na sua comunicação foi a divulgação de detalhes dos seus principais modelos de projeção. A autoridade monetária poderia avançar com a criação de uma página com códigos desses modelos e especificações precisas das variáveis utilizadas, inclusive com a liberação das respectivas séries estatísticas. Mais adiante, o BC poderia permitir a realização de simulações na sua própria página, contribuindo para melhor compreensão dos resultados dos modelos.

A agenda de avanços não está restrita às questões de política monetária. O BC tem se empenhado para implementar e divulgar aprimoramentos em diversas áreas, como o Pix, a internacionalização da moeda, o open finance e a tokenização da economia. A esperança é de continuação dos avanços e da melhoria da comunicação nos próximos anos.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Líderes empresariais erram ao minimizar temores da volta do republicano. Por **Martin Wolf**

A tolice dos plutocratas pró-Trump

Muitos bilionários e empresários apoiam Donald Trump. Isso não é surpresa. Ele seria bom para os lucros, acreditam eles. Ele promete impostos mais baixos e menos regulamentação. Alguns, como Jamie Dimon, do JP Morgan, têm argumentado que algumas das políticas dele — os cortes nos impostos e o rigor contra a China e os aliados que querem se aproveitar dos Estados Unidos, por exemplo — não foram disparatadas. Além disso, em contraste com a maioria dos democratas, Trump e o Partido Republicano gostam das empresas e dos empresários. Por que eles não deveriam apoiá-lo em troca?

Isso não faz muito sentido, mesmo se analisado de forma bem rasteira. Quando no governo, os democratas têm sido frequentemente bons para os negócios. A crise financeira mundial de 2007-09 ocorreu sob um governo republicano. O mercado de ações tem decolado (e desabado) sob democratas e republicanos. O mesmo tem acontecido com a participação dos lucros no Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA. A confiança no governo desmoronou nos anos 1960 e, desde então, tem aumentado e diminuído sob ambos os partidos.

Além disso, as preferências de política econômica de Trump são, sem dúvida, perigosas nas circunstâncias atuais. Ele não entende o valor de um banco central independente e despreza políticas monetárias contracionistas. Ele promete reduzir impostos, embora os déficits e a dívida estejam em um caminho perigoso. Ele planeja lançar uma guerra comercial contra o mundo, não apenas contra a China. Ele até sugeriu que as tarifas poderiam substituir o imposto de renda. Será que isso poderia funcionar? Como declara um blog do centro de estudos Peterson Institute for International Economics: "Em termos simples, não. As tarifas são cobradas sobre bens importados, que totalizaram US$ 3,1 trilhões em 2023. O imposto de renda é cobrado sobre rendas, que superam os US$ 20 trilhões; o governo dos EUA arrecada cerca de US$ 2 trilhões em impostos de renda sobre pessoas físicas e jurídicas atualmente. É literalmente impossível que as tarifas substituam completamente os impostos de renda".

Biden pode ser velho. Mas Trump é louco e não é um louco do tipo divertido: ele é perigosamente louco. Os instintos de Trump também são os de um ditador. Desta vez, ao contrário de 2016, ele tem pessoas a seu redor com um programa para desmantelar o Estado e a Constituição

Biden pode ser velho. Mas Trump é louco e, infelizmente, não é louco do tipo divertido: ele é perigosamente louco. Os instintos de Trump também são os de um ditador. Isso tem estado bastante claro desde que ele entrou na política. No entanto, desta vez, ao contrário de 2016, ele tem pessoas a seu redor com um programa para desmantelar o Estado e a constituição. Além disso, como argumenta Robert Kagan, em seu brilhante livro "Rebellion", o perigo não é novo. Como ele explica em um podcast comigo, as ideias liberais têm sido combatidas ao longo da história da república, mais notavelmente na guerra civil. O carisma de Trump como líder, porém, faz com que esta vez seja especialmente perigosa.

A travessia do Rubicão ocorreu em 2020 e 2021, quando Trump não apenas negou ter perdido a eleição, mas atuou para reverter o resultado. Embora não tenha conseguido, seu partido agora apoia totalmente sua negação da eleição. Como notei anteriormente, sua capacidade de definir a verdade para seus seguidores é um exemplo de "führerprinzip" — a ideia de que o líder define a verdade. Os republicanos que negaram a mentira da eleição roubada foram descartados. As barreiras de proteção falharam: ele é o virtual candidato republicano e é bastante provável que seja reeleito como presidente.

E então? Trump já anunciou que o presidente está acima da lei, uma proposição que alguns membros da Suprema Corte parecem achar crível. Alguns líderes do partido também sustentam que ele não está sujeito à lei. Ele também assumiu o objetivo de vingança.

Um Executivo operando acima da lei pode fazer qualquer coisa. Uma vez que ele tenha nomes leais controlando as Forças Armadas, o FBI, os serviços de inteligência, o serviço de impostos e o Departamento de Justiça, ele pode fazer o que quiser com qualquer pessoa. Ele pode assediar, humilhar, falir e prender seus inimigos, como desejar. Quem vai impedi-lo? Só os muito corajosos tentariam.

Se Trump perder, ele certamente alegará, com apoio republicano, que venceu. Isso pode causar caos. Se Trump vencer, seus apoiadores começarão a limpeza do "Estado profundo", com o que se quer dizer a limpeza daqueles que são leais à república, e não a Trump pessoalmente. A partir daí, muitas outras coisas podem acontecer, incluindo a prisão e expulsão de talvez até 11 milhões de imigrantes ilegais. Isso pode dividir o país de forma violenta e perigosa.

A reação da maioria dos empresários a esses temores provavelmente será que isso não passa de mero alarmismo. Trump está velho, dirão eles. Ele se sentirá justificado, não vingativo, e repousará tranquilamente em sua volta ao poder. Nada mudará muito em Washington. A majestade da lei permanecerá em grande parte intacta. As barreiras de proteção da república resistirão.

Precisamos fervorosamente esperar que esse ponto de vista esteja correto. No entanto, duas perguntas ainda ficam no ar. A primeira é se faz sentido correr o risco. E se o cenário negativo for ao menos parcialmente correto? Qual seria o possível lado positivo em troca desse risco? Sim, Biden está muito velho e, sim, o governo cometeu erros, mais notavelmente sobre a imigração. Está longe, entretanto, de ser uma catástrofe. A segunda pergunta é: o que o precedente implica? Suponha que Trump acabe sendo "cheio de som e fúria, e não signifique nada". Esse seria o fim? A abertura para o autoritarismo que ele está tão ocupado em criar será fechada? Ou alguém mais tentaria atravessá-la?

Repúblicas liberais, governadas pela lei, sempre são frágeis. Mais do que pelas instituições, elas são protegidas pelos valores e pela coragem das pessoas que administram essas instituições e das que ocupam posições de influência na sociedade. Isso inclui os empresários. É natural acreditar que os jogos dos negócios ou da política são seguros. No entanto, ambos dependem das instituições do Estado. É ingênuo acreditar que sobreviveriam a todos os ataques.

Como argumentei em 2016, quando Trump surgiu pela primeira vez, os EUA são a república mais significativa desde o Império Romano. O fato de os EUA, com seu enorme tamanho e geografia segura, terem sido criados como uma república é a principal razão pela qual a democracia emergiu como um sistema político dominante após as grandes convulsões do século XX. Trump, no entanto, é um César americano. Seu retorno é um risco que ninguém deveria querer correr. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do Financial Times.

Frase do dia

"Caso as expectativas mais longas ultrapassem 4%, acredito que o BC deveria se incomodar muito".

De Solange Srour, da UBS Global Wealth Management

Cartas de Leitores

Lula e o dólar

Lula não está preocupado com o dólar. Dólar alto é trigo e fertilizante mais caro. É menos pão e alimento na mesa do pobre. Se Lula estivesse preocupado com o pobre, pensaria um pouco mais antes de abrir a boca. Como alguém já disse, o falar é prata, o ouvir é ouro. Lula, ouça mais e fale menos. O Brasil agradece.

Artur Mendes
artmendes@gmail.com

Juros astronômicos

Parabéns a Pedro Cafardo pela sua precisa e preciosa coluna de ontem (25/06). A taxa de juros exorbitante, para usar um termo literalmente adequado, é o verdadeiro garrote que opera contra o crescimento econômico e contra o desenvolvimento nacional. Chega a ser uma peça de sabotagem, rigorosamente falando, nos dias atuais.

Luis Paulo Bresciani
lpbresciani@gmail.com

Jogos de azar

É um contrassenso a aprovação pelo Legislativo dos "jogos de azar" envolvendo bingo, cassino e jogo do bicho. Já dispomos, desde algum tempo, de uma gama de jogos administrados pela Caixa Econômica que, se a gente tivesse juízo, não jogaria, pois a chance de acerto é quase zero. Mais recentemente os "bet", abrangendo a área esportiva em propaganda nos times de futebol e na mídia. Todos os jogos são sorvedouros de recursos.

Basta de "jogos de azar". Os atuais já são mais que suficientes! O Brasil já conviveu com cassinos que, historicamente, causavam desequilíbrio financeiro e desagregação familiar. Muitas vezes o jogo é um vício pernicioso.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Conceição Tavares

Houve muitas homenagens à Conceição, de qualidades variadas. Algumas resvalaram na mefificação, como se aquele estilo fosse mais do que isso. O artigo de Pedro Cafardo no **Valor** é muito bonito, porque nos brinda com a surpresa de trazer a Conceição para o cerne da atualidade. Parabéns.

João Furtado
joao1960@gmail.com

Correção

É de Ahmed Al Khateeb, ministro do Turismo da Arábia Saudita, e não de Mahmoud Abdulhadi, vice-ministro para capacitação de destinos turísticos da Arábia Saudita, a foto publicada na reportagem "Turismo ganha incentivos para dinamizar economia", da pág. F3 da edição de ontem (25/06). A foto de Abdulhadi, citado na matéria, está publicada no site do Valor.

•

Diferentemente do informado na edição de ontem (25/06), na página B5, na matéria "Eficiência sustenta recorde críticas e apoio de rivais e parceiros", o AliExpress foi alvo de notificação, e não de multa, pelo Procon/RJ.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Cenário Portugal, como todo o sul da Europa, vive boom turístico sem precedentes, com forte crescimento no curto prazo, mas que pode não ser sustentável

Turistas americanos se tornam o motor econômico para países do sul da Europa

Tom Fairless
Dow Jones, de Lisboa

GONÇALO FONSECA/BLOOMBERG

Turistas na praça do Rossio, em Lisboa, onde número de visitantes alcança recordes e desequilibra o mercado de aluguéis e o preço de outros serviços

Os americanos estão em Lisboa e esta cidade litorânea banhada pelo sol vai de vento em popa. Nos bares, hotéis e restaurantes que ladeiam as sinuosas ruas de paralelepípedos, os negócios vão tão bem que recentemente o prefeito Carlos Moedas reduziu o imposto de renda municipal para os moradores. Com um crescimento econômico de 8,2% no ano passado e um aumento de 20% nas receitas tributárias em comparação com os tempos de antes da pandemia de covid-19, ele também tornou o transporte público gratuito para jovens e idosos.

Fachadas centenárias são renovadas depois de anos de abandono. Estão em andamento planos para um novo aeroporto, com o dobro do tamanho do atual, e para uma conexão de trens de alta velocidade com Madri, na vizinha Espanha, que farão a viagem em três horas. O Tribeca Film Festival chegará à cidade neste outono.

As diárias dos quartos de hotéis estão subindo e a cidade recebe uma inundação de investimentos de turismo. Gonçalo Dias, diretor e coproprietário do Ivens, um hotel no centro de Lisboa que tem diárias de US$ 1.000, contou que planeja instalar um clube de jazz no subsolo. Mais da metade de suas reservas de quartos vêm de americanos.

"São ótimos tempos. Os melhores tempos dos últimos 45 anos", disse ele. "É uma loucura."

Todo o sul da Europa vive um boom turístico sem precedentes, impulsionado principalmente por turistas americanos. Esse boom está turbinando o crescimento em lugares que antes eram sinônimo de estagnação econômica, criando centenas de milhares de empregos e enchendo os cofres de governos que até há pouco tempo estavam abalados pelos receios a respeito de sua dívida soberana.

Apesar dos temores de alguns de que o boom possa criar outros problemas, a corrida ao Mediterrâneo está virando de cabeça para baixo a história econômica recente da Europa. Nos anos 2010, a Alemanha e outras economias com forte produção manufatureira ajudaram a tirar o continente da crise da dívida graças às fortes exportações de automóveis e bens de capital, em especial para a China.

Hoje, Itália, Espanha, Grécia e Portugal são responsáveis por algo entre um quarto e metade do crescimento anual da União Europeia (UE). Na Espanha, a atividade ajudou a elevar o Produto Interno Bruto (PIB) do 1º trimestre de 2024 a 0,8% na comparação com o mesmo período do ano passado, informou ontem o governo.

Enquanto a economia da Alemanha está estagnada, a Espanha hoje é a grande economia da Europa que cresce mais rapidamente. Quase três quartos do crescimento recente do país e um em cada quatro novos empregos estão ligados ao turismo. Na Grécia, uma estrela econômica improvável desde a pandemia, 44% de todos os empregos estão vinculados ao turismo.

O curto prazo é promissor e governos fazem pressão para aproveitar esse ímpeto. Mas alguns economistas, moradores e políticos estão preocupados com as implicações do boom a longo prazo.

Aluguéis e outras despesas de primeira necessidade têm aumentado nos locais turísticos, com o que fica muito mais difícil para os moradores pagarem suas contas e se sustentarem. O maior enfoque no turismo, que gera lucros rápidos, mas continua a ser uma atividade de baixa produtividade, amarra essas economias a um setor extremamente cíclico. Também cria o risco de manter trabalhadores e capital longe de áreas mais lucrativas, como a tecnologia e a indústria de ponta.

Será que a emergente "economia de museu" da Europa conseguirá sustentar a criação de riqueza de forma continuada e os sistemas de bem-estar social abrangentes a que os europeus se acostumaram desde o fim da 2ª Guerra? E o que acontecerá se o dólar cair e os turistas forem embora?

O novo motor econômico. Em Portugal, um país de 10 milhões de habitantes, recentemente os americanos passaram à frente dos espanhóis como o maior grupo de turistas estrangeiros.

"Para os americanos, Portugal neste momento é, literalmente, o lugar para onde ir", disse Ameshia Cross, estrategista política de Washington. O dólar forte — e a vigorosa recuperação após a covid — melhorou a condição de milhões de americanos que antes da pandemia tirariam férias dentro dos EUA. Eles descobriram que podem se permitir viajar a Europa.

"Seu dólar rende muito mais", contou Cross enquanto tomava um café no saguão de seu hotel cinco estrelas. "Você sente que não precisa pechinchar tanto."

Na sua viagem de seis dias, Cross conseguiu ingressos baratos para ver ao vivo o show da cantora Taylor Swift — que também está em Portugal pela primeira vez — e comprou roupas na elegante avenida da Liberdade. Ela contou que um de seus amigos estava em Lisboa na mesma época. Mais amigos chegariam em duas semanas e outro grupo em setembro.

Hoje o turismo responde por um quinto da produção econômica em Lisboa e por um em cada quatro empregos. Esse boom reverbera muito além da capital.

O PIB de Portugal cresceu quase 8% entre 2019 e 2024, em comparação com menos de 1% na Alemanha, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional. O governo registrou um raro excedente orçamentário de 1,2% do PIB no ano passado, e a expectativa é de que sua relação dívida/PIB caia para 95% este ano, percentual mais baixo desde 2009. A população de Portugal voltou a crescer após anos, em parte graças ao influxo de migrantes e a incentivos fiscais e vistos de investidores que atraíram trabalhadores de alta renda.

O prefeito Moedas diz que há espaço para mais crescimento. Ele explicou que Lisboa dobra de tamanho todos os dias, em mais ou menos um milhão de pessoas — contando as que não moram na cidade, mas têm seus empregos nela —, mas apenas cerca de 35 mil são turistas. "Estamos muito longe da situação de turismo excessivo."

Crise econômica abriu o caminho. A tendência faz parte de um reajustamento mundial após os lockdowns da covid-19. Nos últimos dois anos, os gastos com viagens e o setor de hospitalidade em todo o planeta cresceram cerca de sete vezes mais rápido do que a economia mundial, de acordo com a Oxford Economics.

A Europa, e em especial o sul do continente, se beneficiou mais do que muitas outras regiões. Embora tenha apenas 5% da população mundial, a União Europeia recebeu no ano passado cerca de um terço de todos os dólares do turismo internacional — mais de meio trilhão de dólares.

> "Os malefícios que o turismo trouxe são infinitamente maiores do que os benefícios"
> *Jéssica Ribeiro*

Uma das razões disso foi a brutal crise da dívida soberana que afetou duramente o sul do continente há pouco mais de uma década. Sem condições de estimular a demanda com gastos públicos ou de dinamizar as exportações com a desvalorização da moeda — porque o euro é partilhado por 20 Estados —, esses países só podiam aumentar sua competitividade com a redução dos salários. Isso e um colapso do setor imobiliário que deixou centenas de milhares de trabalhadores disponíveis de repente tornaram o setor turístico da região ultracompetitivo, muito mais barato do que outros destinos, como as praias do Caribe, e no mesmo nível de destinos latino-americanos, como o México.

No caso de Portugal, há outra razão, pouco conhecida, para que a crise da dívida da zona do euro se revelasse uma dádiva inesperada.

Em 2011, quando o país obteve um plano de resgate financeiro de € 78 bilhões (equivalentes na época a US$ 115,5 bilhões), uma das formas pelas quais o governo aceitou levantar recursos foi privatizar a TAP Air Portugal. Ele vendeu o controle acionário da TAP a um consórcio liderado pelo fundador da JetBlue, David Neeleman.

Quando se tornou proprietário da TAP, Neeleman — que, no Brasil, fundou a Azul — aumentou o número de voos diretos para os EUA em oito vezes entre 2015 e 2020 e acrescentou à sua rede grandes terminais, como o JFK e o Boston Logan, em uma aposta de que isso abriria um mercado inexplorado.

Sinais de descontentamento. Mas o boom também traz desvantagens para os moradores locais — e a mais imediata foi o aumento do custo de vida. "A qualidade de vida em Lisboa não corresponde aos preços. Até os estrangeiros que viviam aqui estão indo embora", disse Gonçalo Hall, que se mudou da capital para a Ilha da Madeira, durante a pandemia.

O trabalhador português médio ganha líquidos cerca de € 1.000 por mês (US$ 1.100). Apenas 2% recebem mais de € 2.000. Um apartamento de um quarto em Lisboa pode chegar facilmente a mais de € 500 mil para compra, ou a um aluguel de mais de € 1.200 ao mês.

A socióloga Jéssica Ribeiro, de 35 anos, paga cerca de € 490 por mês por um apartamento que divide com o ex-marido em um povoado perto de Lisboa. Nenhum dos dois tem condições de sair de lá. Cada um ganha pouco mais de um salário mínimo, que é de € 820.

"Os malefícios que o turismo trouxe são infinitamente maiores do que os benefícios", disse Ribeiro. "Isso afasta as pessoas de seus locais de trabalho, o que torna suas vidas muito mais difíceis."

Uma queixa frequente dos moradores e dos defensores dos direitos de moradia é que alguns dos maiores vencedores do boom são empresas americanas, desde a Airbnb até a Uber, que muitas vezes pagam poucos impostos nos locais em que fazem a maior parte de seus negócios.

Um porta-voz da Uber disse que a maior parte das receitas geradas pela plataforma fica na economia local, e no ano passado a empresa ajudou motoristas, entregadores e restaurantes em Portugal a ganharem mais de € 500 milhões.

Cerca de nove em cada dez anfitriões da Airbnb em Portugal alugam a casa da família e quase metade afirma que a renda adicional os ajuda a ter recursos para permanecer em suas casas, de acordo com um porta-voz da empresa.

Para muitos moradores, as soluções do governo não vão longe o suficiente. "Toda a cidade está subordinada ao turismo", disse Rita Silva, ativista da área de moradia e pesquisadora. Segundo ela, os aluguéis mais altos obrigam muitas empresas e espaços culturais e sociais voltados para os moradores a fecharem. "Esta não é uma economia que atende à necessidade da maioria das pessoas", afirmou.

"Doença de praia." Alguns economistas e outras pessoas temem que a explosão do turismo possa agravar os desafios econômicos atuais da Europa.

O atendimento a estrangeiros é difícil de expandir e está mais exposto às dificuldades econômicas. Assim como acontece com a descoberta de petróleo, o novo foco do sul da Europa no turismo pode tomar o espaço de atividades de maior valor ao monopolizar capital e trabalhadores, um fenômeno que alguns economistas apelidaram de "doença de praia".

"Portugal não é um país industrializado. É apenas o parquinho da UE", disse Priscila Valadão, de 43 anos, que trabalha como assistente administrativa em Lisboa. Ela ganha € 905 por mês e aluga um quarto de um amigo por € 250 por mês. "O tipo de empregos oferecidos está limitado a um tipo de atividade que não enriquece o país", avaliou.

O economista Marcos Carias, da seguradora francesa Coface, acredita que, para os responsáveis pelas políticas europeias, fazer as pessoas abrirem hotéis ou restaurantes é mais fácil do que incentivá-las a desenvolver uma produção manufatureira avançada, que exige uso intensivo de capital e demora muito para dar retornos.

"O turismo é a saída mais fácil", afirmou Carias. "Qual é o incentivo para procurar pela engenhosidade e passar pelo sofrimento de gerar um novo valor econômico se o turismo funciona bem como uma solução de curto prazo?"

Aviação
Anac fará consulta pública sobre plano de medidas mais rigorosas a passageiros problemáticos B4

Celulose
Suzano planta 300 mil hectares para abastecer nova fábrica em MS, conta Aníbal, diretor B3

Veículos
Volks investe em parceria com Rivia, dos EUA, para avançar em carro elétrico B2

Aviação
Anac discute regras mais rígidas para passageiro indisciplinado B4

Tecnologia
Europa acusa Microsoft de comportamento anticompetitivo com o Teams B5

Consumo Inflação de alimentos e impacto da tragédia do RS se refletem nas cotações, mostra NielsenIQ

Com alta de preços, receita do varejo aumenta mais que volume vendido

Adriana Mattos
De São Paulo

Houve um novo descolamento entre o valor vendido e o volume comercializado de produtos nas lojas do país entre maio e junho, mostra levantamento da empresa NielsenIQ obtido pelo **Valor**. Trata-se de um efeito direto da aceleração dos preços na economia, e, nesse ambiente mais pressionado, o mercado vem ajustando para cima as suas projeções de inflação.

Inclusive, ontem, o diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, reforçou a necessidade de usar todas as ferramentas possíveis para perseguir a meta de inflação do ano.

Segundo o levantamento "NIQ Total Store", feito semanalmente em cerca de 1 milhão de pontos de venda, a receita em supermercados, farmácias e atacarejos cresceu mais rapidamente que a quantidade vendida no início de junho. Se o volume (em unidades) subiu 10,8%, a venda acelerou 14,4% de 3 a 9 de junho.

"[Esse gap] nada mais é que aumento de preços", disse Jonathas Rosa, executivo de varejo da NielsenIQ. "Eventualmente, pode ter influência do 'mix' de produtos vendidos mais caro, e da retirada de produtos de promoções, mas pelo nosso conhecimento na área, em 90% dos casos, isso é variação de preços".

A diferença entre as taxas é o maior desde a Páscoa — quando a expansão em valor vendido cresceu num ritmo duas vezes maior que o volume. Nos últimos dez dias de maio, essa lacuna entre os indicadores permaneceu elevada , sem sinalização de fechamento dos índices até o dia 9 de junho (*ver tabela ao lado*).

Outro cálculo elaborado a pedido do **Valor** pela CNC, a confederação nacional de comércio e turismo, trata do impacto da valorização do dólar nos preços ao consumidor, assim como a relação entre os preços no atacado e no varejo. Ambos são outros movimentos de pressão no mercado, e que vêm sendo monitorados pelo BC.

Segundo Fábio Bentes, economista da CNC, os efeitos da valorização do dólar frente ao real, assim como eventual alta no atacado, chegam na ponta ao consumidor de forma inevitável. No acumulado deste ano, o real já perdeu 12% de valor frente ao dólar.

"Cerca de 85% da variação de preços de alimentos é efeito do câmbio e do atacado", diz. "Houve uma pressão maior nos preços no atacado em abril, versus março. E o câmbio que estava adormecido pela Selic mais alta após 2021, acordou e não há um fluxo de divisas ao país para acomodar isso".

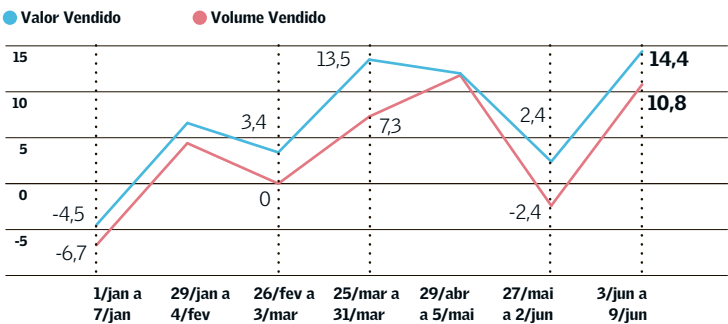
A expectativa é de preços se acelerando até o fim do ano, o que pode afetar as expectativas de crescimento do varejo, diz ele.

O executivo Hélio Freddi, diretor dos supermercados Hirota, diz que, em média, há uma alta de 4% nos preços de alimentos nas lojas de abril para cá, e com a taxa em curva crescente. Produtos como aves, frutas, legumes, verduras e frios, tem alta superior a 10%.

> "Em 90% dos casos, o 'gap' entre volume e valor vendido é reajuste"
> *Jonathas Rosa*

JULIO BITTENCOURT/VALOR

Vendas no atacarejo retomaram o crescimento no país, incluindo a região Sul, porque o canal surge como uma opção de compra mais econômica

Demanda em 'montanha russa'
Variação nas vendas de varejo alimentar mostra 'picos e vales'* - %

Fonte: NielsenIQ. * Farmácias têm resultado incluído, mas negócio avança mais que varejo de alimentos.

Neste momento, os efeitos na safra com a tragédia nas cidades gaúchas, o cenário fiscal mais nebuloso e a alta do dólar levaram economistas a elevar a projeção para a inflação do ano.

O Boletim Focus, divulgado na segunda-feira (24) pelo BC, mostrou uma leve alta nas previsões do IPCA para este ano, de 3,96% para 3,98%. Para 2025, a estimativa foi de 3,80% para 3,85%.

Além da questão inflacionária, o desastre das chuvas no Estado gaúcho ajudou a embaralhar todo o abastecimento e a logística das empresas na região, e gerou uma alta volatilidade na demanda. A crise local pode até parecer pouco relevante dentro dos indicadores nacionais, mas o Sul é a segunda região em termos de consumo no Brasil, à frente do Nordeste.

Na metade de maio, quando as enchentes começaram, a venda de itens como alimentos, bebidas, higiene, limpeza e medicamentos no Rio Grande do Sul cresceram impressionantes 25,4%, em valor. Nas duas semanas seguintes, o avanço foi de 13%, em média, e voltou a subir para 16,3% na semana terminada em 9 de junho.

Ao se comparar com volume vendido no Estado, a alta é menor — a velocidade cai quase pela metade. Se a receita vendida avançou 16,3% de 3 a 9 de junho, o volume subiu 9,4%. No semana anterior, a diferença é mais gritante: a quantidade vendida recua 0,8%, mas a receita subiu quase 5% na região, sinalizando aceleração nos preços.

Segundo Manoel de Araújo, sócio da consultoria Martinez de Araújo, com sede em Porto Alegre (RS), as redes retiraram as promoções das lojas após maio, pelo receio de não ter reposição depois da crise no abastecimento.

Araújo diz que os municípios gaúchos, assim como o Brasil, foi impactado pela aceleração da inflação alimentar, mas a diferença é que esses reajustes "pegaram" o Estado no meio de um desastre ambiental. O consultor não vê esse avanço da inflação local como um movimento especulativo.

> **25,4%**
> **foi a alta na venda no RS em maio**

"Especulação é segurar estoque para provocar subida de preço. O que houve foi retirada de promoção, porque se fizessem ofertas iriam ficar sem produto".

Água, papel higiênico e embutidos foram afetados pela escalada de preços. "Macarrão também sentiu, porque as pessoas ficaram com receio de não ter arroz, e compraram macarrão com o preço cheio mesmo, sem ofertas", diz o diretor comercial de uma atacadista. A NIQ ainda cita alta forte na demanda no Estado por "air-fryer", aspirador de pó, microondas, inseticidas, vassouras e bebidas em pó.

Os números também mostram que o atacarejo (com preços, em média, 10% a 15% inferiores aos supermercados) retomou o crescimento no país e no Sul, porque o canal surge como uma opção de compra mais econômica.

Entre o fim de abril e o início de junho, essas lojas crescem mais que todos os outros canais de venda, inclusive acima das farmácias, segundo a NIQ.

As redes de atacarejo perderam receita com a deflação de alimentos em 2023, e voltaram a crescer em 2024 ancoradas, em parte, na volta dos reajustes. Apesar de a inflação tirar dinheiro da economia, e afetar a venda, ela também eleva a receita nominal das cadeias.

O CEO de uma rede de atacarejo de São Paulo, com 40 unidades no Estado, diz que, em parte de junho, chegou a ocorrer uma "ressaca" nas vendas. Isso porque clientes de cidades fora da região Sul anteciparam certas compras para maio, pelo temor de desabastecimento de itens, como arroz e água. Mas a situação já se normalizou, com a demanda se acelerando no atacarejo após a metade deste mês.

Destaques

Tesla e Ford fazem recall

A Tesla vai fazer o recall de mais de 11 mil veículos do modelo futurístico Cybetruck, devido a problemas no porta-malas e no limpador de para-brisa. A montadora de carros elétricos já havia realizado dois recalls neste ano. O Cybertruck, o mais novo veículo elétrico da Tesla, chegou ao mercado em novembro, com uma aparência incomum, que caiu no gosto de algumas celebridades, incluindo Kim Kardashian e Lady Gaga. A empresa de Elon Musk disse que o Cybertruck provavelmente não gerará um fluxo de caixa significativo antes do final do ano. Separadamente, a Ford Motor fará um recall de mais de meio milhão de caminhonetes F-150 modelo 2014. A transmissão pode mudar inesperadamente para a primeira marcha, não importa a velocidade em que os carros estejam se movendo, possivelmente fazendo o motorista perder o controle

Vitória da Braskem

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, negou o pedido do governo de Alagoas para que a Corte invalidasse trechos dos acordos extrajudiciais que a Braskem assinou com órgãos públicos a partir de 2019. Nos pactos que firmou com os ministérios Público Federal (MPF) e estadual (MPA), com as defensorias Pública da União (DPU) e de Alagoas (DPE) e com a prefeitura de Maceió, a petroquímica se compromete a reparar os danos materiais que sua atividade causou a milhares de moradores da região metropolitana de Maceió, bem como os prejuízos socioambientais. Em dezembro de 2023, o governo estadual recorreu ao STF para tentar invalidar algumas cláusulas, mas hoje a ministra negou seguimento ao pedido ao afirmar que o instrumento jurídico escolhido pelo governo alagoano não é processualmente adequado.

Energia solar no Mateus

O Grupo Mateus, a comercializadora CMU Energia e o grupo espanhol de energia Cobra firmaram acordo para fornecimento de energia renovável para atender 70 das 262 lojas da empresa varejista. O Grupo Mateus têm lojas de supermercados no atacado e no varejo, além de estabelecimentos voltados para venda de móveis e eletrodomésticos localizados em nove Estados. O modelo utilizado é o da chamada autoprodução por equiparação, no qual o consumidor atua como sócio do empreendimento que vai fornecer a eletricidade. Segundo a CMU Energia, foram arrendadas duas outorgas do complexo solar Belmonte, de 455 megawatts (MW) de capacidade instalada, que foi desenvolvido e é operado pelo Grupo Cobra em São José de Belmonte, Pernambuco. Cada outorga possui 100 MW de potência instalada e geração de 15 MW médios.

Airbus reduz projeções

A Airbus perdeu cerca de US$ 12 bilhões em valor de mercado depois que o grupo reduziu sua meta de entrega de aeronaves comerciais e metas financeiras para o ano. As ações da Airbus em Paris fecharam 9,4% mais baixas ontem, levando o valor de mercado do grupo para cerca de US$ 114,63 bilhões, de acordo com a FactSet. A fabricante europeia de aviões disse em uma atualização para os investidores que não seria mais capaz de entregar cerca de 800 aviões aos clientes este ano e reduziu essa meta para cerca de 770, citando problemas persistentes na cadeia de suprimentos em motores, aeroestruturas e equipamentos de cabine. A indústria da aviação tem enfrentado problemas na cadeia de suprimentos que tornaram mais difícil a obtenção de algumas matérias-primas e peças de reposição, desacelerando a produção e entregas.

Ecorodovias assina aditivo

A Ecorodovias assinou o quinto aditivo ao contrato de concessão da Eco101 com a União, prorrogando em mais 180 dias a suspensão das condições e responsabilidades de serviços durante o período de relicitação, devido a negociações em andamento com o TCU. A Eco101 permanecerá operando o trecho concedido e, caso não seja viabilizada uma solução com o TCU, será dado seguimento ao processo de relicitação. A Ecorodovias está em negociação para a repactuação da concessão da Eco101, responsável por administrar a BR-101 no Espírito Santo, entre a fronteira com o Rio de Janeiro e com a Bahia. As concessões que demandam solução foram licitadas sob premissas excessivamente otimistas, mas com a crise econômica e a dificuldade em entregar as obrigações previstas nos contratos, diversas concessionárias entraram em colapso.

INÊS 249

Saneamento Processo de privatização da empresa entra na reta final, com Aegea e Equatorial no páreo

Sabesp recebe oferta de interessados até hoje

Taís Hirata e Fernanda Guimarães
De São Paulo

A Aegea e a Equatorial entraram na reta final de preparação para a privatização da Sabesp, a principal transação do ano para o mercado de capitais brasileiro. O prazo máximo para a entrega de propostas é até hoje, mas ainda não está certo se haverá competição entre os grupos. A posição de acionista de referência levará a um desembolso de cerca de R$ 7 bilhões — de um total de mais de R$ 15 bilhões que vai movimentar a oferta. O sócio terá 15% das ações e um terço do conselho de administração.

Do lado da Aegea, alguns problemas podem afetar a proposta do grupo, algo que traz um adicional de incerteza para a operação, que será concluída em julho. Um deles é a nova regra de concorrência adicionada pelo governo, o "right to match", que na visão de fontes daria vantagem à Equatorial. Além disso, o principal empecilho tem sido a "poison pill", regra criada para impedir que um sócio se torne majoritário por meio de uma oferta hostil. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, a companhia ainda passa por negociações internas para conseguir viabilizar sua oferta.

O "poison pill" é um problema principalmente para os parceiros financeiros da Aegea no consórcio, como GIC e Itaúsa, que têm diversos outros fundos de ações que podem investir na Sabesp como minoritários. O receio é que, por conta da restrição imposta pelo "poison pill", caso o limite máximo de 30% de participação seja atingido, o risco é elevado: o sócio é obrigado a lançar uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) para comprar a totalidade da empresa, por 200% do preço médio das ações dos últimos 90 dias ou 200% do valor registrado no último aumento de capital.

Como o sócio de referência já terá 30% de participação, porque tem um terço do conselho de administração, o temor é que qualquer movimento dos fundos de ação possa disparar o "poison pill". Como esses grandes grupos financeiros têm diversos fundos, com diferentes gestores, há uma percepção de risco grande.

> Para Aegea, 'poison pill' e nova regra de disputa dificultam proposta do grupo, segundo fontes

Hoje, não há mais espaço para mudanças na cláusula, dado que o prospecto da oferta já foi publicado, na última sexta-feira (21). Porém, fontes dizem que ainda está em negociação com o governo um combinado para que a alteração seja feita após a privatização. Com o acordo entre Estado e sócio de referência, seria possível alterar o estatuto da empresa.

Mesmo diante dessa perspectiva, uma fonte diz que o risco é alto, porque teriam que entrar no negócio sem a mudança concretizada. A alteração dependeria da convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

Questionado sobre a possível mudança de regra e o risco de haver apenas um concorrente, o governo de São Paulo diz que "o modelo de governança da Sabesp pós desestatização foi construído a partir de estudos consistentes, que envolveram mais de cem consultas ao mercado" e que o governo "confia neste modelo".

Outro entrave para a Aegea é o "right to match", nova regra trazida pelo governo, que na prática dá uma vantagem na disputa ao grupo preferido do mercado financeiro. Pelo instrumento, a companhia que tiver mais demanda na oferta para se tornar o acionista de referência ganha o direito de cobrir o preço de seu concorrente e, com isso, ganhar. A cláusula é vista como um problema para a Aegea. O comentário nos bastidores é de que em termos de preferência do mercado, a Equatorial larga na frente.

Na privatização, o governo, que hoje tem 50,3% das ações da Sabesp, irá vender até 32% do capital. A oferta será feita em duas fases. Na primeira, serão selecionados os dois candidatos a sócio de referência que apresentarem os melhores preços. Com a entrega de ofertas até hoje, os finalistas serão anunciados na sexta-feira (28).

Na segunda etapa, em que serão oferecidos outros 17% da empresa, será formado um "book-building" (processo de coleta das intenções de investimento na oferta) para cada um dos candidatos a sócio de referência. O vencedor será aquele que chegar ao maior preço ponderado, em uma média entre a proposta da primeira fase e o preço do "book".

O prospecto da oferta prevê a possibilidade de haver apenas um interessado em se tornar sócio de referência. Neste caso, este já se classifica para a segunda fase, caso seu preço atinja o mínimo estabelecido pelo governo. Na sequência, será feito o "book-building" e, caso se atinja a demanda mínima do mercado, o grupo sai vencedor.

Caso haja disputa entre Aegea e Equatorial — cenário mais esperado hoje —, atores do mercado avaliam que a Equatorial sai na frente no quesito de demanda de interessados, porque o grupo já é listado na Bolsa e é conhecido por fazer reestruturação de empresas, embora seja menos experiente no setor de saneamento. Já a Aegea é reconhecida como boa operadora de água e esgoto, mas não tem a confiança do mercado financeiro. A companhia, porém, tem se movimentado para conquistar os gestores.

Fontes contam que, nas últimas semanas, a empresa tem chamado chefes de grandes fundos para conhecer a operação do Rio de Janeiro e mostrar que o grupo tem a experiência necessária para viabilizar os investimentos. Os executivos também têm feito encontros com o mercado.

No entanto, conforme gestores de grandes fundos de ações que devem entrar na oferta, a lógica de preço é que vai influenciar na alocação e a escolha entre ambos os nomes é vista como equivalente. "Tem quem prefira a Equatorial pelas suas entregas, mas também quem veja a Aegea como a melhor opção por ser uma operadora. Para mim, as opiniões estão divididas", comenta. Esse gestor, por exemplo, fará a mesma oferta independente do candidato.

> **R$ 15 bi**
> **deve movimentar a oferta de ações**

Ponto crucial, ainda de acordo com fontes de mercado, para o sucesso da oferta será a atração de investidores estrangeiros, dado o tamanho do negócio e o momento de saída dos fundos de ações e multimercados no Brasil. O governo paulista e bancos fazem um "roadshow" para tentar atrair esses investidores.

Além de Equatorial e Aegea, o empresário Nelson Tanure também manifestou interesse de se tornar sócio de referência da Sabesp, mas fontes avaliam que não há chance de uma oferta.

Procurados, Aegea e Equatorial não quiseram comentar.

Volks investirá até US$ 5 bi em parceria com Rivian, dos EUA

Veículos elétricos

Abhirup Roy e Ben Klayman
Reuters, de San Francisco e Detroit

A Volkswagen investirá até US$ 5 bilhões na fabricante americana de veículos elétricos Rivian, como parte de uma nova joint venture que será controlada igualmente pelas duas partes e destinada a compartilhar a arquitetura e software de veículos elétricos, segundo anunciaram as duas empresas na terça-feira.

As ações da Rivian subiram cerca de 50% nas negociações estendidas depois do anúncio. Caso a alta dos papéis se confirme no pregão normal desta quarta-feira (26), a empresa terá ganhado quase US$ 6 bilhões em valor de mercado.

A indústria automobilística passa por um momento crucial, já que as startups de veículos elétricos enfrentam uma desaceleração na demanda em meio a altas taxas de juro e cada vez menos recursos, enquanto as montadoras tradicionais têm dificuldade para construir veículos movidos a bateria e desenvolver softwares avançados.

As empresas anunciaram que a Volkswagen investirá inicialmente US$ 1 bilhão na Rivian, e outros US$ 4 bilhões mais adiante.

O executivo-chefe da Rivian, R.J. Scaringe, disse à Reuters que esse aporte garantirá o financiamento necessário para desenvolver seus SUVs R2, menores e mais baratos, cujo lançamento está previsto para 2026, e seus modelos crossovers R3, que estão em planejamento.

Também ajudará a Rivian — mais conhecida por seus SUVs R1S e picapes R1T — a tornar o fluxo de caixa positivo. A empresa licenciará seus direitos de propriedade intelectual para a joint venture.

"Qualquer injeção de dinheiro como essa é extremamente importante. Obter o apoio do grupo Volkswagen com certeza fortalece de fato sua história em relação à Europa e, eventualmente, à Ásia", afirmou Vitaly Golomb, sócio-gerente da Mavka Capital em São Francisco, e investidor da Rivian.

Para a Volkswagen, na avaliação de analistas e investidores, essa é uma medida para resolver seus problemas na área de software. A divisão de software da empresa, a Cariad — criada pelo ex-CEO do grupo Herbert Diess — excedeu seu orçamento e não conseguiu cumprir as metas. Isso contribuiu para a saída de Diess, em setembro de 2022.

> **50%**
> **foi a alta das ações da Rivian após o anúncio**

A Volkswagen informou, no início deste ano, que mantinha seus planos de lançar 25 modelos de veículos elétricos, distribuídos por todas as marcas do grupo, na América do Norte até 2030, ao mesmo tempo em que reconheceu a desaceleração do crescimento no segmento.

Golomb disse que a Volkswagen não tem tanto peso nos grandes segmentos de SUVs e picapes nos EUA e não conseguiu abrir caminho com seu SUV elétrico crossover ID4. Mas ele acredita que esta parceria dá opções à empresa.

Mesmo com perdas de quase US$ 40 mil para cada veículo entregue, a Rivian tem mantido uma situação mais estável do que outras fabricantes de veículos elétricos que foram obrigadas a reduzir preços para estimular a demanda ou entrar com pedido de falência.

Para se manter à tona, a Rivian tem cortado custos enquanto trabalha para entregar seus veículos elétricos no prazo. A empresa reformulou seu processo de manufatura, o que levou a uma redução de 35% no custo dos materiais, segundo Scaringe contou à Reuters.

YUKI IWAMURA/BLOOMBERG

Ela também está vem renegociando contratos com fornecedores e fabricando algumas peças internamente.

O caixa e os investimentos de curto prazo da Rivian caíram em cerca de US$ 1,5 bilhão no primeiro trimestre, para pouco menos de US$ 8 bilhões. Antes do acordo com a Volkswagen, a Rivian informara que tinha capital suficiente para lançar os SUVs R2 menores e mais baratos no início de 2026. ***(Colaboraram Noel Randewich, de Oakland, e Harshita Varghese, de Bengaluru)***

> Nova joint venture será controlada igualmente entre as duas montadoras

Quem tem medo de IA?

Gestão

Wellington Vitorino

Ferramentas de inteligência artificial (IA) existem há um bom tempo, e mesmo a inteligência artificial generativa, ou GenAI, capaz de não só organizar grandes volumes de dados, como também produzir conteúdo novo, está perto de completar uma década. Ainda assim, a maioria de nós tomou contato com esse universo tecnológico novo e disruptivo há poucos anos, quando o ChatGPT, desenvolvido pela Open AI com investimentos da Microsoft, ganhou as manchetes mundo afora e se popularizou.

A simplicidade e eficiência de uma ferramenta como o ChatGPT fez com que todos entendessem na prática o quanto a IA promete revolucionar nosso cotidiano. "A IA torna as pessoas mais poderosas pessoalmente e profissionalmente", cravou a respeitada empresa de consultoria Gartner. Em relatório publicado neste ano, ela prevê que até 2027 o valor da produtividade por IA será reconhecido como indicador econômico primário, usado para cálculos macro como o da produtividade média nacional. Ferramentas de GenAI também serão utilizadas em aplicações empresariais legadas e na criação de substitutos apropriados, reduzindo custos de modernização em 70%, ainda segundo a Gartner.

Não por acaso a Nvidia está entre as companhias mais valiosas do mundo, com valor de mercado estimado em quase US$ 3 trilhões. A empresa do taiwanês Jensen Huang começou em 1993 como uma fornecedora de chips para a indústria de games e gradualmente adaptou-se para produzir chips de inteligência artificial, impulsionando ou até viabilizando negócios diversos como os de medicamentos, robótica, data centers e carros autônomos.

O Brasil, infelizmente, está bem atrás dos países mais desenvolvidos no uso da GenAI para melhorar habilidades laborais ou ajudar na resolução de problemas. Creio que essa dificuldade vem do fato de que a inteligência artificial aplicada ao ambiente corporativo é algo novo, muito amplo e a respeito do qual há pouca literatura acessível, didática. Com isso, lideranças que desejam incorporar essa tecnologia aos seus processos, geralmente, não sabem como e por onde começar. Segue-se a isso o fato de que a força de trabalho brasileira, em média, é pouco alfabetizada digitalmente — logo, o desafio de incorporar um recurso sofisticado como a GenAI ao modus operandi das empresas é ainda maior.

Mas há exceções. A Zoox Smart Data é uma datatech brasileira com atuação em mais de 30 países, clientes relevantes como o Metrô de Nova York (EUA) e a Telefônica (Espanha), e que figura atualmente como uma das três maiores concorrentes globais em soluções inteligentes de Wi-Fi e tratamento de dados. Conheci o fundador e CEO da empresa, o carioca Rafael Soares de Albuquerque, no último Fórum de CEO's do Experience Club. Ele me explicou que a Zoox é uma "booking de dados", ajudando empresas que possuem muitos dados e não sabem exatamente o que fazer com eles. Seu papel é ajudá-las a aproveitarem plenamente seu potencial, usando IA e aplicações de machine learning para converter um montante disperso de dados em informação de qualidade, que orienta estratégias de negócios.

Qualquer que seja a sua opinião sobre os limites éticos da inteligência artificial — e há, sim, um bom debate a ser feito —, o fato é que as organizações serão impactadas por ela nos próximos anos. Logo, para manterem-se competitivas, as lideranças brasileiras precisam perder o medo desse desafio, investindo mais e melhor em formas criativas de integrar a GenAI ao dia a dia corporativo.

Wellington Vitorino é diretor-executivo do Instituto Four
E-mail wvitorino@institutofour.org

Embalagem Enquanto brasileira reavalia sua oferta, americana avança nas negociações com DS Smith

União de Suzano e IP levaria setor a novo patamar

Stella Fontes
De São Paulo

Enquanto a Suzano ainda avalia se leva uma nova proposta de compra à International Paper (IP), a companhia americana e a rival britânica DS Smith avançam no processo de combinação de suas operações. Se concluída, a operação seria um obstáculo aos planos da companhia brasileira — que, nesse meio tempo, pôs em marcha sua estratégia de internacionalização e acertou a compra de 15% da austríaca Lenzing, de celulose solúvel e viscose, por € 229,9 milhões (R$ 1,3 bilhão).

Apesar das indefinições até o momento, uma transação entre Suzano e IP mudaria a relação de forças no mercado de embalagens de papelão ondulado no Ocidente, bem como na indústria global de celulose fluff (usada em fraldas descartáveis e absorventes). E viria num momento de muita movimentação entre os "players" da indústria, em particular em caixas de papelão: com a fusão entre WestRock e Smurfit Kappa, que está perto de ser consumada, nasce um novo gigante em embalagens no Ocidente.

> Para analistas, Suzano tem balanço robusto o suficiente para comprar a empresa americana

Em nota de ontem, a IP e a DS Smith informaram o fim do período de espera estabelecido pela lei de melhorias antitruste HRS (Hart-Scott-Rodino), em que é feita a análise inicial de potenciais danos à concorrência decorrentes da transação. "Esse é um passo importante na consumação da combinação proposta, uma vez que o término do prazo remove a barreira de fechamento [da operação] pela Lei HSR", disseram as companhias, acrescentando que o negócio ainda está sujeito ao cumprimento ou desistência de outras condições, incluindo a aprovação final.

A IP anunciou em abril um acordo para compra da DS Smith, sua rival no mercado de embalagens em papel na Europa, por 5,8 bilhões de libras (US$ 7,22 bilhões). Se concluída, a transação dará à IP 33,7% da empresa combinada. A expectativa é que a operação seja consumada no quarto trimestre.

Poucos dias depois, a Suzano abordou a IP com uma proposta informal de compra, em operação estimada em US$ 15 bilhões, ou de US$ 42 por ação. Contudo, estabeleceu como condição o encerramento das tratativas com a DS Smith. Em breve comunicado à época, a IP não se manifestou sobre a proposta apresentada pela companhia brasileira e informou que seguia focada em concluir o acordo de compra da DS Smith.

Em comunicado, a Suzano admitiu o interesse na IP, sem fornecer mais detalhes, e destacou que não havia "qualquer acordo, vinculante ou não, tampouco qualquer decisão em relação a uma potencial operação". Mas tem se movimentado no sentido de uma potencial oferta, desde que não comprometa sua alavancagem financeira a ponto de perder a nota grau de investimento.

Para os analistas, a companhia tem balanço para absorver mais dívida. Apesar das incertezas com relação a escopo, financiamento e potenciais sinergias, o Itaú BBA apontou em relatório que, mesmo se limitadas, as sinergias seriam suficientes para compensar as despesas financeiras adicionais de uma aquisição ao preço de US$ 50 por ação. Além disso, do ponto de vista estratégico, a potencial compra da IP traria redução da volatilidade das receitas e diluição da exposição à China. Por outro lado, haveria aumento de alavancagem, possíveis custos adicionais e potenciais dificuldades na integração operacional, dado o tamanho da IP e a idade de seus ativos.

> **US$ 15 bilhões é o valor inicial estimado**

Procurada, a Suzano não comentou o assunto.

Empresa montou megaoperação florestal em MS

De São Paulo

A Suzano montou uma megaoperação florestal para abastecer sua nova fábrica de celulose em Mato Grosso do Sul, o Projeto Cerrado, que deve entrar em operação ao longo do mês de julho, ainda sem uma data definida. Com base fundiária totalmente formada e área plantada de eucalipto que se aproximará de 300 mil hectares nos próximos meses, a unidade vai operar perto da autossuficiência em madeira entre 2029 e 2031.

Dos R$ 22,2 bilhões investidos no projeto, R$ 6,3 bilhões foram aplicados na operação logística e florestal. "As fazendas de eucalipto que vão abastecer Cerrado criam uma nova referência mundial de competitividade em custo de madeira", diz o diretor de operações florestais, logística e suprimentos Carlos Aníbal de Almeida.

Com capacidade de 2,55 milhões de toneladas de celulose de eucalipto por ano, a nova fábrica será a mais competitiva do mundo em custo caixa de produção, com R$ 400 por tonelada no longo prazo, ou metade do custo de R$ 812 por tonelada apurado pela própria Suzano, que já lidera esse ranking, no primeiro trimestre.

Do lado da madeira, os ganhos vêm da combinação de produtividade florestal, custos menores de colheita e distância média entre linha de produção e florestas (raio médio) reduzida, de apenas 65 quilômetros.

O uso de "hexatrens", caminhões com 52 metros de comprimento aptos a transportar 200 toneladas, também contribui. A Suzano construiu quase 400 quilômetros de vias para garantir o transporte da madeira, dos quais 100 quilômetros dedicados ao tráfego desses veículos.

O principal desafio, diz o executivo, tem sido a escassez de mão de obra para atuar no cultivo das florestas (silvicultura). "O Estado vive o pleno emprego, há escassez de mão de obra. Temos investido em programas de treinamento, desenvolvimento e qualificação para superar esse desafio", diz.

De acordo com Aníbal, para garantir o plantio suficiente de eucalipto, a companhia investiu R$ 100 milhões em viveiros próprios, com a construção de um novo em Ribas do Rio Pardo e ampliação dos já instalados em Campo Grande (MS) e Três Lagoas (MS), e parcerias estratégicas para geração de mudas.

Diariamente, em todo o país, a Suzano planta 1,4 milhão de mudas, com participação relevante de Cerrado. Assim, contribuiu para que Mato Grosso do Sul se consolidasse, no ano passado, como o segundo maior Estado brasileiro em área de florestas cultivadas em 2023, à frente de São Paulo e atrás de Minas Gerais.

> **R$ 400 por tonelada será o custo de produção**

De acordo com levantamento da consultoria Canopy Remote Sensing Solutions para a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), o Estado encerrou o ano passado com 1,367 milhão de hectares plantados de eucalipto, frente a 1,134 milhão de hectares em 2022. Em todo o país, a área cultivada superou pela primeira vez a marca de 10 milhões de hectares. *(SF)*

CLAUDIO BELLI/VALOR

Carlos Aníbal de Almeida, diretor: fazendas de eucalipto que vão abastecer nova fábrica criam nova referência mundial em custo competitivo de madeira

Petróleo terá menos pressão de viagens de verão nos EUA

Commodity

Kariny Leal
De Rio

Estoques altos de gasolina, demanda baixa e preços do petróleo mais controlados são os fatores que devem fazer com que a temporada de viagens nos Estados Unidos, conhecida como "driving season", seja mais branda em 2024, segundo a Hedgepoint.

De acordo com o analista Victor Arduin, o período que abrange o pico do verão no Hemisfério Norte, entre julho e agosto, e que normalmente afeta os preços dos combustíveis em todo o mundo, será de pressão mais baixa neste ano.

"Dados mostram que o estoque está subindo no último mês e está maior do que em 2023, o que ajuda a aliviar a pressão sobre os preços da gasolina atualmente. Além disso, o governo local [dos Estados Unidos] também anunciou que liberou um milhão de barris de gasolina de uma reserva localizada no Nordeste do país. O objetivo era justamente reduzir os preços finais para essa temporada de viagens", diz o analista em relatório.

No geral, as viagens da população americana nesse período do ano aumentam a demanda por gasolina e impactam os preços dos combustíveis em outros países, uma vez que a precificação da maior economia do mundo afeta os preços internacionais, explica a consultoria.

Segundo Arduin, dados da Agência de Informação de Energia dos Estados Unidos (EIA, na sigla em inglês) indicam que a demanda americana em 2024 está abaixo da observada no ano passado para essa temporada, influenciada pela alta inflação e o aumento do uso de carros elétricos.

Conforme dados da EIA, o consumo médio de gasolina na primeira semana de junho foi de 9,040 milhões de barris por dia, ante 10 milhões em igual período do ano anterior. "Houve o crescimento habitual na demanda por gasolina a partir de maio, contudo, os números não alcançaram a estimativa aguardada", diz o analista da Hedgepoint. No inverno, essa demanda fica abaixo dos nove milhões, segundo o órgão americano.

> "Demanda em 2024 está abaixo da observada no ano passado"
> *Victor Arduin*

Para o Santander, as margens de refino globais registraram tendência de queda em maio, com a maior utilização das refinarias e maior oferta de gasolina (antes da temporada de verão no Hemisfério Norte).

Olhando para frente, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) espera que os níveis de refino permaneçam elevados, com as refinarias precisando equilibrar o leve aumento da demanda sazonal, o que deverá apoiar os mercados petrolíferos no próximo período, diz o banco em relatório.

A expectativa do Santander é de que os preços do petróleo se sustentem ao redor dos US$ 80 por barril a curto prazo.

Gestão Dificuldade, contudo, é selecionar executivo com disponibilidade no curto prazo

Na sucessão da Vale, parte dos acionistas quer antecipar a escolha de CEO

Mônica Scaramuzzo e Fernanda Guimarães
De São Paulo

O plano de sucessão da Vale continua movimentando os bastidores da mineradora. Parte dos acionistas defende antecipar a transição da presidência, que ainda está em processo de escolha do futuro executivo, apurou o **Valor** com fontes a par do assunto.

A percepção, segundo fontes, é de que quanto antes encerrar o assunto, mais cedo cessarão os ruídos de mercado sobre o tema. A Vale divulgou um comunicado ao mercado informando que o nome do sucessor será divulgado em dezembro e que o atual presidente, Eduardo Bartolomeo, seguirá como consultor em 2025.

A dificuldade, neste momento, é selecionar executivos com disponibilidade para início imediato — vários já foram sondados. A probabilidade é de que o sucessor seja um CEO empregado e que, por isso, demandará mais tempo para assumir o novo posto. Os nomes serão selecionados para compor uma lista tríplice, antes da decisão final.

Fontes afirmam que Bartolomeo tenta fazer seu sucessor na companhia, o que é considerado um movimento natural dentro de qualquer companhia. Gustavo Pimenta, vice-presidente executivo de finanças e relações com os investidores da Vale, ganhou força nos últimos meses, mas os nomes de Carlos Medeiros, vice-presidente executivo de operações, e Marcello Spinelli, vice-presidente executivo de soluções de minério de ferro, também começaram a ser defendidos para a sucessão.

Bartolomeo tem falado dentro e fora dos corredores da Vale que precisaria de mais tempo para fazer o sucessor da empresa, segundo duas fontes ouvidas pelo **Valor**. Com isso, tem criado um

> Racha no conselho de administração da mineradora atrasou processo de escolha do futuro gestor

Na programação oficial da Vale, novo CEO deverá ser anunciado somente em dezembro em evento para investidores e deverá assumir o posto em 2025

desconforto porque teria dito que Pimenta, por exemplo, não estaria ainda totalmente preparado para assumir a cadeira — em caso de uma escolha de um nome dentro da casa.

Bartolomeo tem se colocado à disposição para esticar sua gestão — oficialmente ele fica no cargo até dezembro —, caso o futuro sucessor seja um nome de dentro da Vale. Fontes ligadas à mineradora, contudo, negam que há chances de o executivo prorrogar sua permanência.

O processo de troca do principal cargo executivo da Vale ganhou os holofotes ainda no primeiro semestre do ano passado, quando o ex-ministro petista Guido Mantega foi aventado para ir para o conselho e até mesmo ocupar a presidência da mineradora, como nome indicado pelo governo federal.

Na posição de acionista, Rubens Ometto estava defendendo o nome do executivo Luis Henrique Guimarães, da Cosan, e conselheiro da mineradora, para substituir Bartolomeo. As chances de Guimarães foram minadas com o racha do conselho administrativo da companhia. Uma parte defendia que a pessoa para ficar à frente da gestão não deveria ser ligada a acionistas. O discurso verborrágico de Ometto em um evento criticando o governo também dão menos chances para um indicado por ele na mineradora.

A consultoria Russell Reynolds está entrevistando os conselheiros neste momento, em uma das etapas do processo de escolha do futuro CEO.

Marcos Lutz, do Ultra, e Walter Schalka, da Suzano, chegaram a ser sondados, disseram pessoas a par do assunto. Marcelo Castelli, ex-Fibria e atual conselheiro da Votorantim, também foi cogitado, mas o executivo está se recuperando de problemas de saúde. No início do ano, os nomes de Guimarães e Bartolomeo foram citados para entrar na lista tríplice. Mas as apostas são de que não há a menor chance disso avançar. Os dois circularam juntos no Fórum Econômico Mundial, na Suíça, em janeiro, e pareciam alinhado. No entanto, cada um estava defendendo a sua candidatura ao posto.

Bartolomeo assumiu interinamente a presidência da Vale no início de 2019, após a saída de Fabio Schvartsman, afastado de suas funções em função da tragédia ambiental em Brumadinho (MG). O executivo foi confirmado depois no cargo e seu mandato venceria em maio deste ano.

> **R$ 275 bilhões é o valor de mercado da Vale**

Com o racha no conselho no início de 2024, ficou decidido que ele cumpriria a função até dezembro — com o novo nome divulgado durante o Vale Day, para os investidores. O futuro presidente assume oficialmente em 2025 — e o atual executivo fica por mais um ano.

Em paralelo, o governo defende um executivo que possa fazer com que a Vale coloque em pé projetos de investimentos, sobretudo na exploração de minérios críticos. Para uma fonte do governo, independentemente de quem assumir a cadeira, é preciso colocar a mineradora na rota de crescimento.

Procurada, a Vale "reafirma o teor dos comunicados ao me mercado divulgados em 1/5/24 e 17/6/24 com cronograma do processo de sucessão de seu presidente".

Passageiro indisciplinado pode ser impedido de voar

Aviação

Cristian Favaro
De São Paulo

O setor aéreo tem buscado fechar o cerco contra o cliente que causa problemas em voos — chamado de passageiro indisciplinado. Ontem, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou a abertura de consulta pública com a sociedade de sobre proposta de resolução que estabelece diretrizes mais rigorosas para esses casos.

Uma das penalidades estudadas está a proibição de voar por 12 meses diante de uma infração considerada gravíssima.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear), em 2023 houve 735 ocorrências de passageiros indisciplinados em aeronaves e aeroportos, o maior volume desde 2019. No ano passado, a média foi de dois casos registrados por dia — sendo 21% deles agressões ou ameaças.

O setor, marcado por uma forte judicialização no Brasil, já se preparou para eventuais questionamentos e iniciou conversas com organizações, disse o diretor relator do texto na Anac Luiz Ricardo Nascimento.

"A gente entende que pode haver problemas. Procuramos algumas instituições na estrutura jurídica do país onde a receptividade foi boa", disse Nascimento, em coletiva.

Na pandemia, a obrigatoriedade de uso de máscara fez disparar as brigas em aviões. Mas com o fim da pandemia, o cenário piorou ao invés de melhorar. "Achávamos que a máscara era o principal fator, mas não foi", disse. Ele ponderou que o aumento de passageiros indisciplinados é um desafio global e não apenas do Brasil.

> "Não há punição efetiva para um passageiro que causa transtorno"
> *Ricardo Fenelon*

A janela para suspender um passageiro por até 12 meses veio do poder legislativo ao aprovar, em 2022, o programa Voo Simples. O texto deu ao regulador a prerrogativa de regulamentar o tema. A Anac pode vir a adotar também um esquema de punição progressiva a depender da gravidade da ocorrência.

Caberá à consulta pública, por exemplo, determinar o que é considerado um ato gravíssimo. Entre os atos dentro desta categoria na minuta hoje está a agressão a um comissário de bordo durante voo — que poderia por em risco a operação aérea.

A norma em debate abre ainda espaço para que a aérea possa rescindir o contrato de prestação de serviço em caso de passageiro indisciplinado. Hoje, o passageiro é retirado da aeronave, mas ele é embarcado em outro voo.

A consulta terá início após publicação no Diário Oficial da União (DOU) nos próximos dias e ficará aberta por 45 dias. A estimativa é de que até o início do ano que vem a nova regulamentação esteja pronta. Após isso, as aéreas devem ter um prazo de seis meses para criar uma lista compartilhada com os passageiros suspensos.

O ex-diretor da Anac Ricardo Fenelon disse que o Brasil precisa fazer uma discussão ampla. "O que se percebe nos últimos anos é que não há punição efetiva para um passageiro que causa transtorno em um voo, que coloca um voo em risco", disse.

O Procon de São Paulo informou que não iria se manifestar por ainda não ter tido acesso aos termos da consulta. A Abear diz que a criação de uma lista de passageiros suspensos já é ferramenta em vigor em países da Europa e nos Estados Unidos.

Compagas investe em biometano

Infraestrutura

Robson Rodrigues
De São Paulo

A Compagas, empresa de distribuição de gás controlada pela Copel em sociedade com a Mitsui e a Commit, anunciou que vai investir R$ 505 milhões entre 2024 a 2029 em ações e projetos para expandir a atuação a outras regiões do Paraná, em especial para os municípios de Londrina, Maringá e Lapa. O foco estará na inserção do biometano na rede de gás canalizado e no desenvolvimento de corredores sustentáveis com abastecimento via gás natural e biometano.

O anúncio foi feito pelo governador do Paraná, Ratinho Jr. Os investimentos fazem parte do novo contrato de 30 anos da concessão da Compagas, que passa a valer a partir de julho e estabelece metas para aumentar a oferta de gás natural e biometano, além de expandir o atendimento a novas regiões.

O plano prevê R$ 100 milhões para atendimento aos municípios de Londrina e Maringá. A ideia é que o fornecimento na região ocorra 100% com biometano. A empresa anunciou a construção de 52 quilômetros de gasoduto entre os municípios de Araucária e Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba. O investimento de R$ 108 milhões vai atender um eixo agroindustrial do Estado.

O biometano é obtido a partir da purificação do biogás, uma mistura de gases que tem como origem o processo natural de decomposição de resíduos orgânicos em ambientes onde não há troca de ar — a digestão anaeróbica. Por ser intercambiável com o gás natural, o energético pode ser injetado na rede de gasodutos, transportado em caminhões na forma comprimida ou liquefeita.

> **R$ 505 milhões serão aportados até 2029**

O plano da Compagas é chegar a 15% da participação do biometano no volume de distribuição da companhia até 2026, o que corresponde a cerca de 100 mil metros cúbicos por dia de gás renovável, mas para isso, será preciso integrar a rede de distribuição às principais áreas produtoras de biometano, para viabilizar o escoamento do combustível renovável por meio de dutos, ampliando a capacidade de utilização do gás renovável.

"Acreditamos que este novo investimento fará com que o Paraná avance no segmento de energia e infraestrutura", disse o CEO da empresa, Rafael Lamastra Junior. "O gás natural continua sendo uma fonte importante, mas a inclusão do biometano traz uma pegada mais sustentável para atender a demandas ambientais e dos nossos clientes e também às metas de ESG [ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês] da empresa", acrescenta o executivo.

O primeiro contrato para fornecimento de biometano para inserção na rede de distribuição de gás no Paraná foi assinado com a H2A, que vai fornecer 20 mil metros cúbicos por dia a partir de julho de 2025. A parceria viabiliza a construção de uma usina em Carambeí, nos Campos Gerais, para a produção do gás renovável em uma cadeia circular, a partir de dejetos do polo leiteiro.

A distribuidora também anunciou o início das operações da primeira rota do projeto Corredores Sustentáveis, entre Londrina e Paranaguá, com onze postos de abastecimento com GNV e biometano.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Jf Manutenção de Máquinas Industriais Ltda. -** CNPJ: 11.274.489/0001-06 - Endereço: Rua Joaquim Barbosa Sobrinho, 30, Bairro Pinheiros - Requerente: Trimak Engenharia e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: Vara Única de Apiaí/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Imperial Construtora e Empreendimentos Ltda., Nome Fantasia Construtora Imperial -** CNPJ: 04.951.284/0001-52 - Endereço: Rua Joventina Alves, 680, Sala 01, Bairro Salgado Filho - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Infinity Imóveis, Negócios Imobiliários e de Construção Civil Epp -** Endereço: Não Consta - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Sisteport Terceirização Ltda. -** CNPJ: 02.435.743/0001-10 - Endereço: Rua Dos Andradas, 1137, Sala 1301, Centro Histórico - Administrador Judicial: Fedrizzi Recuperação Judicial & Falência Ltda., Representada Pelo Dr. Montalbani Costa da Mota - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Aracatuba Participações Societárias e Mineração Ltda. -** CNPJ: 02.028.616/0001-04 - Endereço: Rua Jataí, 525, Bairro Vila Paulista, Redenção/pa - Requerente: Advocacia Fernandes Alves Candeia - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Petição inicial indeferida.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Lomacon Locações e Construção Ltda. -** CNPJ: 03.354.650/0001-23 - Endereço: Rua Rufino Ferreira da Silva, 212 C, Lote Parque Elizabeth, Bairro Santa Clara, Eusébio/ce - Administrador Judicial: Dr. André Teixeira da Cruz - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE
Empresa: **M 7 Comércio de Malhas Ltda. -** CNPJ: 08.518.240/0001-94 - Endereço: Rua Alvina Erthal, 500, Galpão 03, Centro, Guabiruba/sc - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Brusque/SC
Empresa: **M. K. Participações Societárias Ltda. -** CNPJ: 10.948.967/0001-53 - Endereço: Rua Alvina Erthal, 500, Galpão 01, Centro, Guabiruba/sc - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Brusque/SC
Empresa: **Marcelo Kohler Participações Ltda. -** CNPJ: 21.795.112/0001-56 - Endereço: Rua Alvina Erthal, 500, Centro, Guabiruba/sc - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Brusque/SC
Empresa: **Mc Ju Indústria e Comércio de Confecções Ltda. -** CNPJ: 83.201.111/0001-93 - Endereço: Rua Alvina Erthal, 500, Galpões 01 e 02, Centro, Guabiruba/sc - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Brusque/SC
Empresa: **Mkj Administradora de Bens Ltda. -** CNPJ: 07.091.849/0001-67 - Endereço: Rua Alvina Erthal, 500, Centro, Guabiruba/sc - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Brusque/SC
Empresa: **Transportadora Rodrigues Ltda. -** CNPJ: 35.734.421/0001-20 - Endereço: Rua João Batista Gama, 699, Sala 02, Bairro Jardim Aguiar - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: Vara Cível de Caçu/GO

Recuperações Extrajudiciais Concedidas

Empresa: **C. A. Ribeiro Serviços Médicos Ltda., Nome Fantasia Incorpore -** CNPJ: 68.607.761/0001-40 - Endereço: Rua General Mario Tourinho, 536, Bairro Seminário - Vara/Comarca: 27a Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Tecnologia Aplicativo de videoconferências no pacote Office prejudicaria rivais como Slack e Zoom

UE acusa Microsoft de violar lei com o Teams

Javier Espinoza
Financial Times, de Bruxelas

A Comissão Europeia, o braço executivo da União Europeia, acusou a Microsoft de comportamento anticompetitivo ao agrupar seu aplicativo Teams ao seu pacote Office. É a primeira acusação antitruste movida contra o grupo de tecnologia em mais de uma década.

Nesta terça-feira (25), a Comissão Europeia entregou à companhia aberta mais valiosa do mundo uma lista de acusações que apontam preocupações de que a Microsoft pode ter concedido ao aplicativo de videoconferências Teams uma "vantagem indevida", prejudicando concorrentes como Slack e Zoom.

As acusações são as maiores apresentadas por Bruxelas contra a Microsoft, com exceção do controle de fusões, desde o confronto do grupo com as autoridades dos Estados Unidos e da União Europeia por causa do Windows, que começou há mais de 20 anos. Esse caso histórico também envolveu o agrupamento, ou "vinculação", de seus vários produtos de software.

O caso mais recente segue-se a uma dura batalha com as autoridades reguladoras sobre a aquisição da Activion Blizzard pela Microsoft por US$ 75 bilhões no ano passado, e surge num momento em que a empresa enfrenta um escrutínio sobre suas alianças com startups de inteligência artificial (IA) como a OpenAI.

"Nossa preocupação é que a Microsoft possa estar dando ao seu próprio produto de comunicação Teams uma vantagem indevida sobre os concorrentes, vinculando-o ao seu popular pacote de produtividade para empresas", disse Margrethe Vestager, vice-presidente-executiva da UE encarregada a política de competição. "Se confirmada, a conduta da Microsoft seria ilegal segundo as nossas regras de concorrência. A Microsoft agora tem a oportunidade de responder às nossas preocupações."

Em abril, a Microsoft emitiu concessões destinadas a tentar evitar medias regulatórias, como a ampliação dos planos para separar o Teams de outros softwares como o Office fora da Europa. Mas as autoridades acham que a medida não foi suficiente para permitir a concorrência no mercado.

Reagindo às novas acusações, Brad Smith, o presidente da Microsoft, disse: "Após desvincular o Teams e dar os primeiros passos para a interoperabilidade, valorizamos a clareza adicional fornecida hoje e trabalharemos para encontrar soluções para resolver as preocupações da comissão".

Sabastian Niles, presidente da Salesforce, que apresentou a queixa original contra a Microsoft, disse que as acusações contra a Microsoft são uma "vitória para a escolha dos clientes e uma afirmação de que as práticas da Microsoft com o Teams prejudicaram a concorrência".

> Microsoft pode estar dando a seu produto Teams uma vantagem indevida"
> *Margrethe Vestager*

A Comissão Europeia disse que as novas acusações não "prejulgam o resultado" da investigação. A Microsoft está tentando resolver o caso para evitar acusações formais de que está infringindo a lei e uma multa potencialmente pesada de até 10% de suas receitas globais anuais, segundo disseram fontes a par do pensamento da companhia.

A inciativa acontece no momento em que a Microsoft enfrenta um escrutínio cada vez maior de suas atividades. Autoridades reguladoras estão examinando a companhia em relação à sua parceria de US$ 13 bilhões com a OpenAI, e Bruxelas está considerando a possibilidade de lançar uma investigação completa. O grupo também enfrenta uma queixa sobre o que concorrentes afirmam ser acordos de licenciamento injustos para a computação em nuvem.

Bruxelas está de olho em outras grandes empresas de tecnologia. Na segunda-feira, a comissão acusou a Apple de sufocar a concorrência em sua loja App Store, marcando a primeira vez que as autoridades reguladoras da UE apresentam acusações contra uma das "big techs" sob as novas regras digitais. *(Tradução de Mario Zamarian)*

Unilever entra na disputa do mercado de dermocosméticos

Consumo

Natália Flach
De São Paulo

Cada vez mais pessoas têm buscado tratamentos para o corpo como suavizar manchas ou reduzir a oleosidade da pele. É por isso que os chamados dermocosméticos — produtos elaborados em parceria com dermatologistas, cujos resultados são clinicamente comprovados — ganham adeptos no Brasil.

Não à toa, a receita dos dermocosméticos no mercado de cuidados com o pele saltou quase 70% no país entre 2018 e 2023, para R$ 3,3 bilhões, de acordo com dados da Euromonitor International. Já no que se refere ao segmento de cuidados com o corpo o avanço foi de 63% no mesmo intervalo, para R$ 884 milhões.

Esse crescimento ajuda a explicar por que a Dove, conhecida marca de sabonetes da Unilever, escolheu o Brasil e o México para receber os seus primeiros dermocosméticos do mundo em formato de séruns — soros que têm alta concentração de princípios ativos. A expectativa é expandir em seguida a distribuição dos produtos, desenvolvidos nos centros de pesquisa em Portsunlight, no Reino Unido, e em Trumbull, nos Estados Unidos, para outras regiões.

"Estamos fazendo uma grande aposta", afirma a diretora de marketing para cabelo e pele da Dove, Mariana Martins, sem, entretanto, revelar o valor dos investimentos. "Só posso dizer que é relevante." Para embasar a decisão, a marca fez uma pesquisa que constatou que 59% das brasileiras consideram relevante cuidar da pele, apesar de mais da metade dizer que esconde seus corpos devido às suas inseguranças. O levantamento apontou ainda que 82% das mulheres gostariam que os seus cremes corporais tivessem benefícios para além da hidratação.

"A gente sempre escolhe entrar em categorias que têm necessidades não atendidas e nas quais a consumidora sofre pressões por um padrão [de beleza]", diz Martins ao **Valor**.

A iniciativa da companhia ocorre depois de o resultado do balanço de 2023 ter desapontado o executivo-chefe, Hein Schumacher. A receita líquida, excluindo mudanças cambiais e efeitos de aquisições ou vendas, cresceu 7% nos 12 meses até dezembro, dentro das expectativas dos analistas, enquanto o faturamento encolheu 0,8% para € 59,6 bilhões, segundo informou o "Financial Times".

Atualmente, a Dove possui em seu portfólio brasileiro 11 linhas para cabelo, cinco de desodorantes e oito de sabonetes. Agora, contará com sete categorias de dermocosméticos, que têm, em comum, uma tecnologia capaz de penetrar na pele e estimular a reparação de dentro para fora, atuando em áreas com tom desigual ou com flacidez.

Segundo Martins, os dermocosméticos serão mais caros do que os hidratantes vendidos no mercado — ao custar a partir de R$ 49,90. Entretanto, serão mais baratos do que os concorrentes que podem chegar a centenas de reais. Entre os principais competidores, estão a L'Oréal, Pierre Fabri, Beiersdorf, Puig, Naos e Coty.

Inicialmente, os séruns da Dove vão ser vendidos apenas em farmácias, com distribuição nacional. "Grande parte da decisão de compra acontece no ponto de venda, por isso vai haver bastante material para explicar os benefícios de cada variante nas farmácias. Também vamos fazer algumas ações com consultoras", explica. "O lançamento coincidiu com o inverno no Brasil, que é uma época em que as pessoas costumam procurar cremes por causa das temperaturas mais frias. Nesse período, a demanda costuma aumentar", diz ela, sobre a expectativa de venda.

Além disso, a campanha da nova linha de séruns corporais, criada pela agência Ogilvy, contará com um filme para a televisão e ações nas redes sociais, com influenciadoras como Paolla Oliveira, Letícia Colin e Dandara Pagu. A ideia é apresentar um grupo diverso de mulheres, representando a variedade de peles.

A marca Dove ganhou destaque há alguns anos no mercado publicitário quando lançou uma campanha de marketing que mostrava mulheres de diversos biotipos, e não apenas modelos profissionais. Esse movimento contribuiu para que a Unilever ganhasse o prêmio de "Anunciante Criativo do Ano" na edição deste ano do Cannes Lion. Segundo a organização do 'Oscar da publicidade', a premiação honorária é concedida a organizações que tenham acumulado trabalhos vencedores de Leões, estabelecendo uma reputação por produzir soluções de marketing corajosas, criativas e inovadoras. No ano passado, Dove levou um Leão de Bronze com o filme "Um Lugar ao Sol".

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Mariana Martins, diretora de marketing da Dove, diz que os produtos, a partir de R$ 49,90, serão vendidos em farmácias

Amil reativa agência interna

Marketing

Luana Dandara
De São Paulo

Após 12 anos, a Amil decidiu retomar a agência de publicidade interna Promarket. O modelo "in house" já tinha funcionado de 1980 até 2012, quando, naquele ano, a Amil foi adquirida pela multinacional UnitedHealth Group (UHG). Na época, o trabalho da agência foi interrompido e outras empresas do ramo, como BETC Havas e Artplan, passaram a ser responsáveis pelas campanhas de publicidade da operadora de saúde.

Com a venda da Amil pelo UHG a José Seripieri Filho, no fim do ano passado, a nova gestão quer resgatar as estratégias internas de comunicação. Seripieri Filho, conhecido como Junior, é fundador da Qualicorp e da QSaúde. A aquisição, de R$ 11 bilhões, marcou o retorno do empresário ao setor de saúde.

No próximo domingo (30), será lançada a primeira campanha da Amil feita pela nova estrutura da Promarket. O filme, chamado Aquarela da Amil, traz uma adaptação da música Aquarela do Brasil, de Ary Barroso, e mostra a estrutura da operadora pelo país. O objetivo é ressaltar o orgulho da empresa em voltar a ser um negócio brasileiro.

Na equipe de 68 pessoas estão profissionais que fizeram parte da Promarket no passado e recém-chegados. Luiz Periard, diretor de Marketing, há 31 anos na Amil, comanda as áreas de publicidade, branding, criação, digital, mídia, eventos, patrocínios e CRM. Já Ranny Alonso, diretora de comunicação há 30 anos na empresa, lidera a comunicação corporativa, relações com a imprensa e comunicação interna. "Estamos muito felizes com esse retorno e certos de que ganharemos em agilidade e assertividade", disse Periard.

"O modelo 'in house' ajudou a construir a marca como uma das maiores do país e reafirma o entusiasmo e vocação da companhia em se comunicar de forma diferenciada", disse, em comunicado, o vice-presidente de comunicação e marketing do Grupo Amil, Rodrigo Rocha, que chefia a Promarket.

Segundo Rocha, não haverá uma mudança abrupta na comunicação. "Mesmo no período em que trabalhamos com agências do mercado, a publicidade sempre foi norteada pelo marketing da Amil, que conta com profissionais da antiga Promarket e carregam o DNA da empresa. Por isso, não teremos uma mudança disruptiva, mas, sim, a sequência de uma comunicação consistente, buscando transmitir relevância e diferenciação", afirmou o executivo.

Curta

Oracle e TikTok

A empresa de tecnologia Oracle alertou os investidores de que pode ser afetada se a rede social TikTok for banido nos Estados Unidos. As ações da Oracle caíram nesta terça-feira (25) enquanto os analistas tentavam avaliar o quanto o negócio do TikTok vale para a empresa. O TikTok depende da infraestrutura de nuvem da Oracle para alimentar seu aplicativo de vídeos curtos nos Estados Unidos. Em relatório a reguladores na segunda-feira (24), a Oracle disse que uma lei dos EUA para banir o TikTok poderia forçá-la a parar de oferecer esses serviços: "Se não pudermos fornecer esses serviços ao TikTok, e se não pudermos realocar essa capacidade de maneira oportuna, nossas receitas e lucros seriam adversamente impactados". Um projeto de lei assinado pelo presidente Joe Biden em abril proibiria o TikTok dentro de um ano, a menos que seu dono, a chinesa ByteDance, venda a operação nos EUA. Os apoiadores da lei dizem que o TikTok traz risco de segurança aos EUA. O TikTok nega que compartilhe dados dos americanos com o governo chinês. A ByteDance afirmou que não irá vender o aplicativo e entrou com um processo para bloquear a lei.

Prêmio Pesquisa, realizada por Pequenas Empresas & Grandes Negócios e Serasa, avaliou 405 empresas — 105 marcas alcançaram cinco estrelas

Sodiê Doces e Maria Brasileira ganham o 'Melhores Franquias'

PEGN, de São Paulo

Os vencedores do 21º prêmio As Melhores Franquias do Brasil, realizado por Pequenas Empresas & Grandes Negócios (PEGN), foram revelados na noite desta terça-feira (25), em evento em São Paulo. A Sodiê Doces foi eleita a Franquia do Ano, e a rede de limpeza Maria Brasileira ganhou o troféu de Melhor Microfranquia. Foram premiadas também as 105 marcas que alcançaram a cotação de cinco estrelas.

O prêmio é resultado de uma pesquisa exclusiva da Serasa Experian. Neste ano, 405 franquias foram avaliadas sob os critérios de satisfação do franqueado, desempenho e qualidade da rede. As maiores notas nesses quesitos foram obtidas por Ceopag, Emagrecentro e Alphagraphics, respectivamente.

"Quando Pequenas Empresas & Grandes Negócios se juntou à família Valor Econômico, um dos objetivos era dar mais alcance a algumas coberturas e falar mais sobre os setores que movem o país. E os números do franchising mostram que essa é uma parte muito relevante da nossa economia. No ano passado, o faturamento do setor aumentou quase 14% e passou de R$ 240 bilhões", afirmou Maria Fernanda Delmas, diretora de redação do Valor Econômico, na abertura do evento.

"Os resultados dimensionam a consolidação do franchising. Entre as 405 empresas participantes da pesquisa, 259 reportaram variação positiva em receita em 2023, e 282 aumentaram o número de unidades", disse Mariana Iwakura, editora-chefe de Pequenas Empresas & Grandes Negócios (PEGN).

259
empresas tiveram aumento de receita

Fundada em 1997 por Cleusa Maria da Silva, a Sodiê Doces começou em um espaço de 20 metros quadrados em Salto (SP). Em 2023, tinha 357 unidades e, neste ano, pretende atingir 420 lojas.

"Eu estou há dois anos no mundo de franquias. Quando fui convidado para assumir a empresa, não tinha a menor noção do que a gente poderia fazer e transformar. Eu me apaixonei por completo. Ganhar um prêmio dessa importância em tão pouco tempo, para a gente, é uma honra muito grande", afirmou Fábio Araujo, diretor-geral da Sodiê Doces. O executivo chegou à empresa há dois anos, vindo de uma multinacional, e quer encabeçar uma expansão internacional estruturada da rede. Para isso, está em estudo um centro de distribuição nos Estados Unidos.

Tricampeã como Melhor Microfranquia, a Maria Brasileira foi criada em 2012, em São José do Rio Preto (SP), por Eduardo Pirré e Felipe Buranello. No ano seguinte, começou a se expandir por franquias. Em 2014, já tinha 100 unidades franqueadas. Cinco anos depois, lançou o formato "home-based". No ano passado, com 470 unidades nos 26 Estados e no Distrito Federal, alcançou receita de R$ 152,1 milhões.

A pesquisa que dá origem ao ranking das melhores franquias do Brasil envolve coleta e análise de dados. Primeiro, as redes enviam à Serasa Experian informações como faturamento e lucratividade. Depois, passam por outro crivo: o dos próprios franqueados, que avaliam quesitos como suporte e treinamentos.

O ranking em 12 setores segue para validação de um conselho consultivo, a quem cabe ratificar resultados e eleger a Franquia do Ano e a Melhor Microfranquia (rede com investimento do total de até R$ 135 mil).

O evento teve patrocínio do Nubank e da Volkswagen Caminhões e Ônibus; e o apoio do Sebrae.

FLÁVIO FLORIDO/PEGN

Fábio Araujo, da Sodiê Doces, recebe o prêmio ao lado de Mariana Iwakura, de PEGN (à esq), e Fernanda Delmas, do Valor

Desempenho de ponta

Conheça as 105 franquias 5 estrelas de 2024

- 5ÀSEC
- ÁGUA DOCE SABORES DO BRASIL
- ALPHAGRAPHICS
- AMO VACINAS
- ANJOS COLCHÕES E SOFÁS
- ASTRAL SAÚDE AMBIENTAL
- AUDACES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA IND.
- BEBELU SANDUÍCHES
- BELLA GULA
- BEM SAFE
- BILLY THE GRILL
- CAFÉ DO PONTO
- CASA DO CONSTRUTOR - ALUGUEL DE EQUIP.
- CEOPAG
- CHILLI BEANS
- CHIQUINHO SORVETES
- CI INTERCÂMBIO
- CLÍNICA DA CIDADE
- CLUBE TURISMO
- CNA
- COIFE ODONTO
- CONSTANCE
- DENTAL ARTE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS
- DI SANTINNI CALÇADOS
- DIVINO FOGÃO - COMIDA DA FAZENDA
- DOUTOR HÉRNIA FRANCHISING
- DOUTOR SOFÁ
- EMAGRECENTRO
- FARMÁCIA ROVAL DE MANIPULAÇÃO
- FARMÁCIAS BRASIL POUPA LAR
- FARMAFÓRMULA
- FIRST CLASS HOME
- FISK CENTRO DE ENSINO
- FLYTOUR SERVIÇOS DE VIAGENS
- GELA BOCA
- GENDAI
- GIOLASER - DEPILAÇÃO - ESTÉTICA - BELEZA
- GIRAFFAS
- GRAU PROFISSIONALIZANTE
- GRAU TÉCNICO
- HNT | HOT N' TENDER
- HOPE
- IE INTERCÂMBIO
- IGUI
- INFLUX ENGLISH SCHOOL
- INVIOLÁVEL
- IT'S GRILL
- JAN-PRO DO BRASIL
- KNN BRASIL
- KONI STORE
- KUMON
- LIG-LIG
- LIMPEZA COM ZELO
- LIMPIDUS
- LOFT
- LOUCOS POR COXINHA
- LUPO
- MANA POKE
- MARIA BRASILEIRA
- MCDONALD'S
- MERCADÃO DOS ÓCULOS
- MICROLINS
- MILON
- MINDS ENGLISH SCHOOL
- MINI KALZONE
- MR. MIX BRASIL
- MY PLACE OFFICE
- NTW CONTABILIDADE E GESTÃO EMPRESARIAL
- NUTTY BAVARIAN
- ODONTOTOP - HOSPITAL DO DENTE
- ONODERA ESTÉTICA
- ORTHODONTIC
- ORTHOPRIDE
- PATRONI
- PHARMAPELE
- PIZZA CREK
- PORTO DO SABOR
- PORTOBELLO SHOP
- PREPARA CURSOS
- PRUDENTIAL
- QUIERO CAFÉ
- RE/MAX BRASIL
- REI DO MATE
- RESTAURA JEANS
- ROCKFELLER LANGUAGE CENTER
- SANTA CARGA TOTENS CARREGADORES
- SELFIT ACADEMIAS
- SODIÊ DOCES
- SONHO DOS PÉS
- SORRIDENTS CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS
- SPÉ, O SPA DO PÉ
- SPLASH
- SPOLETO
- SUCÃO
- SUPER VISÃO VISTORIAS AUTOMOTIVAS
- SUPORTE SMART
- SUSHILOKO
- TERÇA DA SERRA RESIDENCIAL SÊNIOR
- THE BEST AÇAÍ
- TRATABEM
- UNHAS CARIOCAS
- VAZOLI
- VICOFARMA E VICOFLORA
- YÁZIGI
- YES! IDIOMAS

Fonte: PEGN

Em shopping centers, o negócio da alimentação desbanca o vestuário

Carin Petti
Para o Valor, de São Paulo

Cerca de 25 mil marcas operam atualmente nos shopping centers do Brasil – quantidade 35% maior que a registrada dez anos atrás. A alimentação é a categoria mais presente, com 18% do total. O segmento desbancou o vestuário, primeiro colocado no ranking de 2014, e vem seguido de serviços e conveniência, com 15,4% das 24.913 marcas contabilizadas. Ex-líder, o vestuário agora está na terceira posição, com 15,3%, afetado em parte pela concorrência do comércio eletrônico.

Os números são do levantamento Mix de Shoppings – Impacto das Franquias, da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), divulgado hoje (26).

A pesquisa foi realizada entre fevereiro e março em 98% dos 639 shoppings do país. Segundo o estudo, 27% das lojas de shoppings são franquias – total que, nas projeções da Associação Brasileira de Franchising (ABF), chega a 32% quando incluídas também as franquias não associadas à entidade.

Ainda segundo o levantamento da Abrasce, realizado pela AGP Pesquisas, as franquias são responsáveis por 36 das 50 marcas com maior presença shoppings centers. Quanto aos segmentos, a alimentação lidera também entre essas franquias, com 204 marcas, seguida por serviços e conveniências (110) e vestuário (58).

"Há alguns anos a gente vinha apontando como tendência o crescimento das operações de alimentação, de serviços e entretenimento nos shoppings. Isso agora já é realidade", diz Glauco Humai, presidente da Abrasce. "Em 2014, o vestuário liderava na quantidade de marcas, seguido de serviços e só então da alimentação. A alimentação passou para primeiro lugar porque realmente houve um boom muito grande dessas operações", acrescenta.

A ampliação da oferta do segmento reflete mudanças de hábito dos consumidores. "Comer no shopping não é só mais uma alimentação rápida para a pessoa complementar e matar o tempo em que está lá. Hoje muitos saem de casa para comer ali", diz Alberto Serrentino, fundador da consultoria Varese Retail. Os shoppings, então, foram se adequando aos novos padrões de comportamento e consumo.

Com cerca de uma em cada três lojas, as franquias ocupam a primeira, a segunda e outras 34 posições entre as 50 marcas mais presentes nos shoppings. O Boticário encabeça a lista, com presença em 76% deles, seguido pela Cacau Show, com 71%. Também são destaque entre as franquias Chilly Beans (62%), Burger King (61%), McDonald's (58%), Lupo (55%), Espaço Laser (54%), Havaianas (52%), Hering (50%) e CVC (48%).

Segundo o estudo, 38% das 1.395 marcas associadas à ABF têm presença em shoppings. Outra pesquisa, realizada neste ano pela ABF, estima que os empreendimentos abrigam 19,8% do total de operações do franchising, o equivalente a cerca de 38 mil unidades franqueadas.

Para o presidente da ABF, Tom Moreira Leite, os números resultam em grande parte do modelo de expansão do franchising. "O sistema traz a particularidade de abertura geográfica nacional, com o crescimento de uma maneira mais veloz, já que, no final, você tem um parceiro de negócio franqueado realizando investimentos e atuando como dono na ponta", diz ele.

Para a consultora Luciana Medeiros, sócia-líder do setor de varejo na PwC Brasil, o tamanho do público e o horário de funcionamento dos shopping centers também atraem as franquias. "As lojas ficam abertas até mais tarde, e normalmente o shopping tem um fluxo maior do que a rua", diz ela.

O sistema tributário é outro fator que pode favorecer a disseminação do franchising "O Simples se tornou uma alavanca muito forte de expansão das franquias, porque, com um tratamento tributário muito melhor, as empresas conseguem ser mais lucrativas e ter uma operação mais distribuída", diz Serrentino.

Mesmo com o peso das redes de franquia, a pesquisa da Abrasce mostra forte pulverização das marcas, com 79% delas com uma só unidade em shopping center.

O peso das franquias nos shoppings

Número de marcas e de lojas por categorias

Categoria	Marcas de franquia	Médias de lojas de franquia por marca
Alimentação e bebidas	204	34,6
Serviços de conveniência	110	19,2
Vestuário	58	50,4
Calçados	37	79,4
Artigos para o lar, decoração e presentes	31	29
Perfumaria e cosméticos	19	77,9
Óticas	19	27,9
Acessórios	15	60,6
Brinquedos e artigos infantis	3	91,3
Artigos de viagens	3	87
Outros	31	22,2
Total	530	37,9

Fonte: Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce)

Portfólio maior, novos formatos e tecnologia

Paulo Gratão
PEGN, de São Paulo

Aumento de portfólio, novos formatos e tecnologia estão no foco das melhores franqueadoras do país em 2024, reveladas pelo prêmio As Melhores Franquias do Brasil, de Pequenas Empresas Grandes Negócios (PEGN).

A Sodiê Doces, eleita Franquia do Ano, tem investido em novos modelos de negócio, como contêiner e quiosque, para ampliar a capilaridade. Na retaguarda, inaugurou uma fábrica de salgados com mais de 5 mil metros quadrados, o que irá triplicar a capacidade produtiva.

Fabio Araujo, diretor-geral da marca, afirma estar otimista para os próximos dois anos, porém atento aos movimentos do mercado. "Vejo um bom cenário, com tendência de melhora no consumo", diz. A Sodiê investiu em aumento do portfólio, com novas bebidas, cafés especiais e linhas veganas. Em breve, a marca também deve lançar uma linha própria de chocolates e de produtos para cães e gatos.

A empresa de limpeza doméstica Maria Brasileira, premiada como Melhor Microfranquia, tem aproveitado uma mudança no comportamento do consumidor, ávido por praticidade, afirma Felipe Buranello, CEO e sócio-fundador da rede. A marca realizou investimentos em tecnologia, que incluem um aplicativo próprio e inteligência de dados. "Pensando à frente, contratamos uma consultoria para pesquisa com clientes, profissionais, franqueados e colaboradores internos", diz.

Essa transformação no consumo também está no radar da Emagrecentro, rede fundada por Edson Ramuth e destaque no quesito Desempenho da Rede. De acordo com o empreendedor, a preocupação dos consumidores com a saúde tem se convertido em uma demanda maior para o seu negócio.

A rede apostou em capacitação para melhorar os resultados e capitalizar a demanda. Neste mês, será lançada a Emagrecentro Academy, formação à distância para franqueados e colaboradores, que incluirá graduação, pós-graduação e MBA.

Tecnologia também é a estratégia de Kawel Lotti, CEO e fundador da Ceopag, destaque na categoria Satisfação do Franqueado. No primeiro trimestre de 2024, a marca de meios de pagamento cresceu 30%. No ano, o plano é aumentar a receita em 50%.

Para Rodrigo Abreu, presidente da AlphaGraphics no Brasil, empresa que vende serviços de impressão e que se destacou em Qualidade da Rede, é fundamental colaborar na gestão. "Passamos a atuar diretamente com os franqueados na implantação de marketing local, desenvolvendo ações em conjunto." A franqueadora também ajuda na geração de leads (contatos de potenciais clientes) empresariais para as unidades.

Insumos IFFCO, a maior cooperativa indiana, firma parceria para começar a vender o produto no país

Nanofertilizantes da Índia chegam ao Brasil

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Maior cooperativa da Índia, com organizações que reúnem mais de 50 milhões de produtores rurais, a Indian Farmers Fertiliser Cooperative (IFFCO) está trazendo para a agricultura brasileira uma tecnologia altamente inovadora: os nanoinsumos. Esses produtos nada mais são do que insumos, como fertilizantes ou defensivos, feitos com nanotecnologia, uma estrutura que permite aos produtores obter resultados muito melhores com a aplicação de um volume bem menor de insumos.

Para entrar no mercado brasileiro, a cooperativa e seu braço de pesquisa, a Nanoventions Private Limited (NVPL), vão, inicialmente, licenciar e comercializar os produtos no Brasil à Nanofert, uma empresa criada pelos empreendedores Fausto Caron e Ritesh Sharma. Em algum momento, eles devem produzir os nanoinsumos no país.

O uso de nanotecnologia na agricultura já é objeto de estudos em alguns locais e consta até como uma proposta de desenvolvimento do Plano Nacional de Fertilizantes, mas o projeto dos indianos é a primeira iniciativa de adoção comercial da tecnologia que já tenha histórico de vendas.

"Usamos fertilizantes químicos há muito tempo, e esqueceu-se do sistema orgânico do solo. Com o tempo, o solo foi ficando fraco, a microbiota foi afetada. As pessoas começaram a querer controlar o uso", disse Yogendra Kumar, diretor de marketing da IFFCO, ao **Valor**. A cooperativa começou a pesquisar o desenvolvimento de nanotecnologia em 2017, e em 2019 saíram os primeiros resultados.

GABRIEL REIS/VALOR

Arunachalam Lakshmanan, da NVPL, Yogendra Kumar, da IFFCO, e Fausto Caron, da Nanofert: parceria inédita

Os testes começaram em 2020, quando intempéries afetaram a produtividade das lavouras indianas. Mesmo em condições adversas, as terras que receberam os nanofertilizantes tiveram desempenho melhor, relata Kumar.

A diferença está no princípio da nanotecnologia. Ao dividir as partículas dos insumos em escala nanométrica, é possível ampliar a área de cobertura do produto, permitindo que cada molécula atue na planta. "É como se você tivesse uma maçã. Ao dividi-la em pedaços bem finos e colocá-los um ao lado do outro, a área de cobertura da maçã aumenta", compara o cientista Arunachalam Lakshmanan, diretor geral da NVPL e responsável pelo desenvolvimento da tecnologia. As aplicações são foliares e em determinados momentos do desenvolvimento da planta.

Melhorar a utilização do insumo combate a principal "dor" dos produtores no uso dos fertilizantes, que é a alta perda do produto para a natureza. Segundo Lakshmanan, a planta consome apenas 20% a 30% dos fertilizantes químicos que vão ao solo; o restante se dissipa como gás ou se perde na terra. Normalmente, 1 quilo de ureia emite 8 quilos de óxido nitroso, poluente com 300 vezes mais impacto sobre o aquecimento global do que o gás carbônico.

Uma garrafa de meio litro de nanoureia líquida consegue substituir uma saca de 50 quilos de ureia granulada — e, na Índia, é vendida por metade do preço. No lado ambiental, um teste concluiu que a nanoureia emite 20% menos carbono equivalente que a ureia convencional — o percentual pode variar conforme ecossistema e cultura, ressalta Lakshmanan. Em 2023, a cooperativa lançou o NanoDAP, o primeiro produto que a Nanofert quer trazer ao Brasil.

Testes que a Nanofert encomendou à Fundação MT, realizados em lavouras experimentais de soja em Itiquira (MT) na safra 2023/24, mostraram que a produtividade em áreas que receberam NanoDAP em complemento ao MAP (sem redução de aplicação) foi cinco sacas por hectare mais alta. "A ideia é ser complementar [aos fertilizantes tradicionais]", diz Sharma, da Nanofert. O produto já está em testes em outras culturas, como cana.

Caron, também sócio da Nanofert, quer trazer ao Brasil outros nanoinsumos do portfólio da IFFCO — entre eles, nanobioinseticidas — e ofertá-los a preços competitivos. "Queremos também desenvolver tecnologia e produtos adaptados à realidade brasileira", diz.

Para Kumar, da IFFCO, a estratégia deve priorizar o desenvolvimento do mercado e a construção da marca no Brasil. Só depois ela deve apostar na produção local e no ganho de escala. "Não temos pressa", afirma.

A IFFCO já vendeu 8 milhões de garrafas de nanoureia na Índia desde 2021 e, desde o ano passado, 6 milhões de garrafas de NanoDAP. No país, a maioria dos produtores é de pequeno porte.

No Brasil, a Nanofert vê um mercado potencial de US$ 8 bilhões ao ano. Caron lembra que estimativas do mercado de fertilizantes especiais preveem crescimento de 50% ao ano na próxima década.

A IFFCO mantém contato com cerca de 40 países para disseminar os nanoinsumos. Segundo Lakshmanan, a estratégia é primeiro fazer pesquisas de adaptação da tecnologia para depois desenvolver formas de uso em cada local. "Queremos fazer pesquisas conjuntas com outros cientistas", diz.

Ações da Agrogalaxy fecham em alta de 20%

Isadora Camargo
De São Paulo

As ações da Agrogalaxy, distribuidora de insumos agrícolas controlada pela gestora Aqua Capital, fecharam o pregão de ontem na B3 em alta de 20%, a R$ 1,08. Ao longo do dia, os papéis chegaram a subir 26%.

Segundo o analista Gustavo Cruz, da RB Investimentos, o movimento foi típico de uma "pennystock", como são conhecidas as ações de reduzido valor nominal, normalmente inferior a R$ 1. Como o valor nominal é baixo, qualquer oscilação de poucos centavos pode representar uma grande variação percentual.

"Como a ação estava em queda constante, [a alta] parece ser [resultado de ordens de compra de] algum fundo ou acionista montando posição", disse o analista. Os papéis da companhia recuaram em oito das dez sessões anteriores à de ontem.

A movimentação dos papéis da Agrogalaxy ficou acima da média. A negociação de ações da empresa totalizou R$ 1,7 milhão, o maior giro em mais de um mês.

A companhia disse ao **Valor** que não há movimentações internas ou ações de relações com investidores que possam ter relação com a alta. Na avaliação da empresa, a valorização dos papéis pode ter sido reflexo de negociações feitas por investidores pessoa física.

A Agrogalaxy, que reúne varejistas de insumos que atuam em diferentes regiões, é uma das maiores distribuidoras do segmento no país. Segundo o balanço que publicou em maio, a empresa encerrou o primeiro trimestre deste ano com prejuízo líquido de R$ 249,7 milhões, o que representou um aumento de 158,3% em relação à perda que a companhia teve no mesmo período de 2023. Na mesma base de comparação, a receita líquida da companhia recuou 42,7%, para R$ 1,59 bilhão.

Venda de bioinsumos no país cresceu 15% na safra 2023/24

Gabriella Weiss
De São Paulo

O mercado brasileiro de bioinsumos agrícolas cresceu 15% na safra 2023/24 e alcançou R$ 5 bilhões em vendas, segundo levantamento da Blink Inteligência Aplicada divulgado ontem pela CropLife Brasil. O valor considera o preço final pago pelos agricultores. Com o resultado, o setor apresentou taxa média de crescimento anual de 21% nos últimos três anos, quatro vezes superior à média global.

Na safra anterior (2022/23), a área tratada com proteção de cultivos, tanto com produtos químicos como biológicos, havia avançado 15%, sendo que a área de adoção de bioinsumos cresceu acima dos 35% e representou 12% da temporada.

A organização estima que o mercado global de bioinsumos deve alcançar um valor de US$ 45 bilhões até 2032, três vezes maior que o atual, com um avanço de 13% e 14% ao ano.

E esse crescimento deve contar com protagonismo brasileiro, avalia a CropLife. "O Brasil tem sido um laboratório extremamente rico pela diversidade que temos, e se tornará uma plataforma de exportação, especialmente para países de clima tropical", disse Eduardo Leão, diretor-presidente da CropLife Brasil. A organização também aposta no aumento do uso de biológicos nos Estados Unidos e na Europa, e na América Latina.

21%
foi o crescimento médio em três anos

Segundo a organização, 82% do uso de biológicos no Brasil se concentram na soja (55%) e no milho (27%). A cana-de-açúcar representa 12% e, de forma minoritária, vêm a seguir o algodão (2,3%), o café (3,7%), os citros (3,7%) e os hortifrútis (3,7%).

A região Centro-Oeste lidera a utilização dos produtos, "o que era de se esperar, até pela participação que eles têm na produção da soja e do milho", afirmou Leão. Mato Grosso é o maior consumidor de produtos biológicos agrícolas, com 33,4% do mercado, seguido por Goiás/Distrito Federal, com 13% e São Paulo, com 9%.

Dentro do segmento, os produtos de controle biológico, que combatem pragas e doenças de plantas, representam 57% do mercado. A expectativa da CropLife é que essa predominância continue.

Incêndio no Pantanal põe os pecuaristas em alerta

Ambiente

Cleyton Vilarino
De São Paulo

O fogo que avança sobre o Pantanal neste ano coloca em alerta pecuaristas da região quatro anos após o último recorde de focos de incêndio no bioma, registrado em 2020. Mais de 500 mil hectares já foram consumidos pelas chamas no Mato Grosso do Sul, Estado que concentra 65% do bioma.

Segundo especialistas, além dos incêndios, a estação seca após chuvas abaixo da média no período úmido também coloca em xeque a disponibilidade de pastagens até a primavera, quando é esperado o retorno das chuvas. "Temos um longo caminho pela frente, com pelo menos mais três a quatro meses de estiagem, e tudo pode acontecer", diz o pesquisador da Embrapa Pantanal, Carlos Padovani.

Ele sugere que os produtores ajustem a lotação dos animais nos próximos meses visando poupar a pouca pastagem que resta. "Se o pecuarista não tomar providência, vai chegar um momento em que ele vai ter que fazer descarte de animais".

Foi o que aconteceu em 2020, quando a falta de pastagens levou a um aumento repentino na oferta de animais no Estado. Naquele ano, o valor da arroba bovina no oeste do Mato Grosso do Sul, onde encontra-se o Pantanal, caiu de R$ 305,35 em agosto a R$ 261,03 em outubro, segundo a Famasul.

"A grande diferença da seca deste ano é que ela chegou antes. Vamos precisar entender se as chuvas também chegarão antecipadamente ou se vamos ter um período de seca maior", avalia o presidente Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Guilherme Bumlai.

Caso o cenário atual se agrave, uma das saídas para não descartar os animais seria a suplementação com rações à base de grãos. Os desafios logísticos do Pantanal, contudo, tornam a alternativa até 50% mais cara do que em outros polos produtores do país.

"Como nós não temos estradas em grande parte do Pantanal, o custo de logística é elevadíssimo, principalmente para produtos de menor valor agregado como rações", afirma o presidente da Associação Pantaneira de Pecuária Orgânica e Sustentável (ABPO), Eduardo Cruzetta.

Embora Acrissul e ABPO afirmem que não há fogo atingindo diretamente fazendas de seus associados, o secretário-executivo de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Mato Grosso do Sul (Semadesc), Rogério Beretta, afirma que há, sim, registro de incêndio em áreas produtivas.

"Temos pelo menos mais três a quatro meses de estiagem"
Carlos Padovani

"O fogo está caminhando de 15 a 20 quilômetros por dia, e nesse trajeto ele vai queimando áreas de preservação e de pastagens. A gente ainda não consegue qualificar o que são os 500 mil hectares, mas há, sim, perda de pastagem afetando seriamente a pecuária", ressalta Beretta.

Localizado no KM 100 da Transpantaneira, em Poconé, em Mato Grosso, o pecuarista Ricardo Figueiredo de Arruda tem viva na memória as lembranças de 2020, quando teve sua propriedade atingida pelo fogo. Neste ano, ele espera abrir entre 15 e 20 quilômetros de aceiro, uma medida preventiva que tem se tornado cada vez mais frequente e, segundo ele, paliativa.

"Temos visto que essas medidas de prevenção, sobretudo aceiro, não têm sido capazes de evitar a propagação desses focos. Por isso é preciso pensar em novas formas de prevenir e combater esses incêndios porque novamente tememos que a nossa propriedade seja atingida pelo fogo", lamenta Arruda.

BRUNO REZENDE / GOVERNO DE MS

Bombeiros combatem incêndios; segundo governo do MS, fogo está queimando áreas de preservação e de pastagens

Estação seca chegou mais cedo

De São Paulo

Uma das principais diferenças do alto índice de focos de incêndio no Pantanal este ano em relação a 2020, quando o fogo consumiu mais de 4,5 milhões de hectares do bioma, está na precocidade da estação seca e nas áreas afetadas. "Normalmente, o fogo ocorre a partir de agosto até outubro e novembro. Mas desde o final de maio e junho já tivemos várias ocorrências de grandes queimadas em grandes escalas", diz o presidente do Instituto Homem Pantaneiro, coronel Angelo Rabelo.

Segundo ele, os quatro anos consecutivos de seca na região reduziram à metade as áreas inundadas do bioma, o que favorece a rápida propagação do fogo. "São vários pontos de incêndio que têm exigido um esforço muito acima da própria capacidade do Corpo de Bombeiros e do Prevfogo".

De acordo com o coordenador da equipe do Pantanal do MapBiomas, Eduardo Rosa, as áreas de maior vulnerabilidade hoje são aquelas que ainda alagam, pois são onde há maior quantidade de vegetação suscetível ao fogo.

"Essas áreas eram permanentemente alagadas e hoje estão secas, sobretudo no entorno do rio Paraguai, onde há biomassa para queimar. Essa é a preocupação hoje, porque são áreas de floresta, que não estão tão adaptadas ao fogo quanto as áreas campestres".

Outro ponto de preocupação está na perda da biodiversidade presente nessas áreas, onde há maior concentração da fauna local, e do próprio solo, o que reduz a capacidade do bioma de se recuperar a cada incêndio. *(CV)*

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Políticas Planos para a agricultura empresarial e para agricultura familiar serão apresentados no próximo dia 3 de julho; inicialmente seria nesta quarta-feira (26)

'Para fazer as contas com calma', governo adia o lançamento do novo Plano Safra

Rafael Walendorff
e Fabio Murakawa
De Brasília

O governo decidiu adiar o lançamento dos Planos Safra 2024/25 da Agricultura Empresarial e da Agricultura Familiar para o dia 3 de julho, na próxima quarta-feira. Inicialmente, as solenidades de lançamentos estavam previstas para hoje (26/6). Com o adiamento, o Ministério da Agricultura ganha tempo para acertar detalhes ainda indefinidos do crédito rural de médios e grandes produtores com o Ministério da Fazenda.

A informação sobre o adiamento foi dada a jornalistas ontem pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, no Palácio do Planalto.

Teixeira negou que o adiamento tenha relação com divergências com a equipe econômica em torno do tamanho do financiamento, que o setor deseja que ultrapasse os R$ 500 bilhões para todos os públicos do campo.

"Precisava preparar a entrega. Como a gente vai fazer uma entrega bonita, para vocês tirarem foto, não dava para fazer de hoje [terça] para amanhã [quarta]. Então, ganhamos uma semana para preparar o evento", disse.

Fontes da equipe econômica já relatavam na semana passada que a elaboração do Plano Safra estava atrasada e que a criação de medidas emergenciais para o Rio Grande do Sul havia tomado conta da agenda. O desgaste na ala agrícola do governo com a crise gerada com a anulação do leilão de arroz também influenciou as tratativas.

O **Valor** apurou que o adiamento do anúncio foi um pedido de Teixeira ao presidente Lula para que a Pasta organize um evento com a presença de movimentos sociais do campo, uma feira de produtos de pequenos produtores e uma exposição de máquinas agrícolas de baixa potência.

As medidas para a agricultura familiar já estão fechadas e não há pendências com a equipe econômica, disse fonte do ministério. A Pasta preferiu privilegiar a redução de juros em detrimento de um aumento volumoso de recursos na próxima safra.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) terá mais que os R$ 71,6 bilhões do ciclo 2023/24, mas menos que os R$ 80 bilhões propostos no início das negociações com o Tesouro Nacional.

O adiamento beneficia o Ministério da Agricultura, que ainda precisa acertar detalhes com a Fazenda. Na Pasta de Fávaro, a avaliação é que "não haverá milagre" na definição das medidas.

A proposta inicial do ministério, apresentada ainda pelo ex-secretário de Política Agrícola, Neri Geller, pedia até 3,5 pontos percentuais de redução nos juros e R$ 452,3 bilhões em recursos disponíveis, dos quais mais de R$ 151 bilhões com equalização de juros pelo Tesouro.

Os técnicos da Agricultura reconhecem que este é um ano difícil para a política fiscal e que o aperto orçamentário vai limitar as possibilidades de construir um plano muito mais robusto que o atual, que disponibilizou R$ 364,2 bilhões com juros entre 8% e 12,5% ao ano para médios e grandes produtores. Por ora, é previsto um plano mais comedido, sem subir exponencialmente o montante de recursos. "Não tem folga", disse uma pessoa a par das negociações.

O Plano Safra 2023/24 teve R$ 13,6 bilhões de orçamento para subvenção aos juros do crédito da agricultura familiar e empresarial.

Na visão da Pasta, o governo conseguiu superar o pedido apresentado pelo setor produtivo no ano passado, pois havia desafios ligados ao preço alto dos insumos agrícolas e aos reflexos do clima.

"Agora, o custo da lavoura de soja caiu. Para atingir os mesmos hectares, precisamos de menos dinheiro que ano passado", disse uma fonte da Pasta. "Não vai ter milagre, mas vamos atender bem os produtores. É um ano difícil, de aperto fiscal. Estamos cientes do tamanho do problema", concluiu.

Alguns temas ainda estão pendentes, como o tamanho da redução dos juros, a suplementação da verba do seguro rural e a definição das normas para o desconto nas taxas de linhas de custeio aos produtores que adotam boas práticas. O "prêmio" pela sustentabilidade é uma promessa que o governo não tirou do papel em 2023/24.

O lançamento do Plano Safra em 3 de julho, já dentro do ano-safra iniciado no dia 1º, foi criticado por entidades do setor e pela bancada ruralista. Em nota, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) atribuiu a medida à "total demonstração de desorganização e ineficiência do governo federal". Segundo a FPA, os produtores ficarão descobertos durante a primeira semana de vigência do plano.

R$ 80 bi
foi quanto o MDA pediu em recursos para o Pronaf

Após o anúncio da nova data de lançamento, Fávaro disse que não há "nada demais" com o adiamento e que o novo prazo servirá para a Pasta "fazer as contas com calma" e detalhar os números finais do Plano Safra com a equipe econômica. "Decidimos que não precisamos nos antecipar", afirmou.

Não é a primeira vez que o Plano Safra é lançado em julho. Em 2008, o então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, anunciou as regras para o crédito rural da temporada 2008/09 ao lado do presidente Lula, em 2 de julho. Nos últimos anos, o lançamento tem ocorrido nas últimas semanas de junho. Em 2023, os anúncios foram nos dias 27 e 28 do mês. A liberação da equalização ocorreu no dia 10 de julho.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá se reunir duas vezes nos próximos dias. Uma nesta semana, para a votação de alíquotas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), e na próxima semana para definir juros e outros detalhes do Plano Safra .

Enquanto a subvenção não é liberada, os produtores podem acessar linhas de financiamentos com juros livres ou controlados sem equalização, desde que o CMN divulgue as regras para os bancos.

ALBINO OLIVEIRA - ASCOM MDA

Paulo Teixeira negou que adiamento tenha relação com divergências com a Fazenda sobre tamanho do financiamento

Conab demite diretor de operações

De Brasília

O Conselho de Administração (Consad) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) decidiu destituir Thiago José dos Santos do cargo de diretor de Operações e Abastecimento da estatal em reunião extraordinária realizada ontem.

A diretoria foi responsável pela elaboração do edital do leilão para compra de 300 mil toneladas de arroz importado e pela operacionalização do pregão, anulado pelo governo após suspeitas de irregularidades em empresas participantes. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que houve "falcatrua" em uma empresa.

Ainda não há definição no governo sobre o substituto. Sílvio Porto, diretor de Política Agrícola e Informações da estatal, acumulará o cargo de forma interina por enquanto.

No fim de semana, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que a saída do diretor dependia de decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Pasta à qual a Conab é vinculada. O ministro Paulo Teixeira pediu a exoneração de Santos ao Consad e disse que o tema já estava "resolvido" dentro do governo.

Thiago dos Santos foi uma indicação de Neri Geller, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, demitido pelo ministro Fávaro após o episódio do leilão.

Nas redes sociais, o ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Alceu Moreira (MDB-RS), disse que a destituição do agora ex-diretor é um atestado de culpa do governo no caso do pregão para compra de arroz importado. "Se o governo Lula acha que demitir o diretor responsável pela operação do leilão do arroz afasta as suspeitas de corrupção, está equivocado. Ao contrário, faz uma confissão de culpa", escreveu Moreira. *(RW)*

Pequenas propriedades concentram cultivo de soja

Estudo

Luciana Franco
Para o Valor, de São Paulo

Um levantamento realizado pela Embrapa sobre o perfil do sojicultor brasileiro revelou que, ao contrário do que se imagina, a maior parte dos agricultores que cultiva a oleaginosa não está em grandes áreas, mas sim em pequenas propriedades.

De acordo com o estudo, a região Sul concentra 83,3% dos produtores. São 196.921 propriedades distribuídas por Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No total, foram identificados 236.245 produtores em todo o País. Destes, 22.385 estão no Centro-Oeste, 13.251 no Sudeste e 3.688 no Norte e Nordeste.

Apesar de o Centro-Oeste responder pelo maior volume (45%) da safra brasileira, que no ciclo 2023/24 deve somar 147,3 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o cultivo do grão está mais pulverizado no Sul.

"No Brasil se difundiu a ideia de que a soja é uma cultura de grandes produtores. E este estudo vem mostrar um perfil bastante representativo, que estava escondido, de pequenos e médios agricultores que têm na cultura da soja boa parte da sua renda", avalia Alexandre Nepomuceno, chefe-geral da Embrapa Soja.

Elaborado a partir da base de dados do último Censo Agropecuário (2017), o estudo da Embrapa mostrou também que as propriedades de menor porte, de até 50 hectares, são maioria no país, respondendo por 73% do total. "Nos surpreendemos tanto com a quantidade de pequenos produtores quanto com a representatividade da região Sul", diz André Steffens Moraes, pesquisador da Embrapa e um dos autores do estudo, que será divulgado nesta quarta-feira durante a 39ª Reunião de Pesquisa de Soja (RPS), em Londrina (PR).

Segundo o estudo, no Rio Grande do Sul, 81% das propriedades têm menos de 50 hectares (77.410 propriedades). No Paraná, 79% dos estabelecimentos produtores de soja são pequenas propriedades, ou 66.848 unidades, e em Santa Catarina 87% têm menos de 50 hectares, ou 14.662 propriedades.

Nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, 3,6% das propriedades têm menos de 50 hectares. São 6.180 propriedades no Centro-Oeste e 6.159 no Sudeste. Nas regiões Norte e Nordeste, 1% das propriedades estão nessa categoria, com 232 e 181, respectivamente.

O levantamento mostrou também que, independentemente do tamanho e da localização da propriedade, os produtores usam tecnologias de ponta. "Entre as variáveis tecnológicas adotadas em qualquer propriedade de soja no Brasil estão o manejo de solo, uso de insumos de alta qualidade, como sementes transgênicas, adubos e corretivos, assim como uso de maquinário e de armazéns para grãos, entre outras", diz Moraes.

É o caso de Cleber Veroneze Filho, que cultiva soja em Maringá (PR). Veroneze, que é cooperado da Cocamar, segue à risca as recomendações técnicas que recebe. Segundo ele, o cuidado com o solo em suas lavouras que somam 500 hectares é uma das principais preocupações.

Todo ano, assim que termina de colher a soja em fevereiro, o produtor planta o milho, que será colhido em julho. Nesse momento, faz uma rotação de cultivo, reservando 25% da área onde planta um mix de aveia preta, aveia branca, nabo pé de pato, nabo forrageiro e centeio para correção do solo. Nos outros 75%, cultiva o milho e capim braquiária para garantir boa cobertura. "Dessa forma, a terra fica protegida até o próximo cultivo da soja. Com palhada bem formada, é possível reciclar os nutrientes e preservar o solo principalmente em época de estiagem", conta.

Foi assim que Veroneze conseguiu manter a produtividade em bons níveis apesar de um longo período de estiagem em Maringá. "Nesta safra colhemos 68 sacas por hectare. Em anos normais são 84 sacas por hectare", diz. O cuidado com o solo começa após a colheita, quando é mapeada a produtividade em cada talhão da propriedade. De posse dos mapas, ele faz as correções necessárias para manter a nutrição para o cultivo seguinte.

Veroneze também costuma realizar venda futura do grão para garantir pelo menos o custo de produção quando consegue boa relação de troca. Quando o faz, negocia no mercado futuro em torno de 30% da sua produção.

O produtor Cristian Marques Dalben, de Boa Esperança do Norte (MT), também utiliza com frequência a venda futura para comercializar a produção. "Este ano vendi 30% da safra por meio de contratos futuros por R$ 110 a saca. Geralmente vendo entre 50% e 60% da safra nesta modalidade, mas este ano tivemos um grande período de estiagem, e não sabia se conseguiria entregar mais", diz.

Dalben, que é associado da Cooperativa Agropecuária Primavera (Coap), analisa e corrige o solo com calcário e gesso a partir dos mapas obtidos durante a colheita. "Também instalamos o aparelho Starlink nas colheitadeiras (...) Assim, se alguma máquina der problema, é possível fazer a correção imediatamente de forma remota."

Ranking da soja
Número de propriedades por Estado

Estado	Propriedades
GO	7.817
MT	7.097
MS	7.167
MG	5.573
PR	84.590
SP	7.673
RS	95.482
SC	16.849

Fonte: Embrapa

valor.com.br
Mais sobre o estudo da Embrapa sobre o perfil dos produtores de soja em www.valor.com.br/agro

Ambiente
Incêndios no Pantanal põem pecuaristas em estado de alerta em Mato Grosso do Sul
B7

Entrevista
Para Solange Srour, da UBS Wealth, mercado 'não precifica o fim do mundo' C2

Mercados
Dólar sobe mais e vai a R$ 5,45 com exterior desfavorável e incerteza local C2

Investimentos
Super-ricos veem saúde como a nova riqueza e planejam gastar mais com lazer C4

Finanças

Política monetária Debate sobre o prazo durante o qual o BC deixará o juro básico em 10,5% se manteve em alta entre participantes do mercado

Em ata, Copom tenta mostrar união em torno de Selic parada

Victor Rezende, Gabriel Roca, Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro
De São Paulo e Brasília

Os ruídos observados após a divisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deram espaço a uma unidade na decisão de junho, como mostrou a ata da reunião divulgada ontem. A coesão no colegiado em torno de uma interrupção no ciclo de flexibilização da Selic se mostrou tanto na decisão quanto no diagnóstico acerca dos motivos que levaram a essa ação. O comitê buscou reforçar a expectativa de que a política seguirá contracionista por "tempo suficiente", ao avaliar que a economia opera sem capacidade ociosa e com juros de equilíbrio mais altos.

Na semana passada, o Copom decidiu manter a taxa Selic em 10,50% ao ano e "interromper" o ciclo de queda de juros iniciado em agosto de 2023. De acordo com a ata, os membros do colegiado consideraram "unanimemente" que há necessidade de "uma política monetária mais contracionista e mais cautelosa, de modo a reforçar a dinâmica desinflacionária".

"Foi uma ata bem coerente com a decisão tomada, com elementos mais 'hawk' [duros] e elementos menos 'hawk'. É algo compatível com a manutenção da Selic em 10,5% e com a sinalização de interrupção no ciclo de queda de juros e que procura trazer, acima de qualquer coisa, a visão de unanimidade na tomada de decisão", afirma o economista-chefe da Brasilprev, Robson Pereira, ao notar que as palavras "unânime" e "unanimidade" aparecem, em conjunto, em quatro parágrafos importantes do documento.

"De um modo geral, a ata é bem compatível com a sinalização de interrupção do ciclo, e não de encerramento, a nosso ver", afirma Pereira. O cenário básico da Brasilprev contempla uma retomada nos cortes de juros em dezembro, com a Selic caminhando para 9% no próximo ano.

"Se não for em dezembro, será no começo do ano que vem, e não tem nada a ver com a nova composição do Copom. Alguns elementos podem dar maior conforto para o BC", diz Pereira, ao citar o nível muito contracionista da política monetária; o fato de, em interrupções anteriores de ciclo, o BC ter demorado em torno de três a quatro reuniões para voltar a agir; a menor incerteza com a divulgação dos parâmetros para a meta de inflação contínua; uma menor incerteza sobre quem substituirá Roberto Campos Neto no comando do BC; e indicações mais claras sobre o ciclo de flexibilização monetária nos Estados Unidos.

"O BC ficou em um ponto intermediário entre a indicação de 'manter' o juro parado e o de fazer uma pausa. Não nos parece que seja a intenção do BC encerrar o ciclo, mas tudo irá depender da evolução do cenário", diz Pereira.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também deu ênfase ao uso da palavra "interrupção" pela autoridade monetária. Logo após a publicação do documento, Haddad afirmou que a ata está "muito aderente ao comunicado, o que é bom" e "transmite uma ideia de que está havendo uma interrupção [no corte de juros] para avaliar o cenário interno e externo para o Copom ficar à vontade de tomar decisões a partir de novos dados".

O cenário da Brasilprev contrasta com a visão consensual de economistas de mercado, que veem a Selic parada em 10,5% ao menos até o fim deste ano, de acordo com o Boletim Focus divulgado na segunda-feira. Já o cenário precificado pelo mercado, que embute altas na Selic na curva de juros neste ano e no próximo, não foi sancionado pelo Copom, que, na ata, não mostrou nenhuma indicação mais clara sobre possíveis elevações na Selic à frente.

Na visão da equipe de economistas do Santander, liderada pela ex-secretária do Tesouro Ana Paula Vescovi, "o Copom não está buscando apenas estabelecer um sarrafo elevado para aumentar a taxa de juros, mas também para reduzi-la ainda mais". O banco manteve sua projeção para a Selic em 10% no fim do ano, ou seja, com duas reduções de 0,25 ponto percentual no fim deste ano, "mas sublinhamos um viés de alta significativo na nossa projeção, dadas as últimas comunicações do comitê".

De acordo com a economista-chefe da Tenax Capital, Débora Nogueira, a ata veio neutra em relação ao texto do comunicado da semana passada e o colegiado optou por trazer uma mensagem de "interrupção" do ciclo de cortes. Para ela, o termo contribui para a ideia de que a régua para o Copom voltar a elevar o juro básico ainda neste ano é bastante alta.

"A principal mensagem é que esse BC muito dificilmente irá subir juros neste ano. E o mercado colocou prêmio que o BC atual ainda poderia reagir se estivéssemos em um ambiente de inflação mais alta ou de piora adicional do câmbio. Com a interrupção, ele sinaliza que não é este o caminho. Óbvio que, a depender da desordem, ele poderia subir os juros, mas a barra parece bem alta", avalia a economista.

Alguns fatores ao longo da ata chamaram a atenção do mercado, como a classificação do Copom de que o hiato do produto, que mede a ociosidade da economia, está em torno da neutralidade; a elevação do juro neutro, aquele que não estimula nem contrai a economia, de 4,5% para 4,75% em termos reais; e as discussões em torno do balanço de riscos, que continuou simétrico, mas houve um debate sobre um cenário de viés de alta para as projeções.

Nos cálculos da Tenax, ao simular o modelo de inflação da autoridade monetária, o IPCA de 2025 ficaria em 3,4%. "Mas eu não tinha na conta que ele iria mudar o juro neutro e revisar o hiato. Ele mexeu nas duas coisas e, mesmo assim, a inflação veio em linha com o que eu esperava. É preciso esperar o Relatório de Inflação para mais esclarecimentos, mas parece que houve algumas escolhas do colegiado para o lado mais 'dovish' [suave], no sentido que a barra está mais alta para uma elevação da Selic", diz.

Em seu cenário-base, a Tenax espera a manutenção da taxa de juros no nível atual, de 10,5%, até o fim de 2025. "Nossa opinião é de que esse prêmio de altas na Selic na parte curta da curva de juros será dissipado, mas os desafios para o médio prazo estão postos", diz.

O cenário se assemelha ao do J.P. Morgan, que também projeta a Selic em 10,5% ao menos até o fim do próximo ano. Na visão dos economistas Cassiana Fernandez e Vinicius Moreira, a ata soou mais "hawkish" (conservadora) que o comunicado diante dessas mudanças feitas pelo Copom. Eles, porém, ressaltam a "notável ausência de um debate sobre aumento da taxa de juros por qualquer um dos membros do comitê". Para o J.P. Morgan, esse é um sinal de que o Copom tentou não sancionar a precificação de mercado.

Fernandez e Moreira observam que o Copom prevê um crescimento econômico mais forte que o esperado neste ano, diante de um hiato do produto próximo da neutralidade neste momento. "Além disso, o BC reforçou que, embora a inflação não tenha divergido significativamente das projeções, a parte (persistente) dos serviços no IPCA deverá ganhar mais importância dado o fim da desinflação nos preços de alimentos e bens", apontam os economistas. *(Colaborou Guilherme Pimenta)*

Leia mais na página C2

Selic parada até quando?
Em ciclos anteriores, em média, Selic ficou parada por quatro reuniões

Direção da Selic (antes)	Última Mudança	Nível Selic (%)	Termo utilizado no Comunicado quando parou	Nº de reuniões com Selic estável	Mudança Seguinte	Direção da Selic (depois)
Alta	Fev/03	26,50	Manter	3	Jun/03	Queda
Queda	Dez/03	16,50	Interromper temporariamente	2	Mar/04	Queda
Queda	Abr/04	16,00	Manter	4	Set/04	Alta
Alta	Mai/05	19,75	Manter	3	Set/05	Queda
Queda	Set/07	11,25	Fazer uma pausa	4	Abr/08	Alta
Alta	Set/08	13,75	Neste momento, manter	2	Jan/09	Queda
Queda	Jul/09	8,75	Manter	5	Abr/10	Alta
Alta	Jul/10	10,75	Manter	3	Jan/11	Alta
Queda	Out/12	7,25	Manter	3	Abr/13	Alta
Alta	Abr/14	11,00	Neste momento, manter	3	Out/14	Alta
Alta	Jul/15	14,25	Manter	9	Out/16	Queda
Queda	Mar/18	6,50	Manter	10	Jul/19	Queda
Queda	Set/20	2,00	Manter	4	Mar/21	Alta
Alta	Ago/22	13,75	Manter	7	Ago/23	Queda
Queda	Mai/24	10,50	Interromper	-	-	-

Média Selic estável: **4,4 reuniões**

Fonte: Banco Centra. Elaboração: Brasilprev

GABRIEL REIS/VALOR

"Não nos parece que seja a intenção do BC encerrar o ciclo, mas tudo irá depender da evolução do cenário" *Robson Pereira*

Decreto de meta contínua sai após reunião de Lula com Galípolo

Jéssica Sant'Ana, Renan Truffi, Fabio Murakawa e Sérgio Tauhata
De Brasília e São Paulo

O governo decidiu publicar hoje, após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), o decreto que estabelece a meta contínua de inflação em 3% a partir de 2025, conforme anunciado há um ano. A decisão foi tomada ontem em reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Miriam Belchior (Casa Civil, substituta).

Gabriel Galípolo, diretor de política monetária do Banco Central (BC), também participou da reunião. Ele é o mais cotado para ser indicado por Lula como novo presidente do BC. O mandato de Roberto Campos Neto acaba em dezembro. O **Valor** apurou que Campos Neto não foi convidado para a reunião. Procurado, o BC não respondeu. A ministra Simone Tebet (Planejamento) estava no Supremo Tribunal Federal, mas já havia tratado do assunto com Haddad.

Na regra atual, o CMN se reúne anualmente para estabelecer a meta de inflação do terceiro ano subsequente. Pela nova sistemática, a meta será contínua e o conselho não precisará mais decidir a cada ano. A decisão será ratificada pelo colegiado do composto pelo presidente do BC e pelos ministros Haddad e Tebet.

Pela manhã, Galípolo participou de evento on-line promovido pela Warren Investimentos. O diretor buscou reforçar a ideia de que a autoridade está unida em torno do diagnóstico sobre a inflação e os rumos da política monetária. O dirigente do BC ressaltou que a ata e o comunicado da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) "representam plenamente o que está na minha cabeça". No encontro realizado entre 18 e 19 deste mês, o colegiado decidiu, por unanimidade, interromper o ciclo de corte e manter a taxa básica em 10,50%.

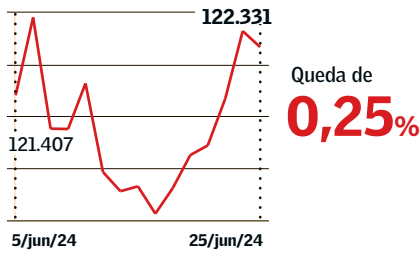
O diretor do BC reconheceu o impacto negativo do dissenso da penúltima reunião. "Se for pensar do ponto de vista de efeito, a reunião [de maio] em que um pedaço do Copom votou pelo corte de 25 pontos-base e outro pelo corte de 50 pontos, no fim do dia, foi como se não tivesse cortado nem 25 nem 50, mas como se tivesse subido a taxa, porque [o resultado] tornou o ambiente mais restritivo."

Galípolo, porém, voltou a reafirmar não haver divisão no BC. "A partir do Copom retrasado, passei a falar que o tempo iria jogar a favor do BC e a aparente divergência não era divergência de diagnóstico." O diretor disse haver "uma dissonância que vem se aprofundando" entre os comportamentos da inflação e das expectativas. Para ele, "cabe ao BC colocar a taxa de juro no patamar restritivo suficiente para atingir a meta de inflação".

INÊS 249

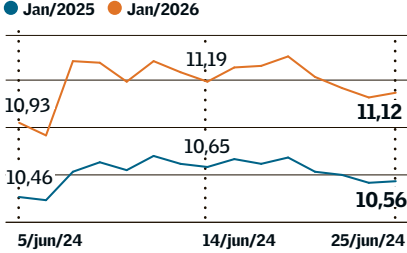
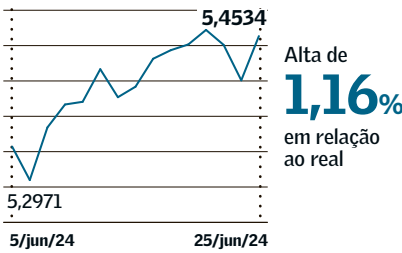
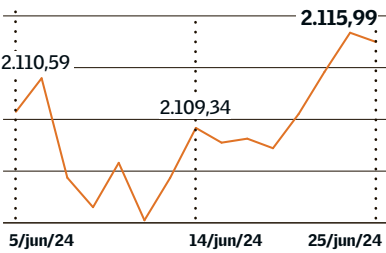
Ibovespa
Em pontos

122.331
121.407
5/jun/24 25/jun/24

Queda de **0,25%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 25/jun/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,76
S&P 500	0,39
Euronext 100	-0,45
DAX	-0,81
CAC-40	-0,58
Nikkei-225	0,95
SSE Composite	-0,44

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Entrevista Para Solange Srour, da UBS Wealth, eventual piora fiscal pode afetar expectativas e levar BC a retomar elevação da Selic

'Não acho que o mercado esteja precificando o fim do mundo'

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Não há exageros na atual precificação do mercado, que embute algumas elevações nos juros nos próximos meses. Na visão da diretora de macroeconomia para Brasil da UBS Global Wealth Management, Solange Srour, os preços dos ativos apenas refletem a percepção de que, caso o governo falhe em anunciar medidas fiscais e frustre as expectativas de resultado primário, colocando a viabilidade do arcabouço em dúvida, o Banco Central (BC) poderá precisar retomar as altas de juros em 2025.

Ao **Valor**, Srour avalia que, caso as expectativas de inflação continuem em alta e ultrapassem a faixa dos 4%, a estratégia do Copom de manter a Selic parada poderá ser revista. Para ela, a dinâmica das expectativas e a taxa de câmbio devem ser os dois fatores determinantes para saber qual será o próximo movimento do BC.

Valor: *Qual sua avaliação geral sobre a ata do Copom?*

Solange Srour: A ata tentou ser tão neutra quanto foi o comunicado, sinalizando para o mercado que a barra para subir ou cortar juros é vista como muita alta neste momento. Não houve grandes mensagens diferentes, mas há algumas mudanças em relação às últimas comunicações, como a atualização do hiato do produto; o cálculo do juro real neutro; e a discussão sobre mudar a assimetria do balanço de riscos da inflação.

Valor: *Qual foi a mensagem geral do documento?*

Srour: O Copom quis passar uma mensagem de união, de que não há mais dissidência, e trazer essa ideia de que os juros devem ficar parados por mais tempo. Quanto tempo ele vai conseguir ficar parado vai depender bastante de duas variáveis: taxa de câmbio e expectativa de inflação, que vão refletir o que vai ocorrer no cenário internacional, com a política monetária americana, mas também vão depender, fundamentalmente, do cenário fiscal doméstico. Se o próximo movimento vai ser de alta ou de queda dos juros, vai depender, nos próximos meses, da avaliação do mercado sobre as ações do governo para a política fiscal.

Valor: *Que está no centro das atenções dos agentes de mercado...*

Srour: O mercado está esperando dois ajustes. Um deles é o de curto prazo, que é o compromisso ou não com a meta de primário deste ano e sobre o contingenciamento que o governo vai anunciar. Mas também há necessidade de um ajuste de médio prazo. Em relação ao ano que vem, a meta é muito mais desafiadora e vai ficar claro se o teto de 2,5% de crescimento real das despesas pode ficar sub judice. Isso vai afetar muito o comportamento dos ativos. Hoje há um prêmio de alta embutido na curva de juros por receio de que esses ajustes não vão acontecer de modo a trazer essa inflação para baixo.

Valor: *Há exageros na precificação do mercado?*

Srour: Não acho que o mercado esteja precificando o fim do mundo. O BC, no fundo, está nas mãos da política fiscal. Não que ele seja passivo, ainda estamos longe de um cenário de dominância fiscal, mas o fiscal é uma variável muito importante no modelo do BC. Eu não acho que o mercado exagera, mas, sim, que ele reflete um equilíbrio das expectativas dos agentes. Hoje há um noticiário muito incerto sobre o cumprimento das metas e sobre o arcabouço fiscal. Estamos vendo as despesas do INSS, do salário mínimo, do BPC e de auxílio-doença crescendo de forma insustentável. O mercado, na verdade, demorou para precificar essa piora fiscal. Isso porque, quando o arcabouço foi anunciado, o cenário externo era bem mais favorável.

Valor: *Acredita que o Copom mostrou coesão na ata?*

Srour: Eles estão tentando mostrar unidade. É possível notar que nem tudo o que está ali é unânime e que há discussões dentro do colegiado. Não vejo um comitê tão alinhado assim, mas é natural diante da maior diversidade que veio com a autonomia do BC. Acredito que o Copom quis, neste momento, que essas divergências não apareçam de forma tão grande e que possam levar a opiniões muito opostas dentro do comitê. Por exemplo, um membro votando por alta de juros e outro por corte. O mercado está entendendo que o BC quer passar uma serenidade maior, e tem buscado convergir no que importa.

> "Se movimento vai ser alta ou queda de juros, vai depender da avaliação do mercado sobre as ações do governo para a política fiscal"

Valor: *O BC está fazendo o que é necessário para gerar a convergência das expectativas de inflação?*

Srour: Ainda há tempo para avaliar o que vai ser anunciado [na política fiscal], que está pressionando e fazendo as expectativas subirem. As expectativas estão subindo, em passos lentos, e ainda não estão acima do topo da meta. Caso chegue um momento em que as expectativas mais longas ultrapassem os 4%, acredito que o BC deveria se incomodar muito. Uma expectativa 1 ponto percentual acima da meta deveria desencadear uma comunicação mais dura.

Valor: *A composição futura do BC traz preocupações?*

Srour: Enquanto não tivermos os nomes, sempre vai haver ruídos, e eles atrapalham. Não porque existe desconfiança quanto aos nomes, mas justamente porque eles podem não se concretizar. Seria muito útil adiantar os nomes não só do próximo presidente, mas também dos diretores. Mesmo depois de eles serem anunciados, no entanto, a verdade é que a condução da política monetária daqui até o fim do ano e até o fim do ano que vem será o grande teste. Não podemos descartar que as expectativas de inflação ultrapassem os 4% neste ano e precisamos ver como o BC vai reagir aos dados.

Valor: *O nível de 4% das expectativas parece chave no seu cenário...*

Srour: Ficar 1 ponto percentual acima da meta é uma desancoragem significativa. Passar do topo da meta seria uma total perda de ancoragem. É necessário ficar atento a isso. O BC tem repetido que sua missão não só é levar a inflação para a meta, como também ancorar as expectativas, colocando um peso importante nelas. Não é só por uma questão de modelagem. Se todo mundo pensa que a inflação vai ser mais alta, ela acaba sendo mais alta por meio da incorporação de preços e salários.

Valor: *É possível que o BC precise voltar a subir juros?*

Srour: Em se realizando um cenário em que o governo terá dificuldade de ajuste para o arcabouço em 2025, o BC terá que subir juros no ano que vem. Isso dependerá do Fed também. Mas estou colocando um peso maior no fiscal do que no cenário externo, levando em conta esse cenário para o Fed de um ou dois cortes que já está precificado pelo mercado.

Valor: *Quão importante foi o apontamento de que o hiato do produto está fechado?*

Srour: Acho que é muito relevante. Se a economia estiver acima do potencial, você tem um viés de inflação mais alta. É o que estamos vendo hoje. Isso vem muito por conta de estímulos fiscais. O próprio BC indicou que o consumo, em grande parte, foi sustentado pelas transferências e pelo pagamento de precatórios. O fiscal atrapalha a convergência da inflação. A projeção de crescimento de 2% e 2,5% neste ano, que o mercado tem como consenso, parece bastante factível, a despeito do Rio Grande do Sul.

Srour: expectativas e câmbio são determinantes para próximo passo do BC

Copom defende mais sintonia da política fiscal

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central não (BC) foi explícito sobre por que adotou uma postura "vigilante" — palavra usada para avisar que vê riscos no caminho que poderão levá-lo a uma alta de juros —, mas tudo indica que a falta de sintonia da política fiscal está no centro das suas preocupações.

O desarranjo das contas públicas aparece várias vezes na ata e explica uma boa parte da piora dos elementos que levaram a uma manutenção dos juros básicos em 10,50% ao ano e para a conclusão de que é preciso uma política monetária "mais contracionista e mais cautelosa".

Por enquanto, isso se traduz na manutenção dos juros em 2025, mas a palavra "vigilante" indica o risco de ter que subir a Selic, se houver deterioração adicional.

O Copom, nas suas decisões, faz uma revisão do que aconteceu desde a sua reunião anterior, em particular em cinco fatores: atividade econômica, projeções de inflação, expectativas de inflação, balanço de riscos para a inflação e cenário externo. A situação fiscal aparece de forma importante em vários desses fatores. É o caso, por exemplo, da atividade econômica.

Nos seus debates, quando discute o que aconteceu mais recentemente na atividade, o BC diz que as surpresas se concentraram no consumo e investimento e foram causadas "primordialmente pelo mercado de trabalho, benefícios sociais e pagamentos de precatórios". Ou seja, dois dos vetores em destaque estão na política fiscal.

O comitê dá, em outro trecho da ata, um outro recado importante, ao sugerir indiretamente que há descompasso entre a política monetária contracionista e a política fiscal expansionista. "Políticas monetária e fiscal síncronas e contracíclicas contribuem para assegurar a estabilidade de preços e, sem prejuízo de seu objetivo fundamental, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego", diz a ata.

O efeito da política fiscal na atividade econômica aparece de novo nas discussões sobre a capacidade ociosa da economia e a taxa de juros neutra, ou seja, o nível de juros reais mínimo necessário para desacelerar a economia. O Copom elevou de 4,5% para 4,75% a sua estimativa de taxa neutra real. "Nas variações de curto prazo, costuma-se enfatizar movimentos de produtividade ou resultados fiscais, que impactam a poupança doméstica", diz a ata, citando de novo o fiscal.

É um juro real alto, mas alguns membros desconfiam que ele não esteja tendo o efeito esperado. Nas discussões, alguns membros "expressaram o receio que o hiato do produto continue mostrando resiliência" à política monetária.

Na ata, o Copom também cita o aumento das projeções de inflação, apesar de elas usarem uma trajetória para a taxa Selic mais alta. A taxa neutra mais elevada e a revisão sobre o nível de ociosidade são fatores que têm influência nas projeções. O Copom também cita os impactos da política fiscal nos preços de ativos financeiros. A cotação do dólar usada na projeção e inflação subiu de R$ 5,15 para R$ 5,30 entre as últimas reuniões do colegiado.

Quando fala do cenário externo, que diz se manter adverso, o Copom sustenta que na situação atual de menor liquidez "há potencialmente maior diferenciação entre os ativos, aumentando, relativamente, a demanda pelos países mais seguros ou com os melhores fundamentos".

Por fim, as expectativas de inflação do mercado financeiro também pioraram, apresentando desancoragem adicional. Em versões anteriores da ata, o Copom mencionou vários fatores que levaram à maior desancoragem, entre eles, questionamentos à credibilidade do próprio Banco Central, a política fiscal e o cenário externo. Apesar de não repetir todos esses fatores, eles continuam implicitamente nos cálculos do BC, que diz que fará o que for necessário para estancar a desancoragem das expectativas, seja lá qual for sua causa.

O recado geral — incluindo todas as alas do Copom — é que a política monetária não ficará passiva à política fiscal, e vai fazer o ajuste que vier a ser necessário para colocar a inflação na meta.

Dólar vai a R$ 5,45 com exterior e incerteza local

Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Matheus Prado
De São Paulo

A apreciação do dólar no exterior e a persistência das incertezas fiscais internas voltaram a pressionar o real ontem, com efeitos negativos nos juros longos e na bolsa. O movimento ocorreu mesmo após o Comitê de Política Monetária (Copom) mostrar coesão na ata de sua última reunião e sinalizar que deve manter a Selic parada na faixa dos 10,5% por algum tempo.

O dólar subiu 1,16%, a R$ 5,4534, e o índice DXY avançava 0,15%, aos 105,626 pontos, no fim da tarde. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2029 subiu de 11,85% para 11,915%, enquanto o Ibovespa caiu 0,25%, aos 122.331 pontos.

Em dia de dólar forte no exterior, diante de incertezas sobre a trajetória dos juros nos EUA, a ausência de medidas de contenção de gastos pelo governo e temores de maiores despesas ainda maiores no Plano Safra, pressionaram real e juros longos na sessão.

As incertezas envolvendo a evolução da dívida pública brasileira devem continuar a exercer pressão na moeda ao longo deste ano e talvez até em um horizonte mais distante, dizem economistas do Wells Fargo, que projetam o dólar a R$ 5,50 até o fim de 2024. "As preocupações fiscais se intensificaram e é pouco provável que se dissipem num futuro próximo", afirmam.

O banco americano espera que o Banco Central mantenha seu ciclo de afrouxamento interrompido, o que pode mudar no ano que vem com as indicações do governo para o BC. Em tese, os economistas não veem a redução da Selic como algo que necessariamente contribuiria para um real mais fraco. "Mas, se os mercados questionarem a independência do BC, a depreciação do real poderá persistir no médio e longo prazo", dizem.

Há, no entanto, quem enxergue espaço para uma reversão do movimento. Ricardo Cará Monteiro, gestor de fundos líquidos da EQI Asset, diz ter iniciado posições táticas vendidas em dólar contra o real. "Não é uma posição estrutural porque ainda há ruídos, mas a depender da melhora do ambiente local posso rever isso", diz.

"Vejo três razões para essa aposta: posicionamento técnico melhor, uma vez que a indústria de fundos está mais desalavancada; o dólar entre R$ 5,45 e R$ 5,50 parece ter assimetria favorável; e o cenário externo, uma vez que estamos vendo o índice de surpresas caindo nos EUA, o que indica números mais fracos do que o esperado."

Ainda de acordo com Monteiro, a economia americana, em especial o consumo e a inflação, tem mostrado desaceleração após pico no começo do ano. "Ainda é um movimento gradual, mas se a discussão de corte de juros pelo Fed amadurecer e o corte vier em setembro ou novembro, teremos um ambiente mais positivo para os mercados em geral e também para o câmbio, com dólar mais fraco globalmente", explica. "Por aqui, com juros elevados e sem cortes poderemos ter um novo ciclo de dólar fraco", complementa.

Priscila Araújo, gestora de renda variável da O3 Capital, avalia que o cenário externo ficou menos incerto, com viés levemente mais construtivo para ativos de riscos caso os dados de atividade dos EUA não piorem muito. "Mas o cenário local está muito difícil. A foto não é ruim, com economia surpreendendo e inflação controlada. A grande questão é o filme, por conta das incertezas fiscais. O câmbio depreciado pode impactar a inflação, enquanto os juros mais altos e a confiança em baixa tendem a afetar a atividade", afirma.

A executiva acrescenta que mesmo as sinalizações tidas como positivas pelo mercado, como os discursos recentes do banco central, indicam que as taxas ficarão mais altas por mais tempo, o que limita o fluxo para a bolsa. "Para vislumbrar uma alta mais fundamentada, talvez seja preciso o Fed cortar mais que o previsto lá fora e o governo apresentar algum plano de contingenciamento crível", diz.

11,915%
é a taxa do contrato de DI para janeiro de 2029

Tecnologia Para CEOs de grandes instituições, inteligência artificial generativa já é realidade e deve gerar revolução no setor nos próximos anos, chegando aos clientes

Bancos destacam ganhos com uso de IA

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

Os CEOs dos grandes bancos brasileiros deixaram claro que a inteligência artificial generativa (GenAI) já é uma realidade e deve provocar uma revolução na indústria. Segundo eles, por enquanto, a tecnologia ainda é mais utilizada nos bastidores, ajudando a aumentar a eficiência e a gerar reduções de gastos, mas deve chegar à linha de frente, nas interações com o cliente.

Os executivos se reuniram ontem para participar do Febraban Tech, maior evento de tecnologia do setor. Na ocasião, a questão do uso ético e da possibilidade de regulação da GenIA também esteve presente nos discursos.

O CEO do Bradesco, Marcelo Noronha, destacou que o banco está vivendo uma transformação grande e "implodiu" suas áreas de produtos. "Isso para que a gente possa ser muito mais proativo e ter uma visão 'cross' [cruzada] do cliente. A gente não conseguiria ter essa visão se tivéssemos as áreas de produto como no passado."

De acordo com ele, a visão sobre o cliente está cada vez mais integrada. Noronha afirmou que há desafios para utilização adequada da inteligência artificial generativa, mas que a tecnologia vai ao encontro daquilo que a instituição vislumbra para o futuro da relação com o cliente. "Daqui a um ano, o salto que a gente vai dar no uso da IA generativa é impressionante. Em dois anos, ainda mais."

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou que a inteligência artificial não é apenas uma ferramenta tecnológica, mas uma força "capaz de redefinir e mudar negócios, empregos e a própria maneira como interagimos com o mundo". Por isso, acrescentou, "é imperativo" que seja utilizada de maneira ética. Durante a abertura do evento, Sidney destacou que, apesar das oportunidades, é "evidente" que a implementação da IA traz desafios complexos. "Por isso, a responsabilidade recai sobre os nossos ombros para assegurar que a IA seja desenvolvida e aplicada com rigor científico. A confiança dos nossos clientes e a integridade dos nossos processos dependem disso."

O CEO do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, disse que o processo de regulação da inteligência artificial é esperado em todo o mundo. "A inovação sempre vem à frente da regulação." Para o executivo, a IA vai permitir que a instituição atue ainda mais de forma preventiva, não reativa. "Podemos tomar decisões antes que o evento aconteça."

> "A responsabilidade recai sobre os nossos ombros para assegurar que a IA seja aplicada com rigor científico"
> *Isaac Sidney*

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, destacou que a tecnologia traz transformações velozes ao setor e as discussões sobre ética nesses processos são fundamentais. Ele afirmou que o regulador está acompanhando essas mudanças.

Vieira deu ainda exemplos do uso de IA pelo banco. De acordo com ele, nos últimos 30 dias, a Caixa conseguiu fazer 3,2 milhões de atendimentos de programas sociais no Rio Grande do Sul porque usou a tecnologia. O executivo disse ainda que o banco utilizou IA na elaboração de dossiê de crédito imobiliário e reduziu o prazo de 3 dias para 3 horas. "Isso gera uma economia de R$ 1 milhão por dia."

Sobre o cenário macro, Noronha afirmou que não tem "perdido o sono" com a transição de comando no Banco Central. "Confio que o BC e a Fazenda vão procurar fazer a melhor transição possível", afirmou após o painel. Em relação à ata do Copom, divulgada ontem, ele disse que o documento não trouxe tantas novidades em relação ao comunicado, exceto pela mudança no cálculo da taxa neutra de juros. Questionado se acredita haver chance de aumento da Selic no curto prazo, disse que não trabalha com essa perspectiva. "Não parece ser a vontade do BC."

Noronha também afirmou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem trabalhado intensamente pelo equilíbrio fiscal. "Acredito que a Fazenda e o Planejamento conseguirão fazer um orçamento adequado", comentou, destacando que o relator da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) acenou com a possibilidade de trabalhar na desvinculação de receitas e despesas, o que é importante para dar mais flexibilidade ao Orçamento. O presidente do Bradesco disse não estar tão pessimista quanto o resto do mercado em relação aos rumos do país. "Acho que Brasil está em um caminho razoável, de equilíbrio, estamos segurando um pouco mais a taxa de juros", afirmou, ressaltando que a previsão do banco para o PIB este ano é mais próxima de 2%.

DIVULGAÇÃO
Noronha: salto com IA em um ano

O CEO do Santander, Mario Leão disse, no palco, que os mercados "têm estado mais nervosos e voláteis nos últimos meses" e que há mais desafios do que há seis ou 12 meses. Assim, acrescentou, o momento é de os bancos ficarem ainda mais atentos ao que ocorre no mundo. "Os bancos têm buscado ter papel de contribuição, de estarem próximos do governo".

Vale capta US$ 1 bilhão com bônus de 30 anos no exterior

Rita Azevedo
De São Paulo

A Vale levantou US$ 1 bilhão com uma oferta de dívida em dólar precificada ontem, ampliando a lista de companhias que têm aproveitado o momento positivo para captações lá fora. Os títulos da mineradora têm prazo de 30 anos. Os bonds terão um cupom de 6,4%, pago semestralmente, e rendimento (yield) de 6,458%. O spread sobre os títulos do Tesouro dos Estados Unidos (Treasuries) foi de 210 pontos-base, o menor nas últimas emissões da mineradora com o mesmo prazo.

Segundo fontes que atuaram na oferta, a demanda superou US$ 7 bilhões, com ordens partindo de mais de 300 investidores. A leitura de bancos de investimento é que, além de confirmar o apetite por papéis brasileiros, os dados da oferta devem encorajar outras companhias a buscar emissões com prazos mais alongados.

"A diferença da taxa dos títulos da Vale com vencimento em dez anos, emitidos ano passado, e os de agora, de 30 anos, foi pequena, o que demonstra o interesse dos investidores por papéis mais longos", diz uma fonte próxima à oferta. Em junho de 2023, a Vale captou US$ 1,5 bilhão com bonds com prazo de dez anos e taxa de 6,245%.

Em março, a Raízen Energia fez uma oferta em duas séries, sendo uma delas com vencimento em 30 anos, após dois anos sem emissões de títulos por brasileiras com esse prazo. Para essa fatia da emissão, a demanda chegou a 7,7 vezes o valor ofertado.

Com o dinheiro da operação, a Vale vai financiar a recompra de outros papéis que vencem em 2034, 2036 e 2039. O objetivo, segundo a companhia, é gastar até US$ 500 milhões com a recompra. O restante do dinheiro será usado para finalidades corporativas gerais.

A liquidação está prevista para o dia 28 de junho. A recompra dos títulos será encerrada até o dia 26 de julho. Atuaram na operação BMO Capital Markets, Citi, Crédit Agricole, HSBC e MUFG.

Com a Vale, o volume movimentado em emissões de títulos de dívida brasileiros no exterior em 2024 chega a US$ 14,95 bilhões, com 16 operações no total. Em 2023, foram US$ 15,5 bilhões. A expectativa de bancos é que o número ultrapasse US$ 20 bilhões até o fim do ano.

Investimentos Estudo mostra que endinheirados também estão gastando mais com recreação

Para super-ricos, saúde é a nova riqueza

Eduardo Magossi
De São Paulo

A saúde vem sendo considerada pelos endinheirados como uma nova e importante forma de riqueza, segundo o Relatório Global de Riqueza e Estilo de Vida, produzido pelo banco suíço Julius Baer. Além de elevar suas intenções de investimento em saúde, o relatório também mostrou que os indivíduos de alto patrimônio líquido —"high-net-worth individuals", ou HNWIs — também estão gastando mais com recreação, viagens, hotéis de luxo e alta gastronomia.

O relatório leva em conta uma cesta de produtos e serviços representativos do consumo de pessoas consideradas muito ricas em 25 cidades ao redor do mundo para ter uma visão de estilo de vida, hábitos, intenções e sentimentos. Feita entre novembro de 2023 e abril de 2024, a pesquisa analisa o comportamento dos últimos 12 meses e as intenções para os próximos 12 meses. O trabalho é dividido em cinco regiões: Europa, Oriente Médio e África (Emea), Ásia-Pacífico (Apac), América do Norte e América Latina. Também examina mudanças nos padrões de consumo e suas motivações.

No relatório deste ano, os gastos com saúde figuraram entre as cinco principais intenções de investimento em todas as regiões do mundo para os próximos 12 meses. No ano passado, os afluentes da região da Ásia e Pacífico elevaram muito os gastos com saúde, com 63% dos pesquisados afirmando que ampliaram essas despesas, ante 37% na Europa e América do Norte.

Na região da Ásia-Pacífico, os gastos dos ricos ocuparam o primeiro ou o segundo lugar em termos de crescimento em cada subcategoria de saúde analisada. A expectativa é que continuem crescendo na região, onde despesas com saúde e bem passaram a ser considerados um "novo luxo".

Já na América Latina, nos últimos 12 meses, os maiores gastos dos endinheirados foram com viagens (45%), roupas masculinas de luxo (43%), e smartphones, hotéis e alta gastronomia empatados com 42%. "Não é surpreendente que os preços dos hotéis tenham caído quase 11% na Ásia-Pacífico, enquanto subiram 34% nas Américas", disse Christian Gattiker-Ericsson, chefe de pesquisa do Julius Baer.

Também não surpreende que, apesar do crescimento do interesse por saúde, o principal objetivo financeiro dos respondentes continue sendo a criação de riqueza. Dos entrevistados, 70% disseram ter elevado seus ativos e investimentos nos últimos 12 meses em relação ao ano anterior. Por região, o maior crescimento foi da América do Norte, com 81%, seguido pela América Latina, com 77%.

> “Tóquio era o modelo de cidade cara nos anos 1990, mas o iene mostrou como isso pode mudar”
> *Gattiker-Ericsson*

Segundo o relatório, os ricos da Ásia-Pacífico, Oriente Médio e América Latina aumentaram o nível de risco de seus investimentos, enquanto o conservadorismo e a fragilidade prevalecem na Europa e na América do Norte.

Relevante notar que o crescimento do turismo de lazer superou as viagens de negócios, resultado em parte do fim da pandemia de covid-19. O chefe de investimentos do Oriente Médio do Julius Baer, Fahd Abdullah, destaca que só Dubai elevou em 11% o turismo nos últimos 12 meses, com os visitantes devendo superar 20 milhões de pessoas até o fim do ano. Na América do Norte, 45% aumentaram suas viagens de lazer, enquanto apenas 13% elevaram as viagens de negócios. Esses números ficaram respectivamente em 50% e 32% na América Latina.

O relatório também traz um ranking das cidades mais caras do mundo. Pela primeira vez a região de Oriente Médio e África superou a Ásia-Pacífico como a mais cara. Porém, Cingapura e Hong Kong seguem na liderança.

Mapa da riqueza
Cidades mais caras do mundo

	2023	2024
1º	Cingapura	Cingapura
2º	Xangai	Hong Kong
3º	Hong Kong	Londres
4º	Londres	Xangai
5º	Nova York	Mônaco
6º	Mônaco	Zurique
7º	Dubai	Nova York
8º	Taipei	Paris
9º	São Paulo	São Paulo
10º	Miami	Milão

Fonte: Julius Baer

Embora os custos, muitas vezes, tenham mudado pouco na moeda local, a conversão para dólar fez a diferença. Os preços do índice são convertidos para a moeda americana para permitir a comparação global, e a força de divisas como o franco suíço e, inversamente, o fraco desempenho de moedas como o iene japonês são claramente vistos no desempenho dessas cidades.

Para Gattiker-Ericsson, a oscilação do câmbio é importante para determinar o custo de vida de um lugar. "Veja Tóquio, por exemplo; era o modelo de cidade extremamente cara nos anos 1990 e a desvalorização constante e gradual do iene mostrou como isso pode mudar", disse. No ranking deste ano, Tóquio ocupa a 23ª posição, à frente apenas de Vancouver e Johannesburgo.

Apesar de as Américas serem o lugar mais barato para se viver bem, Nova York e São Paulo se mantiveram entre as dez cidades mais caras do mundo. Nova York caiu da 5ª posição para a 7ª, enquanto São Paulo ficou inalterada em 9º posto, superando Dubai, que foi de 7ª para o 12º lugar. Mesmo na 9ª posição, a capital paulista tem o maior número de itens mais caros, entre joias, tecnologia, relógios, uísque, roupas masculinas, bicicletas e esteiras. Mesmo assim, a cidade tem atraído o dobro de endinheirados que o Rio de Janeiro. Estes preferem residências luxuosas nos bairros dos Jardins e Itaim, região que o relatório se refere como a "Manhattan paulistana".

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 25/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.886,3652540	0,03	0,60	4,48
IRF-M	1+**	20.130,5962410	-0,12	0,01	0,95
IRF-M	Total	18.303,0616420	-0,07	0,19	2,01
IMA-B	5***	9.292,9320520	0,09	0,59	3,52
IMA-B	5+****	11.147,8740270	-0,38	-1,12	-3,94
IMA-B	Total	9.865,4267120	-0,15	-0,29	-0,42
IMA-S	Total	6.722,2667630	0,04	0,68	5,19
IMA-Geral	Total	8.162,3853000	-0,04	0,30	2,68

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	11/06	10/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,10	36,79	26,33	28,38	31,67	32,95
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,76	26,74	24,70	21,51	25,51	27,45
Conta garantida pré - a.a.	43,58	46,91	44,06	51,12	41,01	47,80
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,09	23,38	21,74	21,55	23,14	28,47
Vendor pré - a.a.	16,70	16,02	15,28	15,05	16,04	19,85
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,44	17,47	16,97	16,84	17,25	24,76
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,98	17,98	16,82	17,17	16,67	17,50
Conta garantida pós - a.a.	25,29	25,24	24,39	24,89	25,58	27,17
ACC pós - a.a.	8,29	8,15	8,57	8,60	8,70	7,87
Factoring - a.m.	3,28	3,29	3,34	3,32	3,31	3,54

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	25/06/24	24/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3300	5,3400	5,3200	5,0500
1 mês	-	5,3347	5,3337	5,3243	5,3237	5,0666
3 meses	-	5,3533	5,3528	5,3496	5,3487	4,9777
6 meses	-	5,3881	5,3887	5,3886	5,3893	4,7534
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6660	3,8920	3,9100	3,4000
1 mês	-	3,8189	3,8675	3,9122	3,9118	3,1675
3 meses	-	3,8949	3,9098	3,9257	3,9252	3,0341
6 meses	-	3,9285	3,9358	3,9437	3,9432	2,6055
1 ano	-	3,8824	3,8733	3,9419	3,8268	1,5236
Euribor ***						
1 mês	-	3,622	3,606	3,717	3,792	3,448
3 meses	-	3,682	3,717	3,785	3,808	3,610
6 meses	-	3,661	3,695	3,745	3,780	3,933
1 ano	-	3,580	3,600	3,711	3,729	4,147
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,31	5,32	5,29	5,37	5,39	5,06
T-Bill (3 meses)	5,35	5,35	5,38	5,39	5,39	5,30
T-Bill (6 meses)	5,31	5,23	5,36	5,37	5,39	5,41
T-Note (2 anos)	4,76	4,73	4,72	4,87	4,94	4,75
T-Note (5 anos)	4,28	4,26	4,25	4,51	4,53	3,99
T-Note (10 anos)	4,25	4,23	4,23	4,50	4,48	3,74
T-Bond (30 anos)	4,38	4,36	4,36	4,65	4,58	3,82

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,67	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	5,09	11,99
CDI	0,67	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	5,09	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	0,19	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	2,01	10,51
IMA-B	-0,29	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,42	6,56
IMA-S	0,68	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	5,19	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	0,19	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-8,83	12,70
Índice Small Cap	-1,04	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-15,41	-4,39
IBrX 50	0,19	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-7,45	14,94
ISE	0,50	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-10,68	1,45
IMOB	1,86	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-16,18	-0,55
IDIV	1,24	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-4,12	19,55
IFIX	-2,40	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	-0,31	12,24
Dólar Ptax (BC)	3,58	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	12,14	2,86
Dólar Comercial (mercado)	3,89	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	12,38	3,47
Euro (BC) (4)	2,22	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	8,60	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	2,59	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	8,82	5,03
Ouro (BC)	3,34	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	26,22	21,74
Inflação								
IPCA	-	0,46	0,38	0,16	0,83	0,42	2,27	3,93
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 25/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 20/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.497.073,53					-31.468,20	20.390,28	205.928,51	206.228,26
RF Indexados (2)	148.902,42	0,16	0,07	2,24	8,09	-1.734,85	-4.031,35	-5.198,84	-14.863,99
RF Duração Baixa Soberano (2)	677.214,52	0,04	0,51	4,58	10,99	-20.501,71	2.469,50	40.192,58	38.801,18
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	823.942,48	0,04	0,57	5,22	12,53	-4.986,51	4.832,15	30.085,85	41.961,04
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	176.828,38	0,05	0,05	5,25	12,55	-72,13	5.622,69	71.126,66	77.495,44
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.696,05	0,05	0,47	4,11	9,08	-1.145,85	737,03	-3.221,44	-4.430,24
RF Duração Livre Soberano (2)	211.540,83	0,06	0,42	4,06	10,17	-1.125,15	664,50	-15.029,52	-26.874,44
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	656.660,07	0,05	0,47	4,52	11,03	-1.979,26	1.993,84	-14.603,57	-34.020,94
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	357.580,21	0,08	0,38	4,37	11,86	2.364,08	8.208,88	74.876,13	129.049,43
Ações	595.872,48					-77,99	3.914,57	677,11	38.839,21
Ações Indexados (2)	9.834,56	0,18	-1,35	-10,20	0,48	22,87	-73,04	420,89	-1.147,74
Ações Índice Ativo (2)	30.389,48	0,12	-1,99	-11,19	-1,54	-23,36	-21,46	-3.689,29	-3.730,24
Ações Livre	215.373,81	-0,07	-1,79	-8,41	1,58	-27,44	4.067,80	2.289,33	-4.649,61
Fechados de Ações	124.279,79	-0,02	-0,24	-4,59	-2,85	2,73	-389,41	-940,68	29.489,25
Multimercados	1.634.529,22					-4.521,44	-24.049,34	-78.462,67	-208.052,33
Multimercados Macro	150.029,12	0,06	0,21	0,41	5,81	-205,02	-4.512,05	-25.580,91	-50.030,68
Multimercados Livre	614.888,90	0,03	0,30	2,30	8,22	-1.929,04	-10.642,44	-3.132,42	-52.555,81
Multimercados Juros e Moedas	49.494,49	0,05	0,52	4,30	11,23	-1.778,53	-3.465,69	-7.982,86	-18.242,77
Multimercados Invest. no Exterior (2)	739.488,59	-0,03	1,41	3,99	11,29	-353,17	-5.219,84	-42.377,62	-81.765,22
Cambial	6.574,17	-0,24	4,03	15,17	20,43	-52,85	119,50	-224,34	-1.299,49
Previdência	1.426.670,71					-397,86	-168,07	15.593,89	40.141,30
ETF	42.632,67					-240,67	8,28	-2.393,75	-1.829,14
Demais Tipos	1.999.002,24					-2.993,15	-153,66	46.502,54	52.671,77
Total Fundos de Investimentos	**7.203.352,78**					**-36.759,01**	**215,22**	**141.118,74**	**74.027,80**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.619.983,48**					**-19.390,03**	**-2.334,72**	**30.510,53**	**109.182,24**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.870.866,72**					**-56.149,04**	**-2.119,50**	**171.629,27**	**183.210,04**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	25/06/24	24/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,46
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9832
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,46
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9832
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,43	10,43	10,43	10,38	10,37	13,50
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,56	10,54	10,64	10,43	10,39	13,05
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,41	10,42	10,39	10,39	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,43	10,37	10,38	13,57
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,43	10,45	10,36	10,37	13,49
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,49	10,47	10,50	10,36	10,37	13,37
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,56	10,54	10,63	10,39	10,39	13,07
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,84	10,82	11,00	10,56	10,57	11,98

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 25/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.843,03	10,403	72.447	10,402	10,406	10,402
Vencimento em ago/24	98.944,66	10,409	49.044	10,406	10,410	10,410
Vencimento em set/24	98.091,45	10,418	46.126	10,416	10,424	10,420
Vencimento em out/24	97.278,81	10,442	291.524	10,430	10,450	10,445
Vencimento em nov/24	96.387,77	10,483	10.222	10,465	10,490	10,470
Vencimento em dez/24	95.650,22	10,524	28.186	10,515	10,535	10,535
Vencimento em jan/25	94.838,29	10,563	635.239	10,535	10,575	10,555
Vencimento em fev/25	93.985,96	10,610	29	10,615	10,615	10,615
Vencimento em mar/25	93.197,57	10,677	75	10,650	10,690	10,660
Vencimento em abr/25	92.467,51	10,708	167.278	10,670	10,735	10,695
Vencimento em mai/25	91.694,44	10,750	4.519	10,720	10,765	10,750
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jul/24	5.451,91	1,09	361.215	5.406,50	5.462,50	5.460,00
Vencimento em ago/24	5.470,04	1,09	13.195	5.430,00	5.479,50	5.479,50
Vencimento em set/24	5.487,04	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.503,09	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.521,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jul/24	5.842,32	0,90	15	5.820,00	5.849,00	5.849,00
Vencimento em ago/24	5.870,58	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.897,24	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	123.872	-0,27	66.420	123.535	124.410	124.000
Vencimento em out/24	125.855	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	127.820	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 25/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4283	5,4290	0,54	3,58	12,14	13,58
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4528	5,4534	1,16	3,89	12,38	14,14
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4740	5,6540	1,05	3,67	12,02	13,91
Euro (BC) - (R$/€)	5,8099	5,8117	0,32	2,22	8,60	11,68
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8428	5,8434	0,96	2,59	8,82	12,29
Euro Turismo (R$/€)	5,8926	6,0726	0,85	2,35	8,30	11,90
Euro (BC) - (US$/€)	1,0703	1,0705	-0,21	-1,31	-3,16	-1,67
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	405,7025	405,7549	0,39	3,34	26,22	37,43
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.318,87	-0,51	-0,30	12,28	20,44
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.332,40	0,22	-0,45	13,09	21,52

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	25/06/24	24/06/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	154.719,98	154.796,76	152.338,81	173.997,89	-0,05	1,56	-11,08
Valor-Coppead Mínima Variância	95.581,19	95.523,45	93.649,60	93.533,91	0,06	2,06	2,19

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (2) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (1)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212.80
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,458	-	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 25/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 25/06/24

Índice	25/06/24	24/06/24	Em 31/05/24	Em 29/12/23	Em 25/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	184,91	183,28	183,18	165,54	152,30	0,89	0,94	11,70	21,41
S&P BNY Emergentes	355,15	352,18	341,77	312,75	293,75	0,84	3,91	13,56	20,90
S&P BNY América Latina	190,17	191,99	204,45	225,28	206,43	-0,94	-6,98	-15,58	-7,87
S&P BNY Brasil	186,61	188,66	197,69	232,95	209,31	-1,09	-5,61	-19,90	-10,85
S&P BNY México	296,28	297,44	329,09	331,67	322,74	-0,39	-9,97	-10,67	-8,20
S&P BNY Argentina	236,57	234,92	262,91	178,27	155,20	0,70	-10,02	32,70	52,43
S&P BNY Chile	136,74	137,43	148,41	162,12	168,88	-0,50	-7,86	-15,65	-19,03
S&P BNY Índia	3.026,54	2.983,19	2.747,17	2.923,01	2.763,05	1,45	10,17	3,54	9,54
S&P BNY Ásia	218,85	215,48	212,76	189,60	174,44	1,57	2,87	15,43	25,46
S&P BNY China	311,94	315,49	329,83	336,11	313,98	-1,13	-5,43	-7,19	-0,65
S&P BNY África do Sul	200,97	203,94	206,33	199,87	216,25	-1,46	-2,60	0,55	-7,06
S&P BNY Turquia	33,11	33,56	34,31	22,45	17,24	-1,33	-3,50	47,45	92,04

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393	0,5393	0,7294
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658	0,5658	0,7660
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	0,5887	0,7989
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968	0,5968	0,8070
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950	0,5950	0,8052
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679	0,5679	0,7681
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401	0,5401	0,7302
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663	0,5663	0,7665
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	0,5927	0,8029
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	0,5941	0,8043
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	0,5961	0,8063
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	0,5656	0,7658
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391	0,5391	0,7292
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	0,5655	0,7657
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	0,5920	0,8021

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 25/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	122.331	-0,25	0,19	-8,83	2,82
IBrX	51.697	-0,24	0,17	-8,42	3,39
IBrX 50	20.561	-0,23	0,19	-7,45	4,89
IEE	87.592	-0,64	0,32	-7,76	-3,46
SMLL	1.990	-0,20	-1,04	-15,41	-12,92
ISE	3.362	-0,36	0,50	-10,68	-7,27
IMOB	847	0,19	1,86	-16,18	-7,25
IDIV	8.700	-0,15	1,24	-4,12	10,86
IFIX	3.301	0,15	-2,40	-0,31	6,26
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.533	-0,78	-3,27	-18,70	-9,47
IBrX	9.522	-0,78	-3,29	-18,33	-8,98
IBrX 50	3.787	-0,76	-3,27	-17,47	-7,65
IEE	16.134	-1,17	-3,14	-17,74	-15,00
SMLL	367	-0,73	-4,45	-24,56	-23,34
ISE	619	-0,90	-2,97	-20,35	-18,36
IMOB	156	-0,35	-1,65	-25,25	-18,34
IDIV	1.603	-0,68	-2,25	-14,50	-2,40
IFIX	608	-0,38	-5,77	-11,10	-6,45

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 25/06/24	24/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	386	388	-2,0	16,0	41,0
África do Sul	340	341	-1,0	-18,0	14,0
Argentina	1.440	1.440	0,0	99,0	-467,0
Brasil	235	236	-1,0	22,0	40,0
Colômbia	313	320	-7,0	10,0	48,0
Filipinas	80	81	-1,0	2,0	22,0
México	187	187	0,0	21,0	20,0
Peru	108	108	0,0	3,0	6,0
Turquia	262	259	3,0	19,0	-14,0
Venezuela	17.876	18.068	-192,0	1.412,0	-6.216,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	13/06/24	357.789
nov/23	348.406	14/06/24	358.091
dez/23	355.034	17/06/24	357.548
jan/24	353.563	18/06/24	358.116
fev/24	352.705	19/06/24	358.207
mar/24	355.008	20/06/24	357.962
abr/24	351.599	21/06/24	357.869
mai/24	355.560	24/06/24	358.072

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	25/06/24	24/06/24	21/06/24	20/06/24	19/06/24	18/06/24
Índice	2.115,99	2.116,70	2.113,66	2.110,42	2.107,77	2.108,51
Var. no dia	-0,03%	0,14%	0,15%	0,13%	-0,03%	0,01%
Var. no mês	0,28%	0,31%	0,17%	0,01%	-0,11%	-0,08%
Var. no ano	2,46%	2,49%	2,35%	2,19%	2,06%	2,10%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 25/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,7200	36,7400	0,14770	0,14780
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4283	5,4290
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,2816	36,3725	0,1492000	0,1496000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7755	0,7926
Colon (Costa Rica)	519,6250	526,0000	0,010320	0,010450
Coroa (Dinamarca)	6,9679	6,9689	0,7789	0,7791
Coroa (Islândia)	139,1100	139,4500	0,03893	0,03903
Coroa (Noruega)	10,6061	10,6089	0,5117	0,5119
Coroa (Rep. Tcheca)	23,1830	23,1930	0,2340	0,2342
Coroa (Suécia)	10,5077	10,5096	0,5165	0,5167
Dinar (Argélia)	133,9920	135,3320	0,04011	0,04052
Dinar (Kuwait)	0,3066	0,3067	17,6991	17,7071
Dinar (Líbia)	4,8544	4,8767	1,1131	1,1184
Direitos Especiais de Saque ***	1,3168	1,3168	7,1480	7,1489
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,4777	1,4783
Dirham (Marrocos)	9,9304	9,9354	0,5464	0,5467
Dólar (Austrália)***	0,6640	0,6642	3,6044	3,6059
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4283	5,4290
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6698	2,7169
Dólar (Canadá)	1,3658	1,3663	3,9730	3,9750
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5010	6,5806
Dólar (Cingapura)	1,3546	1,3554	4,0049	4,0078
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4283	5,4290
Dólar (Hong Kong)	7,8084	7,8089	0,6951	0,6953
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6110	0,6114	3,3167	3,3193
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7647	6,8260	0,7952	0,8025
Euro (Comunidade Européia)***	1,0703	1,0705	5,8099	5,8117
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9826	3,0423
Franco (Suíça)	0,8942	0,8946	6,0679	6,0713
Guarani (Paraguai)	7537,1300	7550,4400	0,0007189	0,0007203
Hryvnia (Ucrânia)	40,4000	40,7000	0,1334	0,1344
Iene (Japão)	159,6700	159,7000	0,03399	0,03400
Lev (Bulgária)	1,8280	1,8292	2,9676	2,9699
Libra (Egito)	48,3300	48,4300	0,1121	0,1123
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2673	1,2677	6,8793	6,8823
Naira (Nigéria)	1495,0000	1555,0000	0,00349	0,00363
Lira (Turquia)	32,9335	32,9468	0,1648	0,1648
Novo Dólar (Taiwan)	32,4970	32,5270	0,16690	0,16710
Novo Sol (Peru)	3,8111	3,8161	1,4225	1,4245
Peso (Argentina)	909,5000	910,0000	0,00597	0,00597
Peso (Chile)	940,1000	940,7400	0,005770	0,005775
Peso (Colômbia)	4111,0400	4114,7500	0,001319	0,001321
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2262	0,2262
Peso (Filipinas)	58,7600	58,7800	0,09235	0,09239
Peso (México)	18,1280	18,1390	0,2993	0,2995
Peso (Rep. Dominicana)	58,8400	59,2200	0,09166	0,09227
Peso (Uruguai)	39,3100	39,3400	0,13800	0,13810
Rande (África do Sul)	18,2240	18,2348	0,2977	0,2979
Rial (Arábia Saudita)	3,7518	3,7520	1,4468	1,4470
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001292	0,0001293
Ringgit (Malásia)	4,7030	4,7060	1,1535	1,1544
Rublo (Rússia)	88,2455	88,2545	0,06151	0,06152
Rúpia (Índia)	83,4030	83,4580	0,06504	0,06509
Rúpia (Indonésia)	16370,0000	16380,0000	0,0003314	0,0003316
Rúpia (Paquistão)	278,2500	279,0000	0,01946	0,01951
Shekel (Israel)	3,7441	3,7466	1,4489	1,4500
Won (Coréia do Sul)	1391,2000	1391,7300	0,003900	0,003902
Yuan Renminbi (China)	7,2629	7,2630	0,7474	0,7475
Zloty (Polônia)	4,0169	4,0189	1,3507	1,3515
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2324,46	0,01338	405,7025	405,7549

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	25/06/24	24/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.112,16	39.411,21	-0,76	1,10	3,77	15,97	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.701,13	19.474,62	1,16	6,28	17,09	32,30	14.109,57	19.908,86
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.717,65	17.496,82	1,26	5,87	18,03	31,31	12.595,61	17.862,23
EUA	Nova York	S&P 500	5.469,30	5.447,87	0,39	3,63	14,66	25,78	4.117,37	5.487,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.788,48	21.848,59	-0,28	-2,16	3,96	12,21	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.604,05	52.512,91	0,17	-4,67	-8,33	-1,38	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.367,94	1.386,80	-1,36	-2,29	14,45	20,68	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	77.083,19	Feriado	0,81	11,38	33,29	126,24	32.850,05	77.083,19
Chile	Santiago	IPSA	6.412,01	6.491,50	-1,22	-3,33	3,46	12,90	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.895,85	30.058,66	-0,54	-1,07	15,16	34,47	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.570.620,22	1.559.667,38	0,70	-4,89	68,94	273,30	409.622,74	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.502,22	1.508,99	-0,45	-1,86	7,65	12,56	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.177,62	18.325,58	-0,81	-1,73	8,51	14,83	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.662,30	7.706,89	-0,58	-4,14	1,58	6,96	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.707,21	33.834,91	-0,38	-2,28	11,06	23,88	27.209,66	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.959,10	3.970,37	-0,28	1,05	6,78	12,37	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.952,52	2.874,92	2,70	6,62	29,30	46,77	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.118,90	11.172,10	-0,48	-1,79	10,07	20,00	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.420,06	Feriado	-0,28	-0,82	9,81	11,93	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	926,64	926,40	0,03	2,55	17,77	22,47	714,05	933,84
Hungria	Budapeste	BUX	70.647,04	70.373,63	0,39	4,04	16,54	40,15	49.605,16	70.647,04
Polônia	Varsóvia	WIG	87.972,83	87.868,24	0,12	1,92	12,12	32,74	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.567,39	6.590,90	-0,36	-4,42	2,67	11,90	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.123,04	1.109,55	1,22	-0,23	3,65	7,99	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.561,57	2.594,54	-1,27	-1,63	6,81	14,59	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.086,31	12.157,29	-0,58	0,71	8,52	7,71	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.679,98	10.767,85	-0,82	2,69	42,97	91,30	5.582,75	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.941,21	1.925,15	0,83	-2,62	3,49	7,39	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	79.577,56	80.263,13	-0,85	3,75	3,49	6,95	69.451,97	80.713,75
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.173,15	38.804,65	0,95	1,78	17,06	19,50	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.076,90	7.975,10	1,28	1,33	3,16	10,86	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.609,03	1.616,49	-0,46	-6,97	-12,45	-21,12	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.950,00	2.963,10	-0,44	-4,43	-0,84	-7,75	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.774,39	2.764,73	0,35	5,23	4,49	7,95	2.277,99	2.807,63
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.072,90	18.027,71	0,25	-0,04	6,02	-4,33	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	78.053,52	77.341,08	0,92	5,53	8,05	23,94	62.970,00	78.053,52
Indonésia	Jacarta	JCI	6.882,70	6.889,17	-0,09	-1,26	-5,36	3,66	6.639,73	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.319,14	1.316,73	0,18	-1,97	-6,83	-12,38	1.296,59	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.875,97	22.813,70	0,27	8,04	27,58	32,98	16.001,27	23.406,10

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Pub. 052/2024

CHAMAMENTO PÚBLICO

O Banco do Estado de Sergipe S.A. torna público que realizará por meio de Edital de Chamamento Público, recebimento de manifestação de interesse para realização de Operação Imobiliária de Venda e Retro Arrendamento de imóveis do Banese. O Edital se encontra disponível no sítio: https://ri.banese.com.br/projeto imoveis/.

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

1. LOCAL: Rua Izidoro Biazetto nº 158, Curitiba - PR. **2. DATA:** 13.06.2024. **3. MESA DIRIGENTE:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **4. DELIBERAÇÃO: I.** O Conselho de Administração decidiu eleger como Diretor Geral da Copel Distribuição S.A., o Sr. Hemerson Luiz Barbosa Pedroso, em substituição ao Sr. Maximiliano Andres Orfali. **II.** O Conselho de Administração decidiu eleger como Diretor de Operação e Manutenção da Copel Distribuição S.A., o Sr. Julio Shigeaki Omori. **5. ASSINATURAS:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; MAXIMILIANO ANDRES ORFALI; ANA LETÍCIA FELLER; LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A certidão ata da 69ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A., de 13.06.2024, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20244348731, em 21.06.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. --------------------------------------

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 45ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A.

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR. **2. DATA E HORÁRIO:** 14.06.2024 às 18h. **3. CONVOCAÇÃO:** a publicação do edital foi dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **4. QUORUM:** 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas de nº 02. **5. MESA DIRIGENTE:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **6. DELIBERAÇÕES: I.** Eleito para completar o mandato 2023-2025, Hemerson Luiz Barbosa Pedroso, como membro do Conselho de Administração da Companhia, em substituição a Maximiliano Andres Orfali. **7. ASSINATURAS:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Representante da Acionista Controladora, Presidente da Assembleia e Diretor Presidente da Copel; RODOLFO MORAES FONTES LIMA - Diretor Geral da Copel Comercialização S.A.; ADRIANO RUDEK DE MOURA - Representante da Acionista Controladora e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A certidão da ata da 45ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel Comercialização S.A., de 14.06.2024, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20244387516, em 24.06.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. --

Renda variável Para Poppe, da ARX, mercado não deve mais ver saída expressiva de estrangeiros

‘Pior momento da bolsa já passou e podemos ter reversão’

LÉO PINHEIRO/VALOR

Poppe: "Importa menos para as empresas que o juro caia a 9% do que sinalizar que vai ter menos déficit fiscal"

Liane Thedim
De Rio

Com saldo estrangeiro negativo em cerca de R$ 40 bilhões no ano, a bolsa brasileira chegou a um ponto em que vai oscilar numa faixa entre 120 mil e 130 mil pontos até acontecer o gatilho necessário para atrair investidores. A previsão é de Rogério Poppe, CEO da ARX Investimentos, que acredita que o momento de saídas expressivas de investidores externos já passou. "Quem tinha que tirar dinheiro tirou e a queda hoje está mais limitada do que há um ano e meio. A tendência é ter fluxo mais zerado, sem muito impacto sobre preço."

Para ele, o próximo movimento relevante no mercado acionário será o retorno desses recursos. No entanto, afirma, não há como saber se a recuperação acontece ainda neste ano ou se vai ficar para 2025. Isso porque Poppe vê como gatilhos a Selic abaixo de 10%, a percepção de menor risco fiscal e a melhora do cenário externo. Diante da piora do cenário nas últimas semanas, os analistas passaram a prever a taxa básica no patamar atual de 10,5% no fim do ano, ou seja, a interrupção nos cortes da Selic, iniciada na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), continuaria ao menos até o fim do ano. "Precisamos de um quadro institucional menos incerto para começar a ver a volta dos investidores."

Poppe tem uma visão menos negativa das contas do governo. "A posição do Brasil não é tão crítica se comparada a outros países com déficit fiscal porque o país se beneficiou da alta nos preços das commodities no pós-pandemia".

Segundo o CEO da ARX, os agentes econômicos "colocaram muito peso no fiscal", mas o esforço para aumentar arrecadação no curto prazo trouxe insegurança às empresas. "O presidente Lula entendeu disso e está tentando arbitrar entre as demandas do ministro Fernando Haddad, que precisa entregar um déficit menor, e as reclamações de empresários por um ambiente mais estável para investir."

Ele diz que a discussão sobre crescimento econômico acabou muito pautada pela necessidade de reduzir os juros rapidamente e, para isso acontecer, diminuir o déficit fiscal. "Mas importa muito menos para as empresas que o juro caia para 9% do que sinalizar que nos próximos cinco a dez anos vai ter menos déficit fiscal." Poppe vê chance de a queda de braço entre mercado e governo ter chegado ao auge com a recente discussão em torno da MP do PIS-Cofins e "agora talvez todo mundo recue, sente e converse."

O grande ponto, portanto, para a recuperação da bolsa vir mais rapidamente ou só em 2025, afirma, é agora o governo conseguir sinalizar um arcabouço fiscal mais crível a longo prazo, que fale de gastos e receita ao mesmo tempo. Além disso, ressalta o executivo, há o agravante da força da economia americana, liderada pelo movimento da Inteligência Artificial, que têm atraído muitos recursos. "É algo que drena recursos de emergentes como um todo, não só Brasil, e ajuda a justificar nossa bolsa num patamar tão baixo."

> "Precisamos de um quadro institucional menos incerto para começar a ver a volta dos investidores"
> *Rogério Poppe*

De acordo com Poppe, o Brasil poderia ter aproveitado mais o momento positivo global pós-pandemia, com a adoção de políticas expansionistas, mas teve que levantar muito rapidamente os estímulos por causa do avanço da inflação. "Os governos foram tirando os incentivos de forma lenta. Se olhar os últimos dois anos ainda há política fiscal expansionista nos governos." Além disso, não se beneficiou da reorganização das cadeias de produção, com o "nearshoring e o "friendshoring".

A ARX prevê recuperação da economia brasileira, mas vem aumentando a parcela de ações mais expostas a ciclos domésticos lentamente por conta das incertezas. No momento, a carteira está mais defensiva do que sua média histórica. "A migração já começou, mas muito gradualmente porque não esperamos recuperação no curto prazo", explica.

Poppe — que também é o gestor responsável pela estratégia de renda variável da asset, controlada pelo grupo global BNY Mellon — afirma que o patamar de preço atual dos papéis justifica essas compras. Segundo relatório especial da gestora feito para os 25 anos do fundo ARX Income, as ações na B3 estão baratas: a relação preço/lucro está atualmente em 7,8 vezes, o que representa um desconto de 27% em relação à média de 10,8 do período de 2006 até agora.

Também em relação aos emergentes, os preços dos papéis está baixo, com desconto de 36% atualmente, bem superior à média de 7,3% no mesmo período. "Estamos acumulando ações com preço interessante. Temos tendência de olhar o longo prazo, dois, três anos, período em que podemos ter ganhos relevantes."

Gestora do BNP Paribas terá novo comando

Júlia Lewgoy
De São Paulo

A BNP Paribas Asset Management Brasil, gestora de fundos do banco francês no país, terá um novo comando. Após 23 anos no grupo, o atual presidente, Luiz Sorge, deixará a instituição financeira no fim de junho, conforme fontes do mercado que tiveram acesso a comunicado da matriz ontem.

A partir de 1º de julho, Aquiles Mosca, atualmente chefe de marketing e vendas, será nomeado o presidente da gestora de fundos do banco no Brasil. Mosca tem mais de 27 anos de experiência nessa indústria e está na instituição há mais de seis anos. Antes, ele foi diretor de distribuição de fundos da Santander Asset Management no Brasil.

Mosca também é presidente do Comitê de Educação de Investidores da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), professor, colunista do **Valor** e do **Valor Investe** e autor dos livros "Investimento sob medida" e "Finanças Comportamentais".

Já Claudia Ceconelo, atualmente gerente de negócios para a América Latina, será nomeada vice-presidente da BNP Paribas Asset no Brasil. Ceconelo tem mais de 25 anos de experiência com gestão recursos e trabalha há 20 anos no BNP Paribas.

"Estamos confiantes de que as nomeações no Brasil contribuirão para um desenvolvimento contínuo e bem-sucedido de nossas atividades, com base na base robusta criada por Luiz", afirmou o banco no comunicado da matriz.

Atualmente com cerca de R$ 90 bilhões sob gestão, a BNP Paribas Asset no Brasil está entre as 20 maiores gestoras do país e se dedica especialmente a fundos de renda fixa.

Com taxação de exclusivos, Alocc cria ‘wealth as a service’

LÉO PINHEIRO/VALOR

Sigrid Guimarães: ex-executiva da Globo levou diversidade à sua clientela

De Rio

Há 20 anos no mercado, o multifamily office Alocc está expandindo a captação de consultores no país. Com R$ 10 bilhões sob gestão, de 350 famílias entre Rio e São Paulo, o escritório criou uma plataforma que fornece suporte ao atendimento aos clientes com grandes fortunas, o que inclui desde tecnologia até inteligência, no modelo "wealth as a service". Na casa, o tíquete médio fica no intervalo entre R$ 10 milhões e R$ 20 milhões.

Uma das fundadoras da empresa, Sigrid Guimarães, diz que a ideia é difundir o serviço de multifamily office no país. "Se compararmos, no mercado americano e europeu o serviço é muito mais disseminado", pondera a executiva.

Atualmente, há dez consultores que se tornaram sócios e estão ligados ao escritório por meio da plataforma. Segundo ela, a taxação recente dos fundos de investimento exclusivos adicionou ainda mais complexidade à administração patrimonial da altíssima renda, o que abre espaço para o crescimento da Alocc.

Guimarães explica que a plataforma foi criada há cerca de dez anos e, desde aquele momento, vinha sendo aprimorada, mas captando consultores de maneira discreta e em ritmo lento. Agora, o sistema chegou a um ponto de maturidade que ela considera ideal para ser divulgado e crescer.

"Estamos prontos para expandir e buscar mais associados, mas a ideia não é ter milhares de consultores, porque queremos manter a qualidade." A plataforma inclui treinamento, controle de risco, auxílio na conformidade regulatória, suporte jurídico e tributário e espaços físicos de trabalho, entre outros serviços. A escolha dos candidatos é feita com uma avaliação do perfil da carteira e do consultor.

Segundo Guimarães, a pandemia mudou o comportamento dos clientes de altíssima renda. Ela conta que, antes da pandemia de covid-19, a procura por assessoria era focada em investimentos. "Quando eles chegavam aqui, mostrávamos visão holística, incluindo planejamento financeiro e sucessão patrimonial. A pandemia forçou a conscientização, já que houve interrupção brusca da renda em muitos segmentos, e agora muitos já chegam com essa visão mais ampla."

A Alocc nasceu da fusão da Íntegra Consultoria Financeira, criada por Guimarães, com a TNA Gestão Patrimonial, de Ricardo Taboaço, ex-vice-presidente do Citibank, e Veronica Nieckele, ex-Bank of America (BofA), em 2011. Uma das características marcantes do multifamily office é a diversidade de sua clientela, que inclui artistas e médicos. Irmã da atriz Ingrid Guimarães, Sigrid foi executiva da holding do Grupo Globo durante 13 anos.

> **R$ 10 bi**
> **é o total sob gestão do multifamily office**

O esforço de captação começa com as pessoas do seu relacionamento. Como tenho uma irmã atriz e muitas amigas dessa área, foi um nicho natural, porém não limitado a eles." Com o avanço da empresa, conta ela, foram aparecendo clientes de outros segmentos. "É um negócio que cresce muito por indicação, pois é um assunto sensível. Logo, um médico acaba indicando para outro, por exemplo. Um advogado para outro", diz. *(LT)*

A volta do otimismo para as fintechs

Palavra do gestor

Rafael Goulart

Períodos de escassez de capital impactam a sociedade como um todo, especialmente porque dificultam o desenvolvimento de soluções que aprimorem o mercado financeiro. As fintechs, importantes instrumentos para o progresso econômico e o avanço da qualidade de vida, são um exemplo disso. Desde as mudanças regulatórias que as tornaram possíveis, elas estão democratizando e melhorando o acesso aos serviços financeiros, permitindo que todas as pessoas — mesmo em regiões desbancarizadas ou subatendidas — obtenham contas bancárias, empréstimos, investimentos e cartões.

Na outra ponta, ao automatizar processos e eliminar intermediários, essas empresas reduzem os custos operacionais do ecossistema financeiro. Isso resulta em ganho de eficiência, aumento da capacidade de oferta de produtos e, consequentemente, taxas mais baixas para os consumidores, em um efeito dominó.

A perda de condições econômicas favoráveis ao venture capital nos últimos dois anos representou um desafio para a capacidade de inovação do Brasil. O capital de risco desempenha um papel imprescindível na modernização da economia, financiando ideias e tecnologias que têm o potencial de transformar indústrias inteiras. Menos venture capital, no fim das contas, significa menos soluções inéditas e úteis circulando no mercado.

Segundo dados do Distrito, a quantidade de aportes em startups brasileiras caiu 51% no ano passado, em relação a 2022. Também houve queda de 57% na soma final do volume financeiro captado por essas empresas. Ainda assim, o setor que mais conseguiu realizar captações foi o de fintechs, o que mostra a relevância dessa categoria mesmo em períodos de crise.

Em termos gerais, a percepção do mercado no ano passado foi de dificuldade em obter capital. Um quarto de todas as fintechs em atividade no país relatou escassez de investidores em 2023, problema que afetava apenas 14% delas no ano anterior. Além disso, mais da metade das empresas dessa categoria atribuiu os desafios a fatores macroeconômicos e políticos, segundo relatório da PwC.

Esses fatores tornaram os investidores mais seletivos na hora de aportar recursos.

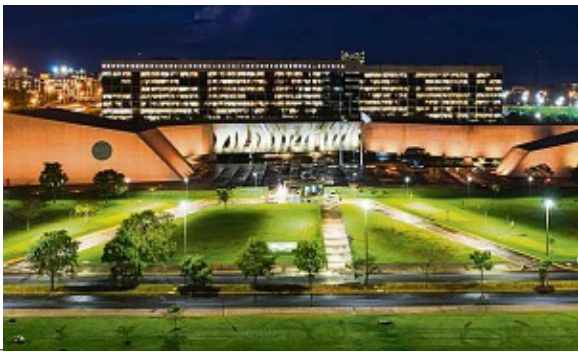
A boa notícia é que o setor voltou a respirar em 2024. O primeiro trimestre do ano indicou uma retomada do otimismo no venture capital, com alguns exemplos de captações relevantes para as fintechs latino-americanas. Foram 48 rodadas entre janeiro e março deste ano, totalizando cerca de US$ 432 milhões na região. Além disso, a busca crescente por vantagens competitivas em tecnologia impulsiona investimentos por parte das empresas tradicionais, o chamado corporate venture capital, que também dá sinais de entusiasmo.

Um país sem recursos para as fintechs fica mais distante do ideal de inclusão financeira. As inovações que transformam o mercado — consequentemente, a vida dos brasileiros — são pensadas, habilitadas e impulsionadas pelas empresas da chamada 'Nova Economia', que conquistam o fôlego por meio da captação de recursos. É desta forma que criamos mais opções para os consumidores e promovemos a concorrência no setor financeiro, incentivando toda a indústria a melhorar seus serviços.

Rafael Goulart é country manager da Pomelo Brasil

STJ
Funcionários da OAB são equiparados a servidores públicos para fins penais
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
A posição do Carf sobre a tributação de árbitros
E2

Fio da Meada
Efeitos climáticos do RS nos balanços das empresas
valor.globo.com/legislacao

Tributário Para o órgão, valores devem ser utilizados em até cinco anos, contados da decisão judicial

Receita Federal impõe prazo para uso de créditos tributários e impede compensações

Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A Receita Federal não tem permitido a compensação de créditos tributários oriundos de decisão judicial final (transitada em julgado) com prazo superior a cinco anos, segundo relataram advogados ouvidos pelo **Valor**. O Fisco estaria se valendo do entendimento, publicado em uma solução de consulta, de que esses valores precisam ser utilizados completamente nesse período, enquanto os tributaristas argumentam que o prazo é para dar início aos abatimentos, e citam jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A questão já foi levada ao Judiciário. O escritório WFarias Advogados conseguiu ontem liminar para que uma empresa do setor têxtil possa usar créditos oriundos da "tese do século" — a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins — sem a limitação temporal prevista pela Receita Federal, que começou a ser aplicada neste mês. O cliente usaria os créditos para abater tributos devidos, mas foi impedido pelo sistema da Receita Federal.

Na decisão, a juíza Marina Gimenez Butkeraitis, da 8ª Vara Federal Cível de São Paulo, afirma que o crédito obtido pela empresa foi habilitado em dezembro de 2018, dentro do quinquênio prescricional. "Dessa forma, uma vez habilitado o crédito em cinco anos do trânsito em julgado, o contribuinte poderá utilizá-lo como a transmissão das DCOMP (declarações de compensação) em período posterior, caso o crédito não seja consumido no período referido", diz.

A adoção desse limite temporal é mais uma polêmica envolvendo o tema. A Receita Federal, segundo especialistas, tem mudado as regras de uso dos créditos tributários para arrecadar mais, diante da dificuldade de alcançar a meta de zerar o déficit das contas públicas.

Neste ano, entrou em vigor o limite mensal para abatimento de tributos com créditos oriundos de decisão judicial. A equipe econômica também tentou restringir o uso de créditos de PIS/Cofins e acabar com os créditos presumidos, por meio da edição da Medida Provisória (MP) nº 1.227/2024, texto que depois foi devolvido pelo Congresso Nacional.

Na semana passada, além do caso judicializado, outras empresas buscaram tributaristas ao não conseguirem efetuar compensações tributárias por meio do sistema eletrônico da Receita — com a trava que impede pedidos com base em decisões judiciais com mais de cinco anos.

Existem dois momentos nas compensações. Primeiro o contribuinte pede a habilitação dos créditos e depois começa a compensar. Para a Receita Federal, os cinco anos se aplicam ao segundo momento, enquanto, para as empresas, no primeiro.

"A Receita ignora a habilitação, considera os cinco anos do pedido. Mas, às vezes, depois do trânsito [em julgado], a empresa nem sabe qual valor vai compensar", afirma Luca Salvoni, sócio do Cascione Advogados. O entendimento consta na Solução de Consulta nº 239, de 2019.

No STJ, há sinalização positiva para o entendimento dos contribuintes. A 2ª Turma, com base no voto do relator, ministro Herman Benjamin, indicou em decisão de 2014 que o prazo de cinco anos é para pleitear a compensação, e não para realizá-la integramente (REsp 1480602).

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Luca Salvoni: apesar do entendimento da solução de consulta, o sistema da Receita nunca tinha travado antes

Em 2015, outra decisão da mesma turma (REsp 1469954) afirma que a jurisprudência da 2ª Turma é de que o prazo de cinco anos para compensação de valores reconhecidos por meio de decisões judiciais transitadas em julgado é para pleitear o direito (compensação) e não para realizá-la integralmente.

De acordo com Salvoni, apesar do entendimento da solução de consulta, o sistema da Receita Federal nunca tinha travado antes. Um de seus clientes que teve os créditos bloqueados pretende buscar a Justiça, tendo em vista os precedentes favoráveis.

É o mesmo caso de Rubens Fonseca, sócio do WFaria Advogados. Ele conta que o escritório não conseguiu fazer a transmissão dos créditos de PIS/Cofins de três clientes — duas empresas de grande porte e uma de médio porte. Esse bloqueio, relata o tributarista, começou neste mês.

Para Fonseca, o bloqueio imposto pelo Fisco "é uma estratégia para pegar o contribuinte de surpresa e arrecadar mais". Ele classifica a trava como uma "caça às bruxas" dos créditos de PIS/Cofins da tese do século. "Primeiro eles colocaram o limite global, depois a MP e agora, na canetada, estão impedindo as transmissões", diz. "É uma empreitada perdida [para o Fisco na Justiça], mas até lá o contribuinte é pego de calça curta, porque afeta o seu fluxo de caixa", completa.

Salvoni considera que essa é uma medida do governo para reter caixa porque, ao mesmo tempo em que auxilia a arrecadação da União, ao obrigar as empresas a recolherem os tributos, prejudica os negócios, que não previam o desembolso em seu fluxo de caixa. "Parece vir no contexto da MP 1.227, que foi derrubada."

Segundo Filipe Richter, sócio do Veirano Advogados, o bloqueio das compensações que têm mais de cinco anos foi "mais um capítulo das restrições impostas a contribuintes que têm direito a créditos referentes a ação judicial". O advogado também destaca que, com a tese do século e valores maiores para os contribuintes receberem, as compensações passaram a demorar mais e, agora, pela primeira vez, ocorreu um "bloqueio sistêmico".

"Isso causa um impacto imediato e direto no caixa das empresas, porque, se não pode compensar, a alternativa é pagar", afirma. Ele acrescenta que outras possibilidades são a judicialização ou a tentativa de compensação por meio de formulário, que "é uma possibilidade mais burocrática". "Vemos [o bloqueio] como uma medida arbitrária, ilegal, somente arrecadatória pelo governo, que perderá essa disputa [na Justiça], mas que causa impacto imediato no caixa das empresas."

Em nota ao Valor, a Receita Federal diz que, conforme a legislação tributária, se não houve o início da execução na via judicial, o prazo é cinco anos contados do trânsito em julgado da decisão judicial. Se houve o início da execução na via judicial, acrescenta, o prazo é de cinco anos contados da homologação, pelo Poder Judiciário, da desistência da execução do título judicial e após o prazo de cinco anos não é mais permitida a transmissão de DCOMP. A fundamentação legal, afirma, o órgão, está no Decreto nº 20.910/1932 (artigo 1º) e na Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021 (artigo 106).

TST vai definir regra para dissídio coletivo

Adriana Aguiar
De São Paulo

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) deve uniformizar o entendimento sobre a exigência de comum acordo para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica — ação proposta para a resolução de conflitos entre sindicatos de trabalhadores e de empregadores, como a definição de reajuste salarial. Por maioria, os ministros decidiram julgar o tema como recurso repetitivo.

Os ministros devem analisar se essa exigência do comum acordo vale mesmo nos casos em que uma das partes, deliberadamente, se recusa a participar do processo de negociação coletiva, em violação ao princípio da boa-fé.

Sobre o tema, existem julgamentos conflitantes na Seção de Dissídios Coletivos (SDC) e divergências também nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Além disso, a discussão tem sido recorrente nos processos, por isso a necessidade de uniformização.

Em 2023, dos 94 dissídios coletivos de natureza econômica julgados pela SDC, 32 tratavam da questão jurídica relativa ao pressuposto do "comum acordo". Em 2022, foram julgados 130 processos desse tipo e 66 deles tinham como tema a mesma questão jurídica, segundo levantamento do ministro Mauricio Godinho Delgado, que propôs a uniformização da questão.

DIVULGAÇÃO

"Negociação coletiva é ferramenta de pacificação das relações de trabalho"
Renato P. Ribeiro

Hoje, tramitam no TST cerca de 50 processos sobre o tema, segundo o presidente da Corte, ministro Lelio Bentes Corrêa. Nos TRTs, foram recebidos 634 em 2021, 549 em 2022 e 518 em 2023, totalizando cerca de 1.600 processos em três anos.

Desde 2004, com a edição da Emenda Constitucional nº 45, ficou estabelecido no parágrafo 2º, do artigo 114 da Constituição que, quando uma das partes se recusa a participar de negociação ou arbitragem, elas podem, de comum acordo, ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica.

Essa previsão já foi inclusive analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas oportunidades e os ministros consideraram ser constitucional a exigência do comum acordo, inclusive em processo analisado em repercussão geral, em setembro de 2020 (ADI 3423 e RE 1002295 ou Tema 841).

Com a alteração, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do TST, porém, firmou o entendimento de que a concordância do sindicato ou do membro da categoria econômica não teria de ser necessariamente expressa. Em algumas circunstâncias, ela poderia ser tácita — como no caso em que não há oposição explícita da entidade patronal, ou em que há negociação, mas ela chega a um impasse total ou parcial. Ocorre que, em diversos casos, uma das partes se recusa tanto a negociar quanto a concordar com o ajuizamento do dissídio.

Por isso, o Pleno deve definir se a recusa arbitrária do sindicato empresarial ou membro da categoria econômica para participar do processo de negociação coletiva trabalhista viola a boa-fé objetiva. E se isso tem por consequência a configuração do comum acordo tácito para a instauração de dissídio coletivo de natureza econômica (IRDR-1000907-30.2023.5.00.0000).

De acordo com o advogado Luiz Eduardo Amaral, sócio do FAS Advogados, a intenção do legislador ao estabelecer o comum acordo foi diminuir a intervenção do Judiciário nas negociações. "Seria como se ele dissesse, eu só intervenho se os dois quiserem", diz.

Contudo, essa exigência do comum acordo tem travado as negociações, segundo Amaral. Se o sindicato dos trabalhadores ou a empresa não querem negociar determinado assunto, se recusam a tentar um acordo e também a levar a dissídio. "Basta um bater o pé que não acontece o dissídio."

Para Amaral, embora seja interessante o TST pacificar um tema, se tivesse de haver revisão, essa função caberia ao próprio STF. "É nesse tipo de situação que começa a chover reclamação constitucional oriunda da Justiça do Trabalho e a briga fratricida entre as duas Cortes não tem fim", diz.

Segundo Renato Pereira Ribeiro, advogado trabalhista do Innocenti Advogados, parece correto o TST decidir esse assunto, da maneira como está sendo conduzido, já que a negociação coletiva é a principal ferramenta de pacificação das relações de trabalho.

Mais comum do que a recusa em negociar, afirma Ribeiro, é o sindicato ou a empresa limitar a discussão só para a sua pauta de maior interesse e direcionar a discussão. "É o bom e velho não abro mão disso. O que cria uma barreira na negociação", diz.

A uniformização pelo TST seria importante, segundo o advogado, já que existem decisões divergentes em toda a Justiça do Trabalho. "Embora esse tema já tenha sido discutido no STF, de certa forma, pode ser caracterizado como um impedimento ao acesso à Justiça, que é um princípio constitucional", afirma.

Agora o que fica, de acordo com Ribeiro, é como o TST deve articular para viabilizar esse maior acesso à Justiça sem que exista conflito com o Supremo. "A tendência no TST é que esse comum acordo não precise ocorrer de forma expressa."

Destaque

Fiscalização do trabalho

A 3ª Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que a Claro deverá responder pelas multas aplicadas pela fiscalização do trabalho diante de irregularidades constatadas no ambiente de trabalho da Master Brasil, de Belo Horizonte (MG). Ao rejeitar o exame do recurso da telefônica, o colegiado entendeu que ela é coautora das irregularidades descritas nos autos de infração e, portanto, deve ser mantida sua responsabilidade pelo pagamento das multas administrativas. A Master Brasil prestava serviços de teleatendimento à Claro. Em outubro de 2015, os auditores fiscais do trabalho inspecionaram as instalações da prestadora e constataram o descumprimento de diversas obrigações referentes à segurança e à saúde no trabalho, como questões ergonômicas e condições sanitárias. Considerando a terceirização do serviço, aplicou diversas multas administrativas também à Claro. Em maio de 2019, a Claro ajuizou uma ação para anular as multas, com o argumento de que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao validar todas as formas de terceirização (Tema 725 da Repercussão Geral), afastava a responsabilidade da tomadora de serviços por quaisquer questões envolvendo os trabalhadores contratados pela prestadora (AIRR-10442-85.2019.5.03.0184).

A posição do Carf sobre a tributação de árbitros

Opinião Jurídica

José Andrés Lopes da Costa

Recente decisão da 2ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) determinou que advogados devem ser tributados como pessoa física ao exercerem a função de árbitro. O entendimento consolida um tema que tem suscitado debates acalorados no meio jurídico nos últimos anos.

Por cinco votos a três, o colegiado concluiu que a atividade de arbitragem não pode ser considerada uma atividade da sociedade de advocacia, mas sim do indivíduo. No entanto, uma análise detalhada da legislação e das práticas profissionais tal como ocorrem na vida real, sugere que essa interpretação pode ser demasiadamente restritiva e prejudicial tanto para os advogados quanto para as empresas ou as próprias câmaras de arbitragem que efetuam o pagamento de honorários arbitrais, em vista da necessidade de retenção de Imposto de Renda na fonte sempre que há pagamento de pessoa jurídica para pessoa física.

O Carf baseou-se na Lei nº 9.307/1996, Lei da Arbitragem, argumentando que o serviço de arbitragem é prestado por pessoa física em seu próprio nome, e não pela sociedade de advocacia. Contudo, essa interpretação ignora a evolução das práticas profissionais e as complexidades das atividades jurídicas modernas. A arbitragem, embora seja uma função de caráter personalíssimo, é frequentemente realizada por advogados que integram sociedades de advocacia e utilizam toda a estrutura dessas sociedades para prestar um serviço de alta qualidade.

A Lei nº 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, em seu artigo 129, permite que prestadores de serviços de caráter personalíssimo sejam tributados como pessoa jurídica. Isso se aplica perfeitamente à função de árbitro desempenhada por advogados, que muitas vezes requer o suporte de uma equipe, infraestrutura administrativa, e recursos tecnológicos disponíveis apenas em um ambiente corporativo. Portanto, limitar a tributação à pessoa física desconsidera o papel essencial que a sociedade de advocacia desempenha no apoio ao advogado-árbitro.

Outro ponto crítico ignorado pela decisão do Carf é o Provimento nº 196/20 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que estabelece que a atuação de advogados como conciliadores, mediadores, árbitros ou pareceristas não desconfigura a atividade advocatícia e que a remuneração pode ser recebida pelas sociedades das quais sejam sócios. Esse provimento é uma clara indicação de que a OAB reconhece a importância da estrutura societária na prestação de serviços de arbitragem e permite que os honorários sejam recebidos tanto pela pessoa física quanto pela jurídica.

A segurança jurídica é um princípio fundamental de nosso sistema. Norberto Bobbio, em sua "Teoria da Norma Jurídica", destaca que a institucionalização e a produção de regras de conduta andam juntas, sendo essencial para a existência de qualquer sociedade. Ele argumenta que "o processo de institucionalização e a produção de regras de conduta não podem andar separados e que, portanto, onde quer que haja uma sociedade organizada, estaremos seguros de também encontrar um complexo de regras de conduta que deram vida àquela sociedade", ressaltando a função primordial da previsibilidade, hoje tão desprestigiada em nosso país.

Tributar os advogados exclusivamente como pessoa física ao exercerem a função de árbitro não condiz com um ambiente de previsibilidade e estabilidade, permitindo a lavratura de autos de infração contra advogados e câmaras de arbitragem que agiram rigorosamente de acordo com o sistema normativo vigente.

Além disso, segundo as regras de hermenêutica, em caso de conflito entre o artigo 129 da Lei do Bem e a Lei de Arbitragem, deve prevalecer a norma tributária em razão do princípio da especialidade. O princípio da especialidade estabelece que, quando há conflito entre uma norma geral e uma norma específica, a norma específica prevalece. Neste caso, a Lei do Bem é a norma específica que trata da tributação de prestadores de serviços de caráter personalíssimo, enquanto a Lei de Arbitragem é uma norma geral que regula a arbitragem como um todo. Assim, a tributação deve seguir o disposto no artigo 129 da Lei do Bem, permitindo que advogados que atuam como árbitros possam ser tributados como pessoa jurídica.

Não bastasse, a atuação como árbitro gera impedimento para a sociedade da qual o advogado faz parte, algo que não ocorreria se fosse uma atividade autônoma, totalmente desvinculada do escritório que ele integra. Mesmo que o árbitro prestasse o serviço de forma independente, sem qualquer envolvimento da sociedade, recebendo como pessoa física, o impedimento ainda assim ocorreria.

Em síntese, a decisão do Carf, embora baseada em uma interpretação literal da Lei da Arbitragem, carece de uma abordagem mais holística e atualizada da realidade profissional dos advogados, além de ofender a literalidade do texto do artigo 129 da Lei do Bem. A possibilidade de faturamento dos serviços de arbitragem como pessoa jurídica deve ser considerada não apenas uma questão de justiça tributária, mas também de manutenção da segurança jurídica.

Permitir que advogados utilizem suas sociedades de advocacia para faturar esses serviços alinha-se perfeitamente com a legislação vigente, sendo essencial que o Carf e outras autoridades revisitem essa interpretação para garantir que a interpretação jurisprudencial pelos órgãos integrantes da administração tributária esteja em sintonia com as práticas profissionais modernas e o princípio da segurança jurídica.

José Andrés Lopes da Costa é advogado e mestre em direito tributário internacional pelo IBDT-SP

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 391ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0639672) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 391ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 391ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de julho de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 391ª Série da 1ª Emissão – (IF 21I0639672), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de junho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 209ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19B0276807) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 209ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 209ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de fevereiro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 209ª Série da 1ª Emissão - (IF 19B0276807), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 160ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 17F0035000) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 160ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 160ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 07 de junho de 2017, conforme aditamento ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 160ª Série da 1ª Emissão – (IF 17F0035000), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª e 3ª SÉRIE DA 50ª EMISSÃO (IF 22G1136254 / 22G1136327 / 22G1136492) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de julho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão – (IF 22G1136254 / 22G1136327 / 22G1136492), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 324ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0862572) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 324ª Série da 1ª Emissão - (IF 21D0862572), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

MOINHO PAULISTA S.A.

Rua Campos Bicudo, 98, conjunto 152 - 15º andar, sala 1 - Itaim Bibi, CEP 04536-010, São Paulo, SP
CNPJ nº 33.390.527/0001-29 - NIRE 35300386451

Capital Autorizado .... R$ 50.000.000,00
Capital Subscrito .... R$ 47.689.505,00
Capital Integralizado .... R$ 47.689.505,00

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2024

DATA E HORÁRIO: 26 de abril de 2024, às 11:00 horas. **LOCAL:** Sede Social, à Rua Campos Bicudo, 98, conjunto 152 - 15º andar, sala 1, Itaim Bibi, São Paulo, SP. **PRESENÇA:** Totalidade do capital social com direito a voto. **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação dispenado quando se encontram presentes na Assembleia Geral os Acionistas que representam 100% do capital social subscrito e integralizado da sociedade - parágrafo 4º do art. 124 da Lei 6.404/76. **MESA:** Sr. José Roberto de Paiva Veríssimo, Presidente; Sra. Maysa Cristina Fischer, Secretária. **ORDEM DO DIA**: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: (i)** Tomar as contas dos Administradores e proceder ao exame, discussão e deliberação sobre a Mensagem da Administração aos Acionistas, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, bem como deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendo obrigatório aos Acionistas (art. 10, letras "a" e "b" do Estatuto Social); e **(ii)** Fixação do modo e o valor da remuneração global do Conselho de Administração, dos Comitês Estatutários e da remuneração global da Diretoria (prevendo os Diretores Estatutários e não Estatutários), conforme a letra "c" do art. 10 e art. 16 ambos do Estatuto Social. **DELIBERAÇÕES: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: (1)** aprovadas as contas dos Administradores, a Mensagem da Administração aos Acionistas, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, e que estiveram à disposição dos Senhores Acionistas dentro do prazo previsto no parágrafo 5º do art. 132 da Lei 6.404/76, conforme Aviso publicado no jornal "Valor Econômico" nas edições dos dias 19.03.24 (pág. E7), 20.03.24 (pág. E3) e 21.03.24 (pág. E22). As Demonstrações Financeiras com o Relatório dos Auditores Independentes e a Mensagem da Administração aos Acionistas foram publicados no dia 22 de março de 2024 no jornal Valor Econômico, pág. E11. A respeito do lucro líquido apurado em 31.12.23 foi aprovada a seguinte destinação de R$ 22.272.216,87 (vinte e dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e dezesseis reais, oitenta e sete centavos): **(i)** 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, perfazendo R$ 1.113.610,84 (hum milhão, cento e treze mil, seiscentos e dez reais, oitenta e quatro centavos) para a conta de Reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76; **(ii)** o valor de R$ 19.659.621,92 (dezenove milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e um reais, noventa e dois centavos) para a conta de reserva de incentivos fiscais, para fins da Lei 12.973/14 e da LC 160/17; e **(iii)** o valor de R$ 1.498.984,11 (hum milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, novecentos e oitenta e quatro reais, onze centavos) deve ser incorporado a conta de Reserva de lucros acumulados. Aprovada, também, a transferência de R$ 545.957,49 (quinhentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e sete reais, quarenta e nove centavos) da Reserva de reavaliação do exercício para a Reserva de lucros. Em relação à distribuição de dividendos, os Acionistas reconhecem que já foi pago mediante AGE do dia 22.01.24, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, o montante total de R$ 12.900.000,00 (doze milhões e novecentos mil reais), à conta de Reserva de lucros acumulados apurados no Balanço Patrimonial levantado em 31.12.22, com a aprovação de sua imputação integral ao dividendo obrigatório de 25% referente ao exercício social de 2023, em função do que não haverá qualquer distribuição suplementar; e **(2)** Nos termos das letras "b" e "c" do art. 10 do Estatuto Social, a título da fixação do modo e o valor da remuneração global bruta do Conselho de Administração e dos Comitês Estatutários, no exercício de suas funções, para o período de mar/24 a mar/25 foi aprovada a importância de até R$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) reajustada para fins de correção do efeito inflacionário num período de 12 meses, segundo variação acumulada do INPC-IBGE, conforme política aprovada por Ata do Conselho de Administração de 18.11.21, sendo ratificados os atos eventualmente já praticados. Em relação à remuneração global bruta da Diretoria (prevendo os Diretores estatutários e não estatutários) para o período de maio/24 a abr/25, foi aprovado o montante de até R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Competirá ao Conselho de Administração estabelecer a maneira de distribuir aos Membros da Administração os referidos montantes globais. **APROVAÇÃO:** Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade de votos, tendo sido aprovada, inclusive, a autorização para que a ata desta Assembleia Geral seja publicada com a omissão das assinaturas dos Senhores Acionistas, na forma de sumário. São Paulo, 26 de abril de 2024. José Roberto de Paiva Veríssimo - Presidente; Maysa Cristina Fischer - Secretária. **JUCESP** nº 221.335/24-9 em 13/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70 - NIRE 35.300.465.415 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 17 de Julho de 2024

Convocamos os senhores e senhoras acionistas da **Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, Km 298, Bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 14140-000, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.465.415 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 20.258.278/0001-70, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2350-7 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, na sede social da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 17 de julho de 2024, às 16:00 horas ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) ratificação da contratação da empresa avaliadora responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Ouro Fino Agronegócio Ltda. ("**Laudo de Avaliação**" e "**Ouro Fino Agronegócio**", respectivamente), conforme Proposta da Administração divulgada pela Companhia; (ii) aprovação do Laudo de Avaliação, conforme Proposta da Administração divulgada pela Companhia; (iii) aprovação do "*Protocolo e Justificação da Incorporação da Ouro Fino Agronegócio Ltda. pela Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.*" ("**Protocolo e Justificação**"), que estabelece os termos e condições da incorporação condicionada da Ouro Fino Agronegócio pela Companhia, com a consequente extinção da sociedade incorporada após a ocorrência das condições suspensivas ("**Incorporação**"), conforme Proposta da Administração divulgada pela Companhia; (iv) aprovação da Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação; (v) alteração da denominação social da Companhia de "Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A." para "Ourofino S.A."; (vi) complementar as atividades existentes no objeto social da Companhia; (vii) alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações estatutárias submetidas à deliberação nos itens (v) e (vi) acima; e (viii) autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos e assinar todos os documentos que se fizerem necessários à efetivação e implementação das deliberações que vierem a ser tomadas. **Informações Gerais:** Poderão participar da Assembleia ora convocada os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do manual de participação da Assembleia e proposta da administração ("**Manual e Proposta**"). Os acionistas que desejarem participar da Assembleia, presencialmente ou por procurador devidamente constituído, deverão comparecer à Assembleia munidos dos seguintes documentos: (**i**) documento de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (**ii**) comprovante de sua respectiva participação acionária expedido pela instituição financeira depositária responsável pelo serviço de escrituração das ações de emissão da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A. ("**Escriturador**"); e, se for o caso, (**iii**) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos exigidos na sede social da Companhia, ou por e-mail através do endereço **<ri@ourofino.com.br>**, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da hora marcada para a realização da Assembleia, ou seja, **até 14 de julho de 2024 às 16:00 horas**. Sem prejuízo do disposto acima, caso o acionista compareça à Assembleia até o momento da abertura dos trabalhos munido dos documentos necessários, o acionista poderá participar e votar no âmbito da Assembleia, ainda que tenha deixado de apresentar tais documentos previamente. Excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia não exigirá o reconhecimento de firma nos instrumentos de mandato para os acionistas a participarem da Assembleia, tampouco a notarização e apostilação daqueles outorgados no exterior. A Companhia recomenda aos senhores acionistas que cheguem ao local da Assembleia com antecedência de uma hora, para o devido cadastramento e ingresso na Assembleia. Para um melhor entendimento da ordem do dia, bem como instruções relativas à participação na Assembleia, os senhores acionistas são convidados a consultar o Manual e Proposta. Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, e em cumprimento ao disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, bem como nos *websites* da Companhia (ri.ourofino.com), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm), todos os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo o Manual e Proposta. Eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia por e-mail (ri@ourofino.com) ou telefone (+55 (16) 3518-2000).

Cravinhos, 25 de junho de 2024

Jardel Massari - Presidente do Conselho de Administração

GERDAU S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.611.500/0001-19 - NIRE 35300520696

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 2, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 11H30MIN DO DIA 2 DE MAIO DE 2024

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Gerdau S.A. ("Companhia"), nos termos do Regimento Interno, tendo sido presidida por Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e secretariada por Rafael Lebensold. 2. O Conselho de Administração, na forma do art. 6º, § 5º, alínea (i), do Estatuto Social, aprovou, por unanimidade dos participantes, a eleição dos seguintes membros da Diretoria da Companhia, a saber: **Diretor Presidente: Gustavo Werneck da Cunha**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG nº 67.657.675-8 SSP/SP, CPF nº 972.434.346-49, cumulativamente com sua função, ele substituirá o Diretor de Relações com Investidores, durante suas ausências, impedimentos ou vacância do cargo; **Diretores Vice-Presidentes: Rafael Dorneles Japur**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 9040851983 SSP/RS, CPF nº 000.929.740-58, que também exercerá as funções de Diretor de Relações com Investidores, nos termos do art. 48 da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022; **Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 4.490.869-7 SSP/PR, CPF nº 003.680.689-78; e **Rubens Fernandes Pereira**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 20.324.127-7 SSP/SP, CPF nº 121.218.938-81; **Diretores: Aldo Tapia Castillo**, peruano, casado, engenheiro, RNE nº F796991F, CPF nº 718.740.011-03, **Carlos Eduardo Vieira da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº M5204552 SSP/MG, CPF nº 954.006.136-91; **Cesar Obino da Rosa Peres**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 8.308752-8 SSP/PR, CPF nº 346.819.490-00; **Flavia Dias da Silva de Souza**, brasileira, casada, engenheira química, RG nº 0105908719 SSP/RJ e CPF nº 074.219.147-81; e **Wendel Gomes da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº MG5490351 SSP/MG, CPF nº 924.450.396-49, todos com endereço comercial na Av. Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 8º andar, conjunto 2, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05425-070 e com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as contas do exercício de 2024. Os respectivos termos de posse e as respectivas declarações de desimpedimento, assinados pelos Diretores eleitos, ficarão arquivados na sede da Companhia. 3. Nada mais foi tratado. Assinaturas: Mesa: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente) e Rafael Lebensold (Secretário). Conselheiros: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente), André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter (Vice-Presidentes), Gustavo Werneck da Cunha, Claudia Sender Ramirez, Alberto Fernandes e Claudio Antonio Gonçalves (Conselheiros). Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. São Paulo, 2 de maio de 2024. Rafael Lebensold - Secretário. JUCESP nº 199.286/24-3 em 10/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0319315182024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90106/2024.

Nº Processo: 024.00063355/2024-16.

Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demanda Administrativas e Judiciais com e sem determinação de marca comercial.

Total de Itens Licitados: 17 (dezessete) itens licitados.

Valor total da licitação: sigiloso.

Disponibilidade do edital: 26/06/2024.

Horário: das 08h00 às 18h00.

Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.

Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Entrega das Propostas: a partir de 27/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 10/07/2024 às 13h30min no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0319339842024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90105/2024.

Nº Processo: 024.00063337/2024-26.

Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais com e sem determinação de marca comercial.

Total de Itens Licitados: 12 (doze) itens licitados.

Valor total da licitação: sigiloso.

Disponibilidade do edital: 26/06/2024.

Horário: das 08h00 às 18h00.

Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.

Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Entrega das Propostas: a partir de 27/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 10/07/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF n.º 03.095.453/0001-37 - NIRE 35300038969-7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora e Local: Em 05 de março de 2024, às 09h00, na sede social da **BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n. º14.261, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **Presença:** Presentes as acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Mesa:** Assumiu a presidência o Sr. Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou o Sr. André Gustavo Borba Assumpção Haui, para exercer a função de secretário. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: **(i)** acolhimento da renúncia de membro titular do Conselho Fiscal; e **(ii)** eleição de membro titular ao Conselho Fiscal. **Deliberações:** os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** Acolher a renúncia apresentada em 26 de fevereiro de 2024 pela Sra. Tamara Barbato Dos Santos Meyer do cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Companhia. **(ii)** Eleger, a partir desta data, com fulcro no parágrafo 1º, do artigo 161, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), a Sra. **Renata Toassa do Amaral**, brasileira, administradora, solteira, portadora do RG. nº. 20874078 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº. 151.764.318-07, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes - São Paulo/SP - CEP: 04794-000, como membro titular do Conselho Fiscal, indicada pela Acionista MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., para complementação de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024. A membro do Conselho Fiscal ora eleita toma posse, nesta data, mediante assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, aceita o cargo e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedida, por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incursa em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possa impedi-la de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei n.º 8.934, de 18 de dezembro de 1994 e no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Em razão das deliberações acima, o Conselho Fiscal da Companhia fica, a partir desta data, assim composto:

Membros Titulares designados pela acionista MAPFRE Brasil Participações S.A.	Cargo	Início do Mandato	Término do Mandato
Rodrigo Artur Gaeti de Bernardis	Conselheiro	28.04.2023	A.G.O. de 2024
Renata Toassa do Amaral	**Conselheira**	**05.03.2024**	**A.G.O. de 2024**
Membros Titulares designados pela acionista BB Seguros Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
João Francisco Fruet Junior	Presidente	02.10.2023	A.G.O. de 2024
Guilherme Alexandre Rossi	Conselheiro	12.07.2023	A.G.O. de 2024
Membros Suplentes designados pela acionista MAPFRE Brasil Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
Marcio Vincenzi Jager	Suplente	28.04.2023	A.G.O. de 2024
Vago	Suplente	----------	----------
Membros Suplentes designados pela acionista BB Seguros Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
Cristina Yue Yamanari	Suplente	28.04.2023	A.G.O. de 2024
Rosiane Barbosa Laviola	Suplente	28.04.2023	A.G.O. de 2024

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 05 de março de 2024. **Mesa: Felipe Costa da Silveira Nascimento** - Presidente da Mesa, Presidente do Conselho de Administração; **André Gustavo Borba Assumpção Haui** - Secretário da Mesa, Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Acionistas: MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - Felipe Costa da Silveira Nascimento** - Diretor Presidente; **Sidney Rodrigues** - Diretor; **BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - André Gustavo Borba Assumpção Haui** - Diretor Presidente, **Rafael Augusto Sperendio** - Diretor Vice-Presidente. **JUCESP nº 214.535/24-1 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Titanium Holdings S.A.

CNPJ nº 07.131.759/0001-52 – NIRE 35.300.322.134

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 24.4.2024

Data, Hora, Local: Em 24.4.2024, às 10h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Antonio Campanha Junior; Secretário: Dagilson Ribeiro Carnevali. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e do Auditor Independente e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo 31.12.2023, foram publicados em 28.3.2024 no jornal "Valor Econômico". ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação dos acionistas. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Aprovada a alteração parcial do estatuto social no Artigo 14, transformando o cargo de Diretor Gerente em Diretor Executivo, proposta pela Diretoria, em Reunião daquele Órgão de 27.3.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em consequência, a redação do mencionado dispositivo passa a ser a seguinte: "Artigo 14) A Diretoria será composta de 4 (quatro) a 12 (doze) membros, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Executivo e Diretor.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$67.252.748,71 (sessenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos), proposta pela Diretoria em Reunião daquele Órgão, de 27.3.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R$3.362.637,44 (três milhões, trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$28.890.111,27 (vinte e oito milhões, oitocentos e noventa mil, cento e onze reais e vinte e sete centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) para distribuição aos acionistas, como juros sobre o capital próprio, os quais já foram declarados em 15.12.2023 e serão pagos até 28.6.2024; 3) reelegeram, membros da Diretoria da Sociedade, os senhores: ***Diretor-Presidente: Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Diretores Vice-Presidentes: Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62; ***Diretores Executivos: Marcelo de Araújo Noronha***, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; ***Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; ***Rogério Pedro Câmara***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3/SSP-SP, CPF 063.415.178/90; ***Moacir Nachbar Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.703.383-7/SSP-SP, CPF 062.947.708/66; e elegeram, para compor a Diretoria da Sociedade, os senhores: ***Diretores Executivos: Guilherme Muller Leal***, brasileiro, casado, bancário, RG 07.178.555-4/SESEG-RJ, CPF 965.442.017-15; ***Bruno D'Avila Melo Boetger***, brasileiro, casado, bancário, RG 07.153.101-6/SECC-RJ, CPF 867.743.957/91; e ***Diretor: Vinícius Panaro***, brasileiro, casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048/26, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Os Diretores reeleitos e eleitos: i) firmaram declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; ii) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2027; 4) fixaram o valor mensal individual de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) para remuneração dos diretores, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Antonio Campanha Junior; Secretário: Dagilson Ribeiro Carnevali; Administrador: Cassiano Ricardo Scarpelli; Acionistas: Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações e Nova Cidade de Deus Participações S.A., representadas por seus procuradores senhores Antonio Campanha Junior e Dagilson Ribeiro Carnevali. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nela apostas. aa) Presidente: Antonio Campanha Junior; Secretário: Dagilson Ribeiro Carnevali. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 213.150/24-4, em 28.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90065/2024 CONTRATAÇÃO DE APÓLICE DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS P/ALUNOS DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DA SES,** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 11/07/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 25/06/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 03.095.453/0001-37 - NIRE 3530038969-7

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 01 DE FEVEREIRO DE 2024

Em um de fevereiro de 2024, às 20h00, sob a presidência do Sr. Felipe Nascimento, que convidou o Sr. Marcelo Lopes Lourenço para exercer a função de secretário, realizou-se reunião assíncrona do Conselho de Administração, participando os conselheiros Sra. Ana Cristina Rosa Garcia, Sra. Maria Leticia Freitas Costa, Sra. Marisa Reghini F. Mattos, Sr. Rafael Augusto Sperendio, Sr. Sidney Rodrigues, e o Sr. Santiago Fernández Valbuena. A convocação da reunião foi realizada por meio eletrônico, endereçada em vinte e seis de janeiro de 2024 a cada um dos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração analisou os assuntos a seguir: - "RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, AS RESPECTIVAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, O RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA E O PARECER DO CONSELHO FISCAL, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DA COMPANHIA BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S/A." Os membros do Conselho de Administração, tiveram acesso aos Relatórios das Auditorias Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, ao Relatório do Comitê de Auditoria e ao Parecer do Conselho Fiscal e aprovaram o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023 da Companhia, BB MAPFRE Participações S/A., conforme súmula da Diretoria Financeiro Administrativa n° G029/2024. - "RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, AS RESPECTIVAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DAS SUBSIDIÁRIAS DA COMPANHIA: BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS E ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A." Os membros do Conselho de Administração, tiveram acesso aos Relatórios das Auditorias Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Atuários Independentes, ao Relatório do Comitê de Auditoria e aprovaram o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023, das subsidiárias da Companhia: Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A., conforme súmula da Diretoria Financeiros Administrativa n° G029/2024. A Diretoria da Companhia informou que, apesar de estarem sendo aprovadas as Demonstrações Financeiras do exercício, a formalização de destinação especifica do resultado ocorrerá em futura reunião do Conselho de Administração, conforme permissivo do artigo 36 do Estatuto Social da BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A., que confere ao Conselho a possibilidade de deliberar no prazo máximo de dois meses a partir do fechamento de cada exercício, sobre as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa: Felipe Nascimento -** Presidente da mesa e Presidente do Conselho de Administração; **Marcelo Lopes Lourenço -** Secretário e Vice-Presidente do Conselheiro de Administração. **Demais Membros do Conselho de Administração: Sidney Rodrigues**, **Ana Cristina Rosa Garcia, Rafael Augusto Sperendio, Maria Letícia de Freitas Costa, Marisa Reghini F. Mattos, Santiago Fernández Valbuena. JUCESP nº 214.533/24-4 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 03.095.453/0001-37 - NIRE 3530038969-7

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2023

Em vinte e nove de agosto de 2023, às 15h00, sob a presidência do Sr. Fernando Pérez-Serrabona Garcia, que convidou o Sr. Marcelo Lopes Lourenço para exercer a função de secretário, realizou-se reunião assíncrona do Conselho de Administração, participando os conselheiros Sr. Rafael Augusto Sperendio, Sra. Maria Leticia de Freitas Costa, Sr. Sidney Rodrigues, Sra. Ana Cristina Rosa Garcia, Sra. Marisa Reghini F. Mattos e o Sr. Santiago Fernández Valbuena. Também presente a Diretoria da Brasilseg. A convocação da reunião foi realizada por meio eletrônico, endereçada em vinte e três de agosto de 2023 a cada um dos membros do Conselho de Administração. **ORDEM DO DIA: 01.** Distribuição de Dividendos **02.** Eleição de membro do Comitê de Auditoria. **ENCAMINHAMENTOS: 01.** DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS: Os membros do Conselho de Administração aprovaram a Súmula G162/2023, que propôs o pagamento de R$ 342 milhões a título de dividendos aos acionistas da Companhia, oriundos do lucro do exercício de 2023, conforme documentação arquivada na sede da Companhia; e a autorização do pagamento de R$ 342 milhões a título de dividendos, a ser pago pela subsidiária integral da Companhia, Brasilseg Companhia de Seguros, oriundos do lucro do exercício de 2023, conforme documentação arquivada na sede da Brasilseg. **02.** ELEIÇÃO DE MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA: Os membros do Conselho de Administração aprovaram a súmula G0174_2023 com a proposta de eleição do membro do Comitê de Auditoria da BB Mapfre Participações S.A. e de suas subsidiárias, conforme detalhamento abaixo: Propõem-se ao Conselho de Administração aprovar, nos termos do art. 19, §2º, inciso x do Estatuto Social da BB Mapfre Participações S.A.: (i) a eleição do Sr. Carlos Eduardo Gabas**,** brasileiro, contador, casado, inscrito no CPF sob o nº 067.194.598-05 e portador da cédula de identidade RG nº 11.402.943-X IIRGD/SP, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP: 04794-000, indicado pela BB Seguros Participações S.A. para ocupar cargo de membro do Comitê de Auditoria, que estava vago em decorrência da renúncia do Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, para cumprir mandato até 28 fevereiro de 2026. (ii) Considerando a proposta acima, o Comitê de Auditoria da BB Mapfre Participações S.A. e de suas subsidiárias Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. ficaria assim composto:

Nome	Cargo	Início do Mandato	Término do Mandato
Claudemiro Gomes da Silva Junior	Coordenador	28.04.2023	Até a primeira Assembleia Geral que delibere a eleição de novo membro ou a reeleição do mesmo membro
Heloisa Belotti Bedicks	Membro	28.04.2023	16.09.2025
Carlos Eduardo Gabas	Membro	29.08.2023	28.02.2026

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa: Fernando Pérez-Serrabona Garcia -** Presidente da mesa e Presidente do Conselho de Administração; **Marcelo Lopes Lourenço -** Secretário da Mesa e Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Demais Membros do Conselho de Administração: Sidney Rodrigues, Rafael Augusto Sperendio, Santiago Fernández Valbuena, Marisa Reghini F. Mattos, Maria Letícia de Freitas Costa, Ana Cristina Rosa Garcia. JUCESP nº 214.528/24-8 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

NIRE 35.30.0332.351 - CNPJ nº 08.159.965/0001-33

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DA IGUÁ SANEAMENTO S.A.

IGUÁ SANEAMENTO S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.507, 11º andar, CEP 04547-005, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ sob o nº 08.159.965/0001-33 e com os seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.30.0332.351, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Companhia**"), vem convocar os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, da 4ª (quarta) emissão da Companhia ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Debenturistas**", respectivamente), nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da cláusula IX do "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Iguá Saneamento S.A." celebrado entre a Companhia, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Agente Fiduciário**") e a Agreste Saneamento S.A., na qualidade de garantidora ("**Escritura**"), a reunirem-se, em 1ª (primeira) convocação, em assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada em 15 de julho de 2024, às 14h00 (quatorze horas), de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, nos termos do artigo 70, I, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("**Assembleia**"): **(a)** não declaração do vencimento antecipado das Debêntures em decorrência dos Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na cláusula 6.1 da Escritura) previstos **(1)** no inciso (xxx) da cláusula 6.1 da Escritura, referente à conclusão da venda da participação da Companhia na Tubarão Saneamento S.A. para a Duane do Brasil S.A. descrita no fato relevante que foi divulgado ao mercado em 28 de dezembro de 2023; e **(2)** no inciso (ii) da cláusula 6.1 da Escritura, referente à não observância do prazo de que trata a cláusula 6.3.1 da Escritura pela Companhia, conforme a proposta da administração da Companhia que estará disponível nas páginas da Companhia (https://igua.com.br/), do Agente Fiduciário (https://www.vortx.com.br/) e da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (https://www.gov.br/cvm/pt-br) na rede mundial de computadores ("**Proposta da Administração**"); e **(b)** pedido de liberação temporária do cumprimento (*waiver* prévio) da obrigação prevista no inciso (xxx) da cláusula 6.1 da Escritura, nos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025, para a conclusão da venda de ativos da Companhia descrita no fato relevante que foi divulgado ao mercado em 30 de junho de 2023, conforme a Proposta da Administração. **INFORMAÇÕES GERAIS:** A Assembleia será instalada, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definidas na cláusula 9.4.1.1 da Escritura) e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer quórum. Na Assembleia, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo que, conforme as cláusulas 6.4 e 9.4.3 da Escritura, a aprovação da ordem do dia dependerá do voto favorável de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, cujo *link* de acesso será disponibilizado pela Companhia aos Debenturistas que enviarem os seguintes documentos, por e-mail, para a Companhia (riigua@igua.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário (agentefiduciario@vortx.com.br e lfl@vortx.com.br), até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário de início da Assembleia: **(a)** no caso de pessoa física, documento de identidade; **(b)** no caso de pessoa jurídica, cópia dos atos societários e dos documentos que comprovem os poderes de representação; e **(c)** caso seja representado por procurador, procuração com poderes específicos para a sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Caso qualquer Debenturista não receba o *link* de acesso à Assembleia até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário de início da Assembleia, este deverá contatar a Companhia (riigua@igua.com.br), por e-mail, com, pelo menos, 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que a Companhia possa prestar o suporte necessário. Em caso de dúvida, os Debenturistas poderão entrar em contato, por e-mail, com a Companhia (riigua@igua.com.br) ou o Agente Fiduciário (agentefiduciario@vortx.com.br ou lfl@vortx.com.br). Na data de realização da Assembleia, os Debenturistas poderão acessar a plataforma Microsoft Teams, pelo *link* disponibilizado pela Companhia, com 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro de presença dos Debenturistas se dará conforme as instruções e os horários indicados neste edital. Após 10 (dez) minutos do horário de início da Assembleia, não será possível o ingresso dos Debenturistas na Assembleia, independentemente da realização do seu cadastro prévio. A Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma Microsoft Teams para a participação na Assembleia com 15 (quinze) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia. Após o horário de início da Assembleia, os Debenturistas considerados presentes poderão proferir o seu voto quanto à ordem do dia, por meio da plataforma Microsoft Teams, o qual ficará registrado para fins de apuração das deliberações. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva dos Debenturistas assegurar a compatibilidade dos seus equipamentos com a plataforma Microsoft Teams e o acesso à Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por eventuais dificuldades de viabilização ou manutenção de conexão e utilização da plataforma Microsoft Teams que não estejam sob o controle da Companhia. Este edital de convocação encontra-se disponível nas páginas nas páginas da Companhia (https://igua.com.br/), do Agente Fiduciário (https://www.vortx.com.br/) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) na rede mundial de computadores. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários aos Debenturistas. São Paulo, 21 de junho de 2024. **Felipe Rath Fingerl -** Diretor Financeiro e deRelações com Investidores, **Péricles Sócrates Weber -** Diretor sem Designação Específica.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

CNPJ/MF Nº 12.108.897/0001-50 - NIRE 33.300.294.066

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados os acionistas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. ("**Cia.**") para a AGE, a se realizar em 26/07/24, às 14h, na sede social da Cia., na Av. Ayrton Senna, 2.150 - Bl. N, sala 306, Barra da Tijuca/RJ ("**AGE**"), para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** eleição, nos termos do Art. 14, §5º, do Estatuto Social da Cia., de novo membro para o Conselho de Administração da Cia., com mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração eleitos na AGO realizada em 24/04/24. **Instruções Gerais:** I) Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações emitidas pela Cia.: **(a) pessoalmente**; **(b)** por seus **representantes legais ou procuradores**, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Cia. ou em custódia fungível, conforme dispõe o Art. 126 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"); ou **(c)** via **boletim de voto à distância** por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Cia., BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, ou diretamente à Cia., de acordo com o previsto na Resolução da CVM nº 81/22, conforme alterada. I.1) Os Boletins deverão ser encaminhados de acordo com as orientações previstas na Seção "*Orientações para participação mediante o envio de boletim de voto à distância*" da Proposta da Administração para a presente AGE e, no caso de envio dos Boletins para a Cia., preferencialmente por e-mail, devendo tais Boletins serem recebidos até 19/07/24. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados. I.2) Os acionistas que optarem por enviar os Boletins para o escriturador da Cia. ou para os seus respectivos agentes de custódia, deverão observar os procedimentos e prazos por eles determinados, observado que caso não seja previsto prazo diverso por tais prestadores de serviços, os Boletins deverão ser por eles recepcionados até 19/07/24. II) Para participar da AGE, o acionista deverá depositar na sede da Cia., na Av. Ayrton Senna, 2.150 - Bl. N, 3º andar, sala 306, Barra da Tijuca/RJ, com antecedência mínima de 48 horas da realização da AGE: **(a)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia em, no máximo, 5 dias antes da data da realização da AGE, na forma do Art. 126 da Lei das S.A.; e **(b)** documentos de identificação e/ou constituição do acionista, conforme o caso, acompanhados de instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizados na forma da lei e do Estatuto Social da Cia. Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à AGE munido dos documentos referidos nos itens (a) e (b), até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. III) Encontram-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Cia., na página de relação com investidores da Cia. (ri.reded1000.com.br), bem como nos websites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) todos os documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE, incluindo este Edital de Convocação e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas na AGE. RJ, 26/06/24. **Fernando Perrone** - Presidente do Conselho de Administração.

BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF n.º 03.095.453/0001-37 - NIRE 3530038969-7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2023

Data, Hora e Local: Em 02 de outubro de 2023, às 17h00, na sede social da **BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n. º14.261, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **Presença:** Presentes as acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Mesa:** Assumiu a presidência o Sr. Fernando Pérez-Serrabona Garcia, que convidou o Sr. Marcelo Lopes Lourenço, para exercer a função de secretário. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: **(i)** destituição de membro titular do Conselho Fiscal; **(ii)** eleição de membro titular ao Conselho Fiscal; e **(iii)** nomeação do Presidente do Conselho Fiscal; **Deliberações:** os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** Destituir, a partir desta data, o Sr. **Paulo Augusto Ferreira Bouças** do cargo de membro titular do Conselho Fiscal. **(ii)** Eleger, a partir desta data, com fulcro no parágrafo 1º, do artigo 161, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), o Sr. **João Francisco Fruet Junior**, brasileiro, administrador, casado, portador do RG. nº. 9045515666 SSP/RS e inscrito no CPF nº. 562.344.060-68, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes - São Paulo/SP - CEP: 04794-000, como membro titular do Conselho Fiscal, indicado pela Acionista BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., para complementação de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024. O membro do Conselho Fiscal ora eleito toma posse, nesta data, mediante assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, aceita o cargo e declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possa impedi-lo de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei n.º8.934, de 18 de dezembro de 1994 e no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. **(iii)** Nomear, a partir desta data, o **Sr. João Francisco Fruet Junior**, acima qualificado, como Presidente do Conselho Fiscal, o qual exercerá tal posição durante a vigência de seu mandato como membro do Conselho Fiscal. Em razão das deliberações acima, o Conselho Fiscal da Companhia fica, a partir desta data, assim composto:

Membros Titulares designados pela acionista MAPFRE Brasil Participações S.A.	Cargo	Início do Mandato	Término do Mandato
Rodrigo Artur Gaeti de Bernardis	Conselheiro	28.04.2023	A.G.O. de 2024
Tamara Barbato Dos Santos Meyer	Conselheira	28.04.2023	A.G.O. de 2024
Membros Titulares designados pela acionista BB Seguros Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
João Francisco Fruet Junior	**Presidente**	**02.10.2023**	**A.G.O. de 2024**
Guilherme Alexandre Rossi	Conselheiro	12.07.2023	A.G.O. de 2024
Membros Suplentes designados pela acionista MAPFRE Brasil Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
Marcio Vincenzi Jager	Suplente	28.04.2023	A.G.O. de 2024
Vago	Suplente	----------	----------
Membros Suplentes designados pela acionista BB Seguros Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
Cristina Yue Yamanari	Suplente	28.04.2023	A.G.O. de 2024
Rosiane Barbosa Laviola	Suplente	28.04.2023	A.G.O. de 2024

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 02 de outubro de 2023. **Mesa: Fernando Pérez-Serrabona Garcia -** Presidente da Mesa, Presidente do Conselho de Administração; **Marcelo Lopes Lourenço -** Secretário da Mesa, Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Acionistas: MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - Fernando Pérez-Serrabona Garcia -** Diretor Presidente, **Sidney Rodrigues -** Diretor; **BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - Rafael Augusto Sperendio -** Diretor Vice-Presidente, **Marcelo Lopes Lourenço -** Diretor Gerente. **JUCESP nº 214.529/24-1 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS

(Subsidiária Integral)

CNPJ/MF 28.196.889/0001-43 - NIRE 3530018226-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de setembro de 2023, às 16h00, na sede da **BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS** ("Companhia" ou "BRASILSEG"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n. º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, que convidou o Sr. Juan Carlos Lanau Arilla para exercer a função de secretário. **ORDEM DO DIA: (i)** Deliberar sobre a concessão de benefícios complementares ao pró-labore para os diretores estatutários da Broto S.A., empresa controlada pela BRASILSEG. **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** Autorizar, com base no art. 116, alínea "a" da Lei n. º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), que a Broto S.A., empresa controlada pela BRASILSEG, aprove a concessão de benefícios complementares ao pró-labore para os diretores estatutários da Broto S.A., conforme especificado abaixo:

Benefícios	Condições
13º Pró-labore	13º pró-labore proporcional aos meses trabalhados pelo estatutário
VA e VR	Manutenção dos valores praticados atualmente
Afastamento	20 (vinte) dias úteis/ano de afastamento remunerado
Plano de Saúde	Inclusão de plano SulAmérica, conforme demais funcionários, para estatutário não cedido, ou seja, que não tenha CASSI
Plano Odontológico	Plano Odontológico Brasildental
Seguro de Vida	Seguro de vida em grupo
Check-up/Avaliação de saúde	Check-up anual para avaliação da saúde

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **MESA: Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Secretário. **ACIONISTA: BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. - Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Diretor Presidente, **Juan Carlos Lanau Arilla -** Diretor Vice-Presidente e Técnico. **JUCESP nº 211.464/24-7 em 27/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

INÊS 249

BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 03.095.453/0001-37 - NIRE 3530038969-7
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2023

Data, Hora e Local: Em 29 de dezembro de 2023, às 09h00, na sede social da **BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n. º 14.261, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **Presença:** Presentes as acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Mesa:** Assumiu a presidência o Sr. Marcelo Lopes Lourenço, que convidou o Sr. Sidney Rodrigues, para exercer a função de secretário. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: **(i)** destituição de membros do Conselho de Administração; **(ii)** eleição de membro ao Conselho de Administração; **(iii)** nomeação de Presidente ao Conselho de Administração. **Deliberações:** os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** Destituir, a partir de 31 de dezembro de 2023, o Sr. **Fernando Pérez-Serrabona Garcia** do cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia e o Sr. **Jesús Martinez Castellanos** do cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. **(ii)** Eleger, a partir de 01 de janeiro de 2024, com fulcro no Artigo 9, inciso "iv" do Estatuto Social da Companhia, o Sr. **Felipe Costa da Silveira Nascimento**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 1390498 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 666.602.541-53, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP: 04794-000, designado pela acionista MAPFRE Brasil Participações S.A., para ocupar o cargo de membro titular do Conselho de Administração e complementar mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026. **(iii)** Nomear, a partir de 01 de janeiro de 2024, o Sr. **Felipe Costa da Silveira Nascimento**, acima qualificado, como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, o qual exercerá tal posição durante a vigência de seu mandato como membro do Conselho de Administração. Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia ficará, a partir de 01 de janeiro de 2024, assim composto:

Membros Titulares designados pela acionista Mapfre Brasil Participações S.A.	Cargo	Início do Mandato	Término do Mandato
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Presidente	01.01.2024	A.G.O. de 2026
Santiago Javier Fernández Valbuena	Conselheiro	28.04.2023	A.G.O. de 2026
Maria Letícia de Freitas Costa	Conselheira	28.04.2023	A.G.O. de 2026
Sidney Rodrigues	Conselheiro	28.04.2023	A.G.O. de 2026
Membros Titulares designados pela acionista BB Seguros Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
Marcelo Lopes Lourenço	Vice-Presidente	12.07.2023	A.G.O. de 2026
Rafael Augusto Sperendio	Conselheiro	12.07.2023	A.G.O. de 2026
Marisa Reghini Ferreira Mattos	Conselheira	12.07.2023	A.G.O. de 2026
Ana Cristina Rosa Garcia	Conselheira	02.06.2023	A.G.O. de 2026
Membros Suplentes designados pela acionista Mapfre Brasil Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------
Membros Suplentes designados pela acionista BB Seguros Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa: Marcelo Lopes Lourenço -** Presidente da Mesa, Vice-Presidente do Conselho de Administração; **Sidney Rodrigues -** Secretário da Mesa, Membro do Conselho de Administração. **Acionistas: MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Diretor Vice-Presidente, **Sidney Rodrigues -** Diretor. **BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - Rafael Augusto Sperendio -** Diretor Vice-Presidente, **Marcelo Lopes Lourenço -** Diretor Gerente. **JUCESP nº 214.531/24-7 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.

(Subsidiária Integral)
CNPJ 01.378.407/0001-10 - NIRE 3530038149-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de setembro de 2023, às 17h00, na sede da **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.** ("Companhia" ou "ABS"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n. º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, que convidou o Sr. Juan Carlos Lanau Arilla para exercer a função de secretário. **ORDEM DO DIA: (i)** deliberar sobre o cancelamento da declaração do dividendo obrigatório aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 2023. **DELIBERAÇÕES:** A acionista única da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** Aprovar o cancelamento da declaração do dividendo obrigatório deliberada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 31.03.2023, de modo que o valor de tal dividendo, no montante de R$ 11.566.287,26 (onze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos), seja revertido e estornado à Reserva de Investimentos da Companhia, ficando sem efeito a declaração anteriormente aprovada e extinta a respectiva obrigação de pagamento da Companhia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 01 de setembro de 2023. **MESA: Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Diretor Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Diretor Vice-Presidente e Técnico. **ACIONISTA: BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. - Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Diretor Presidente, **Juan Carlos Lanau Arilla -** Diretor Vice-Presidente e Técnico. **JUCESP nº 211.465/24-0 em 27/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 03.095.453/0001-37 - NIRE 3530038969-7
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2023 - 9H30

Em vinte e oito de dezembro de 2023, às 09h30, ocorreu a reunião assíncrona, sob a presidência do Sr. Fernando Pérez-Serrabona Garcia, que convidou o Sr. Marcelo Lopes Lourenço para exercer a função de secretário, participando os conselheiros Sra. Ana Cristina Rosa Garcia, Sra. Marisa Reghini Ferreira Mattos, Sr. Rafael Augusto Sperendio, Sr. Santiago Javier Fernández Valbuena, Sr. Sidney Rodrigues e a Sra. Maria Leticia de Freitas da Costa. A convocação da reunião foi realizada por meio eletrônico, endereçada em vinte e três de dezembro de 2023 a cada um dos membros do Conselho de Administração. **01.** ELEIÇÃO: Os membros do Conselho de Administração, nos termos do art. 19, §2°, inciso x do Estatuto Social, aprovaram, com base na Carta Homologatória Eletrônica n° 181/2023/CGRAJ/DIR1/SUSEP, a eleição do Sr. Neudson Peres de Freitas, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob n° 936.631.536-49 e portador da cédula de identidade MG9350933 SSP/MG, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000, para membro e coordenador do Comitê de Auditoria, para cumprir mandato até 28.06.2026, em substituição ao Sr. Claudemiro Gomes da Silva Junior, cujo prazo de mandato se encerra na presente data. O membro ora eleito toma posse mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio. Em virtude da eleição ora deliberada, o Comitê de Auditoria da BB Mapfre Participações S.A. fica assim composto:

Nome	Cargo	Início do Mandato	Término do Mandato
Neudson Peres de Freitas	Coordenador	28.12 2023	28.06.2026
Heloisa Belotti Bedicks	Membro	28.04.2023	16.09.2025
Carlos Eduardo Gabas	Membro	29.08.2023	28.02.2026

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa: Fernando Pérez-Serrabona Garcia -** Presidente da mesa e Presidente do Conselho de Administração; **Marcelo Lopes Lourenço -** Secretário da Mesa e Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Demais Membros do Conselho de Administração: Sidney Rodrigues, Ana Cristina Rosa Garcia, Maria Letícia de Freitas Costa, Marisa Reghini Ferreira Mattos, Santiago Javier Fernández Valbuena, Rafael Augusto Sperendio. JUCESP nº 214.530/24-3 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF n.º 03.095.453/0001-37 - NIRE 3530038969-7
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2024

Data, Hora e Local: Em 14 de fevereiro de 2024, às 18h30, na sede social da **BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n. º14.261, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **Presença:** Presentes as acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Mesa:** Assumiu a presidência o Sr. Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou o Sr. Rafael Augusto Sperendio, para exercer a função de secretário. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: **(i)** acolhimento de renúncia de membro do Conselho de Administração; **(ii)** eleição de membro ao Conselho de Administração; e **(iii)** nomeação de Vice-Presidente ao Conselho de Administração. **Deliberações:** os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** Acolher a renúncia apresentada em 14 de fevereiro de 2024 pelo Sr. **Marcelo Lopes Lourenço** ao cargo de membro titular e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. **(ii)** Eleger, com efeitos a partir de 15/02/2024, com fulcro no Artigo 10, parágrafo único, inciso "xii" do Estatuto Social da Companhia, o Sr. **André Gustavo Borba Assumpção Haui,** brasileiro, bancário, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 1.734.046 SESP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 862.991.661-34, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP: 04794-000, designado pela acionista BB Seguros Participações S.A., para ocupar o cargo de membro titular do Conselho de Administração e complementar mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026. **(iii)** Nomear, com efeitos a partir de 15/02/2024, o Sr. **André Gustavo Borba Assumpção Haui,** acima qualificado, como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, o qual exercerá tal posição durante a vigência de seu mandato como membro do Conselho de Administração. Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia ficará, a partir desta data, assim composto:

Membros Titulares designados pela acionista Mapfre Brasil Participações S.A.	Cargo	Início do Mandato	Término do Mandato
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Presidente	01.01.2024	A.G.O. de 2026
Santiago Javier Fernández Valbuena	Conselheiro	28.04.2023	A.G.O. de 2026
Maria Letícia de Freitas Costa	Conselheira	28.04.2023	A.G.O. de 2026
Sidney Rodrigues	Conselheiro	28.04.2023	A.G.O. de 2026
Membros Titulares designados pela acionista BB Seguros Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
André Gustavo Borba Assumpção Haui	**Vice-Presidente**	**15.02.2024**	**A.G.O. de 2026**
Rafael Augusto Sperendio	Conselheiro	12.07.2023	A.G.O. de 2026
Marisa Reghini Ferreira Mattos	Conselheira	12.07.2023	A.G.O. de 2026
Ana Cristina Rosa Garcia	Conselheira	02.06.2023	A.G.O. de 2026
Membros Suplentes designados pela acionista Mapfre Brasil Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------
Membros Suplentes designados pela acionista BB Seguros Participações S.A.	**Cargo**	**Início do Mandato**	**Término do Mandato**
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------
Vago	Suplente	----------	----------

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa: Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Presidente da Mesa, Presidente do Conselho de Administração; **Rafael Augusto Sperendio -** Secretário da Mesa, Membro do Conselho de Administração. **Acionistas: MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Diretor Presidente, **Sidney Rodrigues -** Diretor; **BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., - Rafael Augusto Sperendio -** Diretor Vice-Presidente, **Marcelo Lopes Lourenço -** Diretor Gerente. **JUCESP nº 214.534/24-8 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.

(Subsidiária Integral)
CNPJ 01.378.407/0001-10 - NIRE 3530038149-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 31 de janeiro de 2024, às 14h00, na sede da **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.** ("Companhia" ou "ABS"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n. º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, que convidou o Sr. Juan Carlos Lanau Arilla para exercer a função de secretário. **ORDEM DO DIA: (i)** Deliberar sobre a renúncia aos dividendos mínimos obrigatórios oriundos do lucro social do período findo em 31 de dezembro de 2023. **DELIBERAÇÕES:** A acionista única da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(ii)** Aprovar a renúncia aos dividendos mínimos obrigatórios, oriundos do lucro social do período findo em 31 de dezembro de 2023, à conta de Reserva de Lucros da Aliança do Brasil Seguros S.A. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 31 de janeiro de 2024. **MESA: Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Diretor Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Diretor Vice-Presidente e Técnico. **ACIONISTA: BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. - Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Diretor Presidente, **Juan Carlos Lanau Arilla -** Diretor Vice-Presidente e Técnico. **JUCESP nº 213.982/24-9 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF n.º 03.095.453/0001-37 - NIRE 3530038969-7
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2024

Data, Hora e Local: Em 31 de janeiro de 2024, às 13h00, na sede social da **BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n. º14.261, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **Presença:** Presentes as acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Mesa:** Assumiu a presidência o Sr. Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou o Sr. Marcelo Lopes Lourenço, para exercer a função de secretário. **Ordem do Dia: (i)** Manifestar orientação de voto para que seja deliberada em Assembleia Geral da Aliança do Brasil Seguros S.A. a renúncia aos dividendos mínimos obrigatórios, oriundos do lucro social do período findo em 31 de dezembro de 2023, à conta de Reserva de Lucros da Aliança do Brasil Seguros S.A. **Deliberações:** os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: **(ii)** Manifestar-se favoravelmente para que seja deliberada em Assembleia Geral da Aliança do Brasil Seguros S.A. a renúncia dos dividendos mínimos obrigatórios, oriundos do lucro social do período findo em 31 de dezembro de 2023, à conta de Reserva de Lucros da Aliança do Brasil Seguros S.A. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa: Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração; **Marcelo Lopes Lourenço -** Secretário da Mesa e Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Acionistas: MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Diretor Presidente, **Sidney Rodrigues -** Diretor; **BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - Rafael Augusto Sperendio -** Diretor Vice-Presidente, **Marcelo Lopes Lourenço -** Diretor Gerente. **JUCESP nº 214.532/24-0 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Economia circular
Kim Fabri, da ERT Bioplásticos, prevê alta na produção de resina 100% biodegradável F2

Energia
Matriz elétrica diversificada e agenda verde impulsionam novos projetos F4

Negócios verdes
Jéssica Lopes comanda viveiro que fornece mudas para o Cerrado F6

Valor F
Quarta-feira, 26 de junho de 2024

Especial
Negócios sustentáveis

Círculo virtuoso

Gestão Brasil dá primeiros passos na regulamentação da economia circular, com propostas no Executivo e Legislativo e experiências no setor privado, mas esbarra nos custos e na falta de conhecimento

Andrea Vialli
Para o Valor, de Salvador

A transição da atual economia linear — baseada em extrair matérias primas da natureza, produzir bens, incentivar seu consumo e descartá-los ao fim de sua vida útil — para um modelo mais próximo da circularidade começa a ser entendida como uma ferramenta de competitividade para a indústria nacional. O tema está perto de ganhar seu primeiro marco regulatório no Brasil, com iniciativas no Executivo e no Legislativo e experiências mais concretas sendo colocadas em prática por empresas de diferentes segmentos.

Dados preliminares de uma pesquisa que está sendo realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), obtidos com exclusividade pelo **Valor**, mostram que, embora o termo "economia circular" ainda não seja familiar para 35% das empresas, algumas de suas práticas já são amplamente adotadas: 95% buscam otimizar os processos de produção, como reutilizar materiais na produção (59%); já 53% buscam melhorar a eficiência visando ganhos ambientais. O estudo, realizado com o apoio do Centro de Pesquisa e Inovação em Economia Circular da USP, busca mapear as práticas de economia circular na indústria brasileira e identificar desafios para a sua implementação.

As normas ISO 59004 de economia circular, publicadas em maio, foram utilizadas como referência para elaboração da pesquisa, prevista para ser finalizada no segundo semestre. Até o momento, foram ouvidas 139 empresas de pequeno, médio e grande porte, dos segmentos de transformação e construção, com índice de confiabilidade de 90% e margem de erro de 3,5% para mais ou para menos. A partir da sondagem, que deve alcançar uma amostra de 300 empresas, a CNI quer atuar para ampliar o conhecimento sobre o tema, a partir de uma visão de aumento de competitividade e de ganhos ambientais. "Precisamos ir além da noção comum de que economia circular é sinônimo de reciclagem e fortalecer os conceitos de que se trata de um novo modelo econômico", diz Davi Bomtempo, superintendente de meio ambiente e sustentabilidade da CNI.

A regulação é iminente. No âmbito do Executivo, três ministérios — Fazenda, Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) — trabalham na elaboração da Estratégia Nacional de Economia Circular, que buscará promover a transição do atual modelo linear para a lógica circular, com a implementação de um modelo de produção lastreado em upstream, ou seja, desde a etapa do design dos produtos e processos. Antes, em janeiro, o governo lançou o programa Nova Indústria Brasil (NIB), plano de ação com metas até 2026 voltado à neoindustrialização, que tem três das seis missões propostas relacionadas à economia circular. Em 2023, o Brasil passou a integrar a Coalizão de Economia Circular da América Latina e do Caribe, organização coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

> "Devemos ir além da noção de que economia circular é sinônimo de reciclagem"
> *Bomtempo*

No Legislativo, o Senado aprovou, em março, o Projeto de Lei 1.874/2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular e propõe, entre outros pontos, o estímulo e o financiamento à pesquisa, a promoção de processos destinados à adoção da circularidade na economia e a realização de compras públicas sustentáveis. O texto segue para a Câmara dos Deputados, com previsão de ser analisado em julho. "O cenário mudou completamente. Nos últimos anos, a indústria vinha adotando práticas circulares em caráter voluntário, mas isso tende a acelerar com um ambiente regulatório adequado, e estamos caminhando para isso", afirma Luiza Santiago, diretora executiva na América Latina da Fundação Ellen MacArthur, organização fundada em 2010 pela velejadora britânica de mesmo nome que dissemina o conceito da circularidade globalmente.

Três princípios resumem, grosso modo, a economia circular — a eliminação dos resíduos e da poluição; a manutenção dos materiais em uso por mais tempo; e a regeneração dos sistemas naturais, segundo a Fundação Ellen MacArthur. Combinados, podem ajudar a tornar o sistema econômico menos dependente da oferta de recursos naturais e menos intensivo em carbono. Embora o Brasil esteja atrasado com o marco regulatório — vizinhos como Chile e Colômbia lançaram antes arcabouços sobre o tema — tanto o PL 1.874/2022 quanto a estratégia nacional que está em construção pelo governo trazem uma visão atualizada sobre o tema. "Os textos estão alinhados e trazem um olhar para a descarbonização da indústria, da pauta de competitividade e da transição justa, incorporando o social", diz Santiago.

A Ambipar, que atua em gestão ambiental, mantém, há uma década, um centro de pesquisas, desenvolvimento e inovação dedicado à valorização de resíduos em Nova Odessa (SP). A empresa descobriu uma nova frente de negócios ao aplicar uma abordagem circular, criando produtos com maior valor agregado a partir deles — o chamado upcycling. Nos últimos dez anos, o centro permitiu à Ambipar registrar 23 patentes, publicar mais de 100 artigos científicos envolvendo pesquisas com materiais e implantar soluções em diversos países onde atua. Em 2023, a empresa fez a gestão de 3,8 milhões de toneladas de resíduos pós-indústria e pós-consumo, sendo que 88% receberam algum tipo de valorização, inseridos como matéria-prima para outras indústrias ou reciclados, compostados e utilizados para gerar energia.

Dos laboratórios do centro de pesquisas da Ambipar saíram produtos como o Ecosolo, um condicionador de solo elaborado a partir de resíduos da indústria de papel e celulose, registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Do colágeno descartado pela indústria farmacêutica na produção de cápsulas de medicamentos vieram produtos como o sabonete Collagen e bio cápsulas utilizadas em plantios e reflorestamento, que protegem sementes contra sol, insetos e permitem boa germinação em solos degradados; outro exemplo é o Ecoálcool, desenvolvido durante a pandemia de covid-19, a partir do reaproveitamento de resíduos do processamento de grãos e da indústria de bebidas para suprir a alta demanda por álcool para a desinfecção.

O desenvolvimento das soluções é feito junto aos clientes de forma customizada, mas o ganho de escala ainda esbarra em fatores econômicos. "Enquanto as indústrias considerarem apenas o fator custo, ainda veremos muito resíduo com potencial indo parar em aterros", diz Rafael Tello, diretor de sustentabilidade da Ambipar.

Outra barreira é o que ele chama de "competição injusta" entre os preços dos materiais virgens e dos reciclados — esses podem estar sujeitos à bitributação e à flutuação dos preços no mercado, que obedece às leis de oferta e demanda. Um exemplo é PET: entre julho de 2022 a julho de 2023 a resina virgem teve queda no preço de 31%, enquanto o preço da resina reciclada caiu 13,5%, segundo dados da MaxiQuim, consultoria especializada na indústria química. Tornar as abordagens circulares mais competitivas passa pelo incentivo à pesquisa e inovação, parcerias com universidades para desenvolvimento em materiais e a aplicação de dispositivos de valorização de resíduos previstos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, como o aumento dos percentuais de matéria-prima reciclada nas embalagens.

Mudar o paradigma industrial do linear para o circular não é uma transição rápida, mas está acontecendo, na visão de André Melo, responsável pelo grupo de trabalho de Economia Circular do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds). O GT reúne 40 empresas, de setores diversos como mineração, papel e celulose e alimentos, com produção de conhecimento e capacitações para que os modelos de negócios circulares se tornem regra, e não exceções, nas empresas.

> "[Práticas circulares] tendem a acelerar com um ambiente regulatório"
> *Luiza Santiago*

O grupo também colabora com a formulação do marco regulatório e trouxe subsídios para a estratégia nacional de economia circular, no âmbito do Mdic. "As empresas buscam estudos de casos e referências de aplicação, porque ainda é um tema novo, mas que ganha força à medida que novos hábitos de consumo se estabelecem na sociedade", diz Melo.

Práticas de Economia Circular na indústria brasileira*

35% das empresas consultadas não estão familiarizadas com o termo "Economia Circular"

95% buscam otimizar os processos de produção para evitar desperdícios

59% buscam reutilizar materiais na produção

53% buscam melhorar a eficiência com ganhos ambientais

Oportunidades para a AL e Caribe**

49% é a queda estimada nas emissões globais de gases de efeito estufa pela adoção de práticas de economia circular na produção de alimentos até 2050

4,8 milhões de empregos é quanto a economia circular aliada à transição energética podem gerar na América Latina e Caribe até 2030,

US$ 10 bilhões é a estimativa de ganhos com a substituição de 20% das embalagens de uso único por alternativas reutilizáveis

Fontes: OIT e*Pesquisa CNI/USP, dados preliminares - 139 empresas consultadas, margem de erro de 3,5% para mais ou para menos, 90% de confiabilidade.**"Economia circular na América Latina e no Caribe - Uma Visão Compartilhada", Fundação Ellen MacArthur

CAIO MARTINELLI/VALOR

Economia circular Decisões tomadas nas fases de concepção, projeto e design determinam cerca de 80% dos impactos ambientais de um produto

Empresas ampliam olhar sobre início do processo produtivo

Andrea Vialli
De Salvador

A etapa upstream, que inclui o início da cadeia produtiva de um determinado produto, é fundamental para que a abordagem circular seja bem-sucedida: de acordo com a Fundação Ellen MacArthur, são as consequências das decisões tomadas nas fases de concepção, projeto e design que determinam cerca de 80% dos impactos ambientais de um produto. Os marcos regulatórios atualmente em construção no Brasil devem enfatizar esse olhar, que já começa a guiar a formatação de novos negócios. "Estamos trazendo o upstream para o coração da discussão", diz Luiza Santiago, diretora executiva na América Latina da Fundação Ellen MacArthur.

Um exemplo é o desafio proposto em 2022 pela fundação à indústria alimentícia e ao varejo, que busca redesenhar produtos alimentícios a partir de uma abordagem circular. A iniciativa reuniu 71 empresas participantes — de startups a gigantes da indústria — e resultou em 168 ideias de novos produtos, que estão sendo colocadas em prática este ano. No Brasil, o grupo Carrefour entrou como apoiador do desafio em janeiro, e a ideia é oferecer espaço nas gôndolas para os futuros produtos alimentícios circulares que virão. Outras quatro startups de alimentos foram selecionadas — todas trabalhando com produtos da biodiversidade brasileira e sistemas produtivos orgânicos ou regenerativos.

É o caso da startup paraense Horta da Terra, que produz alimentos liofilizados a partir de Panc (plantas alimentícias não convencionais), cultivadas em sistemas de agricultura regenerativa. "A ideia é usar um blend de ingredientes amazônicos para produzir 'shots' saudáveis, valorizando a biodiversidade brasileira e a agricultura familiar", diz Bruno Kato, CEO da Horta da Terra.

No campo das embalagens, as abordagens circulares também começam a ganhar espaço. "Da planta à planta" foi o conceito que norteou o negócio da startup ERT Bioplásticos, inaugurada em 2021, em Curitiba, com a aquisição de uma tecnologia de produção de biopolímero a partir da fermentação da cana-de-açúcar, patenteada pela Universidade da Carolina do Sul.

> "Marcas estão preocupadas com a redução do impacto dos resíduos"
> *Kim Fabri*

A empresa desenvolveu uma resina 100% biodegradável que, ao fim de sua vida útil, pode passar por compostagem junto a outros materiais orgânicos e ser convertida em adubo, fechando o ciclo por completo e dando uma resposta ao interminável problemas dos plásticos de uso único. O bioplástico, utilizado na fabricação de itens descartáveis como copos, canudos, talheres, sacolas, sacos de lixo e embalagens de suplementos alimentares, foi rapidamente aceito no Brasil e em outros países da América Latina, com clientes como iFood, Nestlé e Havaianas. Isso levou a empresa a acelerar a expansão. No próximo semestre, inaugura a segunda fábrica em Manaus (AM), para atender o mercado nacional, especialmente as empresas do polo industrial, que são as grandes usuárias de plástico, diz Kim Fabri, CEO da ERT Bioplásticos.

Um dos impulsionadores de seu negócio é o aumento das legislações que restringem ou banem o plástico de origem fóssil para alguns usos. Mas Fabri vê também uma pressão dos consumidores sobre as empresas. "Dobramos o volume de produção de 2023 para cá, inclusive para aplicações onde não havia tanta demanda. Grandes marcas estão preocupadas com a redução do impacto dos resíduos plásticos", afirma. Juntas, as unidades de Curitiba e Manaus terão capacidade de produção estimada em 7 mil toneladas de resina ao ano. O mercado de biopolímeros, que cresce globalmente a taxas de 25% ao ano, tem atraído a atenção de investidores: a ERT Bioplásticos já recebeu aportes do Positivo Tecnologia e da XP Private que somam mais de R$ 80 milhões.

DIVULGAÇÃO
Agera, da Vale, atua para ampliar o uso de sua areia sustentável, gerada a partir de rejeitos da extração de minério de ferro

Elevar a aplicação do conceito de circularidade na construção civil é uma das apostas da Agera, frente de negócios criada pela Vale em 2022 para desenvolver e ampliar o uso de sua areia sustentável, produzida a partir do tratamento dos rejeitos gerados pelas operações de extração de minério de ferro. O produto, composto basicamente por sílica e óxidos de ferro, ganha aceitação na construção civil e na pavimentação de rodovias.

"Na produção de concreto, normalmente o metro cúbico contém até 5% de materiais circulares e, com a introdução da areia sustentável, conseguimos triplicar esse número", diz Fábio Cerqueira, CEO da Agera. A expectativa é combinar o material com outros produtos que apresentam o mesmo conceito para elevar a 40% o percentual de insumos circulares na composição dos concretos.

A areia sustentável começou a ser produzida pela Vale em 2021, após sete anos de pesquisa, dada a necessidade de reduzir o volume de rejeitos armazenados em barragens. Com o lançamento da Agera, o negócio ganhou escala, com 2,1 milhões de toneladas movimentadas pelas duas empresas. Hoje, as vendas já estão em patamares de 100 mil toneladas por mês e a expectativa é chegar até 2025 comercializando 2,8 milhões de toneladas por ano. Com sede em Nova Lima (MG), a empresa investe ainda em pesquisa e desenvolvimento de novas aplicações para a areia, que pode entrar como insumo em produtos de cerâmica vermelha, como tijolos e telhas, e também em tintas e revestimentos.

Embalagens flexíveis entram no radar de companhias

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

Algumas empresas estão assumindo a tarefa de reciclar materiais que, que em razão da composição, dificuldades logísticas ou falta de mercado, acabam sendo poucos reciclados. A Yattó investe na transformação das embalagens pós-consumo de plástico flexível. O material está entre os mais abundantes entre os encaminhados às cooperativas de reciclagem, mas é dos menos reciclados, porque as embalagens chegam sujas e misturadas a outras de materiais diferentes, além de pesarem pouquíssimo, sendo necessárias cerca de 20 mil unidades para formar um fardo de 100 quilos — o mínimo exigido para ser comercializado. São na maioria pacotes de salgadinhos, chocolates, biscoitos, cafés, rações para animais, sachês e refis de produtos de limpeza.

Segundo Aline Souza, diretora-presidente da Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CentCoop-DF), as embalagens de plástico flexível constituem 30% dos rejeitos, ou seja, um terço de tudo o que chega às cooperativas e não é aproveitado, por inviabilidade logística e econômica. "Sabemos que é possível usar esse material na produção de madeira plástica, mas a máquina custa cerca de R$ 2 milhões. Não temos o dinheiro, então, acabamos enviando até 150 toneladas por mês de embalagens flexíveis para a incineração", diz a ativista.

Taxas de reciclagem
Principais materiais reciclados no Brasil - em %

Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre)

A Yattó, que dispõe da tecnologia, conseguiu, por meio de parceria com a Nestlé, destinar 199 mil embalagens de chocolate descartadas no festival The Town, em 2023, para a transformação em móveis de madeira plástica, doados a instituições que ajudam pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade. Para o desenvolvimento da reciclagem desse tipo de resíduo, a Yattó conta com apoio de Melitta, Cargill, Pepsico, Ajinomoto, Electroplastic, Converplast e Zaraplast. A empresa, fundada em 2015 por Luiz Otávio Grilo, Alexandre Galana e Leonardo Lopes, diz que seu crescimento anual médio tem sido de 170%, atingindo a receita de R$ 8 milhões em 2023.

Com sede em Jaguariúna (SP), a empresa atua nacionalmente com 130 cooperativas parceiras e 3,5 mil pontos de entrega voluntária. Segundo Grilo, desde o início das operações, a Yattó destinou R$ 1 milhão para catadores. "Reciclamos o equivalente a 1 bilhão de embalagens, antes tratadas como rejeitos, e agora transformadas em telhas ecológicas, bancos de madeiras plásticas, tampas de produtos e sacos de lixo ecológicos", diz.

Outra empresa que foi buscar, em um nicho específico, ser parte da solução, é a Rafa Resolve, que implementou em 2022 um sistema de logística reversa de sacarias pós-consumo na construção civil que já recolheu e destinou para a reciclagem mais de 3 milhões de sacos, quantidade que representa o volume de 450 toneladas de embalagens. A dificuldade em reciclar esses materiais começa na separação, já que em geral são misturados aos demais resíduos em canteiros de obras, ainda com restos de cimento, cal e argamassa.

DIVULGAÇÃO

> "É possível usar [embalagens flexíveis] na produção de madeira plástica, mas a máquina custa R$ 2 milhões"
> *Aline Souza*

"Treinamos os trabalhadores, para que façam a triagem corretamente, e desenvolvemos tecnologia para retirar os contaminantes do material", explica Rafael Teixeira, presidente da Rafa Resolve. A empresa capta, armazena e envia as embalagens para a Recigreen, que as transforma em celulose reciclada, usada na fabricação de telhas de fibrocimento.

"Sabemos que a construção civil gera mais da metade dos resíduos sólidos urbanos no Brasil. Então, fazemos nossa parte, na iniciativa que já evitou que cerca de 1 mil toneladas de CO_2 chegassem à atmosfera. A meta é reciclar 150 milhões de sacos até 2030, o que vai poupar emissões da ordem de 50 mil toneladas de gases do efeito estufa (GEE)", diz Teixeira.

E ainda mais incomum é o nicho no qual decidiu investir a Poiato Recicla, que desde 2017 registra já ter coletado e reciclado 300 milhões de bitucas de cigarro, que são transformadas em papel. O material, em formato de placas de celulose, é doado a instituições e escolas, e usado para a fabricação de peças artesanais e geração de renda. Com 8 mil coletores instalados em empresas de todo o Brasil, a Poiato foi idealizada e é comandada por Marcos Poiato.

"Sempre fiquei incomodado com o mau hábito dos fumantes de jogar a bituca de cigarro no chão. Quando atiradas pela janela do carro, as bitucas causam cerca de 30% dos incêndios florestais. No dia a dia poluem solo e cursos d'água. Sabemos que meia bituca, quando ingerida, é capaz de matar um animal marinho", cita Poiato.

A empresa processa mensalmente 1,5 tonelada de material, equivalente a cerca de 4 milhões de bitucas. Sediada em Votorantim (SP), a empresa tem como clientes a Pfizer e Hyundai, que pagam pela coleta e transformação dos resíduos. E há 22 universidades parceiras, entre elas a Universidade de Brasília (UnB), que desenvolveu a fórmula do composto que permite eliminar os contaminantes do material, resultando na massa de celulose limpa.

Demanda e preço podem elevar taxa de reciclagem no país

De São Paulo

Se há demanda pelo material, ele alcançará bom preço e será reciclado. Ainda falta estruturação na cadeia de logística reversa, principalmente pós-consumo, mas surgem caminhos para aumentar o índice brasileiro de reciclagem, há anos estacionado na casa dos 5%. O exemplo de maior sucesso é o das latinhas de alumínio, cujo índice de reciclagem bate nos 100%. Já o vidro chega apenas a 25% de reciclagem, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro).

A entidade leva em consideração no cálculo o total fabricado no país e as embalagens pós consumo compradas pela indústria, contrapondo o índice divulgado pelo governo, de 11% de reciclagem, que considera o total de vidro consumido no país, incluindo produtos importados que chegam embalados. A lista de entraves ao aumento da reciclagem do vidro inclui a fragilidade do material, que quebra, causando acidentes, além do problema do peso, que dificulta o transporte e, claro, vale pouco, embora seja 100% reciclável. Ao contrário do plástico e do papel, que perdem qualidades físicas quando reciclados muitas vezes, o vidro mantém as propriedades.

"A matéria-prima para a fabricação do vidro é a areia, barata; já a bauxita, a base do alumínio, é extraída da crosta terrestre em processos complicados e caros, portanto, reciclar alumínio vale mais a pena", analisa Rodrigo Oliveira, CEO da GreenMining, que desde 2018 atua na logística reversa de embalagens pós-consumo. Até hoje coletou e destinou à reciclagem 7,9 milhões de quilos de materiais, evitando 1,3 milhões de quilos de CO_2.

Nas Estações Preço de Fábrica, a empresa compra materiais dos catadores de recicláveis pagando preços maiores do que os praticados por sucateiros. No modelo de negócio, a logística reversa (LR) é custeada pelo fabricante, como determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010.

"A PNRS prevê 30% de LR, estamos em 5% de índice de reciclagem (com produção de 80 milhões de toneladas de resíduos). A meta para 2040 será 50%. Avançamos aos poucos, com novas regulações e mais conscientização da sociedade. Em 2021, quando inauguramos a unidade de Carapicuíba, fizemos uma pesquisa com 25 catadores e 24 não trabalhavam com vidro. Apenas uma catadora lidava com o material, recebendo R$ 0,06 pelo quilo. Nós chegamos pagando de R$ 0,30 a R$ 0,60. Hoje, 400 pessoas entregam vidro ali. É uma vitória", avalia Oliveira.

Tabela de preços
Valores pagos pelos recicláveis*

Material	Em R$/quilo
Vidro verde	0,30
Vidro âmbar	0,65
Vidro transparente	0,65
Papel branco	0,75
Cartolina / papel cartão	0,62
Papelão	0,45
Plástico PET verde, transparente e azul (água mineral)	3,35

Fonte: GreenMining. *Cotações de junho de 2024

A Owens-Illinois (O-I), presente em 19 países e entre as gigantes na fabricação de embalagens de vidro, tem procurado promover a LR do material pós-consumo. Segundo Alexandre Macário, gerente do departamento de economia circular da O-I, a meta da companhia é atingir 50% de uso de cacos como matéria-prima para a produção de novas embalagens até 2030.

Entre os avanços, a empresa instalou, em parceria com a Heineken e o Grupo Seiva, 143 máquinas trituradoras de vidro em bares e restaurantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, para facilitar o armazenamento e transporte dos cacos até as fábricas. O plano é ampliar para 763 máquinas até 2025 e coletar 115 mil toneladas de vidro, permitindo a redução de 61 mil toneladas de CO_2 em cinco anos. "Cada tonelada de vidro reciclado evita a extração de 1,2 tonelada de matérias-primas virgens, como areia, calcário e barrilha", diz Macário.

"O foco precisa estar no preço do reciclável e na estruturação da cadeia de LR", aponta a professora Roberta de Castro Souza Pião, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP). "Porém, o alto grau de informalidade na área torna tudo mais complicado." Para resolver o problema, ela afirma que é preciso avançar na questão tributária. "Há bitributação: o agente econômico paga imposto pelo material original e também pelo reciclado. Isso desincentiva o uso de materiais reciclados no processo produtivo", diz. *(LHC)*

Fontes limpas Soluções detectam problemas, reduzem custos e emissões de poluentes globais

Matriz elétrica diversificada e agenda verde impulsionam novos projetos

Roberto Rockmann
Para o Valor, de São Paulo

A diversificação da matriz elétrica e a agenda de descarbonização das empresas no contexto do Acordo de Paris têm feito muitos novos negócios e empresas surgirem no setor de energia. Esse cenário ganha impulso com o aumento de usinas solares e eólicas e a geração descentralizada pela instalação de painéis fotovoltaicos em residências e indústrias.

Em 2015, o setor começou a assistir a uma forte migração de empresas para o mercado livre, diante da alta de tarifas no mercado cativo e a interligação de Manaus ao Sistema Interligado Nacional (SIN). As empresas da Zona Franca de Manaus puderam se tornar livres. Os engenheiros Raphael Guimarães e Pedro Bittencourt cursavam doutorado quando decidiram criar a Green Ant, uma startup cujo propósito era deixar a medição de energia mais transparente, dando visibilidade em tempo real do quanto foi consumido.

Para viabilizar, recorreram no início a capital de investidores anjos por meio da plataforma Eqseed, totalizando R$ 1,6 milhão e 12,5% de participação na empresa. Com o dinheiro, desenvolveram um medidor inteligente que, conectado a uma plataforma on-line, permite que o usuário monitore os aparelhos de maior consumo e faça a gestão do gasto em tempo real.

Nos shoppings, os aparelhos de ar-condicionado são os grandes vilões da conta de energia, podendo representar mais de 10% dos custos totais. "Buscamos por meio de softwares identificar anomalias no equipamento e com isso podemos chegar a reduções de 5% no uso de um ar-condicionado. Faz-se um monitoramento contínuo dos equipamentos para identificar o que pode estar fora do ponto ótimo", diz Bittencourt.

A empresa desenvolveu uma plataforma customizada com alertas, relatórios e com algoritmo de alto nível, tanto para detecção de anomalias, como para otimização de contratos de energia. A companhia também está de olho em grandes empresas que buscam reduzir a emissão de poluentes globais com a eletrificação de suas frotas.

Nesse caso, o desafio é otimizar a recarga dos veículos elétricos. Se todos forem ligados em qualquer horário, pode haver impactos sobre a rede. "Pode-se fazer uma melhoria operacional para o escalonamento da recarga, para que não se supere a demanda contratada", diz. A Ambev é uma das clientes da empresa, que também começa a avaliar a aplicação de baterias no setor.

Nos últimos dez anos, uma das maiores revoluções do setor elétrico veio do sol. A queda dos custos de instalação de painéis fotovoltaicos, subsídios para o segmento e a busca pelo apelo ambiental da fonte fizeram a geração distribuída (GD) solar chegar a 30 GW de capacidade neste ano, duas vezes e meia a potência da hidrelétrica de Itaipu, a segunda maior do mundo. Para avançar no segmento da GD compartilhada, surgiu a Sun Mobi, que vende clube de assinatura de energia solar.

A intenção inicial era buscar residências, mas a empresa tem voltado o foco para o pequeno comércio e a indústria, que gastam mais de R$ 3 mil mensais com a conta de luz. Até uma igreja é cliente do serviço. Recentemente, a empresa se tornou pioneira em oferecer a GD compartilhada na região metropolitana de São Paulo, em que o preço dos terrenos e a disputa por eles têm dificultado o avanço dela.

"Encontramos um galpão em Cajamar, na região metropolitana de São Paulo, e conseguimos fazer uma instalação de 2,5 MW voltados para consumidores da cidade, mas tivemos de fechar a venda em três semanas, porque a procura foi muito grande", diz Alexandre Bueno, sócio-fundador da empresa, que possui sete anos de operação no mercado de energia solar no Brasil, com usinas fotovoltaicas conectadas nos sistemas de distribuição da CPFL Piratininga, da CPFL Paulista, da Enel e da Elektro no Estado de São Paulo, além de dois empreendimentos conectados na Copel, no Paraná.

Ao todo, as usinas da Sun Mobi atendem 473 municípios em São Paulo e 395 no Paraná. "Estamos buscando identificar outros locais na Grande São Paulo. Também estamos analisando a área de São José dos Campos (SP) e de Guarulhos (SP)", diz Bueno.

30 GW
é a capacidade instalada de geração distribuída no Brasil

DIVULGAÇÃO

Alexandre Bueno, da Sun Mobi: pioneira em oferecer Geração Distribuída compartilhada na região metropolitana de SP

Regulação e subsídios impõem desafios ao H2V

De São Paulo

Considerado um dos potenciais combustíveis da descarbonização, o hidrogênio verde ainda tem um longo caminho a percorrer no Brasil e no mundo para se tornar viável. Estudo da BloombergNEF projeta o país como um dos únicos capazes de oferecer hidrogênio verde a um custo inferior a US$ 1 por quilo até 2030. Para atingir tal objetivo, o país terá de enfrentar desafios internos e externos. O primeiro é no Legislativo.

Está em discussão em Brasília um projeto de lei para fixar a regulação e os subsídios sobre o energético. Ainda se discute se o hidrogênio de baixo carbono será o fabricado a partir de fontes como eólicas e solares ou se as hidrelétricas também poderão integrar. A subvenção também está em debate e se ela fará parte da política de neoindustrialização do país.

"É importante ter um marco regulatório para a segurança jurídica. O Brasil tem condições de liderar o processo. A escala é fundamental, como ocorreu com o etanol", afirma o presidente da thyssenkrupp, Paulo Alvarenga.

A discussão sobre o marco regulatório e os subsídios coincide com sinais no exterior de que o otimismo inicial sobre o combustível está menor do que era. Estudo da Agência Internacional de Energia (AIE), estima que a capacidade esperada de energia renovável para a produção de hidrogênio deve crescer 45 GW entre 2022 e 2028, 35% abaixo da previsão de um ano atrás, apenas 7% da capacidade prometida para o mesmo período e um décimo da soma das metas governamentais para 2030.

Segundo a AIE, cerca de 75% da capacidade esperada está baseada em três países — China, Arábia Saudita e Estados Unidos. Estudo da BNEF aponta que mais de 1,6 mil projetos em todo o mundo têm potencial para produzir 65 milhões de toneladas por ano de hidrogênio com baixo teor de carbono até 2030. Destes, no entanto, apenas 477 deverão estar operacionais no período e podem produzir um total de apenas 16,4 milhões de toneladas por ano do combustível.

O segundo desafio tem a ver com o impacto sobre a transmissão. Em apenas um Estado, o Piauí, existem 11,6 GW de projetos de hidrogênio verde. Se todos saíssem, isso seria 70% do consumo de ponta da região Nordeste. Para serem rentáveis, os projetos precisam gerar quase todo o tempo, o que implicaria reforço em subestações e linhas de transmissão. "Quem vai bancar essa conta? O consumidor brasileiro paga um produto exportado ou o hidrogênio será usado no Brasil?", questiona Rosana Santos, diretora-executiva do Instituto E+ Transição Energética.

Além dos desafios internos, há outras barreiras. O custo ainda é alto da tecnologia, inclusive em um momento em que os países desenvolvidos convivem com um cenário que combina inflação e juros altos e orçamentos públicos com déficits crescentes. A guerra entre Ucrânia e Rússia e a guinada à direita no Parlamento Europeu podem pressionar as subvenções de países europeus à tecnologia.

Estimativas da Argus Media apontam que o custo de produção de hidrogênio verde ainda é cerca de US$ 5 por quilograma mais elevado do que o do cinza (a partir de gás), tornando a sua produção três vezes mais cara.

A certificação mundial é outra discussão que começa a ganhar corpo em meio a uma disputa comercial entre países para liderar a corrida tecnológica. Há debates sobre se apenas novos projetos poderiam obter aval ou se ele servirá também para modernização de plantas já existentes e que rodavam com tecnologias antigas e mais poluentes.

Outro grande desafio é o transporte, que pode ser feito de três principais formas: como gás (comprimido, tipicamente), liquefeito ou através de um outro produto químico (um carrier), como amônia ou metanol. Na Europa, gasodutos com cerca de 28 mil quilômetros poderiam escoar o novo energético até 2030, mas apenas 30 quilômetros estão em construção. A União Europeia estimava 40 GW de capacidade de eletrolisadores na Europa até 2030, mas, atualmente, só existe cerca de 1 GW disponível a nível mundial. *(RR)*

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"É importante ter um marco regulatório para a segurança jurídica" *Paulo Alvarenga*

Processo produtivo

Como é obtido o hidrogênio verde?

O hidrogênio é um gás presente na **água, no oxigênio e em outros elementos químicos** essenciais para a vida na Terra

O grande diferencial do novo processo é que são utilizadas **fontes de energias renováveis para a produção do hidrogênio verde, como energia solar, eólica, fotovoltaica, biogás**

A produção do hidrogênio verde é realizada por meio da eletrólise, um processo em que são utilizadas **correntes elétricas para separar o hidrogênio do oxigênio na água**

Etapas

Curiosidades

O hidrogênio é o elemento químico que mais **existe na natureza**

O hidrogênio verde é uma fonte de energia limpa que só emite vapor de água e **não deixa resíduos no ar, ao contrário do carvão e do petróleo**

Pode ser utilizado não somente como combustível no setor de transportes, mas também como **matéria-prima para produtos em outros setores, por exemplo, amônia verde**

Fonte: Departamento de Energia dos EUA e Wood Mackenzie

Inovações baixam custos com eletrólise

De São Paulo

A expectativa de que o hidrogênio verde possa ganhar espaço com a descarbonização tem feito investimentos serem direcionados para inovações ao longo da cadeia, a fim de reduzir o custo da tecnologia. Um ponto de atenção são os eletrolisadores, o coração dos projetos. Para entender essa afirmação, é preciso analisar a produção do hidrogênio verde, obtida por meio da eletrólise, um processo em que são usadas correntes elétricas para separar o hidrogênio do oxigênio na água.

Apesar do crescente interesse por hidrogênio verde, o custo dos eletrolisadores, os dispositivos utilizados para o produzir, tem subido, segundo estudo da BloombergNEF. O custo médio aumentou 57% em comparação com 2022, alta atribuída à inflação e a atrasos em políticas de subsídios, impedindo os fabricantes de eletrolisadores de obterem economias de escala. Nesse contexto, há uma corrida para se buscar reduções nos próximos anos.

Um dos destaques nas inovações são os EUA, que buscam atender à meta do Departamento de Energia, que estabeleceu que pretende ter uma capacidade de produção de eletrolisadores de 10 GW em 2030, para que o país possa abater 100 milhões de toneladas de dióxido de carbono. Para atingir o objetivo, a queda do custo dos eletrolisadores é essencial.

De acordo com a Agência Internacional para as Energias Renováveis, os custos de investimento para instalações de eletrolisadores podem ser reduzidos em 40% a curto prazo e 80% a longo prazo a partir de melhorias, economias de escala, substituição de materiais escassos por metais abundantes e aumento da eficiência.

Nos EUA, a Electric Hydrogen Co. (EH2) inaugurou uma fábrica com capacidade de produção anual de 1,2 GW com fabricação dos eletrolisadores de 100 MW. A empresa quer reduzir o custo do hidrogênio verde por meio de economias de escala e sistemas modulares. Também anunciou com a AES um acordo para fornecer até 1 GW de plantas de eletrolisadores em grande escala para produzir hidrogênio verde de baixo custo a partir de energia renovável.

Outra americana, a Power to Hydrogen, anunciou, em parceria com o porto de Antuérpia, na Bélgica, a instalação de uma pilha de eletrolisadores a partir de membranas inovadoras. A ideia é utilizar o ambiente portuário para testar projetos inovadores em transição energética. Os eletrolisadores têm uma pilha específica de tecnologia em seu centro, na qual a água é dividida em hidrogênio e oxigênio. Isso consiste em placas bipolares e membranas plásticas e está entre os principais fatores de custo em cada planta de eletrólise.

A empresa pretende acelerar a adoção do hidrogênio verde por meio da eletrólise feita por membrana de permuta aniônica. Hoje um grande empecilho à viabilização comercial é que a maioria dos processos para o desenvolvimento do hidrogênio verde usa membranas que permitem a passagem dos núcleos de hidrogênio na eletrólise. Elas são caras, pois utilizam o metal nobre platina nos eletrodos e titânio na placa de separação. A ideia é usar membranas que dispensam metais.

No Brasil, a Coppe/UFRJ inaugurou planta piloto de produção de hidrogênio verde. A iniciativa é uma parceria com a Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável. O projeto envolve a produção de hidrogênio a partir da eletrólise da água, usando energia fotovoltaica, e o seu uso em processos industriais, em bicicletas movidas a hidrogênio e em pilhas a combustível de óxido sólido. A planta de produção de hidrogênio verde utiliza nove eletrolisadores com membrana de troca aniônica, capazes de gerar 8,6 kg de hidrogênio por dia. *(RR)*

Economia circular Apetite por investimentos de impacto é um estímulo adicional às práticas verdes

Leis mudam cultura de negócios na Europa

Vívian Soares
Para o Valor, de Barcelona

Berço do marco regulatório mais rigoroso e amplo sobre economia circular, a Europa vem liderando a transformação do panorama global de negócios sustentáveis. Desde a aprovação do European Green Deal (em português, Pacto Ecológico Europeu), em 2020, o ecossistema empresarial dos países-membros da União Europeia vem ganhando novos contornos, apoiado por um avançado arcabouço jurídico e pelo apetite por investimentos de impacto.

Essa mudança de cultura de negócios é impulsionada também pela pressão social e por uma avaliação de riscos pragmática, que vê a economia circular como uma oportunidade para reimaginar o modelo tradicional, dependente de fontes fósseis. "Em um contexto de riscos, faz sentido para o negócio optar por um modelo circular, que não fique refém da disponibilidade de matéria-prima virgem", explica Jocelyn Blériot, líder executivo de política e instituições da Ellen MacArthur Foundation. Desde 2012, a fundação publica relatórios que comprovam que esse modelo promove a redução de custos materiais, e o defendem para o futuro de setores como plástico e têxtil.

A transformação não vem ocorrendo apenas em empresas que nascem sustentáveis, mas também em gigantes de setores como o energético e o automobilístico. "Muitas empresas maduras estão investindo em projetos circulares que são lucrativos, apesar de ainda não representarem uma grande fatia da operação", diz Blériot.

Na fronteira da inovação estão as iniciativas de regeneração, que se dedicam a não somente reduzir o impacto negativo do negócio, mas a gerar um efeito positivo. Desirée Knoppen, head do Hub de sustentabilidade da EADA Business School, cita como exemplos empresas que capturam gases de efeito estufa e os convertem em polímeros que substituem o plástico, marcas de moda baseadas no pós-consumo e projetos de mineração urbana, que recuperam metais como o lítio de celulares usados para retorná-los à cadeia de produção de eletrônicos.

DIVULGAÇÃO

Begoña de Benito, da Ecoembes: nova etapa para oferecer uma solução integral de reciclagem não somente doméstica, mas também comercial e industrial

"Na economia circular, há dois tipos de desafio: os relacionados com a mudança de mentalidade e inovação em modelo de negócio, que afetam menos as empresas jovens, e os desafios de logística reversa, que são transversais e mais ligados às cadeias de reciclagem, redistribuição e remanufatura", diz Knoppen.

Ainda que a UE seja referência global em cadeias de reciclagem, implementar a circularidade a nível europeu é um desafio, pois ainda há muita desigualdade entre os países-membros. Em alguns casos, a iniciativa privada atua para cobrir deficiências do setor público, como foi o caso da Espanha, onde um consórcio de empresas do setor privado fundou, em 1997, a Ecoembes, especializada em coleta seletiva e reciclagem.

Begoña de Benito, diretora de relações externas da organização, explica que, na época, não existia consciência ambiental nem a infraestrutura necessária para reciclagem, e que tudo começou do zero. A empresa buscou financiamento, fechou acordos com órgãos públicos e investiu em projetos de conscientização para viabilizar o negócio, conseguindo posicionar a Espanha como um dos dez países que mais reciclam em toda a UE. Além da reciclagem, a Ecoembes criou o primeiro centro de inovação em economia circular do continente e quer oferecer soluções alinhadas com as novas responsabilidades do marco europeu. "Acabamos de iniciar uma nova etapa para oferecer uma solução integral de reciclagem não somente doméstica, mas também comercial e industrial", diz.

Iniciativas como a Ecoembes são impulsionadas por empresas que buscam atender aos requisitos legais, mas que encontram gargalos estruturais que dificultam o cumprimento de suas metas socioambientais. Esse é um dos grandes fatores que levam à criação das novas empresas circulares, segundo Ana Delgado e Marina Raposo, líderes do Impact Hub, rede de impacto e inovação presente em mais de 60 países e que oferece programas de incubação e aceleração para empresas comprometidas com a sustentabilidade. "As empresas de impacto nascem para enfrentar desafios sociais e ambientais que não se resolvem sozinhos, ou que não foram solucionados por outros agentes, mas que frequentemente são rentáveis", afirma Ana.

A viabilidade econômica se justifica também com a crescente disponibilidade de fundos públicos europeus para projetos circulares, assim como o interesse dos investidores privados. Apenas na Espanha, o investimento de impacto cresceu 58% em 2022, capitaneado pelos fundos de capital privado, movimentando mais de 1,7 bilhão em ativos, segundo estudo realizado pela escola de negócios ESADE.

O cenário é animador, mas ainda há muito a ser feito nos Estados-membros, segundo Blériot, especialmente em relação a incentivos fiscais. "Atualmente, a estrutura de custos ainda favorece o modelo linear vigente, com isenções para a cadeia do petróleo, por exemplo. É por isso que defendemos mudanças na legislação, com condições fiscais que favoreçam a circularidade", diz. Ele cita projetos pontuais, como o da Suécia, que reduziu os impostos para serviços de reparo, com o objetivo de desencorajar o consumo excessivo, e o da França, que criou um fundo público para apoiar consumidores que queiram reparar produtos usados.

Além dos países do bloco, a UE também tem feito um esforço para engajar outros mercados e alinhar práticas sustentáveis globalmente. O objetivo é não somente garantir que a Europa seja uma região com zero emissões líquidas até 2050, mas que os produtos importados de outros países também tenham baixa intensidade em carbono, conforme prevê o Mecanismo de Ajuste em Fronteira por Carbono, em vigor a partir de 2026. Um dos atores-chave é o Banco Europeu de Investimento, que nos últimos cinco anos, distribuiu € 3,8 bilhões para 132 projetos alinhados com a economia circular — a meta é investir € 1 trilhão até 2030.

Indústria convencional investe em transição

De Barcelona

Nascida como uma subsidiária de uma empresa centenária, a Acciona Carbon Technologies é um caso que ilustra como organizações convencionais estão apostando na transição para a nova economia da sustentabilidade. A controladora é o grupo global espanhol Acciona, do setor de infraestrutura, fundado em 1900 e que atua em dezenas de países em todo o mundo, entre eles o Brasil. No começo dos anos 2000, a Acciona começou a direcionar seus investimentos a projetos relacionados à economia circular, e no começo de 2023 deu vida à Acciona Carbon Technologies, que tem como principal objetivo ofertar soluções sustentáveis em setores como transporte, saneamento e energia a um preço acessível.

Não por acaso, José Luis Blasco, o CEO da Acciona Carbon Technologies, acumula o cargo de diretor global de sustentabilidade da matriz. "O nosso foco é o desenvolvimento de tecnologias no mercado de carbono. Atuamos tanto na redução quanto na absorção de emissões", diz. Um dos projetos inovadores de redução de emissões é uma usina de dessalinização de água na África cuja fonte de energia é 100% renovável. Blasco explica que a dessalinização é um processo de consumo intensivo de energia e que antes só era possível em países onde o preço desse insumo era baixo — a energia renovável torna a tecnologia possível e acessível. Na área de absorção de emissões, o CEO destaca a produção de biochar, material obtido a partir de resíduos florestais capaz de absorver 2,3 vezes mais CO_2 do ambiente do que o próprio peso.

Estar na fronteira da inovação sustentável, segundo Blasco, não compromete a viabilidade econômica do negócio. "O que torna isso possível é a tecnologia e a eficiência. Se considerarmos a energia renovável, por exemplo, a tecnologia vem reduzindo os custos, aumentando o acesso e a

DIVULGAÇÃO

Para José Luis Blasco, da Acciona Carbon Technologies, "o novo tempo é um tempo limpo"

facilidade de utilização. Além disso, nosso portfólio de serviços é tão amplo que podemos catalisar esforços e conectar projetos de energia com água limpa, por exemplo, como é o caso da dessalinização", diz. Por atuar em um setor com projetos de longo prazo, o negócio acaba atraindo o que Blasco chama de "bom investidor", que também tem essa perspectiva mais duradoura. Ele prevê que a Acciona Carbon Technologies atinja o ponto de equilíbrio (break-even) este ano.

A crescente regulação das atividades que causam impacto ambiental por parte da Comissão Europeia tem apontado o caminho para empresas como a Acciona e sua subsidiária. "Hoje 99% do nosso investimento é alinhado com a taxonomia europeia [sistema de classificação da UE para identificar atividades sustentáveis]. Não é só mais uma questão de compromisso com o meio ambiente, mas de modernidade. O novo tempo é um tempo limpo." *(VS)*

Moda esportiva usa insumos reciclados

De Barcelona

Fundada há três anos em Barcelona, a marca de roupa esportiva Infinite Athletic foi concebida para trazer uma solução circular a dois dos problemas-chave da indústria da moda — a baixa utilização de matérias-primas recicladas e a adição de produtos químicos e corantes nas fibras têxteis. Os cofundadores François Devy, Francesc Jimenez e Isaac Nogués, provenientes de uma empresa fabricante de fios de poliamida, conheciam profundamente a cadeia de produção de tecidos e já sabiam o grande desafio de sustentabilidade enfrentado pelo setor.

"A cadeia têxtil utiliza, em média, apenas 3% de material reciclado, principalmente fios de algodão e garrafas recicladas. Além disso, entre tingimento de fios e incorporação de produtos químicos, a fabricação de roupas é um processo muito poluente", diz François Devy. Junto com seus dois sócios, durante o isolamento na pandemia, desenvolveram a ideia de uma marca esportiva que fosse completamente circular, reaproveitando materiais como fios de raquetes ou fibras de bolas de tênis usadas para fabricar roupas e calçados para tenistas. "A ideia era criar uma solução para cada esporte, onde as matérias-primas sejam obtidas de material esportivo e que ajudem a fabricar itens que retornem para o praticante da mesma atividade", explica.

Especialistas em cadeia de suprimentos, os sócios fizeram acordos com clubes e lojas especializadas para deixar recipientes da marca onde os tenistas possam depositar seus materiais usados para serem reciclados. Obtidas por meio de reciclagem mecânica, as peças da primeira coleção foram todas de cor preta, tonalidade conseguida com um pigmento natural — e a mais vendida entre os praticantes de esporte. A partir do ano passado, a marca optou pela reciclagem química, que produz partículas incolores, e permite outros tipos de tingimento natural.

DIVULGAÇÃO

Com os sócios, Isaac Nogués, da Infinite Athletic, aposta em reaproveitamento de fiose raquetes

Desde então, a Infinite Athletic ganhou um prêmio de sustentabilidade do laboratório de inovação Reimagine Textile, uma bolsa de aceleração da Amazon para empresas sustentáveis, e negociou uma parceria com a marca de luxo Lacoste, que está vendendo as peças em suas lojas na Europa.

O reconhecimento público trouxe visibilidade a um projeto de negócio que lutava para ganhar tração comercial. A tecnologia, o desenvolvimento de produto e a estruturação de uma cadeia de suprimentos foram desafios mais fáceis de contornar do que o marketing do produto. "É o passo mais complicado: ter visibilidade nas lojas, explicar o conceito circular da peça e fazer o consumidor entender o porquê de ser uma roupa mais cara que a média", diz Devy.

A marca planeja expandir sua oferta circular para outros esportes. Os próximos são o montanhismo e o canyoning, que podem ter suas cordas recicladas para a fabricação de roupas. *(VS)*

Solução nasce como substituta do plástico

De Barcelona

As bioquímicas Laura Tirkkonen-Rajasalo e Suvi Haimi trabalhavam como pesquisadoras acadêmicas na área de biomateriais quando tiveram a ideia de aplicar seus conhecimentos para lançar uma alternativa ao plástico para embalagens de cosméticos.

"Queríamos usar a nossa experiência para construir algo grandioso, e estávamos muito impactadas pelo problema da poluição plástica", conta Laura, co-fundadora e, atualmente, Chief Compliance Officer da empresa finlandesa de biomateriais Sulapac.

A empresa nasceu em 2016 na capital finlandesa, Helsinque, e desde então vem colecionando prêmios em inovação sustentável e aportes de investidores interessados em um substituto para o plástico. Fabricado utilizando insumos naturais como restos de madeira que, normalmente, são descartados por indústrias madeireiras, o material Sulapac é biodegradável, reciclável e compostável, não gera microplásticos e tem pegada de carbono reduzida em relação ao plástico.

A primeira aplicação do produto foi no setor cosmético, mas nos últimos anos a oferta se expandiu para outras indústrias. Hoje, o portfólio inclui canudos, bandejas para alimentos, talheres e embalagens para suplementos. Em 2022, a empresa desenvolveu um material customizado para a marca de luxo Chanel, utilizando sementes de camélia residuais da produção de um perfume, para integrá-las na tampa do frasco do produto.

Em oito anos, a empresa desenvolveu 12 receitas de materiais, todos biobaseados, para fabricar produtos em diferentes métodos industriais. O objetivo inicial, de substituir o plástico na maioria de suas aplicações, foi alcançado quando a Sulapac conseguiu integrar seu material em linhas de produção de embalagens convencionais, com a mesma velocidade de fabricação.

DIVULGAÇÃO

Laura Tirkkonen-Rajasalo, da Sulapac, que é especializada em biomateriais

Com clientes em toda a Europa, América do Norte, Japão e Oriente Médio, e uma captação de € 38 milhões em três rodadas de investimento, a Sulapac está escalando a operação e conta com a recente regulamentação da União Europeia (UE) sobre plásticos — em português, Regulação de Resíduos de Embalagens e Embalagens — como aliada para avançar. "Estamos muito envolvidos nas discussões com os formuladores de políticas e vemos sinais positivos para a evolução dos materiais circulares na Europa", diz Laura.

Um dos planos da empresa para o futuro é aumentar o número de soluções circulares no portfólio. Atualmente, a Sulapac está realizando um projeto piloto em restaurantes na Europa com copos que podem ser reutilizados até 250 vezes, e reciclados quimicamente para voltar à linha de produção de embalagens de alimentos, fechando o ciclo da indústria. *(VS)*

Economia verde Avanço do mercado de carbono deve demandar 500 milhões de mudas ao ano, mas há déficit de 50% na capacidade de produção

Viveiros se preparam para abastecer a restauração florestal

Sergio Adeodato
Para o Valor, de São Paulo

O avanço da restauração de florestas no país, marcado pelo anúncio de políticas de governo e iniciativas empresariais de larga escala, movimenta o setor que abastece os projetos com mudas nativas, na expectativa de um aumento de demanda em níveis jamais vistos. Além dos plantios de árvores para adequar fazendas ao Código Florestal, recuperar áreas degradadas, produzir água, explorar produtos da biodiversidade e fazer compensação legal de impactos ambientais, o mercado de carbono se impõe como uma realidade. Negócios no contexto climático representam um filão para viveiros florestais e coleta de sementes, mas há obstáculos para os investimentos chegarem ao chão no tempo certo.

A contar pelos maiores empreendimentos de restauração com viés de carbono, as metas anunciadas — no total de 10 milhões de hectares— projetam uma demanda de 500 milhões de mudas por ano, durante uma década, segundo cálculo da Nativas Brasil, associação que representa o setor de viveiros. Esse volume corresponderia, anualmente, a R$ 1,5 bilhão. Mas, como a capacidade brasileira é estimada entre 250 milhões e 300 milhões de mudas por ano, há um déficit de 50%, sem considerar a demanda de iniciativas menores, pulverizadas nos biomas.

"Apesar do potencial, trabalhamos com capacidade ociosa de 30% a 40% no setor", diz Rodrigo Ciriello, presidente da Nativas Brasil, que reúne 73 viveiros. "A promessa investimentos gera expectativas, mas o ritmo está muito mais lento que o imaginado", diz o empresário, também diretor comercial do viveiro Futuro Florestal, em Garça (SP). Uma alternativa é desenvolver projetos próprios de carbono para garantir demanda de mudas e fechar as contas.

Além do planejamento de longo prazo, com acesso antecipado a capital para investir na produção, faltam linhas de crédito e de seguros baseadas na realidade dos viveiros, diz Ciriello. "Caímos no esquecimento, mas não adiantam grandes projetos de restauração sem preparar a base da cadeia."

O setor é estratégico na garantia de diversidade genética, essencial ao sucesso da restauração, além da importância social ao envolver produtores locais. "Muda é insumo importante, principalmente para plantios intensivos em áreas mais degradadas no passado", afirma Thiago Picolo, CEO da Re.Green. Com investimento da Microsoft para carbono, a empresa refloresta áreas no Pará e Bahia, no objetivo de atingir 1 milhão de hectares e também para obter madeira. As mudas vêm de viveiro próprio de 3 milhões de mudas por ano, em Piracicaba (SP), e de outros Estados no Sudeste e Amazônia.

Contratos plurianuais que eliminam incertezas na demanda são indispensáveis aos viveiros, afirma Picolo. A empresa recebeu R$ 187 milhões em financiamento do BNDES para restaurar 15 mil hectares na Amazônia e na Mata Atlântica. Tereza Campello, diretora socioambiental do banco, adverte: "Só os grandes viveiros não darão conta da restauração megadiversa". Os pequenos e médios, detentores de saberes sobre as plantas, estão na mira de novos programas de crédito, em construção. "O maior obstáculo é não ter demanda firme e ambiente seguro [para os negócios]", diz Campello.

Estima-se que mudas e sementes absorvam cerca de 30% dos recursos aportados nos projetos de restauração. Além do Fundo Clima, com previsão de R$ 550 milhões neste ano em empréstimos ao setor privado, a iniciativa Arco da Restauração tem edital na praça para o repasse de R$ 450 milhões não reembolsáveis do Fundo Amazônia, abrangendo 6 milhões de hectares na fase inicial. Já no Floresta Viva, o BNDES captou R$ 160 milhões de empresas para projetos socioambientais com contrapartida do banco. A estimativa é chegar a R$ 500 milhões no ano.

"Há um hiato entre os grandes projetos anunciados e a baixa demanda", observa José Francisco Azevedo Júnior, socio-fundador do grupo Natureza Bela, com seis viveiros no país, totalizando 700 mil mudas por ano. Um risco é a falta de credibilidade no mercado. "Não se produz mudas de um dia para outro e a atividade requer investimento desde a coleta de sementes", explica o empresário, que iniciará restauração de 1,5 mil hectares no sul da Bahia, com recursos do BNDES e da dinamarquesa Kirkbi, dona da marca Lego.

Para Daniel Jimenez, fundador da startup Silva, voltada a criar pontes entre viveiristas e quem restaura, "não alcançaremos metas climáticas se grande parte da cadeia da restauração já existente não for preparada na gestão financeira e expandida". "O gargalo está nas sementes em qualidade e quantidade, setor marcado pela informalidade", aponta Gustavo Terra, CEO da Courageous Land, com 150 hectares de agroflorestas na Mata Atlântica e Amazônia. Lá, a empresa produz cacau, açaí e madeiras, como mogno africano e pau-de-balsa, demandado para pás eólicas. As primeiras transações no mercado climático estão sendo finalizadas, na expectativa de capturar 30 milhões de toneladas de CO_2 no médio prazo.

"A logística em grandes distâncias é complexa", diz Gilberto Derze, à frente da Radix, de silvicultura, que precisa transportar mudas de avião de São Paulo para Roraima, onde restaura florestas para produzir madeiras e também gerar créditos de carbono. Ele defende a criação de polos de mudas descentralizados, com efeitos na redução de custos, além de alternativa de renda para comunidades afetadas pelo garimpo.

Na visão de Filipe Silva, coordenador de restauração florestal da Fundação SOS Mata Atlântica, "a produção no geral não está preparada para garantir qualidade e diversidade de plantas, e o resultado pode ser a criação de 'florestas vazias', sem atrair fauna." Com viveiro de 750 mil mudas por ano, em Itu (SP), a SOS Mata Atlântica distribui mudas no raio de 300 km para plantios apoiados por empresas, o que assegura a origem das plantas em matrizes selecionadas. Nas regiões mais distantes, a entrega é terceirizada. "A valorização da cadeia produtiva tem que fazer parte dos custos", ressalta Silva.

"Políticas públicas são fundamentais para dar escala", acrescenta Miriam Prochnow, fundadora da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida, em Atalanta (SC). O viveiro local foi modernizado com tecnologia dinamarquesa de mudas para plantio em embalagens biodegradáveis. Cerca de 200 mil delas são distribuídas por ano a projetos socioambientais da indústria de papel Klabin. "As soluções da natureza estão diretamente ligadas ao desafio da crise climática", diz.

FUTURO FLORESTAL/DIVULGAÇÃO

Ciriello: grandes projetos de restauração requerem preparar a base da cadeia

Berçário de gigantes

Algumas das plantas que precisam se multiplicar

Embiruçu (Pseudobombax grandiflorum)
Polinizada por morcegos e abelhas, pode atingir 20 metros de altura e é importante como espécie pioneira: tem rápido crescimento, plantada a pleno sol para fornecer sombra às demais. É indicada para restauração em áreas de nascentes e beira de rios e produz flores que alimentam macacos

Aroeira-vermelha (Schinus terebinthifolia)
A pimenta aromática do Brasil, encontrada no Cerrado, Mata Atlântica e Pampa, é uma árvore de até 10 metros bastante usada na arborização urbana. Os jesuítas a utilizavam pelas propriedades medicinais. A espécie possui alto valor econômico nos plantios de restauração de áreas degradadas.

Araucária (Araucaria angustifólia)
Em forma de candelabro, o pinheiro brasileiro chega a viver até 700 anos, alcançando até 50 metros. O pinhão, semente da planta, é apreciado na culinária das festas de São João. A árvore se destaca na Floresta Ombrófila Mista, que cobria 200 mil quilômetros quadrados da Mata Atlântica em regiões mais frias do Sul e Sudeste

Cedro (Cedrela fissillis)
Madeira nobre para marcenaria, construção civil e barcos, também usada em caixas de charutos. Ocorre do Rio Grande do Sul até Minas Gerais, mas foi explorado à exaustão e hoje é uma espécie importante na restauração da Mata Atlântica. O cedro tem um primo amazônico muito famoso: o mogno, que consta da lista das espécies da flora ameaçada de extinção

Palmito-juçara (Euterpe edulis)
O "açaí da Mata Atlântica é uma palmeira presente próximo ao curso dos rios e matas úmidas. Desempenha papel essencial para o ecossistema, porque são vitais para a fauna e ocupam lugar de destaque no sub-bosque. Os frutos são utilizados em sucos e alimentos funcionais. Uma das espécies dessa família vegetal é explorada para a retirada de palmito e foi bastante reduzida na natureza. Hoje, o uso só pode acontecer por meio de plantios

Guabiroba (Campomanesia xanthocarpa)
Ocorre na Mata Atlântica e Cerrado, variando de dez a vinte metros de altura. Tem crescimento rápido, resistência ao frio e grande produção de frutos e sementes. Rica em proteínas, carboidratos, sais minerais, vitaminas do complexo B, compõe sucos, doces, sorvetes, pudins e licores. É ainda utilizada no tratamento de diarreias e dores musculares

Fonte: Aneel. * % em relação à safra anterior. ** Previsão otimista

Redes de sementes se multiplicam pelo país

De São Paulo

O movimento de articulação da coleta de sementes em rede, verificado nos últimos anos nas várias regiões brasileiras, estabeleceu capacidade de entrega em grande escala para a reconstrução de florestas. A iniciativa do Redário, que reúne hoje 24 grupos de coletores comunitários, está pronta para produzir 50% a mais do que tem recebido de encomendas. E há uma fila de coletivos regionais que aguardam participar do fornecimento conjunto pela rede. "O que falta para a agenda da restauração não é semente, mas áreas para plantar, à espera da implementação do Código Florestal, que prevê recuperar passivos de vegetação nativa das propriedades rurais", analisa Laura Antoniazzi, sócia da consultoria Agroicone.

Há, ainda, incertezas quanto à regulamentação do mercado de carbono, mas existe clara tendência de crescimento, afirma Antoniazzi. Foram iniciadas conversas junto a coletivos de sementes para suprimento de grandes projetos de restauração florestal voltados ao mercado de carbono, anunciados nos últimos anos. "Conforme as iniciativas se desenvolverem, com aquisição de áreas para chegar à casa do milhão de hectares, as redes de sementes vão acompanhar", explica a pesquisadora.

No momento, afirma Antoniazzi, há um descompasso natural entre o que foi anunciado para carbono e o que acontece na prática em termos de demanda por sementes. "Isso se ajustará com o tempo, até que os planos virem, de fato, operações", diz. Segundo ela, o mantra da falta de sementes como gargalo não tem embasamento na realidade. Há contínua expansão produtiva, também para entrega a projetos de plantio de árvores voltados a produtos florestais e conservação de água.

Em 2023, o Redário produziu 84 toneladas de sementes sob encomenda, 60% a mais em relação a 2020, com fornecimento para 54 projetos de restauração (2,1 mil hectares). "É uma agenda que veio para ficar no contexto da mitigação climática e do novo cenário político-institucional", aponta Rodrigo Junqueira, secretário executivo do Instituto Socioambiental (ISA). O desafio, diz ele, é "fortalecer os arranjos produtivos para os recursos chegarem na ponta".

A Rede Sementes do Xingu, maior coletivo que integra o Redário, é pioneira no modelo e hoje reúne 647 grupos de coletores, entre os quais seis etnias indígenas. Até agora, foram comercializadas 353 toneladas de sementes, no total de 220 espécies, o que rendeu R$ 7 milhões às comunidades. "Não será somente com projetos de milhões de hectares que teremos sucesso na restauração, mas com envolvimento de atores locais que detêm o conhecimento", enfatiza Junqueira.

Na região do Xingu (PA), a iniciativa em rede surgiu da união entre produtores rurais, que precisam de água para produzir, e indígenas, com acesso às sementes. O modelo se espalhou pelos biomas. "Hoje, estamos na quinta geração dessas redes, com mais de 50 grupos de coletores no país, respaldados por marcos legais e políticas públicas, com sistema de produção organizado", diz Fátima Pina Rodrigues, pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos, em Sorocaba (SP).

O movimento começou há 30 anos, no Rio de Janeiro, quando a agenda de plantar árvores em cidades estava aquecida e havia necessidade de capacitação para fazer a ponte entre órgãos públicos, que alegavam não haver sementes no mercado, e os viveiros, que não tinham para quem vender. "O momento atual é de um novo esforço de união, agora para a demanda do carbono", diz Rodrigues. Além de geração de renda local, o viés social típico das redes de sementes proporciona maior diversidade de espécies, com material genético mais adequado às regiões. *(SA)*

Igualdade de gênero é desafio para o setor

De São Paulo

Ser mãe solteira não ajudou a engenheira agrônoma Jéssica Lopes, 29 anos, a prosperar no mundo do agronegócio. Ela trocou o serviço de assistência técnica nas lavouras de soja, milho e sorgo por uma nova profissão, no comando do viveiro que fornece mudas à restauração do Cerrado, em Piranhas (GO). "Junto, mudei de visão sobre o tema do meio ambiente, ao ajudar fazendeiros a reflorestar, no drama de ver a produção mais difícil a cada ano devido à escassez de água", conta a viveirista.

Na lida com as plantas nas estufas, como uma "maternidade", Lopes lidera um time de mulheres que compartilham igual condição de vida e lá conseguem adaptar a rotina do cuidado com os filhos. O salário é menor em relação ao emprego anterior nos cultivos agrícolas, mas há perspectivas de crescimento diante das demandas das mudanças climáticas.

Sob coordenação da viveirista, o Centro de Produção Florestal do Cerrado tem capacidade de 360 mil mudas por ano, de 50 espécies nativas. A estrutura é mantida pelo Instituto Espinhaço para recuperação de nascentes e outras melhorias nas propriedades rurais das microbacias do rio Araguaia, impactadas pela degradação dos solos e alterações do clima.

SÉRGIO ADEODATO

"É um trabalho de formiguinha, olhando um mundo melhor para minha filha"
Jéssica Lopes

"É um trabalho de formiguinha, olhando um mundo melhor para minha filha", diz Lopes, que também acompanha o resultado das mudas no campo, fora do ambiente controlado do viveiro — rotina tradicionalmente masculina, sob sol quente, riscos de picadas de cobra e infestação de carrapatos.

Apesar dos avanços, a igualdade de gênero na cadeia da restauração florestal — para além dos viveiros — representa um desafio. "Falta uma política mais clara das empresas no contexto ESG [ambiental, social e de governança]", aponta Ludmila Pugliese, gerente de restauração da Conservação Internacional (CI-Brasil). Estudo preliminar de doutorado da bióloga mostra que, neste setor, menos de um terço dos postos de trabalho são ocupados por mulheres.

A análise partiu do levantamento da Universidade de São Paulo (USP) que prevê o potencial de 1 milhão a 2,5 milhões de empregos diretos para restaurar 12 milhões de hectares até 2030 — meta brasileira no Acordo de Paris. "Há muito espaço para a igualdade de gênero, sem que o trabalho da mulher esteja associado à informalidade, longe dos maiores ganhos financeiros", afirma Pugliese, também líder da força-tarefa de socioeconomia no Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. A maior participação feminina, diz ela, se evidencia nas redes de coleta de sementes, herança da tradição indígena que se perpetua.

No viveiro Atacadão Florestal, em Lorena (SP), além de participar da coleta de sementes nativas que vão gerar as mudas, a viveirista Suelen Joia controla o desenvolvimento das plantas até a entrega para os plantios. A demanda da restauração da Mata Atlântica a fez mudar de destino, que provavelmente seria retirar leite nos estábulos, como muitos na região. "No viveiro, é fundamental estar em conexão com a natureza", diz Joia, reconhecendo-se como uma "profissional do clima".

A produção que coordena abastece plantios que estão restaurando o entorno do Santuário Nacional de Aparecida, no Vale do Paraíba — complexo de turismo religioso que precisa de árvores para garantir abastecimento de água. Com apoio da SOS Mata Atlântica, o objetivo é plantar 248 hectares, junto a ações de educação ambiental. Os morros da região receberam até agora 470 mil mudas, viabilizadas por doações e recursos como compensação de impactos ambientais, por meio do programa Florestas do Futuro.

"É importante garantir que a crescente demanda por mudas no país tenha olhar igualitário e envolva mulheres, jovens e populações marginalizadas", defende Mariana Oliveira, gerente de florestas, uso da terra e agricultura no WRI Brasil. Segundo relatório da União Internacional pela Conservação da Natureza, a equidade de gênero pode gerar um incremento de US$ 12 trilhões na economia global. Inserir o tema nos projetos de florestas é uma forma de compartilhar benefícios em todos os elos da cadeia econômica do setor. *(SA)*